

TABULEIRO DE LETRAS

**Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Departamento de Ciências Humanas – DCH I
Universidade do Estado da Bahia – UNEB**

LINGUAGENS: IDENTIDADE, DIVERSIDADE

dezembro/2011



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

REITOR

Lourivaldo Valentim da Silva

VICE-REITORA

Adriana dos Santos Marmori Lima

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD

José Bites de Carvalho

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG

José Cláudio Rocha

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX

Adriana dos Santos Marmori Lima

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

José Durval Uzeda Filho

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS – PPGEL

Profª. Dra. Rosa Helena Blanco Machado

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens

Prof. Dr. João Antônio de Santana Neto

Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens

Prof. Dr. Carlos Augusto Magalhães

Coordenadora da Linha de Pesquisa 1: *Leitura, Literatura e Identidades*

Profª. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira

Coordenadora da Linha de Pesquisa 2: *Linguagens, Discurso e Sociedade.*

REVISTA TABULEIRO DE LETRAS

Editora-Chefe: Profa. Véra Dantas de Souza Motta

COMISSÃO EXECUTIVA

Ligia Pellon de Lima Bulhões

Maria do Socorro Carvalho

Márcia Rios da Silva

Norma da Silva Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alan Norman Baxter (UMAC - Universidade de Macau)

Profa. Dra. Elza Miné (USP)

Profa. Dra. Elizabeth Ramos (UFBA)

Profa. Dra. Emília Helena Portella M. de Souza (UFBA)

Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira (UEL)

Profa. Dra. Ceila Ferreira Martins (UFF)

Prof. Dr. César Nardelli Cambraia (UFMG)

Profa. Dra. Denise Barata (UFRJ)

Prof. Dr. Diógenes Cândido de Lima (UESB)

Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini (UFRGS)

Profa. Dra. Vera Teixeira de Aguiar (PUC - RS)

Prof. Dr. Leopoldo Comitti (UFOP)

Profa. Dra. Maria Célia Lima-Hernandes (USP)

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca da Silva (UESB)

Profa. Dra. Maria de Lourdes Crispim (UNL - Universidade Nova de Lisboa)

Profa. Dra. Maria Teresa Gonçalves (UFRJ)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP)

Profa. Dra. Tânia Maria Alckimim (UNICAMP)

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor:

A Revista TABULEIRO DE LETRAS, organizada e dirigida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas do Campus I – Salvador, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, apresenta sua edição de número 3, com o tema LINGUAGENS: IDENTIDADE, DIVERSIDADE.

Reúnem-se aqui artigos de pesquisadores de diversas instituições acadêmicas, desdobrando-se os trabalhos em torno de diferentes estratégias de abordagem dos estudos linguísticos e literários, como a seguir brevemente se descrevem.

Como Coordenadora do projeto de pesquisa de edição de textos abolicionistas veiculados em periódicos baianos, Maria da Conceição Reis Teixeira (PPGEL/UNEB) tece algumas considerações em seu artigo “Em busca de textos publicados em periódicos baianos”, tomando como fonte documental o *Diário da Bahia* e realizando transcrições de algumas passagens relativas à fuga de escravos, além de artigos de opinião sobre a abolição.

Em “As cotas raciais sob o signo da igualdade (des)racializada: trajetórias do discurso liberal no Brasil”, Larissa Santos Pereira, mestre em Estudo de Linguagens pelo PPGEL/UNEB, verifica as relações discursivas entre um parecer de Rui Barbosa sobre a emancipação dos escravos e textos extraídos de uma pesquisa feita entre professores universitários acerca da política de cotas com recorte racial, apontando, entre outros aspectos, para a filiação do discurso republicano sobre a identidade nacional ao projeto jurídico liberal, cujos efeitos manifestam-se no cotidiano das relações sociais da contemporaneidade.

“As escolhas lexicais do Doutor Remédios Monteiro e a composição do seu discurso memorialista” é assinado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS), ocasião em que a autora revela trechos da autobiografia do médico endereçada à sua filha, D. Elvira Monteiro, que repudiou o escrito do pai, alterando e mesmo mutilando partes do documento.

A oralidade no ambiente familiar, através das histórias ouvidas na infância, permitiu a Mariarosaria Fabris (USP) evocar os acontecimentos da segunda grande guerra em “Eu não vi, mas me contaram...”, em que a autora destaca ainda a leitura de relatos, obras literárias, livros de história e, principalmente, dos filmes italianos que retratam o período, em especial *Roma, cidade aberta*, de Roberto Rossellini.

Uma investigação, sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional, da organização discursiva de quatro narrativas orais feitas por uma criança de dez anos, tendo como base o livro de Ruth Rocha, *Uma história de rabos presos*, constitui o artigo intitulado “A influência do interlocutor na organização discursiva de quatro narrativas orais de crianças”, de Roberval Teixeira-e-Silva, do Departamento de Português da Universidade de Macau.

Ainda do Departamento de Português da Universidade de Macau comparece o professor Custódio Martins, com seu artigo “A hipótese do discurso na marcação da morfologia de tempo e aspecto no processo de aquisição de Português L2”, em que se analisa a hipótese do discurso numa perspectiva variacionista.

As estratégias de composição do diálogo dramático em textos contemporâneos é objeto do estudo de Cleise Furtado Mendes (PPGAC/UFBA), em que teorias da enunciação e da linguística pragmática dão suporte à análise de atos de fala e dos efeitos ilocucionários das interações verbais em peças de Yasmina Reza, Ionesco, Oswald de Andrade e Marcos Barbosa, propondo, em “Diálogo e performatividade no drama”, a forma dramática como espaço privilegiado para a representação das trocas enunciativas, pelas quais os sujeitos ganham existência graças ao discurso do outro.

Em “A variação do futuro verbal em português: teste de percepção/atitude na cidade de Feira de Santana-BA”, Josane Moreira de Oliveira (PPGEL/UEFS) investiga, entre estudantes de escolas públicas e privadas dos níveis fundamental e médio, além de estudantes do curso universitário de Administração, a percepção das formas variantes de futuro verbal, além das razões de sua preferência ou rejeição.

Como parte dos estudos em história social sobre a língua portuguesa, desloca-se o foco para a Capitania de Porto Seguro, apresentando as pesquisadoras Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA/CNPq) e Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBA) artigo intitulado “Escarlização e demografia na Capitania de Porto Seguro”, em que se analisam dados relativos ao período compreendido entre os séculos XVI e o XIX.

A aplicação de um modelo de análise de dois livros-textos indicados pelo PNLD 2012 constitui o foco do artigo intitulado “A interculturalidade nos livros didáticos de inglês”, de

autoria de Victor Ernesto Silveira Silva, mestre em Estudo de Linguagens pelo PPGEL/UNEB.

“Discurso de professores indígenas: uma análise semiótica” possibilita ao leitor o acesso ao discurso sobre educação formal de dois professores de reserva indígena, a partir de conceitos da semiótica, de responsabilidade das autoras Maria Aparecida da Silva Ramos (UFGD) e Rita de Cássia A. Pacheco Limberti (UFGD).

Por fim, a partir do conceito de interdiscurso, as autoras Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu (UERJ) e Helena Ribeiro de Mendonça Ferreira (doutoranda) verificam em contratos de cinco empresas de assistência à saúde a produção dos sentidos textuais no domínio discursivo do Direito (domínio jurídico), da Economia (domínio comercial) e da Medicina (domínio da saúde), no artigo intitulado “Interdiscursividade e intertextualidade no gênero ‘contrato das empresas de assistência à saúde’: algumas considerações sobre a leitura e o obscurecimento dos sentidos”.

Esperamos que o leitor de TABULEIRO DE LETRAS possa compartilhar dos interessantes estudos e pesquisas aqui apresentados, confiante na próxima edição de nossa revista eletrônica.

Rosa Helena Blanco Machado

Coordenadora do PPGEL/UNEB

LINGUAGENS: IDENTIDADE, DIVERSIDADE

Editora-Chefe: Profa. Véra Dantas de Souza Motta

SUMÁRIO

VOLUME 03 – dezembro 2011

I – EM BUSCA DE TEXTOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BAIANOS

Maria da Conceição Reis Teixeira – Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

II – AS COTAS RACIAIS SOB O SIGNO DA IGUALDADE (DES)RACIALIZADA: TRAJETÓRIAS DO DISCURSO LIBERAL NO BRASIL

Larissa Santos Pereira – Mestre em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB)

III – AS ESCOLHAS LEXICAIS DO DOUTOR REMÉDIOS MONTEIRO E A COMPOSIÇÃO DO SEU DISCURSO MEMORIALISTA

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

IV – EU NÃO VI, MAS ME CONTARAM...

Mariarosaria Fabris – Universidade de São Paulo (USP)

V- A INFLUÊNCIA DO INTERLOCUTOR NA ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA DE QUATRO NARRATIVAS ORAIS DE CRIANÇAS

Roberval Teixeira-e-Silva – Universidade de Macau

VI – A HIPÓTESE DO DISCURSO NA MARCAÇÃO DA MORFOLOGIA DE TEMPO E ASPECTO NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PORTUGUÊS L2

Custódio Martins – Universidade de Macau

VII- DIÁLOGO E PERFORMATIVIDADE NO DRAMA

Cleise Furtado Mendes – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

VIII- A VARIAÇÃO DO FUTURO VERBAL EM PORTUGUÊS: TESTE DE PERCEPÇÃO/ATITUDE NA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA-BA

Josane Moreira de Oliveira – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

IX – ESCOLARIZAÇÃO E DEMOGRAFIA NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO

Rosa Virgínia Mattos e Silva – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Emília Helena Portella Monteiro de Souza – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

X- A INTERCULTURALIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE INGLÊS

Victor Ernesto Silveira Silva – Mestre em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB)

XI – DISCURSO DE PROFESSORES INDÍGENAS: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

Maria Aparecida da Silva Ramos – Mestre pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Rita de Cássia A. Pacheco Limberti – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

XII- INTERDISCURSIVIDADE E INTERTEXTUALIDADE NO GÊNERO ‘CONTRATO DAS EMPRESAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE’: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEITURA E O OBSCURECIMENTO DOS SENTIDOS

Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira – doutoranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Em busca de textos publicados em periódicos baianos

Maria da Conceição Reis Teixeira¹

RESUMO: A imprensa desempenhou um papel fundamental na campanha abolicionista. Contando com colaboradores de vários níveis sociais, funcionou como arauto das reivindicações em prol do término do trabalho escravo na Bahia. O *Diário da Bahia*, importante periódico da época, sempre esteve comprometido com a causa abolicionista. Seus editores fizeram do jornal uma tribuna dos abolicionistas. Apesar de seu inegável valor enquanto fonte de documental testemunha da vida social, política e econômica, o periódico encontra-se disperso e em estágio avançado de decomposição. Apresentar-se-ão algumas considerações sobre o projeto de pesquisa que visa resgatar os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*.

Palavras-chave: Acervos documentais; Resgate Cultural; Labor Filológico.

RESUMEN: La imprenta desempeñó papel fundamental en la propaganda abolicionista. Como contaba con la colaboración de personalidades de varios niveles sociales, funcionó como heraldo de las reivindicaciones en favor del término del trabajo esclavo en Bahia. El *Diário da Bahia*, importante periódico de la época, siempre estuvo comprometido con la causa abolicionista. Sus editores hicieron del periódico una tribuna de los abolicionistas. Aunque su innegable valor mientras fuente documental testimonio de la vida social, política e económica, el periódico se encontra disperso, en estadio avanzado de degradación. Serán presentadas algunas consideraciones sobre el proyecto de investigación que visa rescatar los textos abolicionistas publicados en el periódico *Diário da Bahia*.

Palabras-llave: Acervos documentales; Resgate Cultural; Labor Filológico.

1. Introdução

Um dos episódios mais importantes que marcou a história política, econômica, social e cultural do Brasil foi escrito entre os séculos XVI a XIX. Neste período, os portugueses, em nome da colonização do país, exploraram e comercializaram homens e mulheres negros,

¹Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia atuando no ensino de graduação e pós-graduação (Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens). Coordenadora do projeto de pesquisa “Edição e estudo de textos abolicionistas publicados em periódicos baianos. Líder do Grupo de Pesquisa: Grupo de Edição e Estudos de Textos - GEET / UNEB (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). Professora Titular de língua Portuguesa do Seminário Adventista Latino Americano de Teologia. E-mail: conceicaoreis@terra.com.br

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

oriundos de diversas localidades do continente africano. O historiador Luis Henrique Dias Tavares, em *História da Bahia* (2001), afirma que os primeiros negros começaram a desembarcar em solo brasileiro no período dos governos gerais, inclusive cita Mem de Sá como um dos governadores que trouxe um grupo de 336 escravos africanos.

É natural que a Bahia fosse uma das principais portas de entrada para as diversas etnias africanas que, durante o período colonial, trabalharam em prol do desenvolvimento econômico do país. Segundo Conrad (1978, p. 346), durante os séculos XVII, XVIII e XIX a Bahia foi um dos principais centros onde se praticava o escravismo no Brasil, contando inclusive com um número expressivo de escravos, e, dentre as Províncias do Nordeste, era a que possuía o maior contingente.

Quanto à procedência dos escravos trazidos para a Bahia, Luis Viana Filho (1938), em *O negro na Bahia*, diz que a origem do homem negro variou conforme a época da prática do tráfico de escravos. Aponta quatro períodos: ciclo da Guiné, durante a segunda metade do século XVI; ciclo de Angola e do Congo – séc. XVII –, ciclo da Costa da Mina – Séc. XVIII – e o ciclo de Benin – 1770-1850 –, fase da clandestinidade, quando foi proibida a prática do tráfico de escravos no Brasil. Luis Henrique Dias Tavares (2001, p.55) diz que “[...] as antigas denominações de Guiné, Costa da Pimenta, Costa do Marfim e Costa dos Escravos eram pontos ou áreas de embarque de escravos africanos para o Brasil. Entretanto, não especificam com exatidão povos e culturas da África”. Independente da classificação ou considerações a respeito da questão, todos são unânimes ao afirmar que para Bahia vieram africanos pertencentes às mais diferentes nações.

Entretanto, o fato da província baiana ter sido palco de diversas revoltas promovidas pelos negros, diferentemente das demais regiões do país, levou alguns especialistas a apontar que o comportamento revolucionário dos negros na Bahia era em decorrência do predomínio de algumas etnias em detrimento de outras. George Gardner (1942 *apud* VERGER, 2002), ao tratar da população escrava no Brasil, compara os negros da Bahia com os das demais regiões do país e diz que os da Bahia são mais bonitos, chamam mais a atenção, são mais unidos entre

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

si e mostram-se mais inclinados aos movimentos revolucionários. Pierre Verger (2002, p. 34) afirma que “[...] em razão da enorme concentração de africanos trazidos de uma única região e do caráter belicoso dos mesmos, as sublevações e revoltas produziram-se, na Bahia, entre os escravos importados”.

Os africanos trabalhavam em todas as atividades rurais e urbanas, dentre elas destacam-se: plantio e colheita das plantações de cana-de-açúcar, fumo e algodão; serviços domésticos: cozinheira copeira, engomadeira, ama de leite; recadeiro; canoeiro; carregador. Enfim, o trabalho escravo sustentava toda a economia brasileira. Mas, infelizmente, apesar de sua importância capital para o progresso da sociedade, os que escreveram a história do Brasil pouco ou nada fazem referência ao verdadeiro papel que os negros desempenharam e o que de fato representaram para o desabrochar, o fazer acontecer da história político-social-econômica-cultural da nação brasileira.

Uma breve leitura das principais obras pertencentes à historiografia brasileira nos revela um quase silêncio sobre o assunto escravidão ou os escravos que, por muito tempo, foram tratados pelos estudiosos como seres inferiores ou totalmente submetidos à realidade circundante. Ao homem negro, na sua condição de escravo, não lhe restava alternativa a não ser fugir para um quilombo, rebelar-se ou praticar assassinato a seus senhores e feitores. A análise dos documentos constantes nos arquivos mostra que os escravos não eram tão pacíficos como apontam alguns historiadores, pelo contrário, usavam com astúcia as situações que os favorecessem, negociavam com associações ou diretamente com seus senhores melhores condições de existência. Quanto a isso, Chalhoub (1990, p. 68) afirma que “[...] podemos imaginar que em certas situações os escravos conseguiram, pelo menos em parte, os seus desígnios sem o recurso à violência direta e à fuga”.

Contrariando o que afirmam alguns especialistas, o movimento abolicionista na Bahia foi significativo e contou com colaboradores dos vários níveis sociais e das mais variadas profissões. A imprensa teve um papel importante nessa luta, pois os jornais foram os

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

principais meios de propaganda e denúncia utilizados pelos abolicionistas. O *Diário da Bahia*, importante periódico da época, circulou por muitos anos em Salvador e sempre esteve comprometido com a causa abolicionista. Seus editores fizeram do jornal uma tribuna dos abolicionistas.

Apesar da sua inegável importância documental, o periódico encontra-se disperso: nenhum acervo baiano possui a coleção completa. Alguns dos seus exemplares podem ser localizados na Biblioteca Central do Estado da Bahia, seção de Periódicos Raros; no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Os exemplares que ainda restam encontram-se em estágio avançado de decomposição, daí a necessidade de resgatar os textos abolicionistas publicados no jornal *Diário da Bahia*.

Pretende-se, neste trabalho, apresentar algumas considerações sobre o projeto de pesquisa que visa resgatar os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*.

2. O engajamento da imprensa baiana no movimento abolicionista

O movimento abolicionista na Bahia, diferentemente do que afirmam alguns livros de história do Brasil, foi significativo e contou com colaboradores pertencentes a diferentes níveis sociais e das mais variadas profissões. Tipógrafos, jornalistas, advogados, médicos, parlamentares, juízes, religiosos, professores, literatos, artistas, comerciantes são exemplos de alguns profissionais que se engajaram em defesa da causa abolicionista.

A imprensa teve um papel importante nessa luta, pois os jornais foram os principais meios de propaganda e denúncia utilizados pelos abolicionistas. Isso se dava através da utilização dos seguintes recursos: cobertura jornalística a eventos abolicionistas; notícias dos resultados e das solenidades do fundo de emancipação a atitudes favoráveis à causa abolicionista; divulgação de acontecimentos abolicionistas ocorridos em outras regiões do país; veiculação de denúncias contra os escravocratas e seus aliados; oferecimento de serviços de advocacia para escravos que quisessem questionar judicialmente sua liberdade; denúncia

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

do envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas e campanhas para eleição de candidatos ligados ao movimento abolicionista.

O jornal *Diário da Bahia*, órgão da facção liberal que reunia a elite² daquela época, circulava diariamente, exceto às segundas-feiras, apresentando a seguinte estrutura: artigo de fundo, noticiário – do Brasil e do exterior, folhetim, parte oficial, publicações a pedido, repartição de polícia, anúncios e obituário. Era o periódico de maior circulação no período e se engajou de forma incisiva e contundente na propaganda Abolicionista na Bahia. Tinha como uma de suas principais bandeiras a promoção da abolição e, para ver o Brasil livre do trabalho servil dos escravos negros publica, em suas páginas, artigos, notícias sobre as alforrias³ de que seus editores tinham conhecimento. Na seção intitulada *anúncio*, coluna que normalmente ocupa o maior espaço, exatamente de duas folhas, é possível localizar um número significativo de anúncios sobre escravos. São pequenos textos informando sobre fuga, venda, compra ou aluguel de mão de obra escrava.

Kátia Maria de Carvalho Silva, em *O diário da Bahia e o século XIX*, ao estudar o conteúdo do jornal *Diário da Bahia* correspondente ao século XIX, diz que:

A propaganda abolicionista, embora seja considerada a aproximação da Lei Áurea, ocupa as colunas do jornal nestes anos, na proporção de 41,4% . Este fenômeno é perfeitamente explicado pelo fato de que a abolição de escravos na Bahia foi gradual e em 1889 o processo de libertação através de fundos de emancipação vinha ocorrendo regularmente. (1979, p.78)

Este percentual aumenta à proporção que se aproxima o ano de 1888. Segundo a referida autora, em 1887, os assuntos referentes à propaganda abolicionista ocupavam 46,8% das colunas do *Diário da Bahia*.

² Por um longo período, Ruy Barbosa foi diretor e redator do jornal *Diário da Bahia* e, nesta condição, utilizou-se do referido periódico como uma de suas tribunas na defesa da causa abolicionista em solo baiano.

³ Alguns historiadores afirmam que as alforrias ocorriam com mais frequências nas datas importantes para os senhores proprietários de escravos, como, por exemplo, aniversários, nascimentos ou mortes nas famílias.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

3. Um projeto em andamento

Os textos publicados no *Diário da Bahia* cristalizam a ideologia da época, dos seus autores e de uma comunidade associada em prol da libertação dos escravos no Brasil. Apesar do seu valor histórico e documental, infelizmente, encontram-se na eminência de desaparecer definitivamente, dado o avançado estado de degradação do suporte: rompe-se ao simples toque das mãos, impedindo que as gerações atuais e futuras possam ter acesso a essa fonte de informações históricas, culturais, sociais e linguísticas reveladoras da consciência individual, porém coletiva, à medida que ganha forma e existência real nos signos linguísticos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.

As figuras 1 e 2, a seguir, por si só dizem o que permanecerá dessa fase da história do Brasil armazenada nos exemplares do *Diário da Bahia*, caso nada seja feito no sentido de resgatar o que ainda sobrou.



Fig. 1: Foto da coleção do *Diário da Bahia* correspondente ao ano 1871.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782



Fig. 2: Foto da coleção do *Diário da Bahia* correspondente ao ano 1876.

É sabido que, apesar do avanço tecnológico na área da preservação de documentos impressos em papel e da existência de centros no Brasil especializados na restauração de obras raras, até o presente momento não é possível restaurar o suporte dos jornais. A matéria prima utilizada na impressão deste tipo de periódico é de baixa qualidade, tornando-o muito vulnerável, e uma vez vítima da ação do tempo e da ação predatória do homem, não terá condições de ser reconstituído através dos procedimentos de restauro disponíveis e adequados aos vários tipos de papel. No caso específico da coleção do *Diário da Bahia*, restam apenas duas alternativas: submetê-los ao processo de transferência de suporte ou resgate via transcrição dos textos sobre os mais variados assuntos constantes em cada exemplar da referida coleção.

No primeiro caso, os exemplares do *Diário da Bahia* deveriam ser submetidos à técnica da transferência do suporte papel para o suporte digital via processo de escaneamento e/ou digitalização. Ao submeter os documentos a este procedimento obter-se-ia como produto final uma edição fac-símile do jornal, cujas características extrínsecas e intrínsecas seriam preservadas com o máximo de fidelidade possível ao seu original. A adoção da técnica transferência de suporte é muito benéfica a documentos raros, principalmente quando estes têm duplo valor: enquanto suporte – como depositário documental da memória da história da

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

imprensa no Brasil; enquanto conteúdo intelectual – seu valor reside em armazenar informações históricas que registram as formas do homem conceber o mundo circundante.

Para que a transferência de meio aconteça é necessário que os diretores dos arquivos responsáveis pelo acervo reconheçam que os recursos disponíveis são insuficientes para a conservação do conhecimento intelectual e físico do material impresso. Depois desta tomada de consciência, deverão desenvolver uma política de preservação do patrimônio documental através da substituição do suporte como parte de um programa geral de preservação. Mas, infelizmente, a questão não é tão fácil de ser solucionada quanto possa parecer. A criação e a manutenção de versões digitais de documentos envolvem custos elevados. Faltam recursos econômicos que possam ser revestidos para este fim, e falta, principalmente, uma política de preservação da memória cultural do país e, lamentavelmente, enquanto perdurar este estado de coisas, os centros e os pesquisadores estarão impedidos de executar um projeto de preservação desta envergadura.

Decidir digitalizar um acervo documental significa tomar decisões importantes quanto à resolução de imagem, à reprodução cromática, às compressões, ao armazenamento, à viabilização do acesso⁴. Por exemplo, quanto maior a resolução na captura da imagem fac-similar, maior o tamanho do arquivo digital e consequentemente mais oneroso o seu armazenamento. A decisão deverá estar atrelada ao compromisso da instituição com a manutenção da versão digital através do tempo, considerando-se as mudanças tecnológicas e com base numa política que assegure o acesso contínuo ao material digitalizado que tenha valor permanente para a pesquisa.

Em termos práticos, a transferência de suporte pode ser adequadamente realizada, sem provocar danos aos originais, porque já existem equipamentos capazes de capturar imagens sem que ocorra o contato direto com o material alvo da digitalização. Além disso, a transferência de suporte possibilitará a preservação do conteúdo intelectual para as gerações

⁴ A durabilidade dos suportes diminuiu e seu manuseio tornou-se mais complexo. A preservação torna-se, assim, cada vez mais dependente dos suportes onde estão armazenados os conteúdos e dos métodos de visualização utilizados.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

futuras e dará acessibilidade aos pesquisadores sem que estes contribuam para acelerar ainda mais o processo de destruição definitiva a que estão sujeitos os documentos originais quando do contato direto.

A segunda alternativa sugerida para a preservação consiste no resgate via transcrição dos textos constantes em cada exemplar. Do ponto de vista econômico, é um procedimento de conservação do conteúdo intelectual dos textos mais acessível, mas que demanda muito tempo para a execução de um trabalho extremamente meticuloso de transcrição linha por linha dos textos veiculados no jornal. O próprio manuseio dos pesquisadores neste processo de resgate dos textos favorece para acentuar ainda mais a fragilidade do suporte, acelerando, portanto, a sua destruição definitiva.

É mister dizer que o acervo continua sendo consultado por pesquisadores de várias áreas sem o devido preparo para manuseá-lo. Certamente não será exagero afirmar que em um tempo muito brevíssimo esta fonte de informação histórica, cultural, social e linguística não mais existirá. Diante de tal situação e da inviabilidade de se pôr em prática a primeira possibilidade, só resta a segunda alternativa, apesar de se conhecerem as consequências desta para a permanência de alguns dos exemplares do *Diário da Bahia*, dos quais só se dispõem de fragmentos enquanto testemunho vivo da história da imprensa no Brasil.

3.1 Os objetivos inicialmente pretendidos

Cabe lembrar que a necessidade de resgatar o patrimônio cultural de um povo não é uma preocupação da modernidade. Sua origem remonta aos gregos, aproximadamente entre os anos de 322 a 146 a.C., quando deram início à atividade de resgatar, de preservar e de divulgar o saber produzido pelos eruditos daquela época. Pode-se dizer que a Edição Crítica de Textos é uma das atividades mais antigas da filologia. Segundo Auerbach, (1972, p. 11):

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constitui o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular e o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente.

Salvaguardar os textos abolicionistas dos estragos do tempo e da ação do homem foi o que nos motivou a elaborar o projeto de pesquisa intitulado “Edição e estudos dos textos abolicionistas do *Diário da Bahia*”. Em princípio, objetiva-se a constituição de um *corpus* significativo dos textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*, aplicando-lhes os procedimentos metodológicos da Crítica Textual, e analisando-se o seu discurso enquanto entidade responsável da captura da mentalidade da época.

A edição desses textos possibilitará aos estudiosos da área das Letras, da História, por exemplo, ter acesso a textos recuperados como documento de uma ideologia, enquanto produto social e cultural, pois cabe à Crítica Textual o papel de preparadora de textos, sobre os quais trabalharão as ciências da Literatura, da História, da Linguística e dos Estudos Culturais.

O abolicionismo representou para a história social e econômica do Brasil a ruptura com um modo de produção e um modo de vida que perdurou por muito tempo na nossa história. Esse tema tem sido objeto de estudos para vários especialistas, apesar disso, existem lacunas a serem preenchidas, dentre elas o discurso dos abolicionistas.

O resgate dos textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*, preparando-lhes edições e estudando como se dá a construção do seu discurso, é de importância capital por trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque contribuirá para a compreensão das estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista baiano. Ressalte-se ainda a sua importância como fonte de grande valor para os estudos históricos, linguísticos e culturais.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

São objetivos específicos do projeto em andamento: 1) analisar extrínseca e intrinsecamente os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*; 2) editar os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*; 3) analisar o contexto histórico da época do documento, abordando o ambiente sócio-econômico, político-cultural e as relações com o movimento abolicionista na Bahia; 4) publicar a edição dos textos abolicionistas veiculados no *Diário da Bahia* e um estudo histórico-linguístico sobre o discurso abolicionista na Bahia.

3.2 Os procedimentos a serem seguidos

Graças à Filologia Textual que o conhecimento armazenado nos textos produzidos e deixados pelas civilizações passadas nos permite compreender e explicar as sociedades. Através de edições buscar-se-á transcrever e descrever os textos publicados no jornal *Diário da Bahia*, a fim de trazer à tona as informações do passado histórico da Bahia e do Brasil.

Para a constituição do *corpus* serão empreendidas buscas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, posteriormente, em bibliotecas privadas.

Uma vez localizado o texto, realiza-se a descrição do documento, fotografa-se o texto para depois proceder a sua transcrição. Optou-se por fotografá-lo para só então transcrevê-lo devido ao estado de conservação do jornal exigir cuidado no seu manuseio e do processo de transcrição linha por linha demandar muito tempo na sua execução, obrigando o pesquisador a manipular o material mais de uma vez, o que poderá involuntariamente contribuir para acelerar a sua destruição.

A edição de textos abolicionistas recolhidos do *Diário da Bahia* apresenta alguns problemas de leitura, pois faltam palavras e trechos – são passagens impossíveis de serem recuperadas porque não se dispõe de outra cópia para proceder a *comparation* –, neste caso, proceder-se-á a transcrição fiel do documento, assinalando, com recursos previamente definidos, as lacunas daqueles trechos que não puderam ser recuperados.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

3.3 As primeiras considerações

As buscas empreendidas no acervo do Arquivo Público da Bahia resultaram em poucos frutos colhidos: cinco exemplares do *Diário da Bahia* correspondentes a 15 de julho de 1857, 19 de novembro de 1875; 29 de outubro de 1884; 03 de maio de 1888 e 26 de maio de 1888. O acesso ao Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi vetado.

Os resultados parciais colhidos na Biblioteca Central do Estado da Bahia são mais animadores que os do Arquivo Público da Bahia. Foram encontradas várias coleções do *Diário da Bahia*. Algumas se encontram completas, outras incompletas, algumas não podem ser consultadas e outras infelizmente não foram localizadas.

Conforme se pôde observar na figura 1 e 2, o estado de conservação dos exemplares do *Diário da Bahia* encontra-se em condições precárias. Algumas coleções estão totalmente e outras parcialmente destruídas. Mas, no geral, o manuseio requer por parte do pesquisador muita cautela, ética e um trabalho meticuloso no processo de recomposição dos minúsculos fragmentos que ainda sobrevivem das quatro páginas que originalmente compunham cada exemplar⁵ a ser fotografado, na tentativa de se ter pelo menos parte do texto recuperado (Cf. figura 3).

As visitas à Biblioteca Central, Setor de Periódicos Raros, apesar do cuidado dos funcionários de, até certo ponto, só permitirem a consulta aos periódicos que estão em melhores estados de conservação, é angustiante. As imagens retidas na nossa retina são de um acervo documental riquíssimo se esvaindo nas mãos de pesquisadores não preparados para manuseá-lo. Imaginamos como foi possível chegar a tal estado? Por que nada foi feito para preservá-lo? Mas algumas medidas administrativas poderiam ser tomadas. Em nível gerencial poderia, por exemplo, desenvolver-se um programa de preservação que abranja o

⁵ O jornal *Diário da Bahia*, no seu formato original, circulava diariamente com quatro páginas, exceto aos domingos, em que ganhava mais duas.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

conhecimento dos fatores climáticos ambientais e o seu controle visando a sua estabilidade, a contratação de especialistas em conservação, a instalação de um laboratório para a realização de conservação preventiva, os reparos simples e um programa para treinamento de funcionários.

Em nível operacional, existem meios simples para melhorar a aparência e prolongar o tempo de vida dos documentos que poderiam ser desenvolvidos por um funcionário treinado pela instituição. A encapsulação, técnica muito empregada para se dar suporte e proteção aos documentos de papel, consiste no processo de colocar um documento entre duas folhas de material transparente e inerte, prendendo-as pelas bordas. A aplicação dessa técnica contribui para aumentar o tempo de vida útil do documento, uma vez que o material utilizado forma uma barreira física contra os efeitos externos e contra o manuseio e o desgaste. Além da aplicação dessa técnica, a prática de algumas ações rotineiras como, por exemplo, evitar a incidência direta dos raios da luz solar e artificial no documento, controlar a temperatura ambiente estável entre 16° e 18° C e a umidade relativa do ar entre 40 e 50 %, retirada das fitas adesivas, grampos, alfinetes, cliques e elásticos porque estes materiais causam dano ao suporte. Os procedimentos citados são alguns exemplos de práticas simples que contribuem para o processo de preservação do documento.



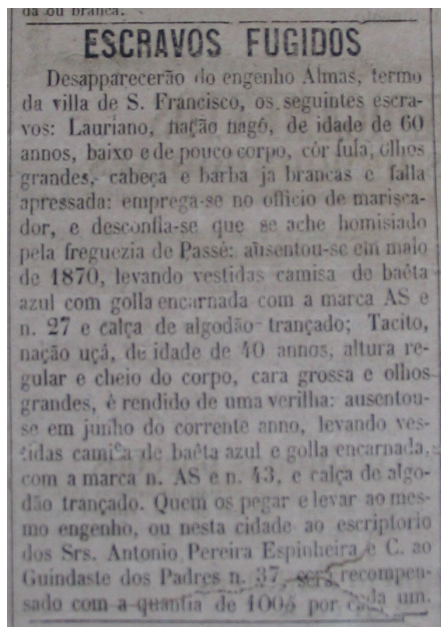
Fig. 3: Fac-símile de página *Diário da Bahia*, 1871.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A árdua missão de resgatar os textos que compõem o patrimônio espiritual produzido pela humanidade requer do filólogo editor de texto a tomada de decisões importantes para salvaguardá-los do ostracismo e da destruição definitiva. Originalmente pensava-se em resgatar somente os artigos que tratassem da abolição, mas o contato direto e constante com o periódico revelou que existiam outros tipos textuais referentes aos escravos como, por exemplo, comunicado de fuga, anúncios de compra, venda e aluguel, e lista de sepultamentos de escravos. Todos os textos que tratam ou fazem referência ao homem negro que vivia na condição de escravo passaram a ser objeto de estudo. Reiterando, decidiu-se então recolher e editar exatamente tudo que de uma forma ou de outra possa ser revelador dos meandros que permearam a história dos escravos na Bahia e o que de fato isso representou para a mentalidade da época. A título de ilustração, apresentar-se-ão a seguir alguns textos relativos a escravos que já foram recolhidos do *Diário da Bahia*.



Fac-símile de anúncio de fuga de escravos, *Diário da Bahia*, 1871.

ESCRAVOS FUGIDOS

Desapparecerão do engenho Almas, termo da villa de S. Francisco, os seguintes escravos: Lauriano, nação nagô, deidade de 60 annos, baixo e de pouco corpo, cor fula, olhos grandes, cabeça e barba ja brancas e fala apressada; emprega-se no officio de mariscador, e desconfia-se que se ache homisiado pela freguezia de Passe; ausentou-se em maio de 1870, levando vestidos camisa de baeta azul com golla encarnada com a marca AS e n. 27 e calça de algodão trançado; Tacito, nação uçá, de idade de 40 annos, altura regular e cheio do corpo, cara grossa e olhos grandes, é rendido de uma verilha; ausentou-se em julho do corrente anno, levando vestidas camisa de baeta azul e gola encarnada, com a marca AS e n. 43, e calça de algodão trançado. Quem os pegar e levar ao mesmo engenho, ou nesta cidade ao escriptorio dos Srs. Antonio Pereira Espinheira e C. ao Guindaste dos Padres n. 37, será recompensado com a quantia de 1000 por cada um.

Transcrição de anúncio de fuga de escravos, *Diário da Bahia*, 1871.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782



Fac-símile de anúncio requisitando ama de leite, *Diário da Bahia*, 1871.

AMA DE LEITE

Na photographia Imperial á rua Direita do Palácio se dirá quem precisa de uma ama de leite de cor parda ou branca.

Transcrição de anúncio requisitando ama de leite, *Diário da Bahia*, 1871.

A emancipação XII⁶

Deve-se dar um prazo para a emancipação, qual deva ser elle?

Que se póde e deve dar um pouco á vida final da escravidão no Brazil parece que é medida que não pode ser lealmente e em boa fé contestada, salvo por aquelles que só desejão a emancipação por meio de palavras, palavras que illudem e adião a questão eternamente.

Não ha perigo nenhum em que se torne crença evangelica, de quem um dia virá em que a escravidão não existirá, porque se perigo ha elle existe da mesma f[or]ma quando o prazo não seja limitado, mas quando se estabelecem medidas directas e indirectas para o mesmo fim.

Acreditamos que na questão de prazo o perigo é maior na segunda hypothese do que na primeira, alli ha uma esperança que chegará ao desespero vendo que nunca se approxima o fim, aqui uma esperança cheia de consolação, porque o escravo tem a data do anno em que não sera escravo.

A esperança que produz desespero é origem de males, a esperança que importa fé e crença no futuro traz a resignação, o esperar na certeza é viver com fé e crença, o que vive com fé e crença não pode querer ir além do termo onde chega a sua esperança, esperar sem certeza, é scepticismo é duvida, e o que vive na duvida desespera de chegar ao termo de usa esperança.

Portanto, entre o prazo limitado e conhecido, e o illimitado e desconhecido e preferencia pelo primeiro não é muito difficil.

Qual porem deve ser esse prazo?

Nós para quem a questão da escravidão é a da propriedade, que se ha de transformar, não tomamos em consideração principal senão a geração do passado e presente até o dia da matricula, que como veremos será o primeiro facto emancipador, depois dessa matricula temos uma geração a vir, sobre a qual não nos occupamos, considerando-a não como plena propriedade e sim

⁶ Trecho do artigo “A emancipação XII”, assinado por SALVIANO, publicado no *Diário da Bahia* de 8 de jul. 1871, transcrição conservadora, em que se preservam as características ortográficas do texto original.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

como quase propriedade, por conseguinte sujeita a outras regras de solução para a sua transformação como elemento servil, como havemos de ver.

Acreditando que a estatística ou recenseamento geral da escravatura não dará numero superior a dous milhões, os dados que colhemos de escriptores sobre esse ponto, nos dizem que esse computo é mais que verdadeiro porque é excessivo de todo o calculo, entendemos que o prazo de 20 annos é suficiente para dentro delle fazer morrer a escravidão.

4. Considerações finais

Nos acervos brasileiros, encontram-se documentos de todo o tipo, literários e não literários – testamentos, petições, declarações, entre outros, que permitem conhecer melhor o cotidiano da sociedade da época em que foram lavrados. Muitos desses textos estão no ostracismo e em estado de conservação ruim, outros dispersos, todavia constituem fontes de grande valor para estudos históricos, linguísticos e literários. Com o desenvolvimento do projeto de pesquisa, pretende-se selecionar os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia* (1869-1888) para a constituição de um *corpus* informatizado – Banco de Textos – que servirá de objeto para a elaboração de edições dos textos reunidos para posteriores estudos. A realização deste trabalho justifica-se não somente por resgatar o patrimônio linguístico e escritural da Bahia, mas, sobretudo, pela possibilidade de estudar, a partir de fonte segura, a língua, a literatura, a cultura e a nossa história.

Referências

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.

ACIOLI, Brás do Amaral. Memórias, histórias e políticas da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial, 1937.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. Historiografia luso-brasileira contemporânea. Bauru: EDUSC, 1999.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

AUERBACH, Erich. Introdução aos estudos literários. Tradução José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. Tradução Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.). Diferentes perspectivas dos estudos filológicos. Salvador: Quarteto, 2006. p. 141-157.

SALVIANO. A emancipação XII. Diário da Bahia, Salvador, p.1-2, 08 jul. 1871.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. O diário da Bahia e o século XIX. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ Brasília: INL, 1979.

SPINA, Segismundo. Introdução à edótica: crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.

TAVARES, Luis Henrique Dias. História da Bahia. 10. ed. São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Textos de imprensa: problemas na sua edição. Cadernos do CNLE. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol.9, n.10, p. 171-178, 2005.

VIANA FILHO, Luís. O Negro na Bahia. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

As cotas raciais sob o signo da igualdade (des)racializada: trajetórias do discurso liberal no Brasil.¹

Larissa Santos Pereira²

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão sobre o papel central que o legado liberal de um discurso “de todos e para todos” enunciado por um sujeito-de-direito ocupa na história de constituição dos discursos públicos brasileiros. A investigação das filiações históricas constitutivas deste sujeito deu-se sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso, em sua linha peuchetiana. A fim de verificar as relações discursivas entre textos contemporâneos e outros, produzidos no século XIX, o corpus se constituiu por meio do cotejo entre o discurso jurídico-liberal presente em textos atuais sobre as cotas raciais escritos por professores universitários e em trechos de um parecer sobre a emancipação dos escravos escrito por Rui Barbosa. A análise feita evidencia que a construção do discurso republicano acerca da identidade nacional se deu, por um lado, em torno da afirmação do discurso jurídico liberal e, por outro lado, da recusa do discurso do racismo científico. Assim, o posicionamento dos intelectuais brasileiros de adesão ao discurso jurídico indicou, sobremaneira, o comprometimento desse grupo social com a consolidação do projeto republicano e, em consequência, a opção pela igualdade desracializada, cuja regulamentação deveria caber exclusivamente ao Estado. Hoje, quando o sujeito professor universitário se alicerça no silenciamento deste racismo pseudocientífico para posicionar-se contrário às cotas raciais, ele está fomentando, discursivamente, a continuidade dessa tradição liberalista do discurso acadêmico brasileiro. A (re)afirmação do juridismo e do liberalismo estatal empreendida por esse sujeito indica quão atual e desafiador é o debate sobre a (des)racialização da identidade nacional e suas devidas implicações, afinal, o discurso do racismo científico foi suprimido apenas do espaço acadêmico brasileiro, continuando a fazer efeitos no cotidiano das relações sociais, inclusive no que diz respeito às hierarquias raciais, visto que raça, no âmbito sociológico, é tomada como categoria analítica fundamental para a compreensão da desigualdade social brasileira.

Palavras-chave: Cotas raciais; Discurso jurídico-liberal; Discurso racialista.

ABSTRACT: This article presents a reflection on the central role that the legacy of a liberal discourse "of all and for all" statement by a subject-of-law occupies in the history of the constitution of the Brazilian public discourse. The historical investigation of the constituent membership of this subject took place from the theoretical perspective of Discourse Analysis, in its line peuchetiana. In order to assess the relationships between discursive and other contemporary texts, produced in the nineteenth century, the corpus is formed by the cross-referencing between the liberal legal discourse present in current texts written about the racial quotas for university

¹ Este artigo integra a dissertação de Mestrado intitulada “Afinal, raças existem ou não? Uma análise do discurso sobre as cotas raciais enunciado por professores universitários”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia, em dezembro de 2010, sob a orientação da Prof.^a Dra. Rosa Helena Blanco Machado.

² Professora da rede municipal e estadual de ensino na área de Língua Portuguesa. Mestre em Estudo de Linguagens. (PPGEL/UNEB). E-mail: endiblu@hotmail.com

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

professors and excerpts from an opinion on the emancipation of slaves written by Rui Barbosa. The analysis shows that the construction of Republican discourse about national identity took around the affirmation of liberal legal discourse and the refusal of the discourse of scientific racism. Thus, the positioning of Brazilian intellectuals to join the legal discourse indicated, above all, the commitment of this social group with the consolidation of the republican project and, consequently, the choice of equal desracialized, whose rules should be left exclusively to the State. Today, a university professor when the subject is grounded in the silencing of this pseudo-scientific racialism to stand out against racial quotas, it is encouraging, discursively, the continuity of the liberal tradition of the Brazilian academic discourse. The (re) affirmation of legalism and liberalism undertaken by state indicates how this guy is challenging the current debate on the (de) racialization of national identity and its implications due, after all, the discourse of scientific racism was deleted only from the academic brazilian space, continuing to the impact on everyday social relations, including with regard to racial hierarchies, as race, sociological context, is taken as fundamental analytic category for understanding social inequality in Brazil.

Key words: Racial quotas, Legal-liberal discourse, Racial discourse.

1. Considerações iniciais

As experiências de política de cotas raciais no ensino superior brasileiro têm fomentado a intensa aparição do discurso sobre as cotas raciais. Apesar do caráter revestido de uma suposta novidade, a filiação ideológica deste discurso pouco traz de inédito, sendo que são muitos os sentidos já mobilizados que significam quando (re)visitados e postos em confronto na rede de relações fixadas através da prática social. Exatamente por mobilizar conceitos complexos, como o de identidade negra e identidade não-negra, a implantação das ações afirmativas para a população negra em todo o Brasil tem se dado em um espaço discursivo fortemente marcado pela ambiguidade, em que emergem conceitos fundamentais ao estudo sobre as relações raciais, como igualdade e racismo.

As reflexões feitas nesse artigo abordam esse tema sob o prisma discursivo, compreendendo a prática discursiva como a forma material em que os aspectos históricos aparecem, atuando não como adereços dos processos de significação de um enunciado ou outro, mas sim, como instâncias constituintes dos seus efeitos de sentido (ORLANDI, 1999 [2003]). Desse modo, o cotejo entre textos a respeito das cotas raciais escritos por professores

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

universitários³, e um parecer a respeito da emancipação dos escravos escrito por Rui Barbosa (BARBOSA, 1985) evidenciou algumas nuances da tradição liberal no discurso acadêmico brasileiro, as quais serão discutidas nas duas seções seguintes.

2. O discurso liberal enunciado por Rui Barbosa

No limiar do século XX, a adesão dos intelectuais brasileiros ao discurso jurídico liberal indicou, sobremaneira, o comprometimento desse grupo social com a consolidação do projeto de modernidade simbolizado pelo regime republicano e, em consequência, a opção pela igualdade desracializada, cuja regulamentação deveria caber exclusivamente ao aparato jurídico a ser elaborado pelo Estado. É desse lugar enunciativo que fala o sujeito Rui Barbosa. Passados cinquenta anos da Independência do Brasil, ele fazia parte de uma geração de intelectuais que avaliava a luta pela extinção do tráfico e do regime de escravidão como uma tentativa concreta de se desvincular da condição colonial, a qual, embora superada legalmente, ainda servia de obstáculo real ao desenvolvimento de atividades científicas genuinamente nacionais. (VERGARA, 2003, p.38).

O Parecer nº48-A, escolhido como objeto de análise, foi proferido por Rui Barbosa no exercício de sua atuação na Câmara dos Deputados e refere-se ao projeto de emancipação gradual do elemento servil, cujo primeiro passo foi dado na libertação dos escravos sexagenários. Datado de 04 de agosto de 1884, é um extenso e erudito documento de quase 150 páginas, em que ele destaca algumas falácias que sustentavam esse sistema, contrapondo a teoria do direito natural de propriedade alegado pelos senhores de engenho à base jurídica do direito romano.

A leitura deste Parecer reafirma a sua contundente posição liberal, cuja base argumentativa tem raízes em um projeto maior que é a implantação do Estado Republicano no

³ Os professores entrevistados – que compõem o corpo docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus/Ba) – responderam à pergunta “A UESC adotou a política de cotas com recorte racial em seu processo seletivo. O que você pensa a este respeito?”

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Brasil. Para melhor entender o discurso de Rui Barbosa (daqui em diante DRB), inscrito na Formação Discursiva Liberal, se faz necessário conhecer suas condições de produção. No que se refere ao contexto imediato, é fundamental que se compreenda a tradição científica brasileira no século XIX, em especial como as ideias liberais – cujo projeto de modernidade passava pela conquista da autonomia plena⁴ como requisito para a implantação da efetiva democracia – aqui vicejaram.

Entretanto, ainda que fosse significativa a presença do discurso liberal no Brasil, Holanda (1995[1936]) destaca que o pensamento político da época não estava restrito ao Liberalismo. Considerando esta corrente teórica como uma prática discursiva, fica fácil entender que sua constituição não se dá de maneira homogênea. Desse modo, o DRB dialoga com outras posições-sujeito, tanto no interior da FD Liberal, quanto com posições-sujeito de demais FD's, demonstrando que não somente o seu exterior é heterogêneo.

Como as fissuras discursivas caracterizam o funcionamento das FD's, a posição do sujeito Rui Barbosa não se constitui no vazio, produzindo efeitos de sentidos que afirmam a importância da liberdade, mas a cercam de restrições, o que, evidentemente, se opõe aos sentidos de liberdade irrestrita que seriam próprios da forma-sujeito liberal. O confronto entre essas duas ideias de liberdade dentro da FD Liberal reside na dupla condição do negro naquele contexto: enquanto mercadoria e enquanto homem. Esse contraste é assumido pela posição-sujeito abolicionista do DRB, que já no início do fragmento selecionado, efetua um esclarecimento a respeito das restrições de tempo e espaço para o homem recém-emancipado:

⁴ Faoro (2008 [1975]) ilustra essa concepção ampla de liberdade, no âmbito individual e no âmbito coletivo, citando um trecho de um jornal liberal da época, o *Correio Nacional*: “Emancipamos o indivíduo, garantindo-lhe a liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e de indústria; o município – reconhecendo-lhe o direito de eleger a sua polícia, de prover as suas necessidades peculiares, de fazer aplicação de suas rendas, e de criá-las nos limites de sua autonomia. A província – libertando-a da ação esterilizadora e tardia do centro, respeitando-lhe a vida própria, garantindo-lhe o pleno uso e gozo de todas as franquezas de sorte que eles administrem por si sem outras restrições além das estritamente reclamadas pela união e interesse geral” (FAORO, 2008 [1975], p.509).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Versa toda a questão em saber se essa restrição prática não importa um elemento de contradição na essência da liberdade, reconhecida aos emancipados. (BARBOSA, 1985 [1884], p.636)

Recordando o que diz Pêcheux (1997c), a respeito das formações imaginárias, é possível observar, a partir dessa referência à “essência da liberdade”, a formulação de um conceito específico para a ideia de liberdade, extraído do enunciado “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos”, do artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia Nacional Constituinte da França em 1789. A forma-sujeito histórica da FD Liberal mobiliza sentidos que retomam esse enunciado do plano interdiscursivo, atualizando-o no plano intradiscursivo.

Esses são os sentidos de liberdade que o sujeito do DRB quer preservar, mas o faz de maneira ambígua, visto que no projeto de lei nº48 é imposta uma restrição de tempo e de lugar a esse homem de sessenta anos, recém-saído do regime de espoliação experienciado na escravidão. A apreensão dessa contradição revela o trabalho ideológico na produção dos sentidos: o sujeito do DRB tanto identifica e mobiliza sentidos da memória da FD Liberal – ligados à ideia de liberdade como um direito humano, ao lado dos demais princípios franceses de igualdade e fraternidade — quanto identifica e mobiliza sentidos da memória de uma FD que não é Liberal, mas também não é Escravagista — um conceito de escravização naturalizada do sexagenário recém-liberto. A esse respeito, o enunciado abaixo, referente à restituição da liberdade, é ilustrativo:

Se, para imprimir a essa restituição o caráter de uma realidade viva, a condição moral da raça escravizada impuser ao legislador certas e determinadas providências disciplinares, que não esbulhem o liberto da mínima parcela da sua atividade em benefício alheio, desleal será indigitar como disposição avessa à liberdade o que, pelo contrário, não é senão um meio de educar, nela e por ela e para ela, **uma classe de indivíduos absolutamente despreparada para a sua [da liberdade] fruição racional e profícua.** (BARBOSA, 1985 [1884], p.636) (grifos nossos)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Note-se que o fragmento destacado traz a definição do escravo sexagenário como um ser dependente, que, diante da liberdade concedida, ainda não sabe como agir, ou seja, como uma criança a quem têm que ser ensinadas as normas de conduta social. Essa infantilização do homem escravo, corrente na literatura brasileira ainda no pré-abolição (BROOKSHAW apud PROENÇA FILHO, 2004) é contínua a concepção de escravo subserviente e servil. Entretanto, por serem enunciadas pela forma-sujeito da FD Liberal, essas ideias não podem ser concebidas como características inerentes ao escravo, mas sim, como características que, momentaneamente, lhes são atribuídas, devido a sua condição de homem escravizado. A observância do enunciado seguinte traz mais dados sobre essa questão:

Em presença da liberdade, que instantaneamente se lhe franqueia, com a imensidade do nosso território ante os olhos o liberto, nos primeiros anos da sua aclimação na terra prometida de suas esperanças, **carece de mão amparadora**, que o guie e precate contra os traços do desconhecido, **o gosto da indolência e o instinto inconsciente de aventuras**. (BARBOSA, 1985 [1884], p.636) (grifos nossos)

As expressões em destaque são significativas, por estabelecerem uma oposição entre a ideia do homem escravo e a ideia do homem escravizado. Considerando que as noções de igualdade e liberdade são centrais para os sentidos mobilizados na FD Liberal, o sujeito da DRB organiza os sentidos em um espaço discursivo em que a igualdade entre os indivíduos está condicionada ao reconhecimento dos impactos da experiência no cativeiro para o homem escravizado como obstáculos à sua adaptação às regras da sociedade pós-colonial que então se firmava. Assim, a responsabilidade pelo papel inferiorizado nas relações sociais no Brasil do século XIX é atribuída não ao indivíduo escravizado, mas ao regime que o escravizou, como se verifica no trecho abaixo:

Fixado, por um período restrito, a uma região dada, **o manumitido experimentará, naturalmente, mais ou menos, a necessidade do trabalho** e tenderá a ele pela ação múltipla das influências que o circundam. (BARBOSA, 1985 [1884], p.636) (grifos nossos)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Em que pese essa distinção efetuada pelo sujeito do DRB, o jogo metafórico próprio da prática discursiva perpassa o deslizamento dos sentidos envolvendo as questões raciais no Brasil, fato constatado nesse movimento de transferência de sentidos entre o homem escravo, o escravo liberto (o alforriado) e o homem negro livre ontem e hoje. Para melhor compreender como se dá esse jogo de significações é preciso atentar que, para a Análise de Discurso, a relação fundamental entre língua e história é marcada pelo equívoco – o sentido é sempre o mesmo e o sentido é sempre outro.

A análise do texto de Rui Barbosa em sua materialidade discursiva fornece elementos que possibilitam enxergar de que maneira a construção dessa ideia de incapacidade de adaptação do homem negro escravizado ao trabalho livre, característico da sociedade moderna, foi, paulatinamente sendo (re)significada como uma ideia de inferioridade do homem negro livre. Entretanto, o deslizamento de sentidos, caracterizado pela substituição de uma ideia por outra não implica no apagamento dos sentidos anteriores – essa relação entre o mesmo e o outro é o que garante a presença constitutiva da historicidade no discurso.

Assim, o fato de haver uma propagação de sentidos que inferiorizam o homem negro brasileiro não quer dizer que apenas essa interpretação seja possível, mas sim, que uma gama expressiva de discursos sobre as relações raciais brasileiras vem se constituindo sob essa ótica: “[...] o mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico. A historicidade está aí representada justamente pelos deslizes (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas.” (ORLANDI, 2007 [1996], p.81). Dado o lugar ideológico da forma-sujeito do DRB e dos demais sujeitos enunciadore de atuais discursos sobre as relações raciais brasileiras, verifica-se, então, esse **primado do mesmo sobre o outro**, materializado no efeito metafórico que conjuga uma identidade inferiorizada, tanto para o homem escravizado, como para o homem negro.

No processo de circulação desses discursos são significativas as reflexões feitas pelos diversos autores que, ao longo do século XIX e do século XX, dissertaram sobre o escravismo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

e/ou sobre o homem negro escravizado no Brasil. Inicialmente, põe-se em destaque o próprio Rui Barbosa, que define bem esse cenário deveras polissêmico:

Ninguém, neste país, divinizou jamais a escravidão. Ninguém abertamente a defendeu, qual nos estados separatistas da União Americana, como a pedra angular do edifício social. Ninguém, como ali, anatematizou na emancipação um atentado perturbador dos desígnios providenciais. Todos são, e têm sido *emancipadores*, ainda os que embarçavam a repressão do tráfico, e divisavam nele uma conveniência econômica, ou um mal mais tolerável do que a extinção do comércio negreiro (BARBOSA, 1985 [1884], p.547).

O escravismo, enquanto acontecimento sujeito à interpretação, não se encaixa em uma única ordem discursiva, **significando** de variadas maneiras. Em sua obra clássica, datada do século XIX⁵, Joaquim Nabuco escreveu, por exemplo, que “o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativeiro” mas, logo adiante, também afirmou que “Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras.” (NABUCO, 2000 [1883], p. 62-63). Essa oscilação entre a imagem de um homem escravo inferiorizado e a imagem de um homem negro inferior é peça fundamental no processo metafórico de deslizamento de sentidos acerca das questões raciais brasileiras, como se pode perceber pelos escritos de alguns dos autores que se debruçaram sobre essa questão.

Já no século XX, Caio Prado Jr., comentando sobre as dificuldades de mobilização e engajamento dos escravos na luta antiescravidão, diz que o tráfico trouxe ao país “africanos de baixo nível cultural” (PRADO JR., 2010 [1945], p.103). Celso Furtado, dissertando sobre a participação da população negra na economia brasileira, dá continuidade à constituição dessa imagem: “Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.” (FURTADO (2007

⁵ *O Abolicionismo*, publicado em Londres no ano de 1883.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

[1959], p.204). Por outro lado, nessa mesma obra a imagem do escravo inapto é atenuada pela influência do escravismo na sua condição moral:

[...] O homem forçado dentro desse sistema social está totalmente desparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas “necessidades”. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades — que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo — determina de imediato uma forte preferência pelo ócio (FURTADO, 2007 [1959], p.203-204).

Essa divisão de sentidos sobre a temática racial materializada na heterogeneidade de posições de sujeito dentro das FDs tem correspondência, certamente, na diversidade de posicionamentos ideológicos a respeito da questão escravista no Brasil, a qual envolve, além dos óbvios aspectos econômicos e políticos, o aspecto identitário. Nesse contexto, são importantes as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, que define o Brasil do século XIX como um país “preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa.” (HOLANDA, 1995 [1936], p.79), e de Florestan Fernandes (2008[1964]), que, ponderando sobre a abolição legal da escravidão, indica que ela não significou a imediata desvinculação do liberto de sua imagem de escravo⁶. Para esse autor, essa relação ambígua se manteve para o “homem de cor” que passou a ser vinculado ao *status* de liberto, mesmo após o limiar do século XX:

Em plena fase de consolidação da ordem social competitiva e do regime de classes, a “população de cor” subsiste numa posição ambígua, representada, confusamente, como se constituísse um estamento equivalente aos ocupados pelos “libertos” na velha estrutura social. Ora, essa situação esdrúxula é

⁶ É importante destacar que Fernandes (2008), ao fazer referência à complexidade em torno da identificação e dos padrões de hierarquização racial no século XX, dirige sua crítica à permanência de efeitos do escravismo enquanto sistema, não sendo feita menção a processos de discriminação racial prévios ao escravismo, conforme apontado por outros autores como Hasenbalg (2005 [1979]). A alusão a Fernandes não se configura como uma opção por este olhar teórico, apenas como uma tentativa de demonstrar um dos muitos olhares sobre essa questão em uma determinada época.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

altamente esclarecedora. Pois identifica quais são as raízes históricas da degradação social do “homem de cor” no seio do novo sistema econômico: a perpetuação indefinida de padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de atribuição de *status* e papéis sociais ao negro e ao mulato (FERNANDES, 2008 [1964], p.303).

Essas variadas referências ao escravismo e ao homem negro escravizado expõem a complexidade da conjuntura sócio-histórica do pré e pós-abolição: se por um lado, no DRB não havia sinonímia entre essas categorias supracitadas; por outro lado, nas práticas sociais efetivas já havia uma relação de transferência de sentidos. O *imbróglio* em torno da questão racial brasileira está ligado a essa imprecisão de termos e definições: a sociedade do pós-abolição conviveu, simultaneamente, com a ideia do escravo-propriedade e com a ideia do negro-cidadão.

Não obstante, do ponto de vista teórico, a associação entre o homem escravo e o homem negro não era, ainda, objeto de reflexão para os intelectuais da época. Com a extinção do regime escravocrata, ocorrem mudanças definitivas no modelo de sociedade, que de estamental, passa a organizar-se em classes, fazendo com que se iniciem os questionamentos sobre como proceder na nova ordem social, mas também sobre como se davam as relações na velha ordem social: “A sociedade, ao se desmitificar, sofre a convulsiva pressão de elementos que, nunca postos em debate e em dúvida, pareciam inexistentes.” (FAORO, 2008 [1975], p.515).

Com essas alusões deseja-se mostrar como, ao longo do século XX e início do século XXI, vem havendo um processo de transferência de sentidos, caracterizado pela associação entre os discursos sobre o homem negro africano, escravizado no Brasil, e os discursos sobre o homem negro brasileiro, mais especificadamente no que tange à responsabilidade pelo status social. A construção dessa equivalência entre “classe” e “raça” implica na constituição de uma imagem de desvio psicológico desse indivíduo, que vem sendo signo da ideia de alguém que produz e mantém os seus próprios problemas, como acentua Hasenbalg (2005 [1979], p.63):

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

[...] a posição subordinada dos negros é explicada como função de traços “patológicos” auto-sustentados do grupo – anomia e desorganização social, desagregação da família e cultura da pobreza. Nesse tipo de análise, os negros são apresentados como vítimas de seus supostos defeitos, o racismo branco é subestimado e a pobreza torna-se uma condição que se autoperpetua.

Nesse processo de desigualdade legitimada – em que a ênfase ao escravismo como causa natural da imbecilização ou desvario do escravo escamoteia da cena discursiva as questões raciais – o que deve ser notado é que a sua atualização em diferentes textualizações possibilita que em dois momentos históricos tão distintos — período pré-abolição da escravatura e contemporaneidade — “ser escravo” e “ser negro” signifiquem de forma recorrente, pressupondo a inferioridade negra. Esse movimento parafrástico somente é possível porque esses enunciados estão inscritos em uma FD específica, a FD Liberal, cuja matriz argumentativa está associada, dentre outros, ao princípio da igualdade sem distinções, inclusive raciais — a expressão “igualdade para todos” funciona, assim, como “não há desigualdades”.

Se, em termos discursivos, o ineditismo é mesmo uma falácia, essa equivalência entre o escravo e o negro indica um aspecto importante da historicidade constitutiva das formas de textualização dos discursos sobre as relações raciais brasileiras: ao longo do século XX e século XXI, o discurso liberal da “igualdade para todos” tem sido utilizado para atribuir ao indivíduo a responsabilidade por sua inadequação social, seja na condição do homem escravo inadaptável ao modelo republicano de sociedade, seja na condição do homem negro inadaptável a determinados padrões sociais atuais.

Dessa forma, a observância desses deslizamentos de sentidos aponta para práticas parafrásticas como “Os negros são preguiçosos”; “Eu não teria coragem de ser atendida por um médico negro”; “Você confiaria em eleger um negro para presidente da República?”; “Negros são pobres porque não se esforçam, só querem saber de festa, não gostam de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

trabalhar”,⁷ as quais atualizam o interdiscurso sobre a questão escrava no Brasil, demonstrando que, em muitos momentos da história brasileira, o sentido sobre o que é ser escravo e o sentido sobre o que é ser negro se tocam, fazendo estremecer e se entrecruzarem as barreiras das FDs em que eles são produzidos.

No que tange ao desdobramento dos sentidos, Orlandi (2001a) salienta que uma mudança da base argumentativa não implica em necessária mudança de formação discursiva, muitas vezes sendo uma “renovação” de argumentos ainda ligados à mesma formação ideológica. Entende-se, portanto, que essa imagem corrente do negro como um eterno subordinado, carente dos elementos necessários para que seja um efetivo cidadão, cômico de seus direitos e deveres, traz, em seu bojo, as ideias acerca do escravo no século XIX, próprio de uma FD racista. Dessa maneira, ainda que o DRB seja enunciado em uma FD Liberal – cujo cunho jurídico legitima a igualdade entre todas as pessoas – percebe-se, portanto, que ele desencadeia sentidos que atualizam essa natural oposição entre o ser escravo e o ser cidadão.

3. O discurso liberal enunciado pelos professores universitários

Nos dias atuais, o sujeito professor universitário, quando questionado sobre as cotas raciais, se posiciona em relação a uma memória discursiva que preconiza uma cidadania igualitária. Tendo em vista que o discurso da igualdade jurídica é voltado para as primazias do direito individual em detrimento do direito coletivo, esse sujeito identifica medidas particularistas a exemplo das cotas raciais como um atentado à liberdade individual que, desde os fundamentos republicanos, vem sendo assegurada pela norma jurídica, como sintetizam os enunciados seguintes:

⁷ Tais enunciados circulam em diversas esferas da sociedade, prioritariamente no plano das relações informais, sendo especialmente motivados pelas experiências de ascensão social de setores da população negra brasileira.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

De igual modo, penso que **o sistema de cotas fere o princípio da igualdade patente na Constituição Federal de 1988**, uma vez que trata desigualmente os egressos, priorizando os afro-descendentes. (Questionário 04)
Em outras palavras, **a Lei (se a do recorte racial existir ou qualquer regra oficial) reconhece e sustenta a desigualdade racial**. (Questionário 42)
Além do mais, por tratar diferenciadamente as pessoas, **é inconstitucional. A constituição diz que não se deve tratar diferentemente as pessoas por questão de religião, raça, cor etc.** (Questionário 33)
Se todos nós nascemos com os mesmos deveres e direitos não há para que sustentar o recorte racial. (Questionário 42) (grifos nossos)

A referência à Constituição Federal marca a retomada do discurso da “lei para todos”, que ainda vem funcionando na cena discursiva brasileira como uma condição para o ingresso na modernidade, especialmente no século XIX, quando os primeiros debates sobre a constituição de uma nação brasileira e sobre a afirmação dos direitos civis se desenrolavam em meio a um conflito teórico-prático, cujos protagonistas eram, por um lado, as concepções liberais europeias e, por outro lado, o próprio sistema escravista.

Comentando esse desejo inconcluso de importar as feições transcontinentais, Schwarcz (2009 [1973]) aponta o deslocamento e desterritorialização que caracterizaram as ideias liberais europeias em solo brasileiro. Para tanto, ele cita o teor contraditório de documentos históricos como a Constituição Brasileira de 1824, a qual, por trazer trechos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁸, só tornava ainda mais escandalosa a continuidade do escravismo no Brasil. No enunciado a seguir, tem-se uma clara expressão desse movimento de paráfrase em que são retomados os princípios libertários da Revolução Francesa:

Sou contra. O princípio de recorte racial fere **meus princípios baseados de sociedade igualitária e de democracia que, talvez, adquiri porque nasci numa sociedade européia baseada em princípios sacramentados (“Liberté, Egalité, Fraternité”) além de um anti-racismo fortemente estabelecido (apesar de existirem diversas falhas).** (Questionário 42) (grifos nossos)

⁸A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujas bases são iluministas, foi aprovada em 26 de agosto de 1789 pela Assembléia Nacional Constituinte da França revolucionária.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Cientes de que o sentido não existe por si só, mas somente em referência às condições de produção do discurso, atente-se para o fato de que a associação entre democracia e anti-racismo só é possível mediante a intervenção dos princípios burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse contexto, a ideia da identificação racial do ser humano como um ato racista, retomada pelo sujeito do discurso da igualdade jurídica, está relacionada à rede discursiva produzida em função das políticas raciais e racistas ocorridas ao longo do século XX, como práticas de eugenia racial fomentadas pelo regime nazista europeu e pelo regime segregacionista (*apartheid*) na África do Sul e nos EUA. Assim se explica a evidência da relação de sentidos mobilizada por esse sujeito — só é democrática a sociedade que reconhece no recorte racial uma forma de racismo.

Esses aspectos sócio-históricos afluem na constituição do discurso acadêmico sobre a não racialização das relações raciais no Brasil, integrando a memória de uma Formação Discursiva Culturalista, em que a não racialização surge, portanto, como uma forma de combate ao racismo. Dessa maneira, esse cenário, em que a alusão ao princípio igualitário no plano teórico já implica na dissolução das diferenças e das desigualdades sociais no plano prático, é retomado pelo sujeito do discurso da igualdade jurídica, conforme se percebe nos enunciados abaixo:

Portanto, creio q **este processo seletivo fere o princípio de igualdade entre os cidadãos, independentemente, de qualquer circunstância.** (Questionário 20)

Tal política viola **o princípio da igualdade** por dispensar tratamento diferenciado a pessoas consideradas integrantes de uma ‘raça’ que **estaria em situação de desigualdade** em relação às demais ‘raças’. (Questionário 17)

Tal política **viola** o princípio da igualdade. (Questionário 17)

De igual modo, penso que o sistema de cotas **fere** o princípio da igualdade patente na Constituição Federal de 1988, uma vez que trata desigualmente os egressos, priorizando os afro-descendentes. (Questionário 04) (grifos nossos)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Tal posicionamento ideológico remonta ao final do século XIX, quando a modernidade republicana almejada pela *intelligentsia* brasileira implicava em abrir mão das tradições imperiais, em que a burocracia e a justiça eram regidas pelo clientelismo. Entretanto, o sistema econômico e político brasileiro não conseguiu se libertar totalmente dessas raízes, senso mais fácil, portanto, a criação de um espaço quimérico de democracia, que de tão repetível, torna-se factual, como salienta (Schwarcz (2009[1973], p.155): “Assim, com método, atribuiu-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc.”

No que se refere à formulação e circulação dos sentidos discursivos, o que se deve enfatizar aqui é que, ao calcar-se unicamente na alusão ao princípio da igualdade formal, essa ênfase enunciativa dada à equidade não só torna injustificável um sistema racalista como a política de cotas raciais, como também põe sob o signo da dúvida a ausência de igualdade material entre todos os cidadãos brasileiros. Tal desconfiança pode ser verificada no trecho em que se destaca o uso do verbo **estar** no futuro do pretérito. O emprego de **estaria** assinala a movência neste discurso, que trata a situação de desigualdade como uma suposição, algo que é possível, mas que ainda não foi comprovado.

Outro traço pertinente à constituição de sentidos é a flexão no tempo presente dos verbos **violar** e **ferir**, conforme foi destacado. Essa flexão verbal confere ao enunciado um valor de verdade compreensível e aceitável, a partir da definição de Jespersen (1954, apud CORÔA, 2005, p.41), para quem o tempo presente pode ser percebido como um ponto sem duração definida que aponta sempre para frente e cuja extensão é variável. Ou seja: a legitimação da carga semântica desses verbos – fortemente ligados a um cenário de violência e agressão – se dá exatamente porque o emprego no tempo presente cria um mundo em que são incontestavelmente frequentes estes atos (ilícitos) de violação e ferimento.

Esses três exemplos – o uso convicto de **violar** e **ferir** bem como a situação hipotética instaurada pelo **estaria** expressam a impossibilidade de um Brasil dividido racialmente e, sobremaneira, de um Brasil sem a proteção da lei. Estabelecendo uma comparação, pode-se

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

considerar que tanto a discrepância entre teoria e prática apreendida por Schwarcz (2009 [1973]) em documentos históricos e textos literários brasileiros, como a alusão à Constituição Federal feita pelo sujeito do discurso da igualdade jurídica, cumprem o papel de instituir um fundo falso de **igualdade para todos**, que é extremamente eficaz na construção e manutenção de uma ideia democrática de realidade.

Para uma melhor observância deste aspecto é proveitoso notar que a premissa “todos os homens são iguais perante a lei”, peculiar à FD Liberal, apaga os traços distintivos dos lugares sociais, estratégia que reduz o interlocutor a um estado de silêncio (ORLANDI, 2007 [1996]), ou seja, é como se todos os sentidos e posições de sujeito possíveis já estivessem (pré)determinadas em um campo reconhecidamente igualitário, onde não há diferenças e tampouco desigualdades sociais, sendo inusitado qualquer discurso que contrarie esta ordem estabelecida.

4. Considerações finais

Pensando na perspectiva não racialista, põe-se em destaque o discurso liberal aqui analisado, o qual se ancora nas práticas jurídicas, ou, mais precisamente, nessa “forma plenamente visível da autonomia” (PÊCHEUX, 1997c, p.182) – a que corresponde o sujeito-de-direito em nossa sociedade. O efeito de onipresença do discurso jurídico atua produzindo um sujeito mensurável cujo critério de medida é exatamente a submissão à lei.

A este respeito, Miaille (apud LAGAZZI, 1988) explica como, nas sociedades capitalistas, opera um “imaginário jurídico”, responsável por deslocar as normas jurídicas do modo de produção para o cotidiano das relações sociais. Em outras palavras: tudo se passa como se o próprio homem fosse a “fonte do direito”, capaz de regular e implantar a justiça. Dessa maneira, amparado pelo princípio da isonomia jurídica, este sujeito-de-direito tanto pode ser todos como pode ser qualquer um.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Ao dirimir as especificidades individuais, o tom generalizante da premissa jurídico-liberal não dá espaço à interpretação ou dúvida, compondo o que a sociedade – e não só a universidade, frisa-se – avalia como um discurso legítimo. Esse contorno jurídico confere-lhe, por conseguinte, um efeito de verdade cuja origem ninguém sabe assinalar, mas todos reconhecem como verossímil, corroborando o que diz Foucault (2004[1996], p.22, grifos do autor): “discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, **são ditos**, permanecem ditos e estão ainda por dizer.”

Dessa maneira, a saturada literalidade que termos como **Constituição**, **Lei** ou **princípio de igualdade** apresentam na sociedade brasileira e, singularmente, no discurso contrário às cotas raciais enunciado por professores universitários inscrito na FD Liberal, está relacionado ao movimento ideológico de atribuir ao componente jurídico uma dimensão similar a de um *deus ex-machina*, preexistente e necessária para a organização social brasileira, como demonstra Pêcheux (1990, p.11-12, grifos do autor):

Espaço da artimanha e da linguagem dupla, linguagem de classe secreta onde o “bom entendedor” encontra sempre sua salvação, a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social [...] os objetos ideológicos são sempre fornecidos concomitantemente com a maneira de se servir deles, com a pressuposição de seu “sentido”, quer dizer, também com a sua *orientação*.

O ato de fazer intervir essa memória jurídico-liberal demonstra como esses discursos contrários às cotas raciais produzem um efeito de unidade nacional condicionado à concordância desses princípios jurídicos. Nesse contexto, a perspectiva de racialização da população brasileira – defendida nos discursos favoráveis às cotas raciais – funciona como uma fragmentação dessa unidade garantida pela “Lei”. É por esse motivo que o discurso de Rui Barbosa ancora-se na defesa da liberdade para os escravos sem que seja feita a referência explícita à condição racial desses homens escravizados: a sua inscrição na FD Liberal lhe

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

garante a possibilidade de pensar um Brasil isonômico cujo alicerce é uma cidadania não racializada.

No início do século XX a construção do discurso republicano acerca da identidade nacional se dava em torno do embate entre o discurso jurídico liberal – defendido pelos “homens da lei” ligados às escolas de Direito – e o discurso do racismo científico – defendido pelos “homens da sciencia” ligados às escolas de Medicina, conforme lembra Schwarcz (2008 [1993]). Assim, o posicionamento dos intelectuais brasileiros de adesão ao discurso jurídico indicou, sobremaneira, o comprometimento desse grupo social com a consolidação do projeto republicano e, em consequência, a opção pela igualdade desracializada cuja regulamentação caberia exclusivamente ao aparato jurídico estatal.

É também em relação a essa memória que, nos dias atuais, o sujeito professor universitário se posiciona, fomentando, assim, a continuidade da tradição liberalista do discurso acadêmico brasileiro a respeito da ideia de nação. A (re)afirmação discursiva do liberalismo na esfera estatal empreendida por esse sujeito indica quão atual e desafiador é o debate sobre a (des)racialização da identidade nacional e suas devidas implicações, visto que a imbricação entre a FD Liberal e a FD Culturalista, além de demonstrar o caráter heterogêneo de toda formação discursiva, indica a importância dessas FD's na constituição dos discursos sobre raças no Brasil.

No século XIX, tomou forma em todo o mundo, o discurso do racismo autorizado pela ciência. Na atualidade, o discurso contrário às cotas raciais enunciado pelos professores universitário, calca-se no necessário silenciamento deste racismo pseudocientífico. Todavia, este discurso foi suprimido apenas do espaço acadêmico brasileiro, continuando a fazer efeitos no cotidiano das relações sociais⁹, inclusive no que diz respeito às hierarquias raciais, visto que raça, no âmbito sociológico, é tomada como a categoria analítica

⁹ Schwarcz (2008 [1993], p.247) sintetiza bem essa dicotomia: “A raça se discute entre ‘pessoas’ – nos conflitos diários, nas clínicas médicas, na personalidade das personagens dos romances científicos da época; a lei, entre ‘indivíduos’, ou melhor, entre os reduzidos cidadãos dessa grande nação que participam das esferas políticas decisórias dos debates externos e diplomáticos”.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

fundamental para a compreensão da desigualdade social brasileira. Por esse motivo, o sujeito do discurso favorável às cotas raciais interpreta o projeto republicano de modernidade pautado na supressão discursiva do escravismo como uma tentativa de apagamento não só da desigualdade jurídica, como também da história de discriminação racial que sustentou esse regime.

Na perspectiva da Análise de Discurso, essa divisão dos sentidos – em que a racialização ora é uma forma de racismo, ora é uma forma de combater o racismo – é um traço da historicidade que é próprio da constituição do discurso. Para que o discurso sobre as cotas raciais faça sentido, ele **precisa** refratar os sentidos (pré) existentes sobre a questão racial no Brasil, materializando, assim, os processos ideológicos de significação. Dessa maneira, o real da língua é um objeto apenas idealizado, inapreensível exatamente porque sua definição excede o sistema linguístico: o desaparecimento do “problema racial” do espaço discursivo acadêmico sob o manto da igualdade não implicou em seu desaparecimento da memória discursiva acerca das relações raciais brasileiras. E, é esta memória, permeada por contradições históricas, que hoje irrompe no discurso sobre as cotas raciais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. Parecer nº48-A: Sobre o projeto de emancipação dos escravos. Sessão de 04 de agosto de 1884. In: Discursos Parlamentares: Rui Barbosa. Seleção e introdução de Evaristo Moraes de Filho. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1985.
- CORÔA, M. L. M. S. O tempo nos verbos do português. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008 [1975].

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça” branca, volume I. 5.ed. São Paulo: Globo, 2008 [1964].
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2004 [1996].
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].
- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, Editora IUPERJ, 2005 [1979].
- HOLANDA, S.B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1936 [1995].
- LAGAZZI, S. O desafio de dizer não. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- NABUCO, J. O abolicionismo. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo). Publifolha, São Paulo: 2000 [1883]. Disponível em <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em 08 set.2009.
- ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001a.
- ORLANDI, E. P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999 [2003].
- ORLANDI, E. P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2007 [1996].
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões e Deslocamentos. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos (19). Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997c.
- PRADO JR., C. História econômica do Brasil. (Ano de publicação: 1945) Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/8614987/Caio-Prado-Junior-Historia-Economica-Do-Brasil>>. Acesso em 17 ago. 2010.
- PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: Estud. av. vol.18 nº50. São Paulo Jan./Abr.2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100017&script=sci_arttext>. Acesso em 15. Abr. 2010.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1993].

SCHWARCZ, R. As idéias fora do lugar. In: Estudos CEBRAP, nº 3, 1979. p.149-162.

Disponível em:

<http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/estudos_cebrap_3_as_ideias_fora_do_lugar.pdf>. Acesso em 09. Set. 2009.

VERGARA, M. de R. A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. (Tese de doutorado). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro: 2003.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

As escolhas lexicais de Doutor Remédios Monteiro e a composição do seu discurso memorialista

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz¹

RESUMO: Apresenta-se o texto memorialístico de Doutor Remédios Monteiro, que o escreveu para sua filha, D. Elvira Monteiro, a qual o repudiou, escrevendo ao lado da primeira folha que seu pai não devia ter escrito. A partir das escolhas lexicais do autor, traça-se a composição de seu discurso memorialista.

Palavras-chave: Discurso Memorialista; Escolhas Lexicais; Doutor Remédios Monteiro; Século XIX.

ABSTRACT: Present the text of memoirs of Doctor Remédios Monteiro, who wrote it with the objective to leave it for his daughter, Ms. Elvira Monteiro, who repudiated him by writing in the margin of the first page that her father should not have written them. From the lexical choices of the author, it is mapped the composition of his memorial.

Keywords: Discourse Memoirist; Lexical Choices; Doctor Remédios Monteiro; 19th Century.

1. Introdução

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.
(MEIRELES, 1972, p. 63)

Recordar... De acordo com acepção apresentada no dicionário *Aurélio Século XXI* (FERREIRA, 1999, p. 1720) significa: “1. Fazer vir à memória; lembrar-se de; lembrar”. É isso que faz Doutor Remédios Monteiro, médico brasileiro que nasceu a bordo do navio Nos-

¹ Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Integrante do corpo docente dos seguintes programas: Literatura e Diversidade Cultural e Estudos Linguísticos. E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

sa Senhora do Socorro, em seu trajeto de Goa ao Brasil, em 16 de novembro de 1827, quando escreve seu texto autobiográfico para sua única filha, D. Elvira Monteiro.

A memória pessoal é também social, familiar e grupal. Para Platão [(428/27 a.C.-347 a.C.)] e Aristóteles [(384–322 a.C.)], a memória se constitui de dois diferentes momentos: um denominado por "conservação de sensações", caracterizado pela conservação de conhecimentos passados e o outro chamado de "reminiscência", que consiste na possibilidade de evocar esse conhecimento passado e atualizá-lo, tornando-o presente. O primeiro caso refere-se à “memória retentiva”, e o segundo, à “memória como recordação”.

A memória, no sentido de reter informações, está relacionada a um conjunto de funções psíquicas, sendo estas às quais o homem pode recorrer para atualizar impressões ou informações passadas. Segundo Bosi (1987, p. 9): “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.”

Para quem recorda, o afloramento das lembranças se constitui como uma tarefa, a qual deve realizar pacientemente. As lembranças que vêm a lume representam apenas um fragmento de memória, pois esta é um cabedal infinito. “A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade.” (LE GOFF, 2003, p. 434).

Para os povos latinos, a memória reúne as percepções dos sentidos, sendo por meio da reminiscência que estes são constituídos. Os latinos viam da mesma maneira a formação das imagens – *memorare*, que os gregos designavam por *phantasia*. Na mitologia grega, as Musas são filhas da memória.

TABULEIRO DE LETRAS

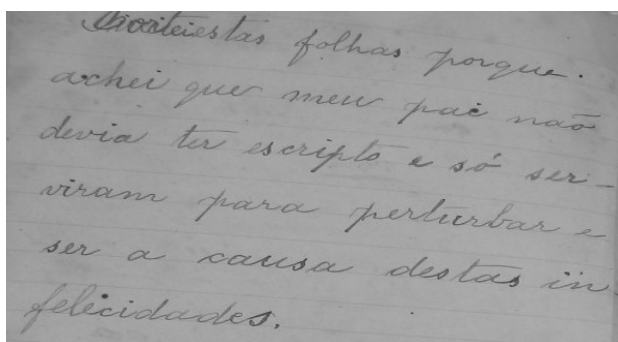
Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

As lembranças, quando materializadas em imagem, trazem à consciência aquele momento da vida que é único, que não será repetido, pois é irreversível. O ato de lembrar é evocativo, porque ocorre por via da memória. Para Bergson (*apud* BOSI, 1987, p. 10), “[...] é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.”

Na luta entre a memória (*anamnesis*) e o esquecimento, encontra-se Doutor Remédios Monteiro, desejando que sua filha tenha em seu texto autobiográfico o antídoto para uni-los além da vida e da morte. Contudo, D. Elvira, sua filha, repudia a lembrança, registrando no próprio caderno em que seu pai escreveu suas memórias o seguinte texto: “Cortei estas folhas porque achei que meu pai não devia ter escripto e só serviram para perturbar e ser a causa destas infelicidades.” (MEMÓRIAS, f. 1v, l. 1-6).

Fig. 1: Folha 1v do Caderno em que constam as Memórias de Doutor Remédios Monteiro



2. A narrativa memorialística

O texto memorialístico é uma narrativa, ou seja, é uma forma de olhar o real, de dizer o mundo. Na narrativa memorialística: descreve-se, discorre-se, explica-se, interpreta-se a realidade. Assim como a memória, a história está inserida nessa categoria, pois, segundo Pesavento (2006, *on line*), ambas “[...] são representações, ou seja, são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

mundo do vivido e que mesmo se substituem a ele. Mais do que isto, história e memória são discursos portadores de imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala.”

Contudo, a memória enquanto forma de narrativa se distingue de outros discursos, pois seu objeto é um tempo transcorrido, ou seja, o que se presentifica no discurso memorialístico pertence a um tempo físico já escoado. Neste sentido, o esforço da imaginação traz à tona imagens e discursos que não pertencem nem ao passado e nem ao presente, mas a um tempo histórico ou memorialístico. Para Benjamin (1985, p. 37), “[...]o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

De acordo com Pesavento (2006), o discurso memorialístico apresenta narrativas verossímeis, pois poderiam ter acontecido, sendo verdadeiras em sua ilusão referencial. “A memória ‘aparece’ como verdadeira, legitima-se como tal, mas trata-se de uma representação do ocorrido.” (PESAVENTO, 2006, *on line*). O discurso memorialístico é uma narrativa de reconfiguração temporal. A formação da memória individual ocorre, quase sempre, envolvendo tensões, a partir da conjunção de várias memórias, sejam estas pessoais, familiares, grupais, regionais, dentre outras.

Os indivíduos são seres que ocupam um lugar social e temporal. No discurso memorialístico, o sujeito é aquele que rememora, evocando aquilo que foi vivido, resgatando as lembranças, seletivamente. Neste sentido, esquece e exclui, consciente ou inconscientemente. Assim, a constituição da subjetividade do sujeito se dá através da linguagem. É através da linguagem que o homem se comunica e transmite seu pensamento, ou seja, que dá forma a valores, crenças, objetivos, sentimentos, enfim tudo aquilo que perpassa pela sua consciência em seu dia a dia. De acordo com Benveniste ([1902-1976]): “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro.” (1989, p. 93).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

3. Doutor Remédios Monteiro: um breve relato de sua vida

Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro nasceu a 16 de novembro de 1827, quando ocorria a mudança de seus pais da Índia para o Brasil. Estes, Sr. Joaquim Eleutério Monteiro e Sr^a. Maria Thereza Monteiro eram de origem brâmane, tendo ele nascido na Índia portuguesa e ela na Índia inglesa.

A família Monteiro instalou-se no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Foi nesta cidade que Doutor Remédios iniciou seus estudos de medicina, com uma breve passagem por Paris, onde foi para aprofundar seus conhecimentos na área médica. Já diplomado, Doutor Remédios mudou-se para Resende, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Nesta localidade, com a ajuda de um primo, começou a medicar, sendo aí também que contraiu tuberculose, doença que o acompanhou pela resto de sua vida e que foi o motivo de sua vinda para a Bahia. Em Salvador, escreveu artigos para a Gazeta Médica: *Transfusão do sangue*, *Vacina*, *Apontamentos para a história natural do cordão do frade*, *Ensino médico*, *Pasteur e suas doutrinas*, *Caso de soluço curado pelo jaborandi*, *A Feira de Santana como sanatório de tuberculose pulmonar*, dentre outros. Soube que Feira de Santana, cidade do interior do estado, possuía um bom clima para tratar do seu problema de saúde, mudando-se para lá provavelmente no final dos anos de 1870.

Em Feira de Santana, local onde passou seus últimos anos de vida, vindo a falecer em 1901, o Doutor Remédios participou da política local, elegendo-se vereador. Ocupou-se da construção da Biblioteca Municipal e do Matadouro Público, pois a higiene e a educação públicas eram seus motivos de grande preocupação.

3.1 O texto memorialístico de Doutor Remédios Monteiro

Doutor Remédios Monteiro escreveu seu texto memorialístico em um caderno pautado, tipo escolar, medindo 220mm X 170mm, com 67 (sessenta e sete) folhas, 55 escritas

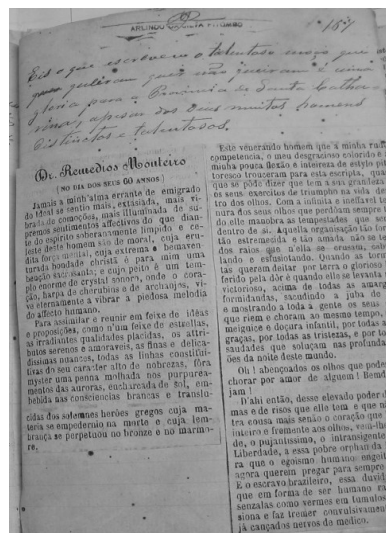
TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

só no recto; 2, só no verso e 10, recto e verso, em razoável estado de conservação. Algumas folhas apresentam numeração. Não consta nenhuma datação, pois Doutor Remédios não informa quando começou e nem quando terminou de escrever.

Fig. 2: Folha 167r



O caderno que contém as Memórias do Doutor Remédios Monteiro encontra-se hoje no acervo da Biblioteca Setorial Monsenhor Galvão, sediada no Museu Casa do Sertão, órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Este documento é uma fonte rica de informações da segunda metade do século XIX, oferecendo diversas possibilidades de estudo em várias áreas, sejam elas a História, a Filologia, a Literatura, a Medicina, etc.

Sua filha, D. Elvira, além de escrever no texto do próprio pai, também mutila o caderno, cortando e colando folhas. Folhas coladas: 129 e 130a; folhas rasgadas: 171 e 174; colado recorte de jornal sobre o sexagésimo aniversário do Dr. Remédios Monteiro: folhas 167 e 168.

Doutor Remédios Monteiro constrói seu texto evidenciando sua formação ideológica a fim de persuadir sua filha a segui-la. Segundo Citelli (2005, p. 14): “Quem persuade leva o outro a aceitar determinada idéia, valor, preceito.”

[...] É o padrinho de bapti / smo de minha filha. **Como escrevo / estas recordações para minha filha, / desejo** que ella ame, estime e res / peite o bom parente que me soc / correu com a sua bolsa, me gui / ou com seus

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

conselhos e comple / tou minha educação científica. (MEMÓRIAS, f. 14r, l. 22 e 23 ; f. 15r, l. 1-6).

Para Doutor Remédios, o que mais importava eram: o respeito ao outro, a filosofia cristã, a devoção, a gratidão, o exercício da medicina. Foram estes valores que passou para a sua filha, enfatizando-os em todo o seu discurso memorialístico. Segundo Bosi (1987, p. 10): “A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento.” Neste sentido, age Doutor Remédios, ao tentar induzir a sua filha a seguir o seu comportamento.

Doutor Remédios era um homem devoto. Era católico e prezava muito a filosofia cristã.

Foi por esse tempo / que li os livros que mais profunda / mente deviam actuar sobre o meu / espirito, incluindo nesse numero / as Minhas prisões e os de / veres do homem por Silvio Pellico. / Só quem não leu / este escripto ignora o valor dos seus / primorosos e eloquentes escriptos , un / gidos da mais pura philosophia / christã, escriptos sob a inspiração do Evangelho. (MEMÓRIAS, f. 13r, l. 5-16)

Nas minhas horas e nos meus dias de sof / frimentos em consequencia das hemophyses que me podiam fulminar, nos / meus desgastes, magoas e tristezas, só / tenho encontrado em um livro a resigna / ção, a consolação e todo o conforto que / meu espirito abatido carecia. Esse li / vro que se tem constituido o meu guia / na **velhice** é a Imitação de Jesus / Christo, escripto segundo uns pelo francez João Gerson, segundo outros pelo / conego Thomaz Kempis. (MEMÓRIAS, f. 4r, l. 1-12)

Mais tarde, quando estava em / idade de comprehender o valor das / **orações**, meu pae explicou-me os / **Mandamentos da Lei de Deus**. Assim / os mestres ou os educadores do meu co / ração foram meu pae e minha mãe / Meu pae, que havia relido muitas / vezes a **Bíblia** e era profundamente / **espiritualista**, ensinou-me a vida de / **Jesus Christo** e a ser verdadeiro e bom. / Ambos davam-me o exemplo por pa / lavras e actos. Ambos queriam fazer / de mim um homem feliz, um espirito / são; creio que o fizeram. (MEMÓRIAS, f. 127r, l. 5-18)

Para Doutor Remédios, o livro a *Imitação de Jesus Cristo* o ensinava a sofrer e a perdoar, a manter a paz de espírito, a saber resignar-se e a reproduzir em si mesmo a imagem

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

de Cristo. Desde cedo estive em contato com a filosofia cristã, pois estudei latim, francês e aritmética com um monge beneditino, Padre José de Santiago Mendonça.

Estudei primeiras letras, latim, francês e arithmetica no collegio do padre mestre José de Santiago / Mendonça, que havia sido monge / beneditino. **Esse collegio, um dos / melhores do tempo e talvez superior / a alguns da actualidade**, era no / bairro da Saude, perto da minha / residencia na rua do Livramento. (MEMÓRIAS, f. 6r, l. 3-11)

Doutor Remédios Monteiro, ao estruturar o seu texto memorialístico, parte de sua vontade pessoal, construindo assim um tecido discursivo no qual são delineados os aspectos sócio-históricos e linguísticos. A direção que toma o seu discurso evidencia os valores que marcam a sua tradição social e mostra que o seu discurso está permeado por outros discursos: da igreja, da escola, do regime militar, da família, etc. Para Bosi (1987, p. 11):

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (grifos da autora)

Em suas recordações, Doutor Remédios rememora o encontro com alguém que se tornou seu grande amigo. A amizade, então, é também um bem inestimável, o qual será tratado em todo o seu texto memorialístico.

O acaso fez com que eu me encontrasse uma tarde em um leilão / de livros com o dr Domingos Jacy / Monteiro. Tinha eu provavelmente / nessa época vinte annos elle vizi / velmente mais moço. Eu já cursava / o 2º anno medico, elle ain / da não se havia matriculado na Es / cola de Medicina. [...] **Seria muito longo narrar aqui / como se evoluiu o nosso primeiro co / nhecimento até tornar-se na ami / sade mais antiga, mais dellicada, ma /**

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

is solicita, mais fiel. Basta dizer / que **nelle encontrei um amigo since / ro.**
(MEMÓRIAS, f. 2r, l. 1-21)

Minha **molestia** e / a **lucta pela vida separou-me** in / teiramente **dos meus
melhores / amigos** para nunca mais tornar / a vel-os. **Isto enche-me a alma
de / tristeza e de saudades.** Tenho vivido / na Feira de Sant'Anna em uma es
/ pecie de solidão moral. (MEMÓRIAS, f. 139r, l. 5-12).

Como Doutor Remédios escreve as suas Memórias para a filha, ela é sempre citada.
As referências que lhe dá são sempre relativas ao bom comportamento dos avós e da mãe.

Tenho no céu um ente que me foi / caro para entecer por mim na terra. /
Que minha filha seja a herdeira de / suas virtudes. Que **continue boa
filha** / como tem sido até hoje. E se algum dia / **fôr esposa faça a felicidade
do seu / marido** – sendo **mulher virtuosa, forte / e prudente** e dê [...] a
seus filhos / boa e completa educação, o mais pre / cioso **thesouro,** que
recebi de meus paes. (MEMÓRIAS, f. 129r, l. 14-23)

O texto memorialístico de Doutor Remédios Monteiro, além de ser um relato pessoal,
é também social, ideológico e cultural. Em suas reminiscências, pode-se conhecer um pouco
da sociedade brasileira do século XIX, bem como de suas posições político-filosóficas.

[...] no Brasil sob / o reinado de D. Pedro II, **sou mo / narchista,** porque
aqui **a monarchia / não tem sido um obstaculo a liber / dade.**
(MEMÓRIAS, f. 135r, l. 3-7)

Emfim desapareceu do Brasil essa mancha de lama, esse crime, essa
selvageria chamada escravidão. (MEMÓRIAS, f. 169r, l. 20-23)

Este meu bom e velho amigo tem sido / sempre muito estudioso e
trabalhador. / **Coordenou e deu á luz as obras de / Alvares de Azevedo** por
amizade a / elle e ao pai, que era formado em / sciencias juridicas e sociaes.
[...] / O **doutor** Jacy Monteiro **conhecia mui= / tos dos seus escriptos, de
lêl-o ou de / recital-os, e entendia muito bem / a sua letra miúda,** o que
era ne= / cessario para decifral-os, mór= / mente por causa das entrelinhas, /
emendas, etc. (MEMÓRIAS, s. n. de fôlio, l. 11-22)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Mesmo sendo um homem virtuoso e respeitador da filosofia cristã, Doutor Remédios, como um ser que representa o seu tempo e cuja característica não está tão distante do momento presente, carregava dúvidas e incertezas diante da vida.

Não posso descrever o **terror que / se apoderava** de mim quando tinha / de **receitar a qualquer doente: tudo / eram embaraços, dúvidas e incerte-** / **zas a respeito do diagnostico e da / terapeutica.** (MEMÓRIAS, s. n. de fôlio, l. 7-11)

Mesmo com dúvidas, Doutor Remédios exerceu a profissão de médico com dedicação, paciência, amor e abnegação:

Não conheço **profis / são que exija mais instrucção, sa / cerdocio de mais grave e perigosa / responsabilidade do que o exerci / cio da medicina.** Só Deus sabe / quantas vezes maldice esta pro / fissão que tão voluntariamente / abracei, e que entretanto me tem / permitido exercer largamente / a caridade! No goso intimo de / minha consciencia tenho sempre / encontrado a recompensa dos / serviços prestados, a compensação das / dificuldades com que lutei desde / o principio de minha carreira medica / até hoje. Quanto às injustiças e / ingratidões depressa me esqueço / dellas. **O dever tem sido o principio / director de meus actos como medico. / [...] Si eu não fosse medico como seria util / aos meus semelhantes não possuindo / riqueza?!** (MEMÓRIAS, f. 15r, l. 12 – 23 ; f. 16r, l. 1 – 15)

De personalidade modesta, Doutor Remédios não cultivava a ambição, não almejava grandes postos na sociedade. Achava a sua vida obscura.

Não me doe a obscuridade por / quanto não aspirei essas grandezas / que umas vezes constituem a gloria / outras vezes soffrimentos para / alguns homens. Estudei para não ignorar, mas não para sobressair. A / minha natureza naturalmente ti / mida não impellia-me para gran / des e altos feitos [...] (MEMÓRIAS, f. 11r, l. 4-12).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

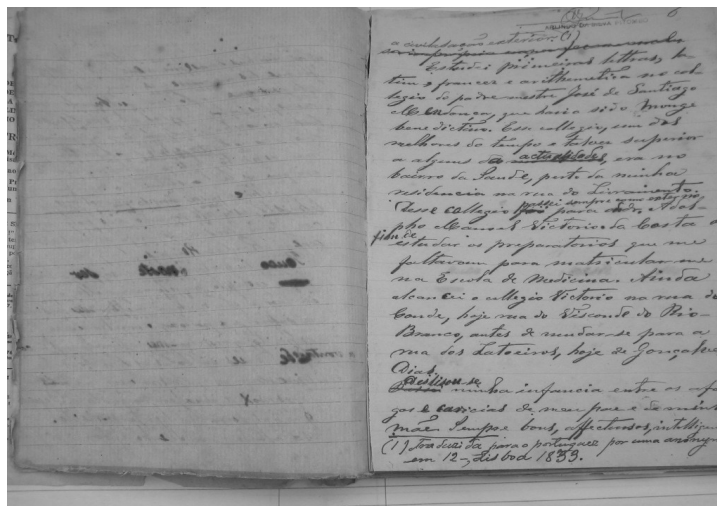


Fig. 3: Caderno no qual constam as Memórias do Doutor Remédios Monteiro

4. Conclusão

O discurso perpetrado em um texto memorialístico é marcado por um desejo de verdade, que resulta em verossimilhanças e credibilidade, legitimado pela autoridade da fala, da argumentação e da retórica. Doutor Remédios Monteiro, ao escrever seu texto memorialístico, deixava para sua filha uma narrativa marcada pelas suas crenças, seus hábitos, suas ideias de homem em seu contexto histórico e social. Segundo Pesavento (2006, *on line*): “É neste momento, de partilha de uma sensibilidade – a capacidade mental de lembrar e reter imagens de uma experiência passada, bem como de interação entre o indivíduo com o social -, que a memória se torna histórica.”

O texto memorialístico de Doutor Remédios Monteiro representa não apenas um relato pessoal, mas um documento que fornece dados histórico-culturais tanto locais quanto nacionais, transpondo as fronteiras da comunicação interpessoal (pai para filha), tornando-se um documento histórico. De acordo com Le Goff (2003, p. 469), “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* (grifo do autor), individual ou coletiva, cuja

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”

O texto das Memórias de Doutor Remédios Monteiro, constante em um caderno tipo escolar irremediavelmente mutilado pela pessoa para a qual se destinava, possui um valor inestimável para diversas áreas do conhecimento. Apesar dos cortes, das folhas rasgadas e coladas, feitos por D. Elvira em repúdio ao texto do pai; além do estado precário de conservação, é um documento de interesse para diversas áreas do saber, pois é o retrato de uma época, materializado pelas lembranças de um homem. Nessa direção, afere Le Goff (2003, p. 471): “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” Neste sentido, devemos buscar, de todas as formas possíveis, a preservação dessa memória, dessa história, a fim de que o nosso presente seja também fonte da memória.

Doutor Remédios Monteiro, na organização de seu texto memorialístico, visava à adesão de sua filha aos seus argumentos. A sua vontade de dizer coisas e o modo como dispôs as palavras revelou seus comprometimentos ideológicos. Estes estavam ligados à filosofia cristã.

No dia seguinte, depois de pernoitar / na Cachoeira parti as 7 horas da / manhã para a Feira de Sant’Anna / onde chegava cheio de **esperança de / prolongar minha vida** que a amo / pelas razões que Silvio Pellico manda / amal-a no seus notaveis – **Deveres do ho= / mem** – “Ame-a pelo que ella tem de im= / “portante, de grande, de **divino!** Ama-a / “porque ella é a **arena do merito** , porque / “ella é **caza do Todo Poderoso**, ella é glo= / “riosa; porque ella é tambem gloriosa / para nós e necessaria.” (MEMÓRIAS, f. 145r, l. 2-14)

constitue para mim um galar= / dão e uma recompensa aos servi= / ços que prestei a mais santa causa / que se debateu em prol da civili= / sação, do **direito**, da **justiça** e da / **religião daquelle que deixou-se cru= / cificar pela redempção da humani= / dade.** (MEMÓRIAS, f.169r, l. 3-9)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Doutor Remédios, ao escrever o texto de suas memórias, rememora a sua vida desde os tempos de estudante de Medicina em Paris. Relembra os anos difíceis pelos quais passou quando enfrentou dificuldades financeiras e problemas de saúde. Além disso, critica o regime escravocrata vivido no Brasil e, juntamente com ele, as injustiças sociais do seu tempo. Destarte, pode-se concluir que todo texto tem múltiplas intencionalidades, não sendo desprovido de ideologias, não escapando disso o texto de Doutor Remédios, pois, como afirma Barros (2004, p. 188), “[...]o texto se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação, e também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas, como um objeto de comunicação.”

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (Org.) (2004). Introdução à linguística II: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-219.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: _____. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985, v. 1.
- BENVENISTE, Émile [1902-1976]. Problemas de linguística geral II. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas-SP: Pontes, 1989.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. 16. ed. rev. e atual. 2. imp. São Paulo: Ática, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda [1910-1989]. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. 4. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8. ed. rev. e atual. 2. imp. São Paulo: Ática, 2005.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

MEIRELES, Cecília. Retrato. In: _____. Flor de poemas. Rio de Janeiro: Aguilar/INL, 1972.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. A escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

ROUSSET, J. Le journal intime. Texte sans destinataire?, Poétique, Paris, n. 56, p. 435-443, 1983.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Eu não vi, mas me contaram...

Mariarosaria Fabris*

RESUMO: A oralidade, principalmente no ambiente familiar, foi o modo mais imediato para tornar a evocar e transmitir aos que nasceram no segundo pós-guerra os acontecimentos do período bélico. Minha infância foi de tal forma povoada pelas narrações dessa história passada, mas ainda tão presente, que eu tinha a sensação de tê-la vivido. Com o passar dos anos, à memória familiar foram se acrescentando a leitura de relatos, obras literárias, livros de história e a visão de vários filmes, em especial os realizados logo depois da guerra, como *Roma, cidade aberta* (1944-45), de Roberto Rossellini, no qual a crônica dos últimos dias de luta era traduzida na tela pela “força bruta daquelas imagens assoladas”, como escreveu o Pier Paolo Pasolini poeta.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Memória; Representação.

ABSTRACT: Orality, especially in home circle, was the way to remember once again and to transmit to future generations the events of the Second World War period. My childhood was so full of narratives about this past history, yet so present, that I had the sensation it formed a part of my life. As time goes by, the family memories were supplemented by the reading of reports, literary works, history books and the vision of a lot of movies, especially those made after the war, like *Rome open city* (1944-45), by Roberto Rossellini, where the last days of fight's chronicle was translated on the screen by the “brutal power of the full of light images”, as wrote the poet Pier Paolo Pasolini.

Keywords: Second World War; Memory; Representation.

A Nanù, pelas memórias compartilhadas

Io nun l'aggio visto
ma m'hanno ditto ca erano 'nziste,
[...] appriesso a loro Napule resiste.

'O quarantatrè
nascuse dint' 'e viche o 'mmiezo 'e piazze
so'perate e fanno cose 'e pazze
se sentono li spari a tutte pizze
songo 'e guagliune 'e Napule, songo e' scugnizze. [...]

*Docente aposentada da Universidade de São Paulo. E-mail: neapolis@bol.com.br.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Pe quattro jurnate
chi nun tene 'o fucile, votta 'e pprete
e quanno sta città s'è liberata,
pe' vicule, 'e quartiere e abbascio 'o puorto
ce restano 'e scugnizze ca so' muorte¹.

(Eugenio Bennato, “Canto allo scugnizzo”)

No início de 1960, Pier Paolo Pasolini (1996, p. 33-34) registrava, numa crônica cinematográfica, que tornou a assistir a *Roma, città aperta* (*Roma, cidade aberta*, 1944-45), de Roberto Rossellini, sobre o qual, “há três ou quatro anos”, escrevera em “La ricchezza” (“A riqueza”). Nesse poema, falava das “esperanças” e dos “ideais” que haviam motivado os italianos, especialmente os jovens, no período final da Segunda Guerra Mundial, esperanças e ideais traídos pela política dos anos posteriores.

Eram os ideais democráticos, que, herdados do período da Resistência, isto é, da luta pela libertação do jugo fascista (8 de setembro de 1943-25 de abril de 1945), se dissiparam em 1948, quando as esquerdas foram afastadas do poder. Segundo Ennio Di Nolfo (1986, p. 269):

As eleições de 1948 e o atentado a Togliatti² marcaram o fim de uma época da história recente da Itália; uma época que havia sido dominada por tragédias, esperanças e decepções. As eleições confirmavam que, no fundo, a sociedade civil italiana ainda não tinha mudado em relação ao período anterior à guerra. Ter intuído isso, ter intuído que apesar do fim do Fascismo, da cobeligerância, da Resistência, do advento da república, o povo

¹Eu não vi / mas me contaram que eram determinados / [...] atrás deles Nápoles resiste. / Em 1943 / escondidos nos becos ou nas praças / estão desesperados e fazem coisas de loucos / se ouvem tiros de todos os lados / são os garotos de Nápoles, são os pivetes. [...] / Durante quatro dias / quem não tem um fuzil, atira pedras / e quando a cidade se libertou, / nos becos, nos bairros e lá no porto / ficaram os pivetes que morreram.

²Na manhã de 14 de julho de 1948, um estudante siciliano de direita, Antonio Pallante, disparou três tiros contra Palmiro Togliatti (Secretário geral do Partido Comunista Italiano), ferindo-o gravemente. Com a difusão da notícia do atentado, durante três dias, várias localidades italianas foram sacudidas pelas reações dos partidários de Togliatti. No filme *Una vita difficile* (*Uma vida difícil*, 1961), Dino Risi incorporou as manifestações que ocorreram em Roma e no documentário *Togliatti è ritornato* (1948), encomendado pelo PCI, Carlo Lizzani e Basilio Franchina registraram a volta do líder comunista à vida política (26 de setembro) depois de ter-se recuperado do atentado.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

italiano ainda alimentava as esperanças e os medos de outrora foi o motivo que levou De Gasperi³ a buscar uma recomposição da coalizão dominante, reforçada por novos aportes⁴, necessários para enfrentar os problemas econômicos da reconstrução e os problemas políticos da força expandida das esquerdas [...].

Pasolini (1961, p. 47-48, 56-57)⁵, ao rever, num cartaz desbotado, o rosto de Pina (Anna Magnani), entrou no cinema e, diante das imagens épicas da “cidade de Rossellini”, foi assaltado imediatamente pelas lembranças daqueles tempos heróicos, banhados pela luz da Resistência, que logo deixou de brilhar:

Que golpe no coração: num cartaz
desbotado... Aproximo-me, olho a cor
já de outrora, que tem o cáldo rosto
oval, da heroína, o esqualor
heroico desse pobre, opaco anúncio.
Entro logo: tomado de um interno clamor,
decidido a tremer à lembrança,
a consumir a glória de meu gesto..
Adentro o recinto, na última sessão,
sem vida; pessoas apagadas,
parentes, amigos, espalhados nos assentos,
perdidos na sombra em círculos distintos,
esbranquiçados, no fresco receptáculo...
Logo, nos primeiros enquadramentos,
me assalta e me arrasta... l'intermittence
du coeur. Estou nos escuros

³ Alcide De Gasperi, um dos fundadores da Democracia Cristã (fins de 1942), foi Presidente do Conselho entre dezembro de 1945 e 1953. Rossellini retratou-o encomiasticamente em *Anno uno* (Ano um, 1974).

⁴ O governo de coalizão havia se formado depois das eleições para a Assembleia Constituinte (2 de junho de 1946), reunindo os republicanos e os três grandes partidos de massa: Democracia Cristã (DC), Partido Socialista Italiano (PSI) e Partido Comunista Italiano (PCI). Em janeiro de 1947, durante o Congresso de Roma, o PSI sofreu uma cisão: o Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos (PSLI) irá aproximar-se da DC; o Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária (PSIUP) irá juntar-se ao PCI para formar a Frente Popular. Em fins de maio, após uma nova crise do governo De Gasperi, um novo gabinete foi formado sem a participação do PSIUP e do PCI, exclusão confirmada em dezembro, quando, ao modificar novamente seu governo, o líder democrata-cristão só convidou liberais, republicanos e membros do PSLI, antecipando, assim, o resultado do pleito de 18 de abril de 1948, em que a Frente Popular se viu excluída do poder, pela esmagadora vitória da DC, que chegou perto da maioria absoluta com 48,5% dos votos.

⁵ Sob o título de “Na cidade de Rossellini”, reuni e traduzi dois segmentos do poema “La ricchezza” que Pasolini (1961) publicou em *La religione del mio tempo*: “Proiezione al ‘Nuovo’ di ‘Roma città aperta’” (“Projeção no ‘Nuovo’ de ‘Roma, cidade aberta’”) e “Lacrime” (“Lágrimas”).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

caminhos da memória, nos cantos
misteriosos onde o homem fisicamente é outro,
e o passado o banha com seu pranto...
Então, pelo longo uso que me fez esperto,
não perco os fios: eis... a Casilina⁶,
para a qual tristemente se abrem
as portas da cidade de Rossellini...
eis a épica paisagem neorrealista,
seus fios do telégrafo, ruas calçadas, pinheiros,
muretas rachadas, a multidão
mística perdida nos afazeres diários,
as tétricas formas do domínio nazista...
Quase um emblema, agora, o grito da Magnani,
sob as mechas desordenadamente absolutas,
ressoa nas desesperadas panorâmicas
e em seus olhares vivos e mudos
adensa-se o sentido da tragédia.
É lá que se dissolve e se mutila
o presente, e se cala o canto dos aedos.

Eis os tempos recriados pela força
brutal das imagens estouradas:
aquela luz de tragédia vital.
As paredes do processo, o prado
do fuzilamento: e o fantasma
longínquo, ao redor, da periferia
de Roma reluzente em nua brancura.
Os tiros; a nossa morte, a nossa
sobrevivência: sobreviventes vão
os rapazes no círculo dos prédios ao longe
naquela acre cor da manhã. E eu,
na plateia de hoje, sinto ter uma cobra
nas entranhas, que se contorce: e mil lágrimas
despontam em cada ponto de meu corpo,
desde os olhos até a ponta dos dedos,
da raiz do cabelo até o peito:
um pranto desmedido, porque brota
antes de ser entendido, quase
antes da dor. Não sei por que ferido
por tantas lágrimas espio
o grupo de rapazes afastar-se

⁶A Via Casilina é uma estrada que, saindo da Porta Maggiore e percorrendo os campos ao sul de Roma, vai até a cidade de Cápua (antiga Casilinum), na Campânia.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

na acre luz de uma desconhecida
Roma, que mal aflorou da morte,
sobrevivente na tão estupenda
alegria de reluzir na brancura:
tomada por seu imediato destino
de um pós-guerra épico, dos anos
breves e dignos de toda uma existência.
Vejo-os afastar-se: fica bem claro que,
adolescentes, seguem o caminho
da esperança, entre os escombros
absorvidos por um clarão que é vida
quase sexual, sagrada em suas misérias.
E o seu afastar-se nessa luz
me leva agora a enregelar de pranto:
por que? Porque não havia luz
em seu futuro. Porque havia essa
cansada recaída, essa escuridão.
São adultos, agora: já viveram
esse seu apavorante pós-guerra
de corrupção absorvida pela luz,
e estão ao meu redor, pobres homens
para quem todo martírio foi em vão,
servos do tempo, nesses dias
em que desperta o doloroso espanto
de saber que toda aquela luz,
pela qual vivemos, não passou de um sonho
injustificado, não objetivo, fonte
agora de solitárias, envergonhadas lágrimas.

Nascido em 1923, Píer Paolo Pasolini viveu o período do segundo grande conflito mundial – e o viveu de forma trágica: a família teve que refugiar-se em Casarsa (Friul), cidadezinha em que sua mãe nascera, o pai foi prisioneiro de guerra na África, o irmão caçula morreu na luta *partisan* –, assim como o viveram, os jovens que nasceram na década de 1930 e no início dos anos 1940.

Mesmo os que nasceram depois do fim das hostilidades (25 de abril de 1945) não deixaram de participar, de alguma forma, dessa página tão conturbada da recente história da Itália, em especial do período da Resistência, quando o país se dividiu entre um Sul já libertado pelas Forças Aliadas e um Centro-Norte ainda sob o domínio dos fascistas, mas se

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

dividiu principalmente entre facções de esquerda e de direita, que se combateram ferozmente. Como registrou, em versos, Riccardo Bacchelli (1945, p. 20)⁷, no calor da hora:

[...] a dor da Itália é mais que verdadeira.
Exausta e alquebrada pela fúria bélica,
prostrada, violentada e devastada,
abaixa as armas que segurar não pode mais,
que caem ou joga, e que a obrigam a ceder;
mais uma vez aguenta os estrangeiros
a guerrear entre si sobre seu corpo
coberto de tormentos e ruínas.
Promovendo ou sofrendo, de guerra e paz,
somente os danos lucra, a infeliz;
e se tantas desgraças a pior
fecundarão, a guerra civil,
nefando o fratricídio de seus filhos:
que disso ao menos fosse ela poupada!

Eu nasci em 1950, numa Itália em plena fase de reconstrução⁸, naquela Nápoles que se libertara sozinha do exército alemão, e passava minhas férias em Piedimonte del Calvario (distrito de Gorizia, não muito longe de Casarsa, no Nordeste do país), onde, à noite, ao redor da mesa da cozinha da casa de minha tia, ouvia outros relatos daquela guerra, os da luta *partisan*, na qual perecera o irmão mais velho de meu pai. No centro de Gorizia, cidade dividida entre a Itália e a Iugoslávia depois da guerra, a estátua do imperador Augusto, que os italianos haviam trazido consigo ao deixarem a Ístria, era o símbolo de outra triste consequência do conflito bélico, a dos povos obrigados a se deslocarem em virtude de novos traçados das fronteiras, tão bem retratada por Fulvio Tomizza em seus romances e lembrada por Sergio Endrigo na canção *1947* (1969), ano em que ele deixou sua cidade natal, Pola (Pula, em croata).

⁷O longo poema “La notte dell’8 settembre 1943”, embora publicado dois anos depois, foi escrito no mês de setembro de 1943.

⁸O país reconstruiu-se entre 1943-44 e 1953, graças a subsídios norte-americanos, principalmente os provenientes do plano Marshall (1947-1952).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Assim como a minha, a infância de muitas crianças italianas foi povoada de tantas histórias desse tempo de lutas, de sacrifícios, de fome, de destruição, de deslocamentos para localidades ainda não alcançadas pela guerra, de mercado negro, de pequenos gestos heroicos ou de atos de covardia, mas também de esperança de que um dia tudo aquilo iria acabar. Histórias contadas de forma simples, recordações pessoais ou familiares, que surgiam ao sabor da memória, sem uma ordem cronológica. Eram narrativas orais, como as fábulas, graças às quais nós, crianças, tínhamos acesso aos códigos que nos permitiam decifrar o mundo adulto, que, a nossos olhos, se afigurava cruel, mas que não deixava de ter seus momentos divertidos, como nas lembranças de Baseline (distrito de Benevento, a Nordeste de Nápoles) que minha mãe guardava.

Na aldeia de meus avós maternos, na qual toda a família se refugiou quando os bombardeios em Nápoles se tornaram mais cruéis⁹, quase diariamente era necessário driblar a desconfiança dos camponeses locais para assegurar o próprio sustento. Essas dificuldades, porém, foram contornadas, com bom humor, pela esperteza de minha mãe e de sua cunhada, duas moças de vinte anos, que pregaram boas peças a parentes e vizinhos. Havia também lembranças mais dramáticas, como a de um militar nazista que se perdeu de seu batalhão e que meu avô teve de dissuadir de atacar o inimigo, pois ficou com medo das consequências que a aldeia poderia sofrer. Ou ainda, a do velório que as mulheres de Baseline fizeram de um jovem soldado alemão, na esperança de que, piedosamente, alguém fizesse o mesmo caso seus filhos morressem em combate.

Enquanto isso, meu pai continuava em Nápoles e, dessa fase, ficaram algumas cartas que ele endereçou a minha mãe, como a de 16 de outubro de 1943 (apud: FABRIS, 1996, p. 48), um registro escrito no calor da hora e, por isso mesmo, desprovido de qualquer elaboração e de qualquer retórica, como as narrativas orais:

⁹A cidade sofreu mais de cem bombardeios por parte de ingleses (novembro de 1940-novembro de 1941), norte-americanos (entre 4 de dezembro de 1942 e 8 de setembro de 1943, os mais constantes) e alemães (depois de terem sido expulsos da cidade).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

E então vieram os dias mais terríveis que todos nós, em Nápoles, tivemos que suportar, os do domínio alemão. Muitos soldados, como verdadeiros patriotas, obedecendo às ordens de Badoglio, atacaram imediatamente os alemães para libertar a cidade [...]. Os sapadores alemães, obedecendo às ordens de seu infame chefe, destruíam com dinamite o pouco que havia sobrado das fábricas¹⁰. Toda a cidade estava sob o pesadelo do terror, explosões por todos os lados, tremores de terra, que pareciam um terremoto [...]. Entrementes, os alemães haviam começado a caça ao homem [...]. Saiu a ordem de serviço de trabalho obrigatório, falso pretexto para deportar todos os jovens para a Alemanha. Dos 30 mil que no primeiro dia tinham que se apresentar à chamada, somente 150 se apresentaram. A raiva alemã não conheceu limites, começou a razia dos homens [...]. À tarde, nem as casas são mais respeitadas, os alemães entram, levando embora os homens, as ruas estão bloqueadas [...]. À noite, as notícias não são nada boas, prometem-nos que vão nos massacrar [...]. Rádio Londres não nos consola. Estamos no dia seguinte, 28 de setembro, agora não há mais nada a fazer, Praça Carlos III é o lugar onde temos que nos reunir. [...] escondemo-nos num prédio onde as notícias nos são trazidas por garotos e por mulheres, vemos muitos que vão se apresentar, o tempo passa e nenhum alemão à vista. Um senhor do prédio nos dá as boas novas, os americanos romperam o front, os alemães estão fugindo, procurem se esconder, é questão de dias [...]. À tarde, como num passe de mágica, todos os homens estão armados, não é mais a caça ao italiano, é a caça ao alemão e aos fascistas, seus cúmplices. Os jovens e os pivetes de Nápoles lutam bem, e não têm descanso, nenhum alemão ou fascista sai de Nápoles [...]. Finalmente, sexta-feira, 1º de outubro, chegaram os Aliados, o pesadelo acabou.

Os fatos resumidos por meu pai eram os que ocorreram entre 27 e 30 de setembro, durante os chamados “quatro dias de Nápoles”¹¹. Em virtude da capitulação das forças italianas, assinada em 3 de setembro de 1943 e anunciada à população cinco dias depois, cessavam as hostilidades contra os exércitos anglo-americanos, enquanto os nazistas transformavam-se em tropas de ocupação. A Itália ficou dividida: no Sul, sob a proteção dos

¹⁰No filme *Achtung! Banditi!* (*Achtung! Bandidos!*, 1951), Lizzani retratou a luta de um grupo de operários, que, sob as ordens de um engenheiro e com a ajuda dos *partisans*, procura evitar que os nazistas transfiram para a Alemanha as máquinas da fábrica em que trabalha.

¹¹Apesar de todos os relatos, foi só por volta dos dez anos de idade que entendi efetivamente a importância desse episódio. Estávamos de férias em Piedimonte e, em fins de setembro, a bandeira da escola foi hasteada a meio-pau; minha irmã explicou-me o porquê daquela homenagem. A luta da população napolitana foi levada para as telas por Giacomo Gentilomo, em *O sole mio* (1946), e Nanny Loy, em *Le quattro giornate di Napoli* (1962), evocada liricamente por Erri De Luca no romance *Il giorno prima della felicità* (2009) e revivida por Giacomo Migliore nas páginas de *I ragazzi di Via Tribunali* (2011).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Aliados, encontrava-se o governo monárquico chefiado pelo general Pietro Badoglio; no Centro, dominavam os alemães; no Norte, Mussolini, apoiado pelos nazistas, fundará a República Social Italiana (ou República de Saló, 23 de setembro de 1943-25 de abril de 1945).

Na noite de 12 de setembro, o coronel Scholl tomava posse da cidade e de seus arredores e, nos dias seguintes, obedecendo a ordens do Führer, que queria ver Nápoles reduzida a lama e cinzas, dava início ao programa de deportação em massa de homens para a Alemanha¹² e à destruição sistemática da cidade¹³. Cansada dos desmandos dos alemães, a população local resolveu expulsá-los da cidade, enfrentando uma luta ferrenha e sem trégua. No dia 1º de outubro, quando o Exército Aliado entrou em Nápoles, disposto a enfrentar uma árdua batalha contra os nazistas pela conquista da cidade, encontrou a acolhê-lo uma população festiva, apesar da fome, da sujeira e da destruição reinantes.

Toda luta popular tem seus heróis e não foi diferente em Nápoles. Apesar da diversidade de faixa etária, gênero, extração social e ideologia dos que participaram dos combates – militares, intelectuais, estudantes, pequeno-burgueses, operários, garotos, mulheres, religiosos, comunistas, socialistas, monarquistas, republicanos –, surgiu o mito do *scugnizzo*, do pivete que se sacrificou para libertar a cidade¹⁴. Um mito alimentado por correspondentes de guerra¹⁵, como Robert Capa (2010, p.147, 149):

A rua estreita que levava ao hotel tinha sido tomada por uma fila de pessoas silenciosas na frente de uma escola. Não era uma fila para conseguir comida, porque as pessoas que saíam do prédio traziam só seus chapéus nas mãos. Eu me pus no fim da fila. Quando entrei na escola fui saudado pelo cheiro doce e enjoativo de flores e de mortos. Na sala estavam vinte caixões

¹²Os deportados destinavam-se aos campos de concentração ou às fábricas de material bélico. Meu pai estava entre esses prisioneiros, mas um oficial austríaco deixou que ele fugisse. Era um amigo de infância, nascido como ele em Gorizia, quando a cidade ainda pertencia ao império austro-húngaro.

¹³Em 17 dias, os alemães fizeram mais estragos do que os bombardeios.

¹⁴Quando eu era criança, dizia-se que os *scugnizzi* tiveram o mesmo papel dos cachorros na Rússia, os quais iam ao encontro dos tanques alemães com bombas molotov amarradas no corpo.

¹⁵E pela população local: em 1978, Eugenio Bennato escreve “Canto allo scugnizzo”, muito aplaudido nos espetáculos de seu conjunto Musicanova.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

rústicos, não bastante bem cobertos de flores e pequenos demais para esconder os pezinhos sujos de crianças, crianças com idade suficiente para combater os alemães e serem mortos, mas um pouco velhas demais para caber nos caixões de crianças.

Essas crianças de Nápoles tinham roubado rifles e balas e combatido os alemães durante catorze [*sic*] dias, enquanto estávamos retidos no Passo Chiunzi. Os pés dessas crianças eram o meu verdadeiro comitê de recepção à Europa, para mim, que tinha nascido ali. Muito mais real do que as multidões que encontrei pela estrada gritando histericamente as boas-vindas, muitos dos quais os mesmos que tinham gritado Duce! no ano anterior.

Tirei o chapéu e peguei minha câmera. Apontei a lente para o rosto das mulheres prostradas, que carregavam pequenas fotos de seus filhos mortos, até os caixões serem finalmente levados embora. Aquelas eram as minhas fotos de vitória mais verdadeiras, as que tirei naquele simples funeral numa escola.

A importância dada pelo fotógrafo húngaro ao sacrifício desses garotos¹⁶ talvez possa ser explicada pelo fato de os norte-americanos verem em cada italiano adulto um seguidor de Mussolini – “*Tu italiano, tu fascista*”, eles repetiam constantemente, como anotou Gian Franco Venè (1990, p. 5) e como contava meu pai, que conseguia comunicar-se melhor com os poloneses (que integravam os exércitos aliados), por ser fluente em esloveno. Ao contrário do espírito dominante em *Paisà* (*Paisá*, 1946)¹⁷, em que Rossellini fazia a apologia da solidariedade entre os homens na luta pela liberdade, meu pai relatava que o convívio com as tropas de libertação não foi muito pacífico, pois estas tentavam sempre menosprezar e espezinhar os italianos. Parecia que todos podiam ser comprados em troca de cigarros, chicletes, chocolate e sopa de ervilha¹⁸ e meias de náilon. Minha mãe contava que os soldados

¹⁶Em todo caso, os únicos quatro condecorados com medalhas de ouro foram jovens de 18, 17, 13 e 12 anos, que morreram em combate. O menor deles, Gennaro Capuozzo, vulgo Gennarino, tornou-se o símbolo dos *scugnizzi*.

¹⁷Todos os episódios de *Paisà* focalizam o avanço das tropas de libertação na Itália. Esse convívio foi abordado também por Alberto Lattuada, em *Senza pietà* (*Sem piedade*, 1948), de forma bem mais dramática.

¹⁸Minha mãe falava também da sopa de ovo. Passados os dias da fome mais negra, os napolitanos, que não apreciaram muito as primeiras sopas em pó que conheceram, passaram a utilizá-las para pintar os cômodos das casas de verde ou de amarelo. O dramaturgo napolitano Eduardo De Filippo (1975), numa série de poesias sobre o período, dedicou uma a essa sopa em pó, “A povere ‘e pesiello”, e outra ao inseticida com que a população era desinfetada, “O D.D.T.”.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

americanos confundiam qualquer garota com uma *signorina*¹⁹ e a *Militar Police*, quando realizava batidas para conter o “entusiasmo” de seus compatriotas, acabava prendendo mesmo as mulheres que não estavam se prostituindo. Como escreveu Bacchelli (1945, p. 14):

Você esquecia, e até preferiria ignorar,
que o vencedor paga também com moedas
de morte, de dor e humilhação,
o que aos vencedores custou sua grandeza.

A confrontação entre os habitantes de Nápoles e os militares norte-americanos, por vezes conflituosa, foi registrada no imediato pós-guerra por Rossellini no segundo episódio de *Paisà*²⁰ e, numa linguagem mais crua e direta, pelo escritor Curzio Malaparte em *La pelle* (*A pele*, 1949). A cidade transformou-se num bordel a céu aberto, onde contrabando e mercado negro imperavam, enquanto os valores morais desmoronavam, como tantas vezes me relataram meus pais²¹.

Fatos marcantes, que deram origem à canção *Tammurriata nera* (1944), em que E. A. Mario e Edoardo Nicolardi colocavam o dedo numa das chagas da cidade naquele período: o nascimento de crianças negras, os chamados “filhos da vergonha”, que o governo norte-americano mandará arrancar à força das mães napolitanas, que não os haviam renegado, e levar para orfanatos especiais nos Estados Unidos²². Algumas crianças escaparam deste destino, como o saxofonista James Senese, que John Turturro entrevista em *Passione*, (*Passione*, 2010), filme que dedicou a Nápoles.

¹⁹O termo *signorina*, corruptela de *signorina* (= senhorita), era empregado para designar as mulheres que tinham relações sexuais com os norte-americanos, por dinheiro ou por amor.

²⁰Rossellini voltará a focalizar o pós-guerra na cidade em “Napoli 1943”, num episódio de *Amori di mezzo secolo* (*Amores de meio século*, 1953), filme dirigido também por Glauro Pellegrino, Antonio Pietrangeli, Pietro Germi e Mario Chiari.

²¹O estudo mais completo sobre a presença das Forças Aliadas em Nápoles é o de Paolo De Marco (1996).

²²A canção aparece em *Ladri di biciclette* (*Ladrões de bicicleta*, 1948), de Vittorio De Sica. Em *La ciociara* (*Duas mulheres*, 1960), baseado no romance homônimo (1957) de Alberto Moravia, o diretor vai retratar outro fato muito comum na época: o estupro de mulheres pelos vencedores, nesse caso específico, os marroquinos. A fama dos marroquinos como estupradores continuou mesmo depois do imediato pós-guerra.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

E deram origem também à peça *Napoli milionaria!*, que Eduardo De Filippo levava para os palcos da cidade já em março de 1945²³, focalizando os tempos bélicos, mas principalmente o pós-guerra, quando uma típica família do povo está prestes a desfazer-se, pois a mãe só pensa em enriquecer no mercado negro, o filho se tornou um ladrão e a filha está grávida de um soldado americano. A doença da caçulinha, a qual deverá superar uma noite de febre para sobreviver, torna-se a metáfora do longo túnel escuro do qual a cidade deverá sair se quiser se livrar de sua miséria moral²⁴.

Já no Brasil, mais crescidinha, reencontrei essas e outras histórias numa vasta literatura sobre o período, principalmente na biblioteca do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo. Uma literatura constituída pelos romances de autores consagrados, desde *Kaputt* (Kaputt, 1944) e *La pelle*, de Curzio Malaparte, até *I ventitré giorni della città di Alba* (1952), *Primavera di bellezza* (1959), *Una questione privata* (Uma questão pessoal, 1963) e *Il partigiano Johnny* (1968), de Beppe Fenoglio, passando por *Uomini e no* (Homens e não, 1945), de Elio Vittorini, *Cristo si è fermato a Eboli* (Cristo parou em Éboli, 1945), de Carlo Levi, *Il compagno* (O camarada, 1946) e *La casa in collina* (1949), de Cesare Pavese, *Il sentiero dei nidi di ragno* (A trilha dos ninhos de aranha, 1947), de Italo Calvino, *Cronaca familiare* (Crônica familiar, 1947) e *Cronache di poveri amanti* (Histórias de pobres amantes, 1947), de Vasco Pratolini, *Se questo è un uomo* (Se este é um homem, 1947) e *La tregua* (A trégua, 1963), de Primo Levi, *L'Agnese va a morire* (1949), de Renata Viganò, *Cinque storie ferraresi* (1956), *Gli occhiali d'oro* (Óculos de ouro, 1958) e *Il giardino dei Finzi-Contini* (O jardim dos Finzi-Contini, 1962), de Giorgio Bassani, *La ragazza di Bube* (1960), de Carlo Cassola, *Le piccole virtù* (1962) e *Lessico familiare* (Léxico familiar, 1963), de Natalia Ginzburg, *La storia* (A história, 1974), de Elsa Morante²⁵, e pelas coletâneas

²³Em 1950, o próprio dramaturgo levou para as telas *Napoli milionaria*, mas o filme não esteve à altura da peça.

²⁴A deixa final da peça – “*Ha da passa' 'a nuttata*” (“Esta noite há de passar”) –, metáfora da noite a ser velada para superar as adversidades, será recorrente na Itália, durante os anos de chumbo.

²⁵Muitos desses romances foram levados para as telas: *La pelle* (A pele, 1981), de Liliana Cavani; *Il partigiano Johnny* (Johnny, o guerrilheiro, 2000), de Guido Chiesa; *Uomini e no* (1980), de Valentino Orsini; *Cristo si è fermato a Eboli* (Cristo parou em Éboli, 1979), de Francesco Rosi; *Il compagno* (1999), de Francesco Maselli;

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

poéticas de Salvatore Quasimodo, Attilio Bertolucci, Pier Paolo Pasolini, dentre tantos outros títulos.

E uma literatura também de outro nível, pois muitos desses textos não passavam de relatos, de memórias, mas todos caracterizados pela necessidade de dar o próprio testemunho sobre aquele período. Testemunho que podia ou não ser filtrado por uma escrita mais criativa, porém sempre ou bastante próxima de uma linguagem menos rebuscada, quase oral. Uma linguagem coletiva, também, e um olhar quase documental que talvez o cinema, muito mais do que a literatura, soube explorar ao levar para as telas aqueles anos.

Exemplares, nesse sentido, são alguns filmes produzidos no imediato pós-guerra, como *Roma, città aperta* e *Paisà*²⁶, *Sciuscià* (*Vítimas da tormenta*, 1946), de De Sica, ou ainda a primeira parte de *Il bandito* (*O bandido*, 1946) e *Senza pietà*, de Lattuada, ou *Caccia tragica* (*Trágica perseguição*, 1946), de Giuseppe De Santis²⁷, que fizeram ressurgir diante dos olhos dos espectadores o período bélico e os anos subsequentes, com espírito épico e quase sempre sem retórica. Como observou Attilio Bertolucci (2009, p. 64), a respeito de *Roma, città aperta*:

O que [...] o filme nos traz daquele tempo que já parece tão distante é o sentimento de solidariedade na luta, alcançado artisticamente com a evidência dos fatos, sem uma pregação escancarada [...].

Cronaca familiare (*Dois destinos*, 1962), de Valerio Zurlini, e *Cronache di poveri amanti* (1953), de Lizzani; *La tregua* (*A trégua*, 1997) de Rosi; *L'Agnese va a morire* (1976), de Giuliano Montaldo; *La lunga notte del '43* (1960), de Florestano Vancini, *Gli occhiali d'oro* (1987), de Montaldo, e *Il giardino dei Finzi-Contini* (*O jardim dos Finzi-Contini*, 1970), de De Sica; *La ragazza di Bube* (*A garota de Bube*, 1963), de Luigi Comencini; *La storia* (*A história*, 1986), de Comencini.

²⁶Mesmo *Germania anno zero* (*Alemanha ano zero*, 1948), embora rodado fora da Itália.

²⁷O poeta Attilio Bertolucci (2009, p. 259, 99) destacava a importância desses cronistas que haviam dado vida àquela “feliz temporada do cinema italiano”, na qual, ao crescimento no plano artístico, correspondia o amadurecimento no plano moral. Veja-se, por exemplo, o que ele escreveu sobre *Sciuscià*: “*Vítimas da tormenta* também, como *Roma, cidade aberta*, inspira-se na realidade italiana de hoje e a reflete, dolorosamente, sem receios. [...] Pode-se dizer, de fato, que a liberdade dá seus primeiros frutos: raras vezes o cinema – sem falar do italiano, praticamente inexistente – enfrentou um tema com um realismo tão agudo e uma piedade tão humana e sóbria. [...] Qualquer espectador poderá ver o que De Sica soube fazer dessa humilde crônica do dia a dia: não há um enquadramento convencional; cada gesto, cada olhar é verdadeiro; cada ambiente é uma paisagem urbana e está repleto de luz (ou sombra) verdadeira; cada situação é crível e patética, ao mesmo tempo”.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

As coisas bonitas e dignas de serem citadas são muitas, principalmente na primeira parte, que termina com a batida num bairro popular, trecho magnífico, de ritmo cerrado, que deixa quase sem fôlego. [...] Não terminaríamos nunca de lembrar os toques precisos de realidade e as imagens que, [partindo] da nua evidência documentária, do nada, alcançam a poesia: exemplo supremo é a morte da Magnani, aquele seu doce corpo deitado na luz cinzenta da “externa”.

Outras realizações, no entanto, trazem a marca dos embates ideológicos daqueles anos, como foi o caso, por exemplo, de *Giorni di gloria* (*Dias de glória*, 1944-45) documentário dirigido por Marcello Pagliero e Luchino Visconti, sob a coordenação de Mario Serandrei e Giuseppe De Santis, e *Il sole sorge ancora* (*O sol ainda se levantará*, 1946), que Aldo Vergano havia rodado, com a colaboração de Guido Aristarco, Giuseppe De Santis e Carlo Lizzani no roteiro. Em *Giorni di gloria*, em geral, a retórica permeia a celebração da Resistência; alguns momentos do filme, porém, são bem interessantes, como os episódios de caráter documental filmados por Visconti: “Linciaggio di Carretta”, que se refere ao linchamento do ex-diretor da penitenciária de *Regina Coeli*, em que estiveram presos opositores do regime nazifascista, e “Processo Caruso”, que acompanha o julgamento e fuzilamento de Pietro Caruso, ex-chefe da polícia de Roma.

No caso de *Il sole sorge ancora*, apesar de compartilhar dos mesmos ideais de seus idealizadores, Bertolucci (2009, p. 121-122), contrário à contaminação da arte por ideários partidários, condena o modo como a ideologia transparece nessa obra declaradamente de esquerda:

Aguardávamos com certa esperança esse filme que, seguindo o exemplo memorável de *Roma, cidade aberta*, deveria ter-nos contado uma história dos dezoito meses de angústia e de esperanças que antecederam o fim da guerra. Sabíamos que saiu das mãos de jovens inteligentes e preparados, que o tema não era vulgarmente comercial. Infelizmente, temos que dizer que o filme de Vergano afundou de vez [...].

O erro fundamental foi a contraposição de dois mundos – um, alto-burguês; outro, popular – não vistos e descritos em sua realidade, mas apresentados numa espécie de absurda caracterização por grandes contrastes, definitivamente contraproducente para um espectador inteligente como o

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

italiano. Queriam fazer propaganda? Mais do que lícito. Mas não com uma sutileza digna da polêmica antiburguesa encontrada em certos livrinhos do falecido Mezzasoma e nos discursos de seu falecido patrão contra o golfe de oito buracos e os ingleses que trajariam o *smoking* no chá das cinco. A lista de coisas falsas, exageradas, intelectualóides etc. não acabaria nunca. Ficam as sutilezas a que nos referimos antes: paisagens enevoadas da Lombardia, ruas de uma Milão autêntica, interiores pobres de uma realidade comovente. Mas o cinema é outra coisa²⁸.

Mesmo concordando com os argumentos de Attilio Bertolucci, deve-se assinalar que ele comete uma injustiça em relação ao filme de Vergano, ao esquecer daquela sequência de forte impacto, devedora do melhor cinema soviético, em que um padre e um operário estão sendo levados, no meio de uma aglomeração de camponeses, para o pelotão de fuzilamento. O padre começa a invocar Nossa Senhora por seus vários epítetos. Da multidão, até então muda e passiva, levantam-se, hesitantes, vozes isoladas, às quais vão se juntando outras. Ao entender que a oração coletiva representa um ato de resistência, o jovem comunista incentiva a prece: “Gritem mais alto! Rezem, agora!”. À intensidade dramática das imagens acresce-se o perfeito jogo sonoro entre o toque a finados de um sino, a voz do padre e o “*Ora pro nobis*” (“Rogai por nós”) com o qual respondem os camponeses, num coro espontâneo que vai crescendo e se transformando numa ameaça para os nazistas, que passam a atirar nos prisioneiros e na multidão.

Voltando às realizações que não pecaram pelo excesso de retórica²⁹, nelas foi dada uma atenção especial aos diálogos, com seu registro informal, espontâneo, tão próximo da fala popular e regional. Como disse, certa feita, o escritor Alberto Moravia (apud: FABRIS, 1996, p. 99), ao referir-se a *Sciuscià*, numa afirmação válida para tantas outras obras cinematográficas:

²⁸Fernando Mezzasoma foi secretário nacional dos *GUF* (*Giovani Universitari Fascisti* – Jovens Universitários Fascistas) e, posteriormente, ministro da República Social Italiana.

²⁹Ao voltar à temática da guerra em obras posteriores – *Il generale Della Rovere* (*De crápula a herói*, 1959) e *Era notte a Roma* (*Era noite em Roma*, 1960) –, Rossellini, no entanto, não se subtraiu a um tom de celebração.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Uma transposição tão imediata e tão textual da realidade requeria uma linguagem adequada; essa linguagem não podia ser a língua culta, demasiado enfeitada e literária ou então simplesmente retórica, que tinha sido escrita e falada durante o Fascismo; foi, porém, o dialeto romano no qual justamente se expressavam os heróis do filme de De Sica.

Além desse cuidado com a língua oral, o figurino, as locações, era importante também reconstituir as emoções que haviam animado a população italiana naquele período, fazer com que os intérpretes encontrassem dentro de si as reações habituais daqueles dias. Em *Roma, città aperta*, na mítica sequência da morte de Pina, a fim de conseguir de Anna Magnani uma aderência total à realidade, Rossellini utilizou prisioneiros de guerra alemães para interpretarem a si mesmos. Isso foi determinante, pois as mulheres do povo, que participavam da encenação como figurantes, ao ouvirem de novo falar em alemão, reviveram aqueles trágicos momentos em que seus homens foram caçados efetivamente e transmitiram à atriz toda sua angústia, sentimento que ela traduziu magistralmente na tela. Dessa forma, no imaginário dos italianos, mesmo dos que não viveram aqueles anos, apesar de sua morte, o grito e a corrida de Pina atrás da caminhonete que está levando os prisioneiros viraram o símbolo da revolta e da resistência³⁰, resumiam a angústia que a população civil havia vivido durante a guerra. Isso explica também toda a admiração pelo filme que Pasolini expressa na composição poética acima citada e em outros textos em que se referiu a seu idealizador³¹.

Uma sequência perfeita em sua reconstituição histórica, emblemática, simbólica; hoje, porém, a ela prefiro o trecho de um documentário, recuperado por Abel Ferrara em *Napoli, Napoli, Napoli* (*Nápoles, Nápoles, Nápoles*, 2009), que mostra um bombardeiro *Liberator*, depois vários, soltando sua carga mortal sobre a cidade, ruínas, distribuição de comida e a população feliz a receber os militares estrangeiros. Talvez porque me lembre do terrível

³⁰Segundo Gian Piero Brunetta (apud: FABRIS, 1995, p. 139), nessa sequência, “o resgate de um país parece passar através de um simples gesto de reconquista das razões de viver”.

³¹Por exemplo, em outro texto de janeiro de 1960, Pasolini (1996, p. 21) escreveu: “Rossellini é o neorealismo. Nele a ‘redescoberta’ da realidade – no caso, a da Itália do dia a dia, abolida pela retórica de então – foi um ato, ao mesmo tempo, intuitivo e estritamente ligado às circunstâncias”.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

bombardeio de 4 de dezembro de 1942³², do qual tantas vezes minha mãe me falou e que reencontrei nas páginas de *La dama di piazza* (1961), de Michele Prisco, o que atingiu o prédio do correio central, quando os corpos de muitos mortos foram recolhidos com pás, de tão esfaqueados que estavam. Talvez porque, ao ouvir a suave melodia, que acompanha as imagens e canta a cidade, fique procurando no meio daquelas pessoas anônimas um rosto conhecido e pensando que meus avós, meus tios, meus pais passaram por aquilo. Talvez porque foi naqueles anos, sob o signo da morte, que Ida e Firminio se conheceram e se casaram, ou seja, acreditaram na continuação da vida.

“O pós-guerra teve muitos cantores e poucos historiadores”, afirmou Venè (1990, p. 77), e, de fato, foi assim, num primeiro momento. Mesmo depois, no entanto, apesar do trabalho dos historiadores, persistiu essa vontade de narrar para dar o próprio testemunho, para tentar reter, mais do que a história, o clima de uma época³³, a qual, para tantos italianos foi a grande aventura de suas vidas.

Referências

- ANTONELLIS, Giacomo de. *Le quattro giornate di Napoli*. Milano: Bompiani, 1973.
- BACCHELLI, Riccardo. *La notte dell'8 settembre 1943*. Milano: Garzanti, 1945.
- BASILE, Luisa; MOREA, Delia. *Lazzari e scugnizzi: la lunga storia dei figli del popolo napoletano*. Roma: Newton, 1996.
- BERTOLUCCI, Attilio. Roma città aperta. In: _____. *Riflessi da un paradiso: scritti sul cinema*. Bergamo: Moretti & Vitali, 2009, p. 64-65.

³²Os bombardeios norte-americanos vitimaram muitos civis. Lembro de Clark Gable, que serviu a aeronáutica, ficar receoso com a reação da população napolitana quando das filmagens de *It started in Naples* (*Aconteceu em Nápoles*, 1960), de Melville Shavelson.

³³Muitas mulheres, ao relembrem esse período, acharam que, “no fundo, foi bonito”, como aponta Miriam Mafai (1989, p. 4), pois, apesar de tudo, para elas significou subtrair-se à tutela masculina e tornar-se donas do próprio destino. Do jeito dela, minha mãe não deixou de estar dentre essas mulheres.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

_____. Sciuscià. In: _____. Riflessi da un paradiso: scritti sul cinema. Bergamo: Moretti & Vitali, 2009, p. 99.

_____. Il sole sorge ancora. In: _____. Riflessi da un paradiso: scritti sul cinema. Bergamo: Moretti & Vitali, 2009, p. 121-122.

_____. Sotto il sole di Roma. In: _____. Riflessi da un paradiso: scritti sul cinema. Bergamo: Moretti & Vitali, 2009, p. 258-259.

CAPA, Robert. Ligeiramente fora de foco. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

FABRIS, Mariarosaria. A batalha das idéias: a Segunda Guerra Mundial no cinema. Revista USP, São Paulo, n. 26, jun.-jul.-ago. 1995, p. 138-147.

_____. O neo-realismo cinematográfico italiano: uma leitura. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

FABRIS, Mariarosaria; CALHEIROS, Alex. Roberto Rossellini: do cinema e da televisão. São Paulo: Sesc São Paulo/CineSesc/Centro Cultural São Paulo/Cinusp Paulo Emilio, 2003.

FABRIS, Mariarosaria; CALHEIROS, Alex; CALIL, Carlos Augusto. Esplendor de Visconti. São Paulo: Centro Cultral São Paulo/Cinusp Paulo Emilio, 2002.

FILIPPO, Eduardo De. Napoli milionaria!. In: _____. I capolavori di Eduardo De Filippo. 2 v. Torino: Einaudi, 1973, v. I, p. 151-238.

_____. Le poesie di Eduardo. Torino: Einaudi, 1975.

MAFAI, Miriam. Pane nero: donne e vita quotidiana nella seconda guerra mondiale. Milano: Mondadori, 1989.

MARCO, Paolo De. Polvere di piselli: la vita quotidiana a Napoli durante l'occupazione alleata (1943-44). Napoli: Liguori, 1996.

NOLFO, Ennio Di. Le paure e le speranze degli italiani (1943-1953). Milano: Mondadori, 1986.

PASOLINI, Pier Paolo. L'anno del *Generale Della Rovere*. In: _____. I film degli altri. Parma: Guanda, 1996, p. 21-23.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

_____. Nessun film di cui parlare. In: _____. I film degli altri. Parma: Guanda, 1996, p. 32-34.

_____. La religione del mio tempo. Milano: Garzanti, 1961.

RUGGIERO, Gennaro. Breve storia di Napoli: dalle origini al G7. Roma: Newton, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

SPRIANO, Paolo. Le passioni di un decennio (1946-1956). Milano: Garzanti, 1986.

VENÈ, Gian Franco. Vola colomba – vita quotidiana degli italiani negli anni del dopoguerra: 1945-1960. Milano: Mondadori, 1990.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A influência do interlocutor na organização discursiva de quatro narrativas orais de crianças

Roberval Teixeira-e-Silva¹

RESUMO: O trabalho investiga, sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional, a organização discursiva de quatro narrativas orais feitas por uma criança. Assumimos a língua como o lugar da interação, nas quais construímos e reconstruímos o mundo, e nas quais se fazem presentes todos os elementos constituidores dos contextos: os assuntos, o ambiente, as relações de poder, as diferentes linguagens, os interlocutores. A narrativa, como recorte discursivo, coloca-se como um rico campo de análise tanto no que se refere à sua organização semântico-estrutural quanto no que se refere ao acesso que permite ao universo sociocultural dos interlocutores. Os resultados desse estudo evidenciam o discurso como uma produção processual e coletiva, na qual os interagentes têm o papel fundamental de coconstrutores.

Palavras-Chave: Narrativa; Interação; Poder; Discurso

ABSTRACT: The paper investigates, from the perspective of Interactional Sociolinguistics, the discursive organization of four oral narratives made by a child. We assume the language as the place of the interaction in which we build and rebuild the world, and which are present all elements that constitutes the contexts: the themes, the environment, power relations, different languages, the interlocutors. The narrative, as a discursive element, stands as a rich field of analysis both in terms of its semantic and structural organization as in terms of the access to the socio-cultural universe of the interlocutors. The results of this study show the speech as a procedural and collective production, in which the interactants have the key role of co-builders.

Key words: Narrative; Interaction; Power; Speech

1. Introdução

Esse trabalho investiga, sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional, a organização discursiva de quatro narrativas orais feitas por uma criança. Assumimos a língua como o lugar da interação, nas quais construímos e reconstruímos o mundo, e nas quais se fazem presentes todos os elementos constituidores dos contextos (Ribeiro e Pereira, 2002): os

¹ Departamento de Português da Universidade de Macau (robts@umac.mo)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

assuntos, o ambiente, as relações de poder, as diferentes linguagens, os interlocutores. A narrativa, como recorte discursivo, coloca-se como um rico campo de análise tanto no que se refere à sua organização semântico-estrutural quanto no que se refere ao acesso que permite ao universo sociocultural dos interlocutores.

No trabalho, defendemos que a relação entre ciência, teoria, método e objeto não se dá nas exterioridades. A teoria e o objeto, por exemplo, se confundem, formam um todo: tanto a teoria vai sendo construída a partir do objeto que aborda quanto o objeto abordado se concretiza sob a perspectiva trazida pela teoria que o estuda. Da mesma forma, nesse ângulo, é importante referir ao que já foi chamado de “paradoxo do observador”. Não nos parece paradoxal, agora, considerar que o investigador, o responsável pela condução dos trabalhos, também se imprima, inevitavelmente, na sua produção científica. O trabalho científico é realizado por um investigador que ocupa espaços socioculturais no mundo, onde se situa e de onde traz as marcas. Assim, a interferência do investigador está concebida no arcabouço teórico com que trabalhamos.

O trabalho foi dividido da seguinte maneira: primeiro apresentamos nossos pressupostos teórico-metodológicos; a seguir fornecemos dados relativos ao *corpus* sobre o qual nos debruçamos; logo após fazemos a análise de nossos dados, observando a organização oral das narrativas; para encerrar, desenvolvemos nossas considerações finais às quais se segue a bibliografia.

2. Narrativas e interação

Nossa pesquisa se insere no conjunto de estudos discursivos na vertente da *sociolinguística interacional* (Teixeira e Silva, 2010, 2009, 2008, 2004, 1997; Gumperz, 2008, 1982, 1991; Ribeiro e Garcez, 2002; Schiffrin, 1994, 1996; Goffman, 1959, 1967, 1974; Tannen, 1994). Dentro da perspectiva interacional, é preciso redimensionar o conceito de língua (Teixeira e Silva, 1997) subjacente a outras teorias linguísticas. Entendida como um

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

elemento maximamente contextualizado, ela não é estudada de forma abstrata, desvinculada do momento em que se concretiza; quando se manifesta, é produzida por um falante que desempenha um papel determinado numa certa situação; é direcionada a um ouvinte também determinado, numa situação singular, veiculando intenções singulares também. Nesse sentido, não existe imparcialidade, neutralidade quando se fala em língua, pois ela tanto reflete quanto constrói o mundo dos interagentes (Schiffrin, 1996; Johnstone, 1993).

Dentro dos estudos sociolinguísticos, a narrativa tem sido um dos gêneros que recebeu mais atenção (Labov, 1972; Bastos, 2006, 2005, 2004, 1993; Teixeira e Silva, 1997, 2004). William Labov, pioneiro da sociolinguística de cunho quantitativo, aponta-nos as narrativas de experiências pessoais como um dos melhores filões para se estudar a relação entre língua e sociedade (Labov, 1972). Nelas se presentificam, de forma bastante evidente, os elementos que conectam o indivíduo ao mundo social que o cerca.

A narrativa é um método de recapitular experiências passadas coerente com uma sequência de sentenças para a sequência de eventos nos quais (isto é inferido) realmente ocorreram (Labov, 1972:359).

Além disso, em seus estudos, ele aponta para o fato de que as narrativas têm unidades discursivas com uma estrutura textual regular: é prefaciada por um resumo, o *abstract*, depois continuada com uma *orientação* (descrição do lugar, do tempo, com quem os eventos ocorreram); os eventos são recontados cronologicamente: há uma *complicação* da ação e um *resultado* desta ação. Uma *coda* opcional fornece uma transição temporal e tópica do mundo da história para a interação na qual foi contada. Essa organização estrutural é claramente determinada pelos impactos que o narrador quer imprimir à sua fala, assim como é elaborada em função dos interagentes a quem se endereça.

Na organização narrativa, e fundamental para nós, é o que Labov chama de o “ponto da narrativa”: o ponto da narrativa é a sua razão de ser, por que foi contada, e o que o narrador está querendo insinuar/dizer (Labov, 1972:366).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O “ponto da história” está linguisticamente incrustado nas sentenças narrativas, tanto quanto declarado em orações separadas, independentes. O autor diz que é através das *avaliações* que o narrador indica o ponto da narrativa. Para Quental (1996), existe uma espécie de hierarquização de pontos: há um principal e outros que se estabelecem no interagir. Polanyi (1985) coloca que a razão de ser de uma história, seu “ponto”, é também um elemento construído sociolinguisticamente. A cada interação, o modo de narrar se modifica, a sua razão de ser se torna diferenciada. O “ponto” (Bastos, 1996) das narrativas também pode ilustrar a identidade que um interagente reclama para si mesmo.

Nas narrativas, sobretudo as de experiências pessoais, o falante se envolve de tal forma no que está dizendo que não presta muita atenção às formas linguísticas que usa; assim, é possível perscrutar muitas informações tanto de natureza linguístico-estrutural quanto ter acesso a valores, crenças, atitudes, pontos de vista, identidades construídas no e pelo discurso (Schiffrin, 1996; Teixeira e Silva, 1997; Tarallo, 1990; Labov, 1972). Como coloca Schiffrin (1996: 169), “histórias são recursos para desenvolvermos e apresentarmos o eu como entidade psicológica e também como algo localizado dentro de um mundo social e cultural” e que “o modo de contar uma história também mostra um “eu” que existe dentro de uma matriz de significados crenças e prática normativas (...) tanto o estilo quanto a substância das histórias são sensíveis a parâmetros de etnicidade: classe social, gênero, idade, região...”.

Bruner (1987, apud Schiffrin, 1996), explicita o fato de que nós tornamos nossas narrativas mais ou menos autobiográficas. A linguagem narrativa proporciona um processo de subjetivação, pois revela nossas pressuposições e, através, por exemplo, do protagonista ocorre um filtrar da realidade que explicita a própria visão de mundo do narrador.

Para Schiffrin (1996), as histórias são situadas globalmente, através de nosso conhecimento cultural, que cria expectativas sobre de que forma veicular um curso de ações. São situadas localmente também, através do modo como as tornamos relevantes numa interação particular no tempo e no espaço, dirigidas a uma audiência também particular. Ela

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

diz que o modo de verbalizar linguisticamente uma história mostra de que forma essas histórias são situadas culturalmente e socialmente.

É nesse sentido que, nas narrativas de nosso sujeito de pesquisa, poderemos notar as relações sociais que interferirão na forma como ele quer ou precisa ser percebido por cada um de seus interagentes.

Linde (1993:03) também contribui para nosso trabalho quando coloca que usamos narrativas para

[...] reivindicar ou negociar nossa posição em termos de grupo e demonstrar que somos de fato membros de valor desse grupo, entendendo e seguindo seus padrões morais. Finalmente, elas são construções sociais, já que fazem pressuposições sobre as expectativas diante de situações, as normas presentes nas situações e quais sistemas de crenças comuns e especiais podem ser usados para estabelecer coerência.

As narrativas, assim, se apresentam como um rico material de estudos.

3. Metodologia

3.1. Natureza dos dados

Entre os alunos de uma turma da qual éramos professores em uma escola religiosa considerada muito tradicional e conservadora do Rio de Janeiro, solicitamos a ajuda de um aluno no sentido de ele contar uma mesma história para diferentes pessoas. Um dos alunos se ofereceu: era uma criança do sexo masculino, com dez anos de idade, pertencente à classe média alta do Rio de Janeiro. Então, no decorrer de uma semana, recolhemos dele uma série de quatro narrativas.

As narrativas tiveram como base um livro lido pelos alunos em sala de aula chamado *Uma história de rabos presos* de Ruth Rocha.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Em nossa proposta, o aluno deveria recontar a história desse livro para interlocutores de sua relação:

- a) um colega seu;
- b) sua mãe;
- c) um professor seu;
- d) o coordenador de seu colégio.

As histórias foram colhidas através de gravação em fita cassete. O aluno ficou responsável por convidar a pessoa, preparar o gravador, acioná-lo e, então, desenvolver seu texto.

A primeira narração foi feita à mãe e ocorreu no ambiente familiar do aluno; estava presente também o pai e não houve qualquer interrupção. As três seguintes ocorreram no ambiente escolar na seguinte ordem: primeiro para o professor, depois para o coordenador e por fim para um colega seu. Nesses últimos três momentos, na gravação, só permaneceram na sala o informante e seu interlocutor. Assim, obtivemos as quatro narrativas constituidoras de nosso *corpus*.

É fundamental considerar, por fim, que estamos lidando aqui não com narrativas de experiências pessoais (Linde 1993), mas com o recontar de uma narrativa ficcional. Nesse sentido, temos de ter outro olhar. Entretanto, em toda narrativa nós nos marcamos. Não existe neutralidade na língua. Além disso, também não se trata de uma narrativa espontânea. Pelo contrário, ela foi pedida, solicitada e foi contada em situações programadas em termos de participantes, de horário e de espaço e está claro aos participantes quem deverá ter a palavra. Esses aspectos já estavam previamente decididos. Tudo isso precisa ser levado em consideração na constituição do objeto da nossa análise.

3.2. Tratamento dos dados

A metodologia aqui empregada é a tradicionalmente usada em pesquisas sociolinguísticas de natureza qualitativa. A partir da observação e análise meticulosa de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

elementos linguísticos dos nossos dados, inseridos no contexto interacional do qual resultou nosso *corpus*, vamos inter-relacioná-los e interpretá-los (Erickson, 1996). Tannen (1994:5) explica que essa metodologia “envolve um exame minucioso de casos individuais de interação”. Através desse tipo de abordagem, é possível trazer à tona muitos elementos normalmente não perceptíveis em interações face a face (Quental, 1996).

Vamos então comentar dois processos: a orientação para a obtenção do *corpus* e o *corpus* real obtido que impôs mudanças de perspectivas da parte do pesquisador.

A escolha dos interlocutores teve como base os diferentes graus de **intimidade** com o aluno. Assim, passamos de uma relação com um maior grau (seu colega) até uma com menor grau (o coordenador da escola). Além disso, pretendíamos verificar também como ele lidava com ouvintes que estavam em posições, também graduadas, de **poder** em relação a ele. E, por fim, queríamos analisar se haveria diferenciação e importância o maior ou menor grau de **contato** do aluno com seus interlocutores. Desse modo, chegamos a três traços mínimos caracterizadores dos interlocutores-ouvintes: /poder/, /intimidade/ e /contato/².

Eles ficaram assim classificados:

MÃE:	/+ poder/	/+intimidade/	/+contato/
PROFESSOR:	/+ poder/	/-intimidade/	/+contato/
COORDENADOR:	/+ poder/	/-intimidade/	/-contato/
COLEGA:	/- poder/	/+intimidade/	/+contato/

² Tivemos o cuidado de, dentro do ambiente social escolar, observar se o aluno tinha realmente, tanto quanto é possível ter rigorosa certeza, as relações que estamos indicando. Pode haver, por exemplo, entre alunos interações em que um aluno tem /+poder/ sobre outros. Assim como há professores que podem ter uma relação de /+intimidade/ com os alunos do que outros. Dessa forma, escolhemos cuidadosamente esses dois interlocutores: um professor que assume manter uma postura tradicional de distância com os alunos; e um aluno considerado seu igual pelo sujeito da nossa pesquisa.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Como não pudemos estar presentes na narrativa feita à mãe, a primeira a se realizar, resolvemos nos excluir das demais. Buscávamos, com isso, ter a mesma visão sobre todos os textos obtidos.

Para efeito prático, chamaremos de **texto A** o feito para a mãe, de **texto B** o feito para o professor, de **texto C** o feito para o coordenador, e de **texto D** o feito para o colega.

Nossos objetivos primeiros eram observar, de acordo com o interagente-ouvinte:

1. a seleção de informações;
2. a seleção de vocábulos;
3. a presença maior ou menor de estruturas de língua escrita e oral;
4. as interferências dos interlocutores e suas consequências para a organização das narrativas;
5. a variação ou manutenção da estrutura original da história conforme a sucessão de repetições da mesma;
6. a presença e a natureza das *avaliações* e das *orientações* (Labov, 1972) das narrativas;

Com todas essas perspectivas, pretendíamos por fim analisar a posição do aluno diante de todas as variáveis socioculturais a que estava exposto diante de cada interlocutor.

Depois de recolhido o *corpus*, percebemos que estávamos diante de uma realidade diferente da que esperávamos: nas situações de gravação, mais que para os interlocutores, predominou o ato de contar a história para o gravador (isso nos foi revelado por um dos interlocutores); só um interagente-ouvinte fez interferências efetivas; algumas partes do livro foram reproduzidas literalmente.

Tais fatos tiveram significativa importância na constituição dos dados com os quais esperávamos trabalhar. Por causa disso, tivemos de nos reorganizar em nossos objetivos e, assim, reduzimos o número de perspectivas propostas inicialmente. De novo se justifica nossa posição: o objeto constituído e observado é que vai determinar o tipo de abordagem que pode ser feito.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Por fim, nossa hipótese básica era a de que as narrativas ganham orientação diversa de acordo com o interlocutor e suas posições de **poder**, **intimidade** e **contato** com o interagente que conta as histórias. Cremos que o discurso se torna mais formal, menos espontâneo quando dirigido ao interlocutor com os traços /+poder/, /-intimidade/ e /-contato/ e, ao contrário, o discurso é mais fluente, espontâneo quando dirigido ao interlocutor com os traços /-poder/, /+intimidade/ e /+contato/.

No que se refere especificamente à construção das narrativas, consideramos que nelas estão presentes entidades sociais que representam nossa posição e visão de mundo, nossos padrões e crenças. Ao contar uma história em interações sociais, estamos mostrando nossas perspectivas (Teixeira e Silva, 1997; Linde 1993). Schiffrin (1996: 168) nos coloca que “a linguagem narrativa contribui para construir e mostrar o que nós somos”. Então, nas narrativas, poderemos também perceber o lugar social de onde fala o nosso pequeno narrador.

4. A organização das narrativas

A história do livro pode ser resumida a partir das unidades básicas que o aluno utilizou para estruturar cada uma das narrativas. Vejamos:

1. A sequência de abertura: anúncio da história que contará;
2. O motivo da história: a cidade e os rabos presos;
3. O conceito de “rabo preso”;
4. Os seres de rabo preso: os políticos;
5. A busca de cirurgia para eliminar os rabos;
6. A decepção e a volta, com o rabo, à sociedade;
7. A descoberta do povo de que nasceram rabos em certas pessoas;
8. O entrelaçar dos rabos dos políticos: os rabos se bipartem;
9. A formação de uma multidão entrelaçada com seus rabos na praça da cidade;

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

10. O incômodo que tal multidão causa à vida da cidade;
11. A reunião dos “não rabudos” para resolver o problema;
12. O encaminhamento dos rabudos para um prédio esquecido, cuja construção tinha sido interrompida;
13. A adequação do lugar para onde levaram os rabudos: uma cadeia, na verdade;
14. A sequência de fechamento: o povo rabudo não fez falta e a cidade, que se chamava Egolândia, mudou de nome.

Com as unidades acima, temos a estrutura básica das narrativas. A partir dessas unidades, vamos tecer as nossas observações.

4.1. As sequências de abertura e fechamento

Iniciar e finalizar uma interação são momentos delicados (Tarallo, 1990). A forma como o fazemos será fulcral para o sucesso e insucesso do encontro. Assim é que as trocas de turnos e levantamento de tópicos são momentos muito especiais.

Apesar de nosso aluno não sofrer esse tipo de tensão por não estarem previstas trocas de turnos, é preciso fazer escolhas certas para otimizar a atenção a seu discurso/seu turno.

Vejamos as sequências de abertura e fechamento para verificar como elas se organizam frente aos diferentes interlocutores:

4.1.1. Sequências de abertura

As sequências de abertura mantêm uma fórmula muito pouco flexível. O informante anuncia a história que vai contar. Esse é o momento que Labov chama de *orientação*. Nesta parte, o locutor constrói e sinaliza para seu ouvinte os dados que ele acha necessários para que seja compreendida a história. É um momento crucial como já mencionamos acima. Vejamos:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

TEXTO A (mãe):	“Eu vou contar a história que fica num texto chamado <i>Uma história de rabos presos.</i> ”
TEXTO B (professor):	“[...] chamado <i>Uma história de rabos presos.</i> ”
TEXTO C (coordenador):	“No livro que eu li, se chama que se chama <i>Uma história de rabos presos</i> e ...”
TEXTO D (colega):	“Bom, eu irei contar a história de um livro chamado <i>Uma história de rabos presos.</i> ”

Em todas as sequências o nome do livro é anunciado, mas isto também é feito de maneira diversa. O fato que chama mais a atenção é o que ocorre no texto C, feito para o coordenador. Sendo o ouvinte do texto C dotado dos traços /+poder/, /-intimidade/ e /-contato/, o informante sente a necessidade de tomar mais cuidado com a forma como usa a língua; assim, as afirmações que faz são mais pensadas. Se para os outros ouvintes ele tomou uma posição ativa “eu vou contar”, “eu irei contar”, para o ouvinte do texto C, ele se eximiu dessa postura ativa e disse “no livro que eu li”. Ou seja, a responsabilidade pela história passa a ser do livro e não dele. Qualquer informação que pudesse provocar conflito frente ao ouvinte C teria o seu impacto diminuído, mitigando o risco de construção de uma imagem negativa para o narrador. Essa é uma estratégia de proteção, de preservação da face (Goffman, 1959, 1981).

É interessante notar que, ao modificar a estrutura da sequência de abertura no texto C, o narrador se perde na organização do pensamento seguinte. Ele é obrigado a se interromper e a iniciar outra construção. A *correção* (Marcuschi, 1991) aqui parece ser claramente um indício de tensão frente ao coordenador. Conjugado à correção, percebemos, também que, diferentemente das outras sequências, esta não tem a entonação de fim de frase; ele amplia a unidade frasal “e...” e passa a introduzir outra informação.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No livro que eu li, se chama que se chama *Uma história de rabos presos e...* numa cidade chamada Egolândia....

A quebra de seu padrão originou uma nova estrutura que denuncia um maior cuidado na organização de seu discurso frente a um interlocutor com /+poder/.

4.1.2. Sequências de fechamento

Aqui o aluno também encontrou uma fórmula, que, aliás, é roubada do livro, e encerrou todas as narrativas da mesma maneira. Nesse ponto, podemos comentar com Ochs (1979) que o texto escrito, planejado, que veio do livro, interferiu na construção discursiva desse momento da narrativa. Onde se poderia esperar uma grande variação, típica dos discursos orais tipicamente não planejados, não se deu.

TEXTO A:	“ ... esse povo que estava lá, dentro dessa casa, nem fez falta pro pra cidade que, por sinal, até mudou de nome.”
TEXTO B:	“Aquele multidão toda que ficou no prédio não parecia fazer falta para a cidade que, por sinal, até mudou de nome.”
TEXTO C:	“Essa multidão toda não fez nenhuma falta para a cidade que, por sinal, até mudou de nome. Acabou”
TEXTO D:	“Aquele povo que ficou nesse prédio que por coincidência era uma cadeia nem fez falta para a cidade que, por sinal, até mudou de nome.”

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Apesar do rigor nas sequências de fechamento, é interessante notar que os blocos transcritos não são idênticos; há variações significativas.

No texto C, para o coordenador, o ouvinte parece não ter se conformado com a fórmula de encerramento. Assim, o informante teve de usar uma forma marcada: “acabou”.

A informação “não fazer falta à cidade” é extremamente importante na construção da história. É ela que marca a *resolução/resultado* da narrativa (Labov, 1972). Portanto é um momento importante para valorizar tudo o que foi dito. Além, disso, o narrador parece sentir necessidade de fazer *avaliações* (Labov, 1972) nesse momento. São essas *avaliações* que fazem a diferença. Cada uma ganha matizes diferentes: no texto A (mãe) é afirmada através do “nem”, no texto B (professor) fica abalada – “não parecia fazer falta”; depois, no texto C (coordenador), é confirmada acentuadamente: “não fez nenhuma falta”; já no texto D (colega), a *avaliação* torna-se mais contundente com a relativa “que por coincidência era uma cadeia”.

Queremos entender com isso que a cada contar da história, o sujeito foi tomando uma posição mais firme quanto ao destino do bando de rabudos. Nesse sentido, isto parece ter mais relação com o próprio ato de contar a história do que com os diferentes interlocutores.

Sublinhe-se, por fim, que a sequência de fechamento tem, em relação à de abertura, um grau de tensão menor. Afinal, já se está no fim do discurso e o interlocutor já foi, ou não, conquistado nos estágios anteriores. A situação está quase consumada. Então parece se tornar um momento de menor desconforto, menos conflituoso.

4.2. Omissão e alteração posicional de parte da estrutura

Dentro da regularidade estrutural dos quatro textos, vemos duas variantes muito significativas. A primeira diz respeito à omissão de parte da estrutural inicial; a segunda refere-se ao diferente posicionamento de uma das catorze unidades da narrativa.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

4.2.1. Omissão de parte da estrutura

A tendência, na repetição de uma história, como é o nosso caso, é que ela vá se tornando mais rígida, com as partes mais marcadas e menos diferenciadas a cada narração. Isso se comprova em nosso caso de maneira geral. Entretanto, há uma diferença entre a estrutura da primeira história contada, a do texto A (mãe), e a da segunda, a do texto B (professor). Essa diferença diz respeito à omissão de parte da estrutura do texto A para o texto B. A partir do texto B, não ocorrem mais omissões.

Então, no texto A, em ambiente familiar, o narrador destaca de maneira expressiva a posição/opinião do “narrador do livro” em relação aos políticos de rabo preso. O tom com que ele fala na gravação, inclusive, é bastante incisivo. Diz nosso informante, através de *avaliações*, que o narrador do livro “ficava morrendo de raiva”, “ficava desejando o mal para os políticos todos”, “ficava invocando pragas, né?”.

O aluno, por estar em ambiente familiar, pôde externar o posicionamento do narrador do livro, que, a princípio, traduz um comportamento negativo, agressivo, condenável socialmente. A questão é que o aluno-narrador, ao apresentar essas posições, mostra que se alinha (Goffman, 2002[1979]) ao narrador do livro. Entretanto, embora concordando com tais comportamentos, sua *face* não fica ameaçada; afinal, os traços /+contato/ e /+intimidade/ ligados à mãe, facilitariam a resolução de qualquer conflito que pudesse surgir a partir da sua fala.

Comparativamente, o mesmo não se daria se nosso narrador explicitasse o posicionamento do narrador do livro e se mostrasse alinhado a ele no texto B (professor). O traço /-intimidade/ do professor poderia dificultar a resolução de um conflito interativo caso o docente manifestasse linguística ou extralinguisticamente uma censura. Assim, como uma estratégia de preservação da face (Goffman, 1959, 1981), o aluno vai eliminar da estrutura dos outros textos essa sequência avaliativa.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Caso se tratasse de uma parte insignificante da estrutura, a omissão seria até natural. A questão é que, na narrativa A, se trata de uma unidade que estava muito bem articulada com a anterior e com a posterior. Afinal, era esse sentimento de indignação do narrador do livro, compartilhado pelo povo do lugar, que motivaria o desenrolar da ação. Pode até ser considerado, no texto A, o *ponto da história* (Labov, 1972). Nesse aspecto, então, sublinhemos, houve uma adaptação da história para que pudesse ser contada aos outros ouvintes sem riscos de censura, de conflitos interativos.

4.2.2. Alteração posicional de parte da estrutura

O momento em que nosso narrador explica ao ouvinte o conceito de “rabo preso” é extremamente importante. Este conceito faz parte da *orientação* da narrativa e é a grande metáfora do livro. Com base nela tudo se desenvolve e se ilumina.

A explicação do que seja “rabo preso”, cremos, tem um certo grau de dificuldade para o aluno. Essa dificuldade tem duas dimensões: primeiro, é de complexa formulação intelectual para uma criança; segundo, a expressão “rabo preso”, que não pode ser omitida da narrativa, tem os traços /+vulgar/ e /+coloquial/ e remete a julgamentos sociais negativos. Todos esses aspectos causam embaraço ao aluno quando ele precisa veicular esse conceito.

O interessante a observar é, então, a maneira como o aluno posiciona essa importantíssima unidade em cada narrativa. Vejamos no quadro a seguir as primeiras unidades informacionais de cada texto:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

U N I D A D E S		Texto A – mãe	Texto B - professor	Texto C - coordenador	Texto D - colega
	1ª	Sequência de abertura	Sequência de abertura	Sequência de abertura	Sequência de abertura
	2ª	Apresenta a cidade	Apresenta a cidade	Apresenta a cidade	Conceito de rabo preso
	3ª	Fala dos políticos	Apresenta o narrador	Apresenta o narrador	Apresenta a cidade
	4ª	Conceito de rabo preso	Fala dos políticos	Fala dos políticos	Apresenta o narrador
	5ª	Apresenta o narrador	Conceito de rabo preso	Conceito de rabo preso	Fala dos políticos

Observando o quadro acima, vemos que a posição estrutural da unidade “conceito de rabo preso” se diferencia de acordo com o ouvinte. Imaginando o grau de dificuldade que ele teve ao contar – o que certamente provocou certo adiamento para chegar a esse momento – vemos que pareceu mais fácil veicular essa unidade ao seu colega. Depois, em gradação, parece ter sido mais fácil explicar para a mãe, e por fim para o professor e para o coordenador. De novo temos aqui a interferência bem explícita dos ouvintes na organização do discurso do aluno. Para nós, fica clara a relação direta entre o adiamento no ato de dar o conceito de “rabo preso” e o grau de distanciamento e formalismo imposto pelos ouvintes do texto B e C.

4.3. A organização interna da unidade informacional “rabo preso”

Como já dissemos, dar a noção de rabo preso não foi uma atividade tranquila. Por conta disso, vamos observar agora as diferenças na constituição dessa unidade.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

TEXTO A:	“Ou seja quando uma pessoa via a besteira da outra a outra não podia falar nada mal dessa porque senão a outra contava essa besteira, né?”
TEXTO B:	“Ou seja... eh... uma pessoa que viu a besteira da outra e pra outra não poder... caguetar ela, né?, dedurar ela tinha que/ e ela vendo a besteira dessa que ia caguetar nada/ nenhum podia falar da do outro que senão o outro logo podia se defender, né?”
TEXTO C:	“Ou seja uma pessoa viu uma coisa errada que a outra fez e quando uma tentava dedurar essa coisa errada a outra podia se defender ameaçando contar o da outra”
TEXTO D:	“Rabo preso, você sabe, né? você deve saber que é quando uma pessoa viu a besteira de uma outra e essa outra vê a besteira da uma então uma não pode falar essa besteira dedurar besteira porque senão a outra rebate falando a besteira do outro, né?”

Primeiramente, reparemos que, para introduzir a noção de “rabo preso” nos textos A, B e C (os textos produzidos para os ouvintes adultos), nosso narrador usa o marcador “ou seja”. Tal marcador tem a função de encabeçar uma explicação e é de uso menos generalizado na língua oral informal – portanto traz um tom mais formal à fala. A observação anterior já nos permite inferir que o aluno estabeleceu uma distância entre si e os ouvintes. Essa é uma estratégia comum, de autodefesa, de resguardo, quando se está inseguro em relação ao conteúdo do que se vai falar. E essa insegurança interfere tanto na organização informacional

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

mesma, quanto no julgamento moral que, achamos, nossos ouvintes podem fazer em relação ao que dizemos.

Assim, o uso do “ou seja” não é aleatório, tem intenções pragmáticas muito determinadas. Verificando, ao contrário, o texto D, contado ao seu colega, notamos que não há uso desse marcador. Precisamos sublinhar, é verdade, que o outro aluno tinha conhecimento compartilhado com nosso narrador; os dois já tinham lido o livro em sala de aula. Isso fica bem evidenciado através das expressões “você sabe, né?”, “Você deve saber”. De qualquer forma, para o colega não haveria necessidade de o informante adotar uma posição mais distanciada e formal para contar a noção a seu amigo.

Observando agora a definição nos quatro textos, salta aos olhos o fato de que a do texto C é a melhor elaborada discursivamente – se consideramos elaboração uma mistura de concisão, clareza e precisão. De todos os textos, a noção mais clara é a do C. Inferimos que os traços do ouvinte promoveram uma postura mais cuidadosa da parte do aluno, o que se refletiu numa maior elaboração sintático-semântica da fala.

É ainda nesse texto C que a seleção de vocábulos é mais cuidada. Se em todos os outros textos aparece o vocábulo “besteira”, pertencente a um registro mais coloquial e vulgar³, socialmente falando, neste aparece a expressão “coisa errada”. Esta expressão, embora mantenha o traço /+coloquial/ também, não tem o traço /+vulgar/ que o vocábulo “besteira” pode ter.

Situação interessante também é a que aparece no texto B. Neste, o ouvinte também é investido do traço /+poder/ e /-intimidade/, como o ouvinte do texto C. Entretanto, aparecem, além do vocábulo “besteira”, dois outros: “caguetar” e “dedurar”, ambos coloquiais e socialmente vulgares. Isso seria uma incoerência discursiva do narrador, já que o ouvinte motivaria a filtragem desses termos pelo aluno. Só que, observando o texto B, vemos dois fatos que não aparecem nos outros e que não deixam invalidar nossos comentários anteriores:

³ É preciso que se considerem os preconceitos sociais no uso da língua. É dessa seara que buscamos nossas observações para classificar um vocábulo como mais vulgar ou menos vulgar, por exemplo.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

- Uma pausa “...” aparece antes da palavra “caguetar”. A pausa tem a função de dar tempo ao falante para estruturar o seu pensamento, o seu discurso (e inclusive selecionar vocábulos). Isso parece indicar que o falante parou, refletiu, mas não conseguiu encontrar um vocábulo que ele achasse mais adequado ao ouvinte. Em vista disso, usa mesmo uma palavra com os traços /+vulgar/ e /+coloquial/. De qualquer forma, não conformado com o fato, e para explicitar sua inconformidade, o falante faz uso de uma estratégia atenuante (o segundo fato que destacaremos abaixo);
- O uso do marcador “né?”, reparemos, ocorreu de forma a estabelecer com o ouvinte uma relação menos distante. Assim, ele cria um alinhamento com o ouvinte, obtendo a proximidade necessária para atenuar a possível carga negativa do vocábulo “caguetar”. Diz o aluno narrador: “pra outra não poder... caguetar ela, né?, dedurar”. Essa estratégia, então, foi usada para tentar superar uma dificuldade interacional.

Observando o fluxo da conversa, vemos que o ouvinte não se manifestou ao “né?”; não houve uma resposta com uma confirmação por parte do ouvinte. Ou seja, o narrador não recebeu a aprovação que esperava. Por conta disso, seu texto passou a sofrer uma grande desorganização; o fluxo deixou de ser fluente e passou a conter uma série de hesitações, pausas e correções. Notemos as partes em negrito:

caguetar ela, né?, dedurar
ela tinha que/ e ela vendo a besteira dessa
que ia caguetar
nada/ nenhum podia falar **da/do** outro
que senão o outro logo podia se defender, né?

Fica bem sublinhado aqui o não planejamento do discurso e os riscos que corremos em interações face a face.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Assim é que, a partir dessas narrativas, comprovamos que o discurso do nosso narrador (e os nossos discursos) está eivado de marcas que indicam a presença do outro na nossa fala. A nossa fala é sempre muito mais social e coletiva do que percebemos. Ter consciência dessa informação é um passo dado para entender como, nas interações, vamos construindo o mundo social em que vivemos e que traços o constituem.

5. Considerações finais

Estudar o comportamento humano é uma tarefa complexa. Não é como observar um objeto externo, é observar-se a si mesmo. Não é possível criar distanciamento para ver os atos, as falas como objetos frios a serem analisados.

Esperamos ter apontado que nosso comportamento é significativamente orquestrado também pelo outro; nossos interlocutores são índices que orientam as nossas atitudes, verbais e não-verbais, até as que parecem mais espontâneas.

E é nessa regulação e busca de equilíbrio interacional que se desenvolvem os nossos textos sejam orais, sejam escritos.

Referências

- BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. Scripta (PUCMG), Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.
- BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais - uma introdução ao estudo da narrativa. Calidoscópico UNISINOS, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana - observações sobre uma estória de perigo. In: Gilberto Mendonça Telles; Júlio César Valladão Diniz. (Org.). Diálogos Íbero-Americanos II. 1 ed. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2006, p. 62-71.

BASTOS, L.C.; SANTOS, W. S. "Caramba e eu era assim, pelo amor de Deus" - a perspectiva do presente na reconstrução identitária em narrativas de conversão religiosa. In: Magalhães, Izabel; Grigoletto, Marisa; Coracini, Maria José. (Org.). Práticas Identitárias. Língua e Discurso. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 223-234.

BASTOS, L.C. Quando mulheres e homens contam estórias: o feminino e masculino na construção da identidade social. Mesa-redonda: Linguagem e sexo. GELES, UFES, 1996.

GOFFMAN, E. Footing. (2002 [1979]). In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (orgs.). Sociolinguística Interacional. 2ª ed. rev. amp. São Paulo: Loyola, 2002. p.107-148.

GOFFMAN, Erving. (1981). A elaboração da face - uma análise dos elementos rituais na interação social. In: Figueira, Sérvulo Augusto (org.). Psicanálise e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves. pp. 76-114.

GOFFMAN, E. Presentation of self in everyday life. New York: Anchor, 1959.

GOFFMAN, E. Interaction rituals: Essays on face-to-face behavior. Garden City: Anchor, 1967.

GOFFMAN, E. Frame analysis. New York: Harper and Row, 1974.

GUMPERZ, John J. Discourse Strategies. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1982a.

GUMPERZ, John J. Language and social identity. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1982b.

GUMPERZ, John J. A Sociolinguística Interacional no estudo da escolarização. In: Cook-Gumperz, J. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 58-82.

GUMPERZ, John J. Interactional Sociolinguistics: Understanding the Impact of Culture on Interaction. Paper presented at the annual meeting of the NCA 94th Annual Convention, TBA, San Diego, CA. 21-24 de novembro, 2008.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

JOHNSTONE, B. Community and Contest: Midwestern Men and Women Creating Their Worlds in Conversational Storytelling. Gender and conversational interactional. ed. by TANNEN. New York and Oxford: Oxford University Press, 1993, p.62-68.

MARCUSCHI, Luiz A. Análise da conversação. Ática, 1991

LABOV, W. The transformation of experience in narative syntax. Language in the inner city. Philadelphia: University of Pennsylvania Pres, 1972, p.354-96.

LINDE, C. Life stories. Oxford & New Yourk: Oxford University Press, 1993.

POLANYI, L. Conversational storytelling In Teun van Dijk (ed.) Handbook of discourse analysis, 3 Discourse and dialogue. London: Academic,1985 p.183-201.

QUENTAL, L. Quem conta um conto aumenta um ponto? O que é memorável em narrativas. Palavra 3. Departamento de Letras da PUC-Rio, 1995, p.61-69.

RIBEIRO, B. T. & PEREIRA, M.G.D. A noção de contexto na análise do discurso. Veredas v. 6, n.2, p. 49-68, jul./dez, 2002.

RIBEIRO, B. & GARCEZ, P. (org). Sociolingüística interacional. Porto Alegre: AGE editora, 2002.

ROCHA, R. Uma história de rabos presos. São Paulo: Salamandra, 1986.

SCHIFFRIN, D. Approaches to discourse. Oxford: Blackwell, 1994.

SCHIFFRIN, D. Interactional sociolinguistics. In: Mckay, S, L. and Hornberger, H, H. Sociolinguistics and Language Teaching. Cambridge Applied Linguistics, 1996.

TANNEN, D. Gender & discourse. Oxford University Press. NY, 1994.

TARALLO, F. A pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática, 1990.

TEIXEIRA E SILVA, R. A aula de língua não-materna sob uma perspectiva sociointeracional. In Lima-Hernandes & Chulata. Língua Portuguesa em foco: ensino-aprendizagem, pesquisa e tradução. Università del Salento – Facoltà di Lingue e Letterature Straniere: Pensa Multimédia Editore, 2010.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

TEIXEIRA E SILVA, R. Sociolinguística interacional e o português como língua não-materna para crianças e adolescentes. Anais do II SIMELP: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade de Évora. Évora: Portugal, 2009.

TEIXEIRA E SILVA, R. O Discurso do Professor como Material Didático nas Aulas de PLE em Macau: Construção da Competência Textual. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba & MARTIN, Vima Lia de Rossi (orgs.). A língua portuguesa no mundo. São Paulo: FSLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. A representação da identidade de gênero nas narrativas de trabalho do travesti. In: Lopes, D. [e tal.] (orgs.). Imagem & Diversidade sexual - estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.

TEIXEIRA E SILVA, R. Discurso, Gênero e Identidade: Análise da Fala de um Travesti. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1997.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A hipótese do discurso na marcação da morfologia de tempo e aspecto no processo de aquisição de português L2

Custódio Martins¹

RESUMO: Este trabalho analisa a Hipótese do Discurso (BARDOVI-HARLIG, 1998) no processo de aquisição e marcação da morfologia de tempo e aspecto no processo de aquisição do português como L2. Os vários estudos nesta área têm-se centrado, como sabemos, na Hipótese do Aspecto. No entanto, outros trabalhos (ANDERSEN, 2002; COMAJOAN, 2005) têm defendido a importância do discurso e da sua organização para o desenvolvimento da morfologia verbal em L2. De acordo com os pressupostos da Hipótese do Discurso, a estrutura narrativa contém eventos *foreground* e eventos *background*. Os eventos *foreground* contribuem para o avanço da narrativa, os eventos *background* constituem o material de suporte para os eventos *foreground*, sendo a morfologia verbal um dos elementos distintivos da estrutura da narrativa. A noção de telicidade associada à marcação de eventos perfectivos ocorre primeiro e predominantemente em *foreground*, enquanto os eventos atéllicos ocorrem em *background*. Os dados em análise revelaram resultados contraditórios relativamente a outros estudos (Cf. MARTINS, 2008), na medida em que o pretérito imperfeito surge associado a contextos *foreground* e não a contextos *background*. Os resultados obtidos através da análise em VARBRUL indicam que os aprendentes de L2 têm dificuldade na distinção de ambos os contextos e parece que os estão a reinterpretar e a atribuir-lhes uma hierarquia diferenciada na estrutura da narrativa, decorrente de um efeito de transferência pragmática de L1. A hipótese avançada com base na análise dos dados tem em conta os possíveis efeitos pragmáticos de transferência que poderão ocorrer ao nível da estruturação do discurso narrativo, sabendo que, por exemplo, em mandarim quando o aspecto não é marcado por partícula – aspecto zero (XIAO E MCENERY, 2004, p. 240), gera-se ambiguidade aspectual entre a leitura perfectiva e imperfectiva, resolvida através do contexto discursivo.

Palavras-Chave: Português como L2; Tempo e aspecto em L2; Hipótese do discurso; Narrativa; Discurso

ABSTRACT: The current paper analyzes the Discourse Hypothesis (BARDOVI-HARLIG, 1998) concerning the process of acquisition and marking of verbal morphology in Portuguese as L2, from a variationist perspective. Over the last decades the various studies on the acquisition of tense and aspect in L2 contexts have focused on the Aspect Hypothesis. Yet, the importance of discourse for the acquisition of verbal morphology has been pointed out in the literature (ANDERSEN, 2002; COMAJOAN, 2005). The Discourse Hypothesis postulates that narrative structure is organized in terms of foreground and background events. Foreground events advance the narrative, and background events serve as scene setting and as a support for the foreground. Events in the foreground are marked in the perfective and those in the background are marked in the imperfective. In terms of lexical semantics, telic verbs occur predominantly in the foreground and atelic verbs occur predominantly in the background. Analysis of our data reveals contradictory results when compared with other studies on the Discourse Hypothesis (Cf. Martins, 2008). Our results show that imperfectivity is marked in the foreground and not in the background. Learners seem to find it difficult to distinguish between the appropriate contexts, reinterpreting them and assigning them different roles in the narrative. We hypothesize that such a difference in

¹ Departamento de Português da Universidade de Macau – fshem@umac.mo

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

interpretation and marking on verbal morphology may be due to an effect of transfer from the learners' L1. The hypothesis takes into account the possible pragmatic effects of transfer that may occur at the level of narrative structuring. This is based on the fact that in Mandarin, when aspect is not marked by an aspectual particle – zero aspect (XIAO; MCENERY, 2004, p. 240), aspectual ambiguity may occur, through the difficulty of distinguishing between a perfective or imperfective reading. The ambiguity is then resolved through the narrative context.

Key Words: Portuguese as L2; Tense and aspect in L2; Discourse hypothesis; Narrative; Discourse

1. Introdução

O campo de acção da ASL é vasto (DOUGHTY et al., 2003, p. 3), devendo contribuir, entre outros aspectos, para um alargamento dos conhecimentos ao nível do processamento das línguas, mas também para que esses conhecimentos decorrentes da investigação desenvolvida possam servir de forma concreta qualquer que seja o contexto que figure como objecto da investigação. Nesse sentido, o contexto formal de aprendizagem não poderá ser excepção.

O estudo da aquisição e desenvolvimento das noções de tempo e aspecto, bem como de outros aspectos linguísticos em contextos formais de aprendizagem das línguas, tem tido em atenção fatores que têm sido apontados como facilitadores ou não da aprendizagem.

O contexto formal de aprendizagem de L2 tem sido apontado como facilitador no processo de aquisição da morfologia verbal (BARDOVI-HARLIG, 2000 p. 340; SALABERRY, 2002, p. 497; DUFF, 2002, p. 447; AYOUN, 2005, p. 279-280). Bardovi-Harlig, por exemplo, afirma que o contexto formal de aprendizagem de L2: (i) permite o acesso a *input* que de outra forma não seria tão saliente; (ii) permite situações de interacção concretas; (iii) permite o enfoque nas estruturas; (iv) dá oportunidade aos aprendentes de se expressarem de forma aproximada da norma padrão.

A investigação sobre o processo de aquisição da morfologia verbal tem-se concentrado na Hipótese do Aspecto e na Hipótese do Discurso, e também no papel do *input*. Salaberry e Shirai (2002, p. 4) salientam também outras questões relevantes como: (1) a transferência de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

L1, (2) a formação de protótipos, (3) as funções discursivas, (4) as variáveis de ordem pedagógica ou (5) as variáveis de ordem cognitiva e/ou universalista.

Qualquer professor envolvido no ensino de L2, sobretudo de uma língua românica, não hesitaria em classificar a aprendizagem da noção de aspecto como problemática para os seus alunos. Estas dificuldades são corroboradas pelos resultados que os vários estudos têm obtido quanto à marcação da morfologia verbal (BLYTH, 2005, p. 212).

Ellis (1997, 67-70; 2002, p. 28) apresenta uma lista de factores que afectam a aprendizagem das estruturas gramaticais: (i) a complexidade linguística – formal e funcional, ou seja, o aprendente também tem que aprender as funções discursivas do contraste perfectivo / imperfectivo, por exemplo; (ii) confiança na regra gramatical – as regras gramaticais utilizadas em contexto pedagógico tendem a generalizar, não permitindo que o aprendente se aperceba da existência de possíveis excepções; (iii) a metalinguagem usada para fixar a regra – o uso de metalinguagem não facilita a aquisição das nuances aspectuais; (iv) o contraste entre L1 e L2; (v) a frequência do item no *input* – a fraca frequência e distribuição irregular dos itens no *input* pode dificultar, por exemplo, a aquisição dos valores aspectuais não protótipo²; (vi) a redundância – em contexto formal, o aspecto gramatical é normalmente inferido das propriedades inerentes aos verbos e também pelo contexto; (vii) saliência – facilidade dos aprendentes em reparar numa dada característica ou propriedade aspectual.

Blyth (*ibid*, p. 218) enumera as conclusões a que vários estudos têm chegado sobre o processo de aquisição da morfologia de tempo e aspecto e às quais os professores de L2 deveriam ter em conta quando ensinam a noção de aspecto: (i) os aprendentes adquirem as distinções aspectuais de forma gradual, sendo o seu desenvolvimento constituído por fases que reflectem as associações prototípicas que se estabelecem entre aspecto lexical, estrutura discursiva e aspecto gramatical. Estas associações forma / significado ficam a dever-se a

² Os valores prototípicos, em termos da morfologia verbal, são os que associam de forma congruente as propriedades semânticas dos verbos com aspeto gramatical, como por exemplo, a associação de predicados verbais télicos com o aspeto perfectivo e predicados verbais atélicos com o aspeto imperfectivo.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

factores de ordem cognitiva como sejam a transferência de L1 e de *markedness*³ ou de critérios de distribuição no *input*; (ii) a noção de aspecto está relacionada com a ideia de perspectiva que se tem da situação, que por sua vez se relaciona com a percepção visual; (iii) o uso da noção aspecto é bastante sensível às tarefas. Com base nestes factos Blyth sugere três princípios nos quais os professores de L2 deveriam basear a sua prática pedagógica: (i) desenvolver estratégias pedagógicas que estimulem o *input* para acompanhar o desenvolvimento dos aprendentes – a fase de aquisição em que estes se encontram; (ii) basear as explicações da gramática e as actividades propostas tanto quanto possível na percepção que os aprendentes têm da situação; (iii) escolher textos narrativos e tarefas apropriados, tendo em conta a complexidade linguística e de processamento, assim como as normas padrão.

Blyth (*ibid*, p. 220) define três fases de desenvolvimento da aquisição da morfologia de tempo e aspecto: (i) a fase inicial na qual os aprendentes se guiam pela informação disponível através da sua L1 e usam o pretérito como marca única (*default*); (ii) uma segunda fase na qual os aprendentes desenvolvem uma maior consciência do funcionamento das classes lexicais aspectuais, aprendendo mesmo o valor não prototípico dos usos do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito; (iii) uma terceira fase, final, na qual os aprendentes são capazes de empregar tanto o pretérito perfeito como o pretérito imperfeito com a totalidade das classes lexicais aspectuais. Estas fases podem não ser identificadas de forma clara em todos os aprendentes (Cf. ELLIS, 1997, p. 140). No entanto, Blyth (*ibid*, p. 227) propõe que as narrativas usadas em contexto formal de aprendizagem de L2 sigam um *continuum* em termos do grau de complexidade por serem mais fáceis do ponto de vista linguístico e também cognitivo. Para além disso, Blyth considera que estas são características que podemos encontrar, nas narrativas das crianças. Este *continuum* apresentaria inicialmente as seguintes características: (i) referência a experiências específicas no passado; (ii) incluir eventos

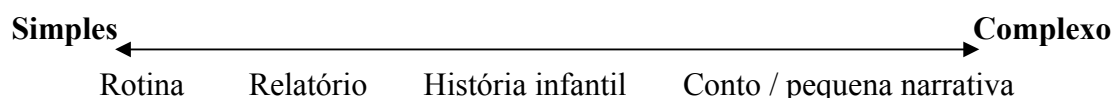
³ Formas e/ou funções que são mais raras ao nível do *input*, logo menos prototípicas. Estas formas / funções, por serem raras, apresentam algumas dificuldades para os aprendentes (Cf. a este respeito Johnson et al, 1999, p. 208).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

foreground mas não *background*; (iii) não contemplar a perspectiva do narrador. No extremo oposto desse *continuum*, as narrativas compreenderiam: (i) referência a experiências genéricas; (ii) conter informação *foreground* e *background* integradas em sequências múltiplas de eventos; (iii) incluir referências a momentos / eventos anteriores e posteriores em relação aos vários momentos da sequência narrativa; (iv) incluir a avaliação do narrador. Blyth (*ibid*, p. 228), considerando também os vários tipos de texto, resume esta sua proposta no seguinte esquema:



2. O Discurso no processo de aquisição da morfologia de tempo e aspecto em contextos L2

Os estudos sobre a aquisição da morfologia de tempo e aspecto L2 têm vindo a centrar-se na Hipótese do Aspecto. Esta Hipótese, baseada no princípio de que o aspecto lexical é determinante no processo de aquisição da morfologia verbal, em detrimento do aspecto gramatical, tem a sua génese nos contextos de investigação de L1 (BARDOVI-HARLIG, 2000; Li et al., 2000).

Como referem Li et al. (2000, p. 50):

The generalizations of the Aspect Hypothesis are intended to apply to the acquisition of tense-aspect morphology in both L1 and L2.

Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados com base nesta hipótese não são muito esclarecedores quanto ao processo de aquisição e desenvolvimento da morfologia de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

tempo e aspecto (LI et al., 2000). Uma das razões para essa discrepância poderá centrar-se na atribuição das propriedades semânticas inerentes aos predicados verbais. A ausência de uma classificação e definição uniformes que sejam contempladas pelos diferentes estudos dificulta certamente a avaliação dos resultados obtidos. Outra das questões que tem vindo a ser levantada (BARDOVI-HARLIG, 2000; SALABERRY, 2000) concerne os instrumentos de recolha de dados. As grandes diferenças ao nível do tipo de instrumentos utilizados bem como a forma de tratamento e análise dos dados, ou ainda o tipo de estudo, também não têm contribuído para que se possam comparar, por vezes, os resultados obtidos. Há que ter em conta, também, as línguas de trabalho. Se considerarmos que a classificação e identificação das propriedades inerentes às classes semânticas apresentam variações de língua para língua, as combinações possíveis das línguas em estudo irão certamente ter influência na avaliação dos resultados. Como defendem LI et al. (2000, p. 52), é importante: “(...) *account for why these variations arise.*”

Outras propostas têm surgido para o estudo da aquisição e desenvolvimento da morfologia verbal em L2. Bardovi-Harlig (1998), por exemplo, propõe que este assunto seja abordado e estudado de forma integrada. Bardovi-Harlig (1998, p. 501) defende ainda que a Hipótese do Aspecto deverá ser integrada nos estudos sobre a estrutura da narrativa, segundo a sua proposta da Hipótese do Discurso porque: (...) *lexical aspect and narrative structure conspire to shape the distribution of tense-aspect morphology in interlanguage.*

Andersen (2002), por seu turno, reconhece a necessidade de encarar a Hipótese do Aspecto numa perspectiva multidimensional, e não a restringir à distinção da marcação de tempo e de aspecto *per si*.

Andersen (2002 *ibid*, p. 91-92) salienta a importância da estrutura discursiva para a marcação da morfologia de tempo e aspecto, afirmando que são as necessidades discursivas que contribuem para que os falantes “*choose forms to convey their intentions at that point in the discourse.*” No fundo, o que está em jogo é perceber como é que os aprendentes relacionam a forma e o significado.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Para Anderson a estrutura discursiva contribui para o desenvolvimento da morfologia de tempo e aspecto. Neste sentido, propõe uma forma alargada da Hipótese do Aspecto que inclui seis dimensões: (1) a semântica verbal; (2) o tipo de acontecimento; (3) as noções *realis-irrealis*; (4) a pragmática; (5) o contexto discursivo; (6) a estrutura do discurso.

Andersen (2002, *ibid*, p. 94) define os casos mais prototípicos de cada uma das dimensões em termos da aquisição do perfectivo passado. No que diz respeito à primeira dimensão, a semântica verbal, Andersen prevê que o desenvolvimento assente, em primeiro lugar, nos predicados verbais do tipo “*achievement*”, depois nos “*accomplishment*”, seguindo-se os predicados verbais do tipo “*activity*” e finalmente os “*states*”, proposita, como sabemos, no âmbito da Hipótese do Aspecto. Uma das razões apontadas para esta hierarquia encontra-se na necessidade de uma motivação funcional do discurso. Quer isto dizer, de acordo com Andersen (2002, *ibid*, p. 94) que:

(...) while verb semantics is at the center of the development of categories like past and perfective, verb semantics alone is not enough to account for empirical findings (...)

Quanto à segunda dimensão, o tipo de acontecimento, a hierarquia tem início com os acontecimentos unitários e depois com os acontecimentos iterativos. A abordagem funcional do discurso prevê, de acordo com Andersen (2002), que os acontecimentos unitários recebam marcação morfológica explícita de passado antes dos acontecimentos iterativos.

Na linha da Hipótese do Protótipo, e consequentemente da perspectiva conexionista, Andersen (2002) refere que, neste sentido, há uma competição entre a semântica verbal e o tipo de acontecimento, sobretudo no que diz respeito ao espanhol, já que aqui os aprendentes podem escolher entre a sua forma da interlíngua seguindo o valor da semântica verbal, ou então escolher a forma padrão.

A hierarquia da terceira dimensão tem início em eventos/situações factuais reais estendendo-se depois a eventos/situações hipotéticos. Esta hierarquia na aquisição do

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

perfectivo pretérito justifica-se porque as formas de perfectivo e de passado codificam prototipicamente a referência a eventos factuais reais. A este respeito Andersen (2002:97) refere: “*If the speaker refers to an event that is real, factual, and thus realizable, by the time it is referred to it is assumed to be over.*” Acrescenta ainda que numa fase inicial do processo de aquisição a marcação do passado ou do perfectivo ocorre hierarquicamente com (1) *achievements* e talvez mesmo com *accomplishments*, (2) eventos unitários, (3) eventos factuais reais terminados. Os eventos hipotéticos são marcados numa fase posterior, sendo inicialmente marcados com o verbo na sua forma base. Andersen (ibid.) acrescenta que a expressão/produção de eventos hipotéticos por aprendentes de L2 é algo bastante complicado, sobretudo nas línguas românicas (ainda que só forneça o exemplo do espanhol), já que o *irrealis* nestas línguas é expresso através do modo conjuntivo. Como é sabido, o modo conjuntivo apresenta várias nuances aspectuais-temporais, o que acaba por dificultar ainda mais a tarefa de aquisição de L2 quanto às formas de *irrealis*.

A quarta dimensão, o papel pragmático do passado, apresenta de acordo com Andersen (2002) a seguinte hierarquia de aquisição: (1) asserção directa; (2) atenuador pragmático. Assim sendo, os aprendentes de espanhol como L2 utilizariam em primeiro lugar, a primeira e muito mais tarde a segunda, dado que a segunda é mais marcada, logo menos prototípica do que a primeira.

A quinta dimensão, contexto discursivo, estabelece que a hierarquia se inicia no *foreground* e estendo-se depois ao *background*. Como afirma Andersen (2002, p. 98):

If it is correct that real realized unitary bounded events are the preferred first cases of Past and Perfective marking, then it is also the case that foregrounded clauses are more likely to receive Past/Perfective marking than backgrounded clauses.

A sexta dimensão – a estrutura do discurso não contribui para o desenvolvimento da hierarquia aquisicional, no entanto, Andersen (2002, p. 98) considera que:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Failure to pursue the complexities of discourse structure in research on temporality will simply leave as unexplained and unexplainable (or even as potential counter-evidence) phenomena that do have an explanation.

A colocação de um determinado verbo ou morfema no discurso, segundo Andersen (2002), evidencia a facilidade ou a dificuldade que os falantes demonstram em seguir a norma relativamente à marcação de tempo-aspecto. O discurso em si pode incluir outro tipo de informação determinante para a interpretação e análise do desenvolvimento da morfologia verbal. Andersen (2002, p. 99) defende que as noções de tempo e aspecto são representadas no discurso não só através das propriedades semânticas dos verbos e dos morfemas gramaticais, mas também de outras formas. Os aspectos a que Andersen atribui um papel no desenvolvimento do discurso são: (1) o significado aspectual que pode ser inferido a partir dos marcadores de tempo e de modalidade; (2) os advérbios de tempo, de duração, de iteração, etc; (3) os atributos dos argumentos do verbo, sobretudo ao nível do sujeito e do objecto; (4) a pragmática da situação e do discurso.

O discurso é o espaço onde as várias relações temporais e aspectuais se entrecruzam. É também através da coerência discursiva que se pode verificar a eficácia do processo de aquisição.

Noyau (2002, p. 107) refere que o campo de trabalho no âmbito da aquisição da língua tem progredido bastante nos últimos anos, já que se passou da descrição pura da estrutura linguística em termos idiossincráticos para uma preocupação com a sua dinâmica no discurso. Nos estudos da noção de temporalidade tem-se vindo a prestar mais atenção a factores de ordem contextual ao nível do que designa como “morfologização” das noções de tempo-aspecto. Segundo Noyau (2002, p. 107):

(...) morphologization is best accounted for within the context of discursive activities and their communicative constraints on referenciation.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O conceito que Noyau (2002) cunha como “morfologização”, ao nível do discurso, é importante na medida em que, como refere, nas fases iniciais de aquisição da morfologia verbal as relações temporais centram-se na organização do discurso e também sob formas lexicalizadas. Faz referência às duas situações mais frequentes: (1) itens lexicais usados para relacionar situações e fornecer informação relativamente à sua estrutura temporal interna; (2) advérbios e outras expressões de tempo que desempenham determinadas funções essenciais, como sejam:

- w) localização de situações no tempo através do uso de expressões adverbiais que podem indicar posição, referência deítica ou anafórica, intervalos de tempo cronológico, ou que podem ainda ser usados para ordenar uma série de acontecimentos;
- x) especificação de outras características temporais que afectam as situações: especificação quantitativa ou qualitativa de duração ou de reiteração: *sempre sempre*; etc.
- y) Contraste temporal: *já*; *de repente*, etc.

O conceito de “morfologização” é encarado numa perspectiva processual em termos aquisicionais. Define-o como um processo complexo que faz a ligação entre outros sub-processos diferentes. O processo de “morfologização” é apontado por Noyau (2002, p. 112) como sendo um processo que:

- 5. envolve a reestruturação do aparato linguístico o que provoca a reanálise gradual dos vários alomorfes constituídos por uma raiz lexical e dos afixos, e como resultado provoca também a reorganização das formas;
- 6. envolve a organização do sistema morfológico. Esta organização consiste na progressão de listas de alomorfes para um padrão de regras com uma ordem regular. Estas regras são compostas por vários graus de generalização que constituem micro-sistemas cada vez mais complexos;
- 7. se caracteriza por uma diferenciação semântica cuja finalidade é transformar as funções e o seu significado em afixos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

É claro que este processo não é simples. O aprendente será sempre confrontado com a questão de saber ou encontrar a relação forma significado. Para além disso, este processo de morfologização pode sofrer também a influência de L1, uma vez que, em larga medida, é determinado pelos conhecimentos disponíveis.

A influência de L1 neste processo de “morfologização” é importante ter em linha de conta, já que Noyau (2002, p. 113) afirma:

Given that the acquisition process is largely determined by available knowledge, notably in connection with L1 experience, we can expect that, once the morphological variation of verbs in the L2 has been identified, the temporo-aspectual morphologization of the L2 will take more or less time to come to the learner according to the typological distance between the L1 and the L2, with the learner seeking hypotheses in his/her linguistic experience via his/her L1.

Neste sentido, e tendo em conta as línguas de que o presente trabalho de investigação se vai servir – o português e o chinês – sendo “tipologicamente distantes”, poderemos esperar uma forte influência do chinês L1, sobretudo sabendo que é uma língua cuja referência temporal depende fortemente do seu sistema aspectual?

Uma das conclusões apontadas por alguns investigadores (SALABERRY, 2002; Noyau, 2002) relativamente ao processo de aquisição da morfologia de tempo e aspecto, e que se liga ao conceito de “morfologização” está relacionada com a progressão ao nível da proficiência. Quer isto dizer que nos níveis avançados de proficiência linguística há a tendência para que o uso da morfologia de tempo e aspecto se aproxime da língua alvo. Noyau (2002, p. 121), no entanto, afirma que este facto não se verifica em todas as áreas da morfologia de tempo e aspecto. Referindo-se ao caso do francês afirma: “*The Imparfait proves to be an area of resistance as far as the acquisition of the temporal system in French is concerned.*”

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O imperfeito, nas línguas românicas, coloca outros problemas ao nível da aquisição da morfologia de tempo aspecto. Para além da forma, e da relação que cada classe semântica pode manter com esta forma verbal, os alunos têm ainda que aprender a relação forma-significado, que no caso do imperfeito apresenta uma multiplicidade de soluções, sendo que algumas delas são muito marcadas. No caso do imperfeito haverá, por exemplo, alguma dificuldade por parte dos alunos em aferir os valores prototípicos do imperfeito, e simultaneamente relacioná-los com as várias classes semânticas (KIHLESTEDT, 2002).

A importância do discurso na distribuição e desenvolvimento da morfologia verbal tem estado centrada na perspectiva teórica central – e quase transversal aos estudos no âmbito da aquisição das categorias de tempo e aspecto em L2 – a **Hipótese do Aspecto** (BARDOVI-HARLIG, 1998). Comajoan (2005, p. 71) e Andersen (2002, p. 98) referem-se ao papel que o discurso desempenha ao nível da aquisição da morfologia de passado.

Para Comajoan

(...) discourse figures prominently as one of the explanations for acquisitional stages in interlanguage (the discourse hypothesis).

E Andersen considera que

Failure to pursue the complexities of discourse structure in research on temporality will simply leave as unexplained and unexplainable (...) phenomena that do have an explanation.

O papel de relevância atribuído ao discurso no âmbito da aquisição da morfologia de tempo e aspecto tem centrado as suas atenções ao nível da narrativa.

Hipótese do Discurso determina que a distribuição da morfologia verbal da interlíngua é determinada pela estrutura narrativa. O discurso narrativo, no âmbito da Hipótese do Discurso, é composto por duas partes: *foreground* e *background*. Enquanto que o *foreground* relata eventos que fazem parte da estrutura base do discurso e que fazem avançar os eventos

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

narrativos de forma sequencial, o *background* constitui o material de suporte para os eventos do *foreground*. Bardovi-Harlig (1998) identifica quatro funções do *background*: (1) revelar um acontecimento anterior ao narrado; (2) fazer a previsão sobre o resultado de um acontecimento; (3) avaliar uma acção não colocada na linha de tempo narrativa; (4) servir de contextualizador narrativo (*scene setting*), de explicação ou identificação.

A Hipótese do Discurso defende que a distinção entre *foreground* e *background* é feita através do uso da morfologia verbal. Da associação de ambas as hipóteses, (BARDOVI-HARLIG, 1998) decorre que os predicados verbais télicos ocorrerão com mais probabilidade primeiro ao nível do *foreground* com a marcação de perfectividade e só numa fase posterior será alargada aos predicados verbais atélicos. A distribuição das classes semânticas aspectuais ao nível do *background* processa-se segundo as previsões da Hipótese do Discurso, tal como acontece com o *foreground*, sendo que os predicados verbais atélicos são marcados no imperfectivo e primeiro do que os télicos.

Pela diversidade do público-alvo, do tipo de estudo, do tipo de instrumentos de recolha de dados e também pela diversidade ao nível do tratamento estatístico e/ou qualitativo dos dados obtidos em cada estudo da aquisição da morfologia verbal, encontramos na literatura conclusões discrepantes tanto ao nível da Hipótese do Aspecto como da Hipótese do Discurso. No que se refere à Hipótese do Discurso, mais concretamente, encontramos duas perspectivas opostas que poderão ter relevância ao nível da análise dos dados que se debrucem sobre esta questão em particular. Ayoun et al. (2005, p. 271) consideram que a Hipótese do Aspecto é mais relevante para os estádios de desenvolvimento da morfologia verbal mais avançados porque como afirmam Ayoun e Salaberry (2005, p. 269):

(...) during the initial stages of development, L1 English speakers learning a romance language are guided by tense considerations, as exemplified in their L1. Later on, as they develop a larger database in the target language they begin to be more clearly guided by the distribution of past tense markings according to lexical aspectual classes, and finally, as they approximate a native-like system of tense-aspect, they start to incorporate

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

more clearly discursive factors, in particular, appropriate foreground-background aspectual distinctions.

Hawkins (2003, p. 39) considera que a Hipótese do Discurso explica mais facilmente a distribuição da morfologia verbal dos níveis mais baixos de proficiência linguística do que nos mais elevados.

A distribuição da morfologia verbal é associada a um dado nível de proficiência linguística e, segundo Ayoun e Salaberry (2005), o aspecto lexical é mais importante nos estádios de proficiência mais elevados. O mesmo confirma Giacalone-Ramat (2002, p. 237) que justifica a distribuição da morfologia verbal através do nível de proficiência, mas também do discurso. Na discussão que faz dos dados obtidos neste seu estudo, Giacalone-Ramat (2002) contrapõe os seus resultados, que confirmam os princípios orientadores da Hipótese do Discurso, com os resultados obtidos num dos estudos de Housen (1995), que não são tão sólidos na confirmação da Hipótese do Discurso. Giacalone-Ramat dá-nos a entender que a diferença entre os resultados de ambos os estudos se poderá dever à natureza do discurso, já que os dados que Housen (1995) usa para o seu estudo são orais e não escritos. Giacalone-Ramat (2002, p. 237) apresenta duas conclusões para este seu estudo com base no discurso: a influência das propriedades semânticas dos verbos e da pragmática discursiva na aquisição e desenvolvimento da morfologia verbal.

Resumindo, o estudo da aquisição e desenvolvimento da morfologia verbal de tempo e aspecto tem baseado as suas conclusões nestas duas hipóteses basilares. O foco tem sido a distribuição da morfologia verbal em função do aspecto lexical inerente aos predicados verbais, considerado um universal linguístico. Ambas hierarquizam o processo de aquisição da morfologia verbal. O valor aspectual perfectivo é adquirido antes do imperfectivo, associado primeiro com os predicados verbais télicos e alargando-se posteriormente aos restantes e marcado no *foreground*; o imperfectivo é associado preferencialmente com os predicados verbais atélicos sendo marcado no *background*.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No que se refere mais concretamente à Hipótese do Discurso, o tipo de texto bem como o tipo de narrativa e de tarefa (COMAJOAN, 2005) têm sido apontados como influentes na marcação e distribuição da morfologia verbal de tempo e aspecto.

Antes de avançarmos na análise destes dados, olhemos para o quadro 1 que contém a identificação e definição dos eventos da cena do filme *Tempos Modernos* que são informação *foreground* e *background*:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Quadro 1

Identificação da Informação *foreground* e *background* da cena do filme *Tempos Modernos*

1. (um dia uma rapariga passar por uma padaria	f	
2. (e como estar com fome	b	
3. (ficar a olhar para a montra	f	
4. (que estar cheia de bolos e de coisas boas	b	
5. (de repente a rapariga olhar para o lado	f	
6. (e ver	f	
7. (que o padeiro estar a descarregar o pão	f	
8. (enquanto o padeiro levar os tabuleiros		b
9. (a rapariga tirar um pão	f	
10. (e fugir	f	
11. (mas chocar com Charlie Chaplin	f	
12. (que vir direcção oposta		b
13. (e cair os dois ao chão	f	
14. (uma senhora que ir a passar nesse momento	b	
15. (e ver a rapariga roubar pão	f	
16. (contar ao padeiro	f	
17. (o que acontecer	b	
18. (naquele instante aparecer um polícia		f
19. (e o padeiro denunciar a rapariga	f	
20. (Charlie Chaplin que ainda ali estar	b	
21. (defender a rapariga	f	
22. (o polícia prender, então, Charlie Chaplin	f	
23. (No entanto a senhora continuar a acusar a rapariga		b
24. (e ela e o padeiro contar ao polícia	f	
25. (o que acontecer	b	
26. (este libertar Charlie Chaplin	f	
27. (e prender a rapariga	f	
28. (como Charlie Chaplin querer salvar a rapariga	b	
29. (ir a um café	f	
30. (comer	f	
31. (e como não ter dinheiro para pagar a conta	b	
32. (chamar um polícia	f	
33. (e este prender-o	f	
34. (o polícia levar Charlie Chaplin preso de novo	f	
35. (um pouco depois o carro da polícia parar	f	
36. (e a rapariga entrar	f	
37. (ela estar muito triste	b	
38. (e de repente levantar-se	f	
39. (nesse momento haver um acidente	f	
40. (e a rapariga e o Charlie Chaplin cair à rua	f	
41. (e conseguir fugir	f	

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

À exceção de (7) e de (23)⁴, um falante nativo recontaria esta cena favorecendo a marcação do pretérito imperfeito nos eventos *background*. Como refere Comajoan (2005:54), a definição da informação no discurso não é tarefa fácil⁵, por ser difícil, por vezes, interpretar o discurso dos aprendentes de L2.

3. Metodologia

O presente estudo decorre de outro mais alargado (MARTINS, 2008). A recolha dos dados foi feita em 2006 na Universidade de Macau. Participaram no estudo 41 informantes. Desses, 14 são do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Do total dos 14 informantes do sexo masculino, 5 são da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e 9 são do continente chinês, estudantes que participavam no Curso de Verão promovido anualmente pela Universidade de Macau, provenientes de universidades de Pequim e de Xangai. Do total dos informantes do sexo feminino, 13 são da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e 14 são do continente chinês (Cf. Quadro 2):

Quadro 2

Número total de informantes

	Macau	China	TOTAL
M	5	9	14
F	13	14	26
TOTAL	18	23	41

⁴ Em (7), ainda que tenhamos codificado este enunciado como informação *foreground*, este apenas poderá ser marcado com o pretérito imperfeito. Este evento é codificado como *foreground* porque contribui para que a acção se desenrole no sentido do roubo do pão. O evento em (23) foi codificado como *background* porque não contribui, necessariamente, para o desenvolvimento da narrativa, o que acontece em (24). Este evento em particular tanto pode ser marcado com o pretérito perfeito como com o pretérito imperfeito.

⁵ Comajoan (2005, p. 55) codificou os eventos na narrativa como *foreground* e *background* segundo dois critérios: (i) da morfologia verbal segundo o contraste perfectivo / imperfectivo, i.e., os eventos marcados no perfectivo foram codificados como *foreground*, enquanto que os eventos marcados no pretérito imperfeito foram codificados como *background*; (ii) da sintaxe do enunciado, i.e., foram tidas em conta as situações específicas das frases relativas e das frases subordinadas temporais.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O presente estudo, utiliza o pacote VARBRUL para o tratamento estatístico dos dados. Este recurso nos permite inferir de forma global as relações que se podem estabelecer entre o conjunto das variáveis independentes em função da variável / das variáveis dependentes (Cf. PAOLILLO, 2002; MARTINS, 2008).

Como este estudo se cinge à análise da Hipótese do Discurso, os dados recolhidos dizem respeito a uma cena do filme de Charlie Chaplin *Modern Times* com base em três instrumentos: (i) a narrativa oral; (ii) *cloze*; (iii) narrativa escrita. Os informantes visionaram a cena do filme duas vezes e recontaram-na primeiro por palavras suas, oralmente e depois por escrito, tendo sido a última tarefa o preenchimento da tarefa *cloze*. Os informantes não tiveram qualquer acesso a dicionários ou outros auxiliares durante a realização dos vários testes. Completaram a tarefa no tempo máximo de 15 minutos. Foram analisados 3526 formas verbais no pretérito perfeito e 885 formas verbais no pretérito imperfeito.

4. A Hipótese do Discurso – Análise dos Dados

4.1 Pretérito Perfeito

A análise dos dados em VARBRUL em relação à variável *grounding* no Quadro 2 revela que os eventos *foreground* não favorecem a marcação do pretérito perfeito. Os eventos *foreground* registam apenas um peso relativo de **pr. .51**, para se poder considerar como relevante para o papel do pretérito perfeito neste tipo de contextos. Por seu turno os eventos *background* desfavorecem a marcação do pretérito perfeito, com um peso relativo de **pr. .45**:

Quadro 2: *Grounding*

<i>Foreground</i>			<i>Background</i>		
Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
2454/2940	83.5	0.51	446/604	74	0.45

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Por forma a percebermos melhor a possível interacção que a variável *grounding* possa ter com outras já identificadas em Martins (2008) como relevantes para a marcação do pretérito perfeito, passamos a apresentar os resultados do cruzamento da variável *grounding* com as seguintes variáveis: (i) número de anos de aprendizagem; (ii) língua materna; (iii) tipo de instrumento; (iv) aspecto lexical.

Começamos por cruzar *grounding* com a variável número de anos de aprendizagem, partindo da hipótese de que uma maior exposição à língua alvo possa contribuir para que se verifiquem diferenças ao nível da marcação do pretérito perfeito em termos da estrutura narrativa (HOUSE, 2002; COMAJOAN, 2005; SALABERRY, 2009). No quadro 3 apresentamos resultados do cruzamento das duas variáveis:

Quadro 3: Cruzamento das Variáveis *Grounding* e N° de Anos de Aprendizagem – Pretérito Perfeito

<i>Grounding</i>	N° de Anos de Aprendizagem								
	1-5			5-10			>10		
	N°	%	Pr.	N°	%	Pr.	N°	%	Pr.
<i>Foreground</i>	2191/2639	83	0.49	129/149	86.6	0.57	134/152	88	0.70
<i>Background</i>	396/533	74	0.48	19/30	63	0.48	31/41	76	0.49
<i>Significância</i> = 0.018 <i>Log Likelihood</i> = -1464.183									

Os resultados do cruzamento das duas variáveis revelam que um maior número de anos de exposição à aprendizagem da língua tem efeito na marcação aspectual em função da estrutura narrativa. Os aprendentes que se encontram num nível intermédio favorecem a marcação do pretérito perfeito nestes contextos com um peso relativo de *pr. .57*, enquanto que os aprendentes que já estiveram expostos à aprendizagem da língua durante 10 anos ou mais favorecem a marcação com um peso relativo de *pr. .70*.

Na tentativa de averiguar outras hipóteses que pudessem complementar a nossa análise, procedemos ao cruzamento das variáveis *grounding* e língua materna, partindo da hipótese de que pudesse haver uma diferença entre os falantes de cantonense e os falantes de mandarim, resultados que apresentamos no quadro 4:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Quadro 4: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding* e Língua Materna – Pretérito Perfeito

<i>Grounding</i>	Língua Materna					
	Mandarim			Cantonense		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
<i>Foreground</i>	1407/1679	84	0.49	1047/214	83	0.52
<i>Background</i>	239/326	73	0.47	207/278	74.5	0.51
Significância = 0.018 Log Likelihood = -1464.663						

Como podemos verificar através dos resultados no quadro 4, os falantes de cantonense como língua materna favorecem marginalmente com um resultado ligeiramente acima do valor neutro a marcação do pretérito perfeito nos eventos *foreground*, com um peso relativo de *pr. .52*, valor muito próximo da marcação do pretérito perfeito nos contextos *background*, com um peso relativo de *pr. .51*.

O quadro 5 apresenta os resultados do cruzamento da variável *grounding* com a variável tipo de instrumento:

Quadro 5: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding* e Instrumento – Pretérito Perfeito

<i>Grounding</i>	Instrumento								
	Cloze			Narrativa Escrita			Narrativa Oral		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
<i>Foreground</i>	942/1097	86	0.56	768/867	89	0.61	744/976	76	0.46
<i>Background</i>	-----	-----	-----*	212/264	80	0.36	183/289	63	0.24
Significância = 0.000 Log Likelihood = -1445.296									

* todos os dados registaram a forma padrão

Como verificamos através dos resultados no quadro 5, o tipo de tarefa condiciona a marcação do pretérito perfeito em eventos *foreground*, mas não em eventos *background*, que registam uma marcação padrão. Consideramos que este fato possa estar relacionado com efeitos de transferência pragmática quanto à forma como os falantes estruturam o discurso na sua língua materna. O tipo de tarefa que mais influencia a marcação do pretérito perfeito em eventos *foreground* é a narrativa escrita, que apresenta um peso relativo de *pr. .61*, enquanto

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

que o *cloze* apresenta um peso relativo de *pr.* .56. A narrativa oral desfavorece a marcação do pretérito perfeito em ambos os contextos.

Tendo em conta que os vários estudos no âmbito da aquisição da morfologia verbal em L2 têm, regra geral, apontado para a importância do aspecto lexical, finalizamos a análise da marcação do pretérito perfeito ao nível do *grounding* cruzando as variáveis *grounding*, número de anos de aprendizagem e aspecto lexical, partindo da hipótese que possa haver uma interação entre estas três variáveis. Apresentamos os resultados do cruzamento das três variáveis no quadro 6:

Quadro 6: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding*, Número de Anos de Aprendizagem e Aspecto Lexical

Aspecto Lexical	Grounding e Número de Anos de Aprendizagem								
	Foreground / 1-5 anos			Foreground / 5 -10 anos			Foreground / > 10 anos		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
Processos	151/183	82.5	0.50	9/11	82	0.49	10/12	83	0.51
Pontos	85/92	92	0.72	10/12	83	0.51	-----	-----	-----
Processos Culminados	1067/1311	81	0.48	58/67	87	0.58	64/72	89	0.63
Culminações	652/756	86	0.57	37/41	90	0.66	43/46	93.5	0.75
Estados	213/269	79	0.44	14/17	82	0.49	12/14	86	0.56
Significância = 0.000 Log Likelihood = -1645.054									

Através dos dados no quadro 6 verificamos que os predicados verbais télicos favorecem a marcação do pretérito perfeito no *foreground* – os verbos do tipo pontos favorecem a sua marcação com um peso relativo de *pr.* .72, e os verbos do tipo culminação favorecem a marcação do pretérito perfeito com um peso relativo de *pr.* .57. Os processos com um peso relativo de *pr.* .50, não são relevantes para a marcação do pretérito perfeito em contextos *foreground*. Verificamos também que os aprendentes que se encontram no período mais avançado de aprendizagem alargam a marcação do pretérito perfeito à generalidade das classes lexicais aspectuais. No que se refere à marcação do pretérito perfeito em contextos *background*, apenas os aprendentes no nível inicial favorecem a sua marcação em algumas das classes aspectuais, como podemos observar através dos dados no quadro 7:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Tabela 7: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding*, Número de Anos de Aprendizagem e Aspecto Lexical

Aspecto Lexical	Grounding e Número de Anos de Aprendizagem								
	Background / 1-5 anos			Background / 5 -10 anos			Background / > 10 anos		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
Processos	24/25	96	0.84	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Pontos	8/9	89	0.63	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Proc. Culmi.	136/173	79	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Culminações	19/23	83	0.50	11/15	73	0.37	-----	-----	-----
Estados	204/295	69	0.32	-----	-----	-----	16/23	70	0.32
<i>Significância</i> = 0.000 <i>Log Likelihood</i> = -1645.054									

No caso dos aprendentes do nível inicial verificamos haver uma distribuição irregular da marcação do pretérito perfeito, sendo os verbos do tipo processo que mais favorecem a sua marcação, com um peso relativo de *pr. .84*, contrariamente às previsões da Hipótese do Aspecto que aponta os verbos télicos como aqueles que recebem morfologia padrão antes dos atélicos, no caso do perfectivo. Os dados no quadro 7 apontam para que os pontos favoreçam a marcação do pretérito perfeito, com um peso relativo de *pr. .63*. No entanto, o número de dados é bastante reduzido para que se possam retirar conclusões sólidas quanto ao papel desta classe lexical.

4.2 Pretérito Imperfeito

No quadro 8 apresentamos os resultados da análise dos dados relativamente à marcação do pretérito imperfeito em contextos *foreground* e *background*, à semelhança do que havíamos já feito para a marcação do pretérito perfeito:

Quadro 8: Grounding

Foreground			Background		
Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
113/166	68	0.79	407/719	57	0.42

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Os dados no quadro 8 revelam que os eventos *background* não favorecem a marcação do pretérito imperfeito. São os eventos *foreground* que favorecem essa marcação, com um peso relativo bastante significativo de *pr. .79*.

Também para a análise relativamente ao pretérito imperfeito adotamos a mesma estratégia de cruzar a variável *grounding* com as variáveis: (i) número de anos de aprendizagem; (ii) língua materna; (iii) tipo de instrumento.

No quadro 9 apresentamos os resultados do cruzamento das variáveis *grounding* e número de anos de aprendizagem:

Quadro 9: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding* e Nº de Anos de Aprendizagem – Pretérito Imperfeito

<i>Grounding</i>	Nº de Anos de Aprendizagem					
	1-5			5-10 / >10		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
<i>Foreground</i>	105/156	67	0.69	8/10	80	0.79
<i>Background</i>	373/652	57	0.46	34/67	51	0.37
Significância = 0.003 Log Likelihood = -247.659						

Os dados no quadro 9 revelam que os contextos *foreground* favorecem a marcação do pretérito imperfeito, independentemente do número de anos de aprendizagem, ainda que encontremos uma diferença não muito expressiva quanto ao peso relativo dos dois factores da variável número de anos de aprendizagem. São os aprendentes que tiveram mais exposição à aprendizagem que mais favorecem a marcação do pretérito imperfeito em contextos *foreground*, com um peso relativo de *pr. .79*, enquanto que os aprendentes no nível mais inicial da aprendizagem favorecem a marcação do pretérito imperfeito nestes contextos, com um peso relativo de *pr. .69*. Olhando para os dados relativamente aos contextos *background*, ainda que nenhum dos factores favoreça a marcação do pretérito imperfeito verificamos que são os aprendentes que mais exposição tiveram à aprendizagem da língua que apresentam um peso relativo mais desfavorecedor, com um peso relativo de *pr. .37*, enquanto que o outro grupo de aprendentes apresenta um peso relativo de *pr. .46*.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Cruzando as variáveis *grounding*, número de anos de aprendizagem e tipo de instrumento, cujos resultados apresentamos no quadro 10:

Quadro 10: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding*, Número de Anos de Aprendizagem e Instrumento – Pretérito Imperfeito

Instrumento	<i>Grounding</i> e Número de Anos de Aprendizagem								
	Background / 1-5 anos			Background / 5-10 anos			Background / > 10 anos		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
Cloze	157/190	54	0.49	6/16	37.5	0.32	12/16	75	0.71
Narrativa Escrita	117/172	68	0.60	3/8	37.5	0.29	8/10	80	0.74
Narrativa Oral	99/190	52	0.44	1/6	17	0.12	4/11	36	0.29
Significância = 0.001 Log Likelihood = -583.205									

Através destes resultados vemos que a marcação do pretérito imperfeito em contextos *background* está, em certa medida, dependente do tipo de tarefa e também do número de anos de aprendizagem. Ainda que o número de dados não seja suficiente para tecermos considerações mais contundentes relativamente ao fator “narrativa escrita”, este é o fator que mais favorece a marcação do pretérito imperfeito no *background*, com um peso relativo de **pr. .60**. Os aprendentes com mais tempo de aprendizagem alargam a marcação do pretérito imperfeito em contextos *background* na narrativa escrita, com um peso relativo de **pr. .74**, e também no *cloze*, com um peso relativo de **pr. .71**. Verificamos ainda, que a narrativa oral, tal como acontece na marcação do pretérito perfeito, não é favorecida por nenhum dos grupos de aprendentes. A análise do cruzamento dos fatores de ambas as variáveis demonstra haver um desenvolvimento aquisicional em U (ELLIS, 2003, p. 88; SEGALOWITZ, 2003, p. 397; LONG, 2003, p. 490), princípio que prediz que no processo de aquisição de L2, e também de L1, algumas estruturas possam começar por se fixar numa fase inicial de aprendizagem, apagando-se numa fase intermédia, apresentando um uso padrão nas fases avançadas do processo de aquisição.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No quadro 11 apresentamos os resultados do cruzamento das variáveis *grounding* e língua materna:

Quadro 11: Análise do Cruzamento das Variáveis *Grounding* e Língua Materna – Pretérito Imperfeito

<i>Grounding</i>	Língua Materna					
	Mandarim			Cantonense		
	Nº	%	Pr.	Nº	%	Pr.
<i>Foreground</i>	71/104	68	0.71	42/62	68	0.63
<i>Background</i>	245/413	59	0.46	162/306	53	0.45
Significância = 0.005 Log Likelihood = -248.238						

Os falantes de mandarim são os que mais favorecem a marcação do pretérito imperfeito em contextos *foreground*, com um peso relativo de **pr. .71**, enquanto que os falantes de cantonense favorecem a marcação do pretérito imperfeito em contextos *foreground* também, com um peso relativo de **pr. .63**.

Consideramos que a preferência pela marcação do pretérito imperfeito nos **eventos *foreground***, por parte deste grupo de informantes, se poderá dever a duas circunstâncias: (i) às eventuais dificuldades em definir quais os **eventos *foreground* e *background***; (ii) as possíveis diferenças de interpretação dos dois tipos de informação por parte deste grupo de informantes decorrentes de um efeito de transferência pragmática de L1.

Se os eventos ***foreground*** podem não constituir uma dificuldade em termos de definição, os eventos ***background*** podem ser alvo de diferenças de interpretação quanto ao seu papel no avanço da narrativa. A hipótese por nós avançada, neste sentido, é a de que este grupo de informantes possa estar a considerar alguma informação ***background*** como ***foreground***. Pensamos que isto possa acontecer por motivos de transferência: (i) transferência de L1 de informação de carácter pragmático na estruturação e interpretação da sequência da narrativa; (ii) transferência da ausência de marcação aberta através de determinadas partículas das situações imperfectivas no discurso.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Na tentativa de confirmar a validade desta hipótese, foi pedida a colaboração de um falante nativo de **mandarim** e outro de **cantonense** no sentido de aferir se todas as situações por nós identificadas como *foreground* e *background* obtinham a mesma correspondência por parte de falantes nativos. Considerando a sequência da narrativa anteriormente apresentada, o falante de mandarim identificou os eventos (4), (14), (23), (28) e (31) como eventos *foreground*. O falante de cantonense, por seu turno, identificou os eventos (2), (8), (14), (23), (25), (28), (31) e (37) como *foreground*.

Ambos os informantes confirmaram também que as situações imperfectivas não necessitam, no contexto desta narrativa, de marcação clara. Quer isto dizer que é a perspectiva do narrador que conduz a marcação dos eventos em termos de **perfectividade** e de **imperfectividade**⁶, com base não só na informação e estruturação dos eventos na narrativa, mas também em expressões e advérbios de tempo.

5. Conclusões

A aquisição da morfologia verbal em contextos L2, na generalidade dos estudos relativamente a outras línguas, tem partido da análise de duas hipóteses: a **Hipótese do Aspecto** e a **Hipótese do Discurso**, partindo de uma avaliação quantitativa com base no tratamento estatístico dos resultados em ANOVA. O nosso trabalho, porém, pretendeu alargar o escopo da análise, partindo de uma análise regressiva multivariada dos dados. Para tal

⁶ A importância do contexto para a marcação aspectual é referenciada em Mathews e Yip (1996, p. 200), relativamente ao cantonense e em Li e Thomson (1989, p. 201) e também em Xiao e McEnery (2004, p. 240) que, referindo-se às situações em que o aspecto não é marcado explicitamente através de partícula (definido por estes autores como *zero aspect*), afirmam:

When taken in isolation, these aspectually unmarked sentences may be ambiguous between perfective and imperfective readings; but in discourse, their aspectual meanings are made explicit by context. As such, the zero aspect can be either perfective or imperfective, depending on context. It is not an independent viewpoint aspect.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

investigámos não só os aspectos que se relacionam com ambas as hipóteses e com a importância das classes lexicais aspectuais para a marcação da morfologia verbal, mas também a possível importância que outras variáveis, que não haviam sido consideradas em estudos anteriores, poderiam ter na aquisição das noções de tempo e aspecto.

No presente trabalho, analisámos a **Hipótese do Discurso** em concreto. Da análise dos dados, verificámos que a variável <grounding> não é seleccionada na análise **GOLDVARB X** dos corpora do pretérito perfeito, sendo apenas importante para a marcação do pretérito imperfeito.

A análise da variável **informação** dos três corpora do pretérito imperfeito revela que é a informação *foreground* que favorece a marcação do pretérito imperfeito e não a informação *background*. Concluimos que esta preferência por marcar o pretérito imperfeito no *foreground*, ao contrário do que indicam os princípios da **Hipótese do Discurso**, se manifesta por transferência de informação de carácter pragmático na estruturação e interpretação da sequência narrativa.

Referências

- ANDERSEN, Roger. The dimensions of pastness. In.: Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.). *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 79-107.
- AYOUN, Dalila et al. Towards a comprehensive model of the acquisition of L2 tense-aspect in the Romance languages. Rafael Salaberry and Dalila Ayoun (eds.). *Tense and Aspect in Romance Languages*, Studies in Bilingualism Series. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, n. 29, p. 253-282.
- BARDOVI-HARLIG, Kathleen Narrative Structure and Lexical Aspect: Conspiring Factors in Second Language Acquisition of Tense-Aspect Morphology. In.: Albert Valdman (ed.), *Studies in Second Language Acquisition*. Cambridge University Press, 1998, 20,4. p. 471-508.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

BARDOVI-HARLIG, Kathleen. *Tense and Aspect in Second Language Acquisition: Form, Meaning and Use*. Blackwell Publishers, 2000.

BLYTH, Carl. From empirical findings to the teaching of aspectual distinctions. *Tense and Aspect in Romance Languages*, Rafael Salaberry and Dalila Ayoun (eds.) Studies in Bilingualism Series. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 211-253.

COMAJOAN, Llorenç. The Acquisition of perfective and imperfective morphology and the marking of discourse grounding in Catalan. Rafael Salaberry and Dalila Ayoun (eds.), *Tense and Aspect in Romance Languages*, Studies in Bilingualism Series. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 35-78.

DOUGHTY, Catherine J. et al. The Scope of Inquiry and Goals of SLA. Catherine J. Doughty and Michael Long (eds.) *The Handbook of Second Language Acquisition*. Blackwell Publishing, 2003, p. 3-16.

DUFF, Patricia, et. al., The acquisition and use of perfective aspect in Mandarin. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 417-456.

ELLIS, Nick C. Constructions, Chunking, and Connectionism: The Emergence of Second Language Structure. Catherine J. Doughty and Michael Long (eds.) *The Handbook of Second Language Acquisition*. Blackwell Publishing, 2003, p. 3-16.

ELLIS, Rod. *SLA Research and Language Teaching*. Oxford University Press, 1997.

ELLIS, Rod. Investigating Form-Focused Instruction. Rod Ellis (ed.), *Form-Focused Instruction in Second Language Acquisition*. Blackwell Publishers, 2001.

GIACALONE-RAMAT, Anna How do learners acquire the classical three categories of temporality? Evidence from L2 Italian. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 221-248.

HAWKINS, Roger, et al. Locating the source of defective past tense marking in advanced L2 English speakers. Roeland van Hout, Aafke Hulk, Folkert Kuiken, Richard Towell (eds.), *The Lexicon-Syntax Interface in Second Language Acquisition*, Language Acquisition and Language Disorders Series. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003, p. 21-44.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

HOUSEN, Alex, The development of tense-aspect in English as a second language and the variable influence of inherent aspect. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 155-198.

HYLTENSTAM, Kenneth L2 learners' variable output and language teaching. Kenneth Hyltenstam and Manfred Pienemann (eds.), *Modeling and Assessing Second Language Acquisition*. Multilingual Matters Ltd, 1985, p. 113-136.

JOHNSON et al. *Encyclopedic Dictionary of Applied Linguistics – A Handbook for Language Teaching*. Blackwell Publishing, 1999.

KIHLSTEDT, Maria. Reference to past events in dialogue: the acquisition of tense and aspect by advanced learners of French. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 323-362.

LONG, Michael H. Stabilization and Fossilization in Interlanguage. Catherine J.

Doughty and Michael Long (eds.) *The Handbook of Second Language Acquisition*. Blackwell Publishing, 2003, p. 3-16.

LI, Charles N. et al. *Mandarin Chinese – A Functional Reference Grammar*. University of California Press, 1989.

LI, Ping, et. al. *The Acquisition of Lexical and Grammatical Aspect*. Studies on Second Language Acquisition. Mouton de Gruyter, 2000.

MARTINS, C.C. *A aquisição das Noções de Tempo e Aspecto por Aprendentes Chineses de Português como Língua Estrangeira*. Tese (Doutoramento) - Macau: Universidade de Macau, 2008.

MATTHEWS, Stephen et al. *Cantonese – A Comprehensive Grammar*. Routledge, 1994.

NOYAU, Colette Temporal relations in learner varieties: Grammaticalization and discourse construction. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p.107-129.

PAOLILLO, John C. *Analyzing Linguistic Variation – Statistical Models and Methods*.

CSLI Publications, Center for the Study of Language and Information. Stanford, California, 2002.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

SALABERRY, M. Rafael. *The Development of Past Tense Morphology in L2 Spanish*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2000.

SALABERRY, M. Rafael. Tense and aspect in the selection of Spanish past tense verbal morphology. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 397-416.

SALABERRY, M. Rafael, et. al. L2 acquisition of tense-aspect morphology. Rafael Salaberry, Yasuhiro Shirai (eds.), *The L2 Acquisition of Tense-Aspect Morphology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002, p. 1-20.

SEGALOWITZ, Norman. Automaticity and Second Languages. Catherine J. Doughty and Michael Long (eds.) *The Handbook of Second Language Acquisition*. Blackwell Publishing, 2003, p. 3-16.

XIAO, Richard et al. *Aspect in Mandarin Chinese – A corpus-based study*. Studies in Second Language Companion Series. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, Company, 2004.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Diálogo e performatividade no drama

Cleise Furtado Mendes¹

RESUMO: O artigo discute estratégias de composição do diálogo dramático, em textos contemporâneos, sob a ótica das teorias da enunciação e da linguística pragmática, com ênfase nos atos de fala (*speech acts*) e nos efeitos ilocucionários das interações verbais. Essa abordagem implica o deslocamento de hábitos correntes na análise de peças teatrais, por levar em conta menos o sentido referencial das réplicas do que o particular *modo de ação* dos seres dramáticos, em suas trocas intersubjetivas, por meio da linguagem. O texto também aborda a noção de dialogismo, tanto como interação discursiva quanto confronto de vozes sociais e históricas. O diálogo dramático tem sido objeto de atenção em vários campos de pesquisa, em especial nos estudos linguísticos dos fenômenos da enunciação. Mas o conceito de dialogismo, desenvolvido por Mikhail Bakhtin no contexto de sua teoria do romance, ainda é pouco presente nas análises da escrita dramática. A partir de exemplos da dramaturgia contemporânea, propõe-se aqui uma visão da forma dramática como espaço privilegiado para a representação das trocas enunciativas, da interação dialógica pela qual os sujeitos ganham existência graças ao discurso do outro.

Palavras-chave: Diálogo dramático; Enunciação; Atos de fala.

ABSTRACT: This article discusses some strategies for composition of dramatic dialogue, in contemporary texts, from the perspective of pragmatic linguistics and enunciation theories, with emphasis on the speech acts and the illocutionary effects of the verbal interactions. This approach implies the displacement of frequent practices in the analysis of theatrical plays; it takes into account not exactly the referential meaning of speeches, but the particular way of acting of dramatic characters, in their intersubjective exchanges, through language. The text also addresses the concept of dialogism, both as discursive interaction and confrontation of social and historical voices. Dramatic dialogue has received attention in several research fields, especially in studies of the phenomena of linguistic utterance. However, the concept of dialogism, developed by Mikhail Bakhtin within the context of his theory of novel, is still hardly present in the analysis of playwriting. From examples of contemporary drama, this article proposes a vision of dramatic writing as a special situation for dialogical interaction and for representation of the verbal exchanges by which the speaking subjects are founded in the other's speech.

Key words: Dramatic dialogue; Enunciation; Speech acts.

As leituras e interpretações a seguir propostas retomam e desenvolvem certas linhas de investigação iniciadas em escritos anteriores que, orientados pela perspectiva pragmático-dialógica da linguagem, enfocam a dramaturgia como prática textual e cênica na qual estão

¹ Dramaturga e professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia.
cleise.mendes@terra.com.br

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

em jogo diferentes formações discursivas e aspectos performativos das diversas dimensões da vida social (MENDES, 2010). Uma das razões para essa abordagem emerge da observação de que há um número crescente de textos nos quais os recursos para a organização das trocas verbais entre personagens diferem profundamente não só das formas mais clássicas do diálogo dramático, mas até mesmo das inovações surgidas na segunda metade do século XX, como a ênfase nos elementos épicos e o esvaziamento das “conversas” nas peças de absurdo.

A escrita de textos destinados às práticas cênicas quase sempre exige o uso de estratégias de enunciação muito elaboradas, mas cuja identificação, via de regra, ainda permanece em segundo plano nas análises mais correntes de peças teatrais. Apesar disso, algumas abordagens baseadas em desenvolvimentos da pragmática e das teorias da enunciação vêm oferecendo um caminho produtivo para a interpretação do diálogo cênico, como as sugeridas por Maingueneau (1996) e Ducrot (1987), entre outras. Trata-se, por essa ótica, de dar relevo aos fenômenos da interação discursiva, enfocando a linguagem em uso nas réplicas menos como meio de expressão de pensamentos e emoções das personagens, ou de transmissão de informações ao leitor/espectador, e mais como uma atividade que tem o poder de criar relações, transformar comportamentos e modificar efetivamente uma situação.

É claro que a escolha desse ângulo interpretativo implica um deslocamento de certos hábitos na leitura de peças teatrais, como o de privilegiar o exame do enredo e das personagens, tratando superficialmente as interações verbais que fundam e constituem o discurso dos agentes e suas condições de enunciação. Tais análises se deixam iludir por efeitos de verossimilhança, tratando textos para a cena como histórias sobre pessoas, e é fácil compreender que assim seja, tendo em vista o forte apelo mimético que caracteriza a ficção dramática. A linguagem no drama está sempre associada a uma voz, um gesto, uma imagem humana; a participação cognitiva e emocional do espectador depende desse efeito de que cada palavra brota de um desejo em movimento. É o que chamei, em escritos anteriores, de uma “linguagem encarnada”. (MENDES, 1995, p. 31.)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Pela abordagem pragmática, a linguagem é considerada como *uma forma de ação*, sobretudo como ação interindividual, como lugar de interação no qual os sujeitos falantes atuam efetivamente uns sobre os outros, estabelecendo vínculos e confrontos, acordos e dissensos. É importante salientar, contudo, que isso não implica negar importância ao aspecto representativo do diálogo teatral (ou à linguagem como *representação* do mundo e do agir humano), mas sim adotar, estrategicamente, uma interlocução entre a teoria do drama e dispositivos de leitura oriundos de outras áreas de conhecimento, como os estudos sobre a enunciação e demais abordagens contemporâneas dos fenômenos de interação verbal, no presente caso, em especial, a Teoria dos Atos de Fala (*Speech acts*) desenvolvida por J. L. Austin. Nos limites deste artigo, farei apenas algumas indicações de como tal leitura dos diálogos, em textos contemporâneos, pode trazer à luz certos procedimentos de composição dramática.

Arte, de Yasmina Reza, estreou em Paris, em 1995; a partir daí a peça foi traduzida em dezenas de línguas e encenada em diversos países, alcançando reconhecimento internacional e importantes premiações. A trajetória bem-sucedida desse texto convida à observação das estratégias de enunciação que dinamizam o fluxo do diálogo e à análise do valor performativo das trocas verbais como elementos constituintes das situações e das personagens. A peça é extremamente econômica tanto na intriga – que praticamente se resume a uma situação que perdura até o ponto de reversão, próximo ao final – quanto na caracterização das personagens – que recebem apenas os atributos necessários para agir e reagir em estreito contexto. Devemos procurar a eficácia dessa comédia, pois, na elaboração do diálogo, cuja aparência de simplicidade e mesmo de “espontaneidade” são na verdade efeitos construídos pela força ilocucionária das interações verbais.

Uma breve menção ao argumento será útil para identificar os agentes e as condições de fala. Três amigos veem uma relação de quinze anos ser ameaçada quando um deles, Sérgio, compra um quadro quase inteiramente branco, por uma quantia relativamente alta. Marcos, o amigo a quem ele mostra sua aquisição, mostra-se perturbado e inconformado com

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

o que considera “puro esnobismo”. Diante do entusiasmo de Sérgio pela compra da obra de um pintor bem-cotado, segundo os experts, Marcos reage com sarcasmo; a partir daí a relação evolui para uma troca de acusações que de início tem por base supostamente a diferença de gosto estético e a avaliação da pintura moderna, mas logo percebemos que a divergência se propaga para outros temas. Ivan, um amigo de ambos, preocupado com confusões familiares que envolvem seu casamento próximo, tenta manter-se neutro em meio ao tiroteio verbal e com isso só consegue acirrar as tensões entre Sérgio e Marcos.

Os diálogos são intercalados por breves solilóquios, criando mudanças de foco enunciativo que revelam o efeito das trocas verbais – ou seja, do plano propriamente dramático ou intersubjetivo – sobre o sentir e o pensar das personagens e, sobretudo, expõem o modo como cada uma delas é atingida pelas falas alheias. “Sérgio (*sozinho*): Ele não gosta do quadro, tudo bem. Nenhuma ternura na sua atitude. Nenhum esforço. (...). Um riso pretensioso, perverso. Um riso de quem sabe tudo melhor que todo mundo. Eu odeio esse riso.” (REZA, 1998, p. 11.)

Os solilóquios, por vezes em sequência, criam uma espécie de caixa de ressonância na qual reverbera o discurso do outro e ecoam os efeitos de seus atos de fala.

Marcos (*sozinho*): Será que foi o Antrios, a compra do Antrios? Não. O problema é mais antigo... Tudo começou no dia em que nós estávamos discutindo a respeito de não sei que obra de arte e você usou com toda seriedade a palavra ‘desconstrução’. Não foi tanto o termo ‘desconstrução’ que me indignou, mas o tom doutoral e pedante que você usou. A solenidade com que proferiu ‘desconstrução’. Sem nenhum distanciamento, sem humor, sem um pinga de ironia, você, meu amigo. (REZA, p.46)

Esses flashes de monólogo interior, sucedendo aos entrelagos verbais, dão ênfase ao principal recurso performativo utilizado na construção do texto: o efeito perlocucionário das falas, ou seja, os atos realizados pelas personagens *por dizer algo*, o modo como cada réplica atinge o interlocutor e a consequência disso para o curso da ação. Aqui é importante lembrar a distinção, feita por Austin, entre os proferimentos que possuem um *objetivo perlocucionário* (como convencer ou persuadir) e aqueles que simplesmente produzem uma *sequela*

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

perlocucionária, ou seja, um efeito não pretendido sobre o interlocutor. (AUSTIN, 1990, p.93) O segundo caso é dominante nos diálogos de *Arte*, e é também daí que resulta boa parte dos efeitos cômicos do texto.

Com exceção de alguns fatos, como a compra do quadro branco e uma desajeitada agressão física sem grandes consequências (mas que assinala o ápice do desentendimento discursivo), os atos que transformam decisivamente a relação entre as personagens são prioritariamente atos de fala, são enunciações que abrem fraturas nas representações que cada um faz de si mesmo e do outro. Note-se o uso frequente das aspas para citar e comentar o discurso do interlocutor, transformando a vigilância constante de cada falante diante das réplicas alheias no signo mais forte da indignação crescente que tumultua a velha amizade. “Marcos: Taí, por exemplo. Agora, você me diz ‘leia Sêneca’, e isso poderia me irritar. Eu seria capaz de me irritar pelo fato de você, durante nossa conversa, ter dito ‘leia Sêneca’. E isso seria absurdo.” (REZA, p. 39.)

A tensão discursiva é alimentada por comentários que obrigam cada fala a dobrar-se sobre si mesma, criando uma espécie de eco que amplia sua força ilocucionária. “Ivan: Parece que você está insinuando que ele não estava bem./ Sérgio: Não, pelo contrário, eu disse que ele estava bem./ Ivan: Você disse ‘parecia bem’.” (REZA, p.24) Observe-se que esse não é um procedimento pontual no diálogo, mas sim uma regra de composição. A função da linguagem chamada por Roman Jakobson de *metalinguística*, usada para comentar o próprio código em uso, adquire nesse texto um valor emotivo, colocando cada fala sob um foco de suspeição: “Marcos: Engraçado você dizer ‘o artista’./ Sérgio: Você quer que eu diga o quê?”. (REZA, p.43)

A pergunta “o que você quer dizer com isso?” e a negativa “você não pode dizer isso!” ressoam sob cada fala como um estribilho, um motivo recorrente que enfatiza o caráter performativo das trocas verbais, o modo como a linguagem atua estabelecendo o espaço agonístico das relações. “Marcos: na minha época você jamais teria comprado esse quadro./ Sérgio: O que significa ‘na minha época?’” (REZA, p. 84). O diálogo explora as reações das

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

personagens às falas alheias, ou seja, seu efeito perlocucionário, daí extraíndo, por acúmulo, um tipo de humor baseado no estranhamento. Com uma atenção quase monomaniaca, cada um dos amigos vigia constantemente o discurso do outro, colocando sob suspeita mesmo frases e expressões aparentemente banais. “Sérgio: ‘Que nos oferecia’. Será que você não percebe o que diz? ‘Que nos oferecia’. Sempre em função de si mesmo. Aprenda a gostar das pessoas por elas mesmas, Marcos./ Marcos: O que significa ‘por elas mesmas’?” (REZA, p. 88).

É certo que a dimensão performativa da linguagem tem sido um elemento estruturante das situações e do jogo entre as personagens desde os primórdios do gênero dramático, com função relevante em várias formas de drama. Austin, que exclui de sua teoria o discurso ficcional, por considerar os atos de fala de uma personagem como “não-sérios” ou “parasitários” em relação ao uso cotidiano da linguagem, ainda assim não resiste a citar como exemplo de ato perlocucionário a célebre cena do lenço de Desdêmona, no *Othelo*, de Shakespeare (1990, p.96). Mas a ação da linguagem, em textos clássicos, funciona em estreita articulação com as peripécias da trama. Se é pela força de suas insinuações que Iago transforma Otelo num ciumento homicida, o objetivo da intriga é mostrar as consequências dessa armadilha verbal (os efeitos desse ato de fala) sob a forma de acontecimentos brutais, como os assassinatos de Emilia e Desdêmona. Ou seja: o diálogo conduz e alimenta o fluxo dos acontecimentos, suas estratégias estão a serviço da intriga.

Historicamente, essa função do diálogo como propulsor da ação dramática começa a se desestabilizar a partir de Tchekhov, o que desde então produz notáveis alterações nas formas do drama. Em muitos exemplos da atual escrita para a cena, o diálogo chega a ganhar certa autonomia, exibindo uma loquacidade que preenche os vazios produzidos pela desestruturação de outros elementos da forma dramática, como a identidade instável das personagens e a consequente fragilidade das situações.

Se, pela perspectiva pragmática, a linguagem é considerada uma forma de ação, cumpre também lembrar, com Lacan, que sendo a fala “a ação humana por excelência” (2008,

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

p.53) ela tem, na relação inter-humana, uma função *fundadora* que não deve ser negligenciada: a linguagem não conecta, simplesmente, emissores e alocutários, mas *funda* os sujeitos e suas relações. No caso do diálogo dramático, as trocas verbais adquirem uma especial dimensão performativa, pois estabelecem, para além dos recursos linguísticos, também as condições concretas de enunciação que desenham os contornos das ações cênicas.

O diálogo dramático põe em cena a linguagem através de um gesto sempre duplo, ambivalente. Por um lado, como pacto estabelecido entre palco e plateia, o espectador sabe que está diante de um ato de enunciação cujo sujeito é o dramaturgo. Ele talvez tenha lido o nome do autor no programa da peça, e até mesmo comentários críticos que despertaram seu interesse para essa obra. Ele tem plena consciência de que um *scriptor* criou o mundo da peça e as situações ali representadas, e também de que é esse autor que lhe fala *indiretamente*, através das personagens; sabe que é para ele, em função dele, que foi armado esse jogo de máscaras. Para o leitor do texto dramático, também, o fato de acompanhar a troca de falas entre interlocutores aparentemente autônomos não anula a percepção de que toda aquela arquitetura textual tem uma mesma fonte enunciativa, um locutor cuja presença discreta só subsiste como fala direta na forma de indicações cênicas.

Por outro lado, porém, e simultaneamente, do ponto de vista dos efeitos produzidos nessa recepção, como requisito de adesão à instância ficcional, leitores e espectadores têm (e quase sempre se espera que tenham) a impressão de que as falas brotam “de dentro” das personagens, de seus desejos e motivações. Essa é a ilusão primordial que funda o drama como acontecimento estético-comunicativo: os sujeitos que interagem parecem ser a fonte natural das emissões, autores absolutos de suas enunciações, uma vez que não estão submetidos ao olhar e à condução de um narrador.

Mesmo quando a obra desvela sua construção, introduzindo elementos de distância entre realidade cênica e plano ficcional, esses recursos de estranhamento parecem interferir apenas momentaneamente em nossa visão desses seres “autônomos”, emprestando-lhes um colorido adicional. Em *O Rei da Vela*, quando Abelardo II insiste em continuar o desfile de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

devedores, vítimas do agiota Abelardo I, este lhe responde: “Mas esta cena basta para nos identificar perante o público. Não preciso mais falar com nenhum dos meus clientes. São todos iguais.” (ANDRADE, Oswald, 1976, p. 17) Por um instante, ouvimos aí a voz do autor, e o efeito da fala só pode ser cômico, produzido como é por recursos clássicos de desmascaramento e contraste súbito. Algo se quebra, se rasga, há uma “puxada de tapete” que desestabiliza a empatia do espectador (mesmo o grau mínimo de empatia requerido pela sátira) e ele percebe, por um instante, que aquela figura humana em cena não é assim tão dona do próprio nariz.

Quando nos afastamos da fruição pura e simples, analisando o pacto lúdico que nos convida a esquecer a existência do autor, do demiurgo que move os cordéis, escondido atrás da cena, percebemos que o diálogo dramático busca a produção dos seus efeitos numa situação universal da fala: a linguagem nascendo de um sujeito a quem simultaneamente ela dá existência. (MENDES, 1995, p. 32) Ela fala, logo existe, e é por existir que fala. Mas a personagem dramática nunca está sozinha, pois sem o outro não há drama. (Mesmo nos monólogos, ela dirige sua fala a interlocutores imaginários que representam as muitas vozes que atravessam seu discurso, os muitos outros que configuram e delimitam a sua própria presença diante de nós, aqui e agora: invoca os deuses, interpela a cidade, amaldiçoa os inimigos, implora a atenção do amado ausente, interroga, recrimina e dá ordens a si mesma.)

Então, o que constitui precisamente essa persona não é a sua própria fala, e sim a interação enunciativa, o fato de que fala com alguém e para alguém, de que é não apenas perpassada e motivada pelo discurso do outro, mas que recebe desse discurso a própria razão de ser e de estar em cena. No diálogo dramático, a personagem funda-se exclusivamente nas trocas verbais, na sua posição de interlocutor, no fato de ser o outro de uma outra personagem. Ela fala para/com alguém, logo existe como sujeito de uma relação dialógica. Sua condição para existir é co-existir, ser o sujeito de uma réplica que alimenta a cadeia de enunciações. Se sem o outro não há drama, tampouco há possibilidade de existência.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No entanto, sendo o discurso no drama constituído majoritariamente pela heterogeneidade enunciativa, pela diferença de pontos de vista expressos nas falas de personagens que expressam vozes sociais e históricas, é curioso que o conceito de *dialogismo* tenha pouca frequência, ainda hoje, no campo dos estudos de dramaturgia. Uma possível razão para isso deve-se ao fato do termo ter sido enunciado pelo filólogo russo Mikhail Bakhtin no âmbito de seus estudos sobre a narrativa, em particular em sua teoria do romance. É importante observar, porém, que graças à publicação de vários textos inéditos do autor, sobretudo a partir de 1979, esse e outros conceitos que alicerçam seu conjunto de obra vêm sendo submetidos a revisão e ampliação. No prefácio à edição francesa de *Estética da Criação Verbal*, avaliando o impacto produzido nos leitores por esse novo volume de inéditos, que compreende os primeiros e os últimos escritos do pensador russo, Todorov chega a falar de “diferentes Bakhtin”. (BAKHTIN, 2003, p. XXI).

De fato, a concepção dialógica da linguagem está no centro da obra de Mikhail Bakhtin, como um princípio que ilumina e unifica várias outras noções constitutivas do seu pensamento. Trata-se de uma propriedade da língua em seu uso real, concreto, que leva todo falante a engendrar o seu discurso a partir do discurso de outro. Assim, por esse princípio, pode-se dizer que qualquer proferimento, qualquer ato de enunciação se faz em tensão dialógica com outros tantos, reproduzindo-os, citando-os, parafraseando-os, parodiando-os, negando-os, contrapondo-se a eles.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (BAKHTIN, 1998, p.88.)

Em seus estudos sobre a estilística do romance, Bakhtin vê como singularidade desse gênero o entrecruzamento de diferentes vozes sociais e históricas, tornando-o a expressão literária privilegiada do plurilinguismo, da heterogeneidade discursiva. Tecido pelo choque dos discursos, que representam distintas posições sócio-ideológicas das personagens e do

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

próprio autor, o romance seria o gênero por excelência em que se manifestaria o dialogismo constitutivo da linguagem.

Todo romance, em maior ou menor escala, é um sistema dialógico de imagens das linguagens, de estilos, de concepções concretas e inseparáveis da língua. A língua do romance não só representa, mas ela própria é objeto de representação. A palavra romanesca é sempre autocrítica. Com isso o romance se diferencia, em princípio, de todos os gêneros diretos, do poema épico, da lírica e do drama em senso estrito. (Idem, p.371)

Observe-se que chega a ser uma contradição teórica (e não seria a primeira a se apontar nos escritos do autor russo²), o fato de afirmar que a linguagem é, por constituição, dialógica, e ao mesmo tempo reservar a uma determinada forma literária – o romance – a possibilidade de engendrar-se segundo uma perspectiva polifônica, como um tecido de muitas vozes. Afirmar do tipo “A língua do romance não só representa, mas ela própria é objeto de representação” ou “A palavra romanesca é sempre autocrítica”, como as acima citadas, podem ser rigorosamente aplicadas a qualquer gênero textual. Por isso, com razão alguns autores têm insistido no fato de que monofonia e polifonia são “efeitos de sentido” resultantes de procedimentos discursivos, e não traço inerente a qualquer tipo de enunciado. (BARROS, 2005, p. 34)

Visto que o diálogo é condição primeira da linguagem e do discurso, uma vez que toda fala busca o Outro e é permeada pela fala do Outro, é esclarecedor distinguir “dialogismo” e “polifonia”, aplicando o primeiro termo para designar um princípio constitutivo de todo discurso, e reservando o segundo para indicar certos tipos de texto em que esse princípio se torna visível, pois se exibem as vozes que os constituem. (Cf. Idem, p.35) Desse modo, ao dizer-se que um texto é “monofônico”, isso não implica que dele estejam ausentes diferentes vozes, mas tão somente que ele oculta (busca ocultar) as marcas desse combate na arena discursiva.

² Ver prefácio de Todorov à edição francesa de *Estética da Criação Verbal*, acima citado.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

É precisamente nesse ponto que meu trabalho de análise e interpretação dos diálogos cênicos, orientado pela ótica bakhtiniana, dela se afasta ao buscar identificar *os diálogos que tecem os diálogos*, ou seja, a malha discursiva que engendra a escrita dramatúrgica. Assim, embora o teórico russo, em sua supervalorização do gênero romanesco, negue ao drama (e também à poesia) a mesma capacidade de contrapor vozes heterogêneas que existe na prosa narrativa, é precisamente o *diálogo dramático* que venho analisando sob essa perspectiva.

Embora o principal objetivo desta abordagem seja o exame das obras dramáticas, é necessário distinguir ainda de modo claro o *diálogo* enquanto organização textual característica do drama e o sentido mais amplo de *dialogismo* como confronto entre discursos. De fato, não se deve confundir o diálogo, como forma literária de representar a troca de réplicas entre personagens, em estilo direto, e o princípio dialógico que move todo e qualquer ato de enunciação, visto que a linguagem é, por constituição, dialógica, complexa, heterogênea, como Bakhtin se empenhou em demonstrar ao longo de sua obra. Isso implica também dizer que nenhum discurso é individual, pois sua construção depende, no mínimo, de dois interlocutores, de dois seres sociais que portam diferentes pontos de vista.

Assim, nada garante que o diálogo, como produção textual, pelo fato de ser estruturado pela alternância de réplicas e de enunciadores, expresse também uma variação de discursos ou diferentes atitudes/posições ideológicas dos sujeitos que interagem. Sabe-se que não são raros os exemplos de textos dramáticos em que há diálogos tediosamente “monológicos”, em que o intercâmbio de falas não traz confronto de ideias ou visões de mundo, como se os falantes estivessem imersos num mesmo amálgama discursivo, como se as réplicas não se “replicassem”, como se os enunciados fossem vetores que se somassem numa mesma direção. Fora da ficção dramática, tais diálogos são mais comuns do que desejaríamos, em situações cotidianas nas quais, por diversas razões, seja polidez, timidez, indiferença ou falta de assunto, as pessoas preenchem uma conversação com meras frases ou expressões de concordância, confirmações mecânicas (“É claro”, “Com certeza”),

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

redobramentos da fala do outro, sem que se produza uma efetiva ação interindividual por meio da linguagem.

Não é de estranhar que o dramaturgo se aproprie de tais exemplos correntes, mimetizando a falência de uma real interação discursiva. Em *A Donzela Casadoira* (*La Jeune Fille à Marier*, 1953), Ionesco explora até os limites a possibilidade de uma “conversa” em que os interlocutores falam exclusivamente para “estar de acordo”; O Senhor e A Senhora percorrem aleatoriamente diversos assuntos – a taxa de natalidade na França, o custo de vida, tremores de terra, a bomba atômica, educação dos filhos – apenas reproduzindo clichês que são permeados por expressões de assentimento: “certamente”, “com efeito”, “isso é verdade”, “de acordo”, “eu digo o mesmo”. (IONESCO, 1958, p.246)

Em sua teoria polifônica da enunciação, baseada em Bakhtin, mas com diferente enfoque, Oswald Ducrot distingue o *locutor* – aquele que é responsável pela produção do enunciado – do *enunciador* – o que é sujeito do ato de enunciação. Essa distinção admite ainda desdobramentos, com a possibilidade de dois locutores num mesmo enunciado, como no discurso relatado em estilo direto. Exemplo do autor: “Se Pedro diz ‘João me disse: eu virei’ (...), tenho um enunciado com dois locutores diferentes.” Para chegar rapidamente ao aspecto dessa teoria que interessa mais de perto ao diálogo dramático, basta observar a correlação feita por Ducrot entre a polifonia de qualquer enunciado e o que se passa no teatro:

Na linguagem cotidiana, o locutor seria o que é o autor na linguagem teatral (e aliás, o que seria o narrador no relato). O enunciador, por sua parte, corresponderia à personagem de teatro (e ao sujeito de consciência do relato). Assim como o autor Molière põe em cena personagens como Don Juan e Sganarelle, assim o locutor põe também os enunciadores em cena. (DUCROT, 1987, p. 192)

Da peça *Avental Todo Sujo de Ovo*, de Marcos Barbosa, extraio um trecho de diálogo que encena um das modalidades mais interessantes do discurso citado, sob a forma de discurso no discurso e, ao mesmo tempo, “enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN, 2002, p.144).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

NOÉLIA – Graças a Deus, hoje aquela seca não bota o pé lá em casa. Ela já obrigou Cabeça a passar o dia na casa da mãe dela, com a família dela, achando que ia tirar meu juízo. Pois quebrou a cara e eu achei foi bom. Não disse uma palavra: “Meu filho, se sua mulher quer que você passe o Dia das Mães com a mãe dela, por mim, tudo bem. Vá com ela e lá mesmo você fique. Não precisa vir me ver, não. Pra quê? Deixe que eu fico só. Se Fafata fosse viva, eu garanto que ela ficava comigo, mas Fafata era uma e você é outro. Você inventou de gostar dessa sua mulher, que me odeia. Odeia, sim. Odeia, sim, senhor. Tanto me odeia que já disse na minha cara. Mas tudo bem. O gosto é seu, a vida é sua, você faz o que você quiser. Se ela não vai com a minha cara, o problema é dela e quem não tem com o que me pagar, a mim não me deve nada! Agora, sem querer rogar praga – que eu, graças a Deus, não sou disso – eu vou logo lhe dizendo que do jeito que ela está lhe proibindo de ficar com sua própria mãe no Dia das Mães, talvez aconteça do mesmo jeito com algum filho dela!” E pronto, calei minha boca.

ALZIRA – E Cabeça?

NOÉLIA – Cabeça naquela conversa dele de “Mamãe, não é isso. Mamãe, não é aquilo.” E aí resolveu que quando desse de noitinha ele passava aqui em casa pra comer um bolo, tomar um café, dar um guaraná pros menino. “E me dê o presente de não trazer sua mulher” – eu disse.

ALZIRA – Disse mesmo?

NOÉLIA – Disse, e disse alto, por que eu sei que ela fica na extensão (BARBOSA, 2006, p. 50)

A peça concentra no tempo e no espaço (o Dia das Mães, na sala da casa da Mãe) a experiência de Alzira, para quem esse dia especial só faz acirrar a saudade do filho Moacir, que partiu de casa há dezenove anos, sem dar até então qualquer notícia. É do seu ponto de vista que vemos a situação e os agentes nela envolvidos: a vizinha Noélia, o marido Antero, o filho ausente. Porém, no trecho citado, Noélia deixa por instantes sua posição de amiga confidente, por força de estratégias discursivas que a trazem ao centro da cena. Há uma momentânea troca de papéis, com Alzira simplesmente pontuando a longa fala de desabafo (“E Cabeça?”, “Disse mesmo?”).

Ao citar, em discurso direto, a sua “própria” fala dirigida ao filho, Noélia amplia e desdobra sua imagem diante de nós: ela ganha o “seu” Dia das Mães, dividido em diferentes momentos (“o dia” e “de noitinha”) e povoado pelas figuras do seu pequeno drama familiar. Mas ganha, sobretudo, uma posição discursiva que a faz passar de mera enunciadora

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

(personagem) das falas de um locutor (o autor, o *scriptor*) a uma situação de locutora, ela mesma, com poderes para citar e comentar a fala de um outro sujeito de enunciação. Pois a Noélia que fala aqui e agora, na cena, interlocutora de Alzira, não é a mesma que proferiu o enunciado tecido de ironias, preterição, ameaças explícitas e veladas, ditos apresentados como verdade incontestável, enfim, a Noélia-mãe-ferida que usou, num momento passado, na manhã desse famoso dia, os jogos de linguagem como garras para reagir à ingratidão.

É interessante observar como, nesse caso, o dramaturgo cria diferentes instâncias de discurso a partir de um mínimo de fabulação e explorando recursos da conversação cotidiana. O leitor/espectador por certo já ouviu inúmeros relatos de pessoas reais que citam suas próprias palavras (uma enunciação que cita outra enunciação, ocorrida em diferentes condições de tempo e lugar), falas, por exemplo, re-citadas por alguém para demonstrar, orgulhosamente, como soube reagir à altura diante de uma ofensa ou como soube argumentar com veemência frente a uma acusação absurda, entre outros casos. O dramaturgo confia nesse conhecimento prévio dos usos da linguagem, que permite ao ouvinte completar a transição, aparentemente ilógica, entre “Não disse uma palavra” e a longa citação do discurso proferido, com os ecos de sua experiência de falante: “Não disse uma palavra ... para pedir que ele viesse”, “Não disse uma palavra... do que se esperava que eu dissesse.”

Uma análise minuciosa do diálogo citado, que aqui não pode ter lugar, deveria ainda distinguir outras vozes que atravessam a fala de Noélia, outros locutores que se fazem ouvir, numa nítida demonstração do caráter não individual de toda enunciação. O gesto de desdém contido em “quem não tem com o que me pagar, a mim não me deve nada” vem de uma voz coletiva que ressoa nas falas de inúmeras Noélias. A afirmação veemente “Odeia, sim. Odeia, sim, senhor.” faz ouvir, no interior dessa enunciação, a voz do filho ensaiando um protesto. O que o dramaturgo faz é representar o dialogismo já inscrito na linguagem. O caso da negação, por exemplo, entre outros fenômenos da interação verbal, tem sido estudado como manifestação visível da polifonia, visto que um enunciado negativo contém e revela, no seu interior, duas atitudes antagônicas: uma primeira proposição afirmativa e sua negação. (Cf.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

MAINGUENEAU, 1997, p.80) A afirmação peremptória de Noélia é a última fala de um diálogo facilmente reconstituível pelo leitor/espectador: “Sua mulher me odeia”, “Não, minha mãe...”, “Odeia, sim.”

A típica situação de intolerância entre sogra e nora ganha, assim, novo sabor graças ao movimento da linguagem que aciona o jogo de vozes no interior das réplicas, transformando um ato de enunciação em sutil desvelamento do universo linguístico e social da personagem. Esse tipo de construção dramática torna nítidas as possibilidades polifônicas do diálogo dramático, pois o dramaturgo não cria apenas personagens enunciadores, mas também novos locutores capazes de acionar outros tantos discursos e colocá-los em confronto. O que Noélia pretende exhibir, desdobrada em eu-para-ele, eu-para-o outro, diante da amiga, é exatamente o efeito ilocucionário de “sua” fala, relatada aqui e agora em tom de mágoa e triunfo. Noélia não conta simplesmente *o que disse*, e sim *o que fez*, a ação realizada por meio da linguagem. A pergunta de Alzira “Disse mesmo?” tem claramente a força performativa de “Você fez isso?”, ao que Noélia responde com todo orgulho pela afirmação de um *fazer* que não deixa margem a dúvidas: “Disse, e disse alto”.

Estudando a duplicidade constitutiva do diálogo teatral, Maingueneau adota o conceito de *arquienunciador* para designar o papel do autor dramático, cuja comunicação com o público (e com os leitores, acrescento) é essencialmente *indireta*, mediada pelas enunciações atribuídas por ele às personagens. Disso resultaria “uma polifonia irredutível”, pois “a única enunciação que seria possível atribuir com validade ao autor é a interação dos atos de linguagem dos personagens.” (MAINGUENEAU, 1996, p. 160.)

O que venho tentando demonstrar é que tais atos de linguagem podem, por sua vez, permitir desdobramentos que incluem novas vozes na arquitetura essencialmente dialógica do drama, quando as personagens se tornam, por sua vez, novos locutores, através da citação do discurso do outro. Esse outro, como foi visto no diálogo retirado de *Avental Todo Sujo de Ovo*, muitas vezes é a própria personagem, que se duplica ao citar seu ato de enunciação ocorrido em outro tempo e espaço, e que, portanto constitui um outro “eu”. Afinal, “é ‘ego’

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

que *diz ego*”, como postula Benveniste em texto inaugural das teorias da enunciação. A personagem que diz *eu* dirige-se a um outro que, por força dessa alocução, é transformado em um *tu*. “Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*.” (BENVENISTE, 2005, p.286). Mas essa autoapresentação do locutor como sujeito só tem efeito performativo se referida a *eu, aqui, agora*. É sempre no tempo presente que se dá a unificação entre sujeito e locutor, ou, como afirma Benveniste, “o tempo em que se *está*” é “o tempo em que se *fala*” (Idem, p. 289). É isso que permite a uma mesma personagem desdobrar-se em outros sujeitos enunciadores, no momento em que traz para o discurso presente a citação de suas falas proferidas em outras condições de enunciação.

Como venho enfatizando desde *As Estratégias do Drama*, no diálogo dramático (e cênico) a linguagem torna-se *voz*: está associada indissolivelmente a um corpo, uma imagem humana. Como foi dito, é uma linguagem *encarnada*: efeito de sentido provocado pelo recorte sensível, antropomórfico, que individualiza o sujeito da enunciação, fazendo com que cada palavra pareça “brotar” de um desejo, uma vontade, uma intenção. Em síntese: “no drama não se *vê* a linguagem, mas o agente que a produz.” (Cf. MENDES, 1995, p. 31.) Devo agora acrescentar, sob a luz do pensamento bakhtiniano, que essa voz não se faz ouvir senão no concerto heterogêneo de falas que dá expressão ao dissenso, aos choques de valores, aos combates entre diferentes pontos de vista. Na história de suas formas, na sua relação com as instâncias de poder e com o público de cada tempo e espaço, o drama exhibe vocação fortemente dialógica, avessa tanto à setorização ideológica (insiste no conflito de visões, na contra-dicção) quanto à adesão irracional (exige debate, argumentação, disputa, julgamento).

Se é fato que “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam valores sociais de orientação contraditória” (BAKHTIN, 2002, p. 66), o drama oferece imagens desse espaço agônico em que a linguagem constrói o mundo em que vivemos, captando de preferência seus conflitos e contradições. Apenas os que acreditam em *uma única forma de drama* (absoluto, rigoroso ou que nome tenha) podem em seguida

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

afirmar que tal forma *está em crise*. Mas é possível, ao contrário, conceber uma prática textual, cênica e audiovisual que se reinventa continuamente e cujo principal combustível *é a crise*.

Referências

- AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer – palavras e ação (How to do things with words). Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. Questões de Literatura e de Estética (a Teoria do Romance). 4ª. ed. São Paulo: HUCITEC/ Editora da UNESP, 1998.
- _____. (V.N. Voloshinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. 10ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- _____. Estética da Criação Verbal. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Marcos. Avental Todo Sujo de Ovo. In: 5º. Concurso Nacional de Dramaturgia: Prêmio Carlos Carvalho. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2006. P.35-113.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. 2ª.ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. Problemas de lingüística geral I. 5 ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2005.
- DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- IONESCO, Eugène. Théâtre II. Paris: Éditions Gallimard, 1958.
- LACAN, Jacques. O mito individual do neurótico, ou Poesia e verdade na neurose. Trad. Cláudia Berliner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3ª. ed. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

MAINGUENEAU, Dominique. Pragmática para o discurso literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENDES, Cleise Furtado. Aspectos performativos do diálogo cênico. In: VI Congresso da ABRACE, 2010, São Paulo. Memória ABRACE Digital. São Paulo: ABRACE, 2010.

Disponível em: www.portalabrace.org Acesso em 20 dez. 2010.

MENDES, Cleise Furtado. As Estratégias do Drama. Salvador: EDUFBA, 1995.

REZA, Yasmina. Arte. Trad. Zélia do Vale Rezende Brosson. São Paulo: Dórea Books and Arts, 1998.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A variação do futuro verbal em português: teste de percepção/atitude na cidade de Feira de Santana-BA

Josane Moreira de Oliveira¹

RESUMO: Neste artigo, investiga-se a percepção das formas de futuro verbal na cidade de Feira de Santana – BA. Experiências com pesquisa variacionista sobre o futuro verbal conduziram ao questionamento do problema da avaliação, já mencionado por Weinreich, Labov & Herzog (1968). Assim, elaborou-se um procedimento para o registro da avaliação subjetiva desse fenômeno, controlando contextos, estruturas e condições de produção linguística, com base em técnicas de pesquisa de atitudes previstas em Labov (1972) e Fasold (1987). Os testes de percepção/atitude permitem captar generalizações que revelam possíveis relações entre avaliação subjetiva e motivação para a seleção e o uso consciente de formas linguísticas alternativas. Para a pesquisa, aplicou-se um questionário a estudantes de escolas públicas e privadas dos níveis fundamental e médio e a universitários no início e no final do curso de graduação. Considerando várias projeções de futuridade, o teste apresenta seis questões em que o informante deve assinalar a expressão que usaria em cada situação e uma questão em que deve assinalar a expressão que não usaria. As variantes foram apresentadas em ordem aleatória e em frases diferentes. Os resultados mostram que: a) o futuro simples é adquirido entre a 4ª e a 5ª séries do ensino fundamental; b) a perífrase com *ir* + infinitivo concorre com o futuro simples, superando-o em quase todos os contextos; c) o maior índice de uso do futuro simples ocorre com universitários; d) em todos os níveis educacionais, as formas com gerundismo foram consideradas “erradas”.

Palavras-chave: Variação; Mudança; Futuro verbal; Teste de percepção/atitude.

RÉSUMÉ: Dans cet article, nous analysons la perception des formes de futur verbal dans la ville de Feira de Santana – BA. Quelques expériences dans la recherche variationiste sur le futur verbal nous ont conduit à la mise en question de l'évaluation, mentionnée déjà par Weinreich, Labov & Herzog (1968). Alors, nous avons élaboré un procédé pour l'enregistrement de l'évaluation subjective de ce phénomène, en contrôlant des contextes, des structures et des conditions de production linguistique, basé sur des techniques de recherche d'attitudes prévues chez Labov (1972) et Fasold (1987). Les tests de perception/attitude permettent de capter des généralisations qui révèlent des possibles relations entre l'évaluation subjective et la motivation pour la sélection et l'usage conscient des formes linguistiques alternatives. Nous avons soumis un questionnaire à des étudiants d'écoles et de lycées publics et privés et à des étudiants universitaires au début et à la fin du cours. En considérant plusieurs projections de futurité, le test présente six questions où le locuteur doit cocher l'expression qu'il utiliserait dans chaque situation et une question où il doit cocher l'expression qu'il n'utiliserait pas. Les variantes ont été présentées dans un ordre aléatoire et dans des phrases différentes. Les résultats montrent que: a) le futur simple est acquis entre le 4^{ème} et le 5^{ème} niveaux scolaires; b) la périphrase avec *ir* (*aller*) + infinitif est la forme concurrente du futur simple, en le dépassant dans presque tous les contextes; c) le plus grand usage du futur simple se retrouve parmi les étudiants universitaires; d) à tous les niveaux scolaires, les formes gérondives ont été jugées “incorrectes”.

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana. Contato: josanemoreira@hotmail.com

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Mots-clé: Variation; Changement; Futur verbal; Test de perception/attitude.

1. Introdução

A expressão do futuro verbal é variável ao longo da história da língua portuguesa. Muitas variantes compõem o envelope dessa variação: a) a forma sintética (“Na próxima semana *viajarei* para o exterior”); b) as formas perifrásticas com o verbo *ir* (no presente ou no futuro) + infinitivo (“Na próxima semana *vou viajar/irei viajar* para o exterior”); c) a forma de presente (“Na próxima semana *viajo* para o exterior”); d) as formas perifrásticas com o verbo *estar* (no futuro simples ou no futuro perifrástico) + gerúndio (“Na próxima semana *estarei/vou estar/irei estar viajando* para o exterior”). Estas últimas, também conhecidas como ‘formas gerundivas’, vêm sendo combatidas pela mídia e por instrumentos gramaticais e escolares, o que demonstra serem essas variantes estigmatizadas socialmente. Observa-se mesmo uma guerra contra o “gerundismo”. Ao contrário, a forma de presente e as formas perifrásticas com o verbo *ir* + infinitivo são desprovidas de estigma social e chegam a ser mencionadas em gramáticas e manuais escolares, ainda que em notas e com a informação de que indicam um futuro próximo ao ato de fala (cf. OLIVEIRA, 2006).

Este trabalho, na linha de pesquisa Variação e Mudança Linguística no Português, investigou a percepção das formas de futuro verbal na cidade de Feira de Santana – BA. É fruto de uma pesquisa realizada em escolas das redes pública e particular dos níveis fundamental e médio da cidade e na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com estudantes do 2º e dos últimos semestres do curso de Administração de Empresas².

² Participaram da coleta de dados as estudantes bolsistas da UEFS Adriana Santana, Joseane Araújo e Laila Kelly de Jesus.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Os testes de percepção/atitude permitem captar generalizações que revelam possíveis relações entre avaliação subjetiva e motivação para a seleção e o uso consciente de formas linguísticas alternativas.

Objetiva-se, assim, por meio de um teste de percepção/atitude, verificar como os estudantes sujeitos da pesquisa avaliam as formas variantes de futuro e qual o grau de consciência que têm dos seus próprios usos, já que, posteriormente, em outro trabalho, proceder-se-á ao confronto das respostas do teste com a produção textual dos alunos³.

2. Amostras e metodologia

Nas escolas pesquisadas (das redes pública e particular), foi selecionada uma turma de cada série – da 3ª série do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio⁴. Todas situadas em Feira de Santana, as escolas onde se fez a coleta dos dados foram: Rede particular – Escola Nova Geração, Colégio Safra e Colégio Limite; Rede pública – Escola Municipal Horácio Silva Bastos e Colégio Estadual Odorico Tavares. Na UEFS, trabalhou-se com a turma de 2º semestre e uma turma de alunos dos 7º, 8º e 9º semestres do curso de Administração de Empresas⁵.

Em cada turma, solicitou-se, inicialmente, que os estudantes escrevessem dois textos, com temas induzidos: um sobre o futuro próximo (o que fariam no próximo fim de semana) e outro sobre o futuro distante (o que fariam quando crescessem ou se formassem). Essas redações estão sendo analisadas por três bolsistas de Iniciação Científica, Adriana Santana, Joseane Araújo e Laila Kelly de Jesus. Após as redações, cada aluno recebeu o questionário, que conta com 7 (sete) questões. As questões de 1 a 6 pedem que assinalem a frase preferida e

³ Antes do questionário, solicitou-se que os alunos fizessem duas redações (uma sobre o futuro próximo e outra sobre o futuro distante). A proposta da pesquisa é confrontar o que usam com o que “pensam” que usam.

⁴ As escolas não permitiram a pesquisa com as turmas de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental sob a alegação de que as crianças ainda não sabiam escrever redações. Na mesma ocasião em que se aplicou o teste de percepção/atitude, foram coletadas duas redações de cada aluno.

⁵ Não foi possível realizar a pesquisa em universidade particular.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

estão formuladas de modo a contemplar várias projeções de futuridade (depois, amanhã, na semana que vem, no final do ano, daqui a dois anos e quando crescer/me formar). Dentre as alternativas, estão as formas variantes de futuro (futuro simples, futuro perifrástico com *ir* + infinitivo, presente, formas gerundivas), distribuídas aleatoriamente e em frases diferentes de forma a que os estudantes não percebessem o tema da pesquisa. A última questão pede que o aluno assinale a frase que não usaria ou de que menos gosta e contempla também as variantes de futuro verbal. Ainda nesta última questão, pede-se que o aluno justifique por que não usaria a frase assinalada⁶.

Para preservar a identidade dos estudantes envolvidos na pesquisa, não se controlou a variável indivíduo e os instrumentos de coleta de dados não estão identificados.

O total de 507 questionários (acompanhados das redações) coletados, que equivale ao total de estudantes que participaram da pesquisa, está distribuído, por série e escola, na Tabela 1, a seguir:

⁶ Esses dados ainda estão sendo analisados. Pretende-se fazer uma análise qualitativa dessa resposta discursiva.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Tabela 1: Distribuição geral dos dados

Série	Rede Particular	Rede Pública	Total
3ª EF (8 a 11 anos)	21	32	53
4ª EF (9 a 15 anos)	26	24	50
5ª EF (10 a 13 anos)	40	20	60
6ª EF (11 a 18 anos)	29	31	60
7ª EF (12 a 17 anos)	21	20	41
8ª EF (13 a 19 anos)	27	26	53
1ª EM (14 a 21 anos)	24	31	55
2ª EM (15 a 23 anos)	19	18	37
3ª EM (16 a 20 anos)	41	17	58
Universitários 2º S (16 a 51 anos)	-	29	29
Universitários 7º, 8º, 9º S (22 a 51 anos)	-	11	11
Total	248	259	507

EF = Ensino fundamental EM = Ensino médio S = Semestre

3. Resultados

Os dados foram computados inicialmente em sua totalidade e, a seguir, foram analisados separadamente por série e por rede de ensino (particular ou pública). A projeção de futuridade (desde um futuro mais imediato até um futuro mais distante) foi considerada em todos os casos.

Assim, os resultados serão apresentados de acordo com o tipo de futuro (mais próximo ou mais distante), começando com o total de dados e, em seguida, distribuindo-os por série.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Não serão analisados aqui, por limitação deste artigo, os resultados que confrontam as redes de ensino – particular ou pública –, o que será feito em ocasião oportuna.

3.1 Resultado geral

Esta seção apresenta o resultado geral de uso das variantes consideradas, isto é, computadas as respostas assinaladas por todos os estudantes, do nível fundamental ao universitário, das redes pública e privada, de acordo com a escala de projeção de futuridade estabelecida (do futuro mais próximo ao mais distante):

DEPOIS (futuro iminente) > AMANHÃ (futuro imediato) > NA SEMANA QUE VEM (futuro próximo) > NO FINAL DO ANO (futuro menos distante)⁷ > DAQUI A DOIS ANOS (futuro mais distante) > QUANDO CRESCER/ME FORMAR (futuro indefinido)

Para o futuro iminente, avaliado pelo uso do advérbio “depois”, o presente do indicativo foi a variante mais utilizada, com 31% dos dados (“Depois eu ARRUMO as minhas coisas”).

Para o futuro imediato, avaliado pelo uso do advérbio “amanhã”, predomina o uso do futuro perifrástico formado pelo verbo *ir* + infinitivo, com 41% de uso dessa variante com o verbo *ir* no presente (“Amanhã eu VOU TOMAR sorvete”) e 36% de uso dessa variante com o verbo *ir* no futuro (“Amanhã eu IREI TOMAR sorvete”).

Para o futuro próximo, avaliado pelo uso da locução adverbial “na semana que vem”, passa a predominar o futuro simples, que atinge 46% dos dados (“Na semana que vem, meus amigos já ESTARÃO de férias”).

Para o futuro menos distante, avaliado pelo uso da locução adverbial “no final do ano”, volta o predomínio do futuro perifrástico, com 41% dos dados com *ir* no presente mais infinitivo (“No final do ano, eu e minha família VAMOS VIAJAR”) e 23% dos dados com *ir* no futuro mais infinitivo (“No final do ano, eu e minha família IREMOS VIAJAR”).

⁷ As redações e os questionários foram coletados entre os meses de julho e outubro de 2009.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Para o futuro mais distante, avaliado pelo uso da locução adverbial “daqui a dois anos”, também prevalecem as formas perifrásticas com *ir* mais infinitivo: 28% dos dados com *ir* no presente (“Acho que daqui a dois anos meu melhor amigo VAI FAZER natação”) e 22% dos dados com *ir* no futuro (“Acho que daqui a dois anos meu melhor amigo IRÁ FAZER natação”).

Finalmente, para o futuro indefinido, avaliado pelo uso da oração adverbial temporal “quando crescer/me formar”, também predomina o futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo, com 42% dos dados (“Quando crescer/me formar, eu VOU SER muito feliz”), seguido do futuro simples, com 35% dos dados (“Quando crescer/me formar, eu SEREI muito feliz”).

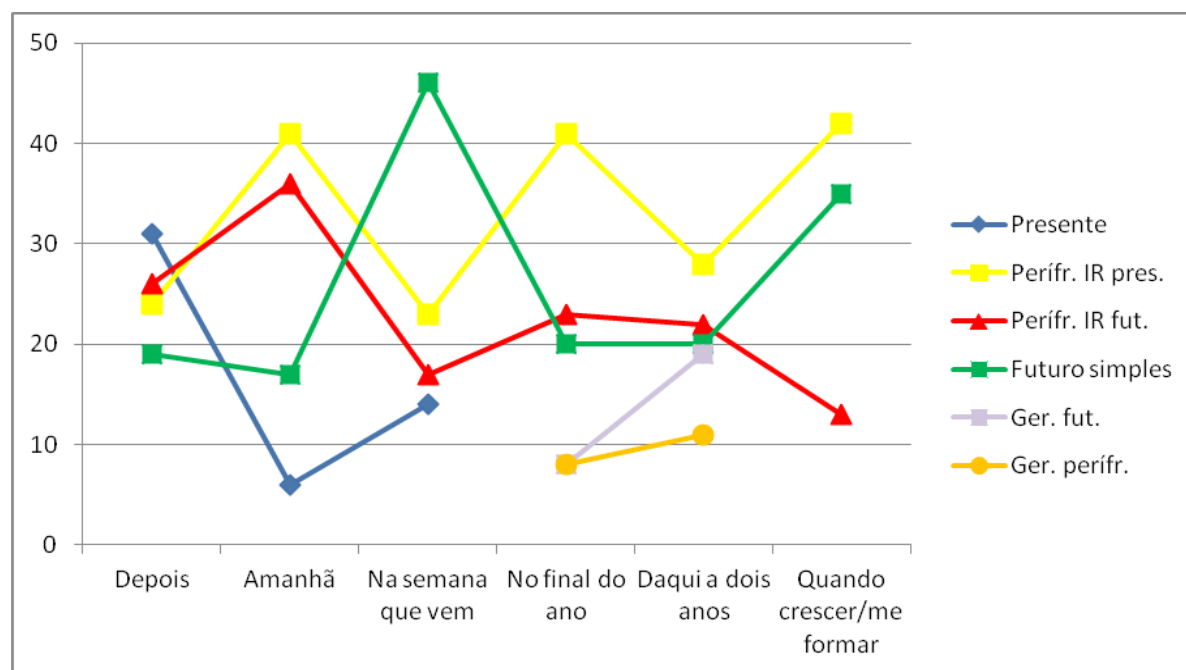
As formas gerundivas (futuro simples mais gerúndio e futuro perifrástico mais gerúndio) apareceram apenas para o futuro menos distante (“no final do ano”) e para o futuro mais distante (“daqui a dois anos”). Neste, ocorreram com percentuais de 19% (“Acho que daqui a dois anos meu melhor amigo ESTARÁ FAZENDO natação”) e 11% (“Acho que daqui a dois anos meu melhor amigo VAI ESTAR FAZENDO natação”); naquele, os percentuais foram 8% para cada variante (“No final do ano, eu e minha família ESTAREMOS VIAJANDO” e “No final do ano, eu e minha família VAMOS ESTAR VIAJANDO”). O Gráfico 1, a seguir, ilustra melhor os resultados:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Gráfico 1: Variantes e projeção de futuridade (total dos dados em percentuais)



Percebe-se que a variante ‘presente do indicativo’ é usada apenas em contexto de futuro iminente (onde prevalece em relação às outras variantes) ou de futuro imediato e próximo.

As variantes gerundivas são usadas apenas no contexto de futuro distante e são minoria frente às outras variantes. Portanto a concorrência existe, de fato, em toda a escala de projeção de futuridade considerada, entre as variantes ‘futuro simples’ e ‘futuro perifrástico’, esta última podendo ser com o verbo *ir* no presente ou no futuro mais o infinitivo.

Em relação à questão em que os alunos deveriam escolher a variante que não usariam, a frase foi “Nas minhas férias, eu BRINCAREI/SAIREI muito”, alternando com “VOU BRINCAR/SAIR”, “ESTAREI BRINCANDO/SAINDO”, “VOU ESTAR BRINCANDO/SAINDO”. Segundo os resultados, a forma mais rejeitada foi esta última, com

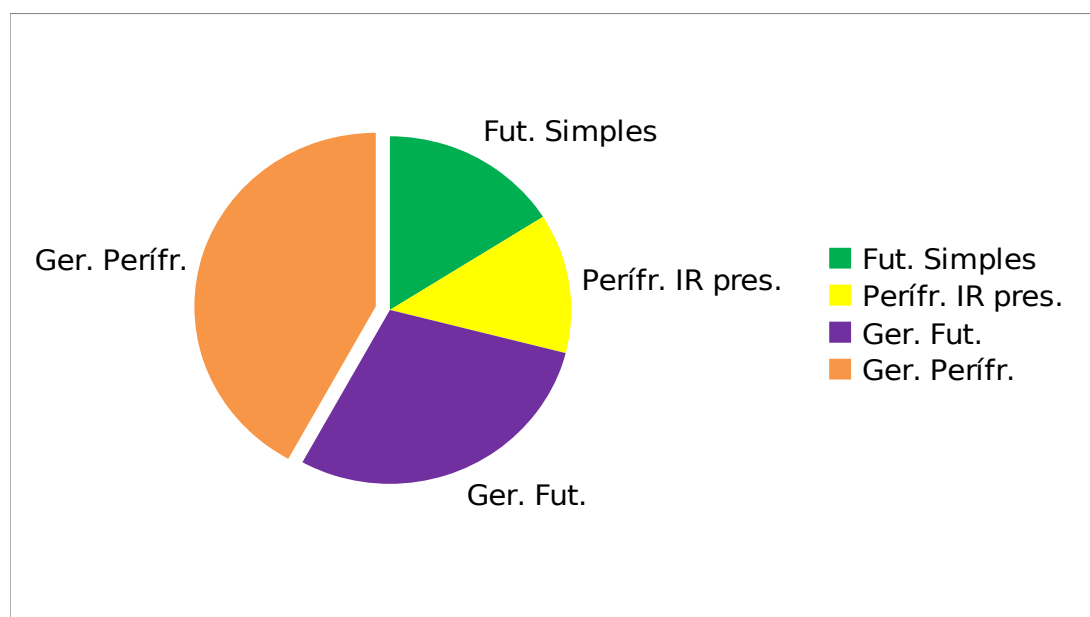
TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

42% das respostas. A segunda forma mais rejeitada foi o gerundismo com futuro simples (29%). A terceira mais rejeitada foi, surpreendentemente, a forma de futuro simples (16%) e a forma menos rejeitada foi a perífrase com *ir* + infinitivo (13%), o que corrobora a hipótese de que essa variante é bem aceita socialmente e, portanto, desprovida de qualquer estigma, mesmo no ambiente escolar. Os resultados podem ser mais bem visualizados no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Formas rejeitadas



Pode-se dizer, a partir dos resultados, que o chamado “gerundismo” é, de fato, uma forma estigmatizada e, pelo menos conscientemente, evitada pelos falantes. Nota-se, ainda que com uma diferença percentual pequena, que o futuro perifrástico com *ir* mais infinitivo é menos rejeitado do que o futuro simples, forma canônica de expressão do futuro verbal em

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

português, o que pode corroborar a hipótese de uma mudança em curso futuro simples > futuro perifrástico em português, sugerida por Oliveira (2006).

3.2 Resultados por projeção de futuridade e por série

A seguir, exibem-se os resultados encontrados para cada ponto da escala de projeção de futuridade, apresentada anteriormente, por série. As subseções obedecem, pois, a essa escala – ‘depois’, ‘amanhã’, ‘na semana que vem’, ‘no final do ano’, ‘daqui a dois anos’ e ‘quando crescer/me formar’ – e exibem os percentuais de uso de cada uma das variantes de futuro.

3.2.1 Depois

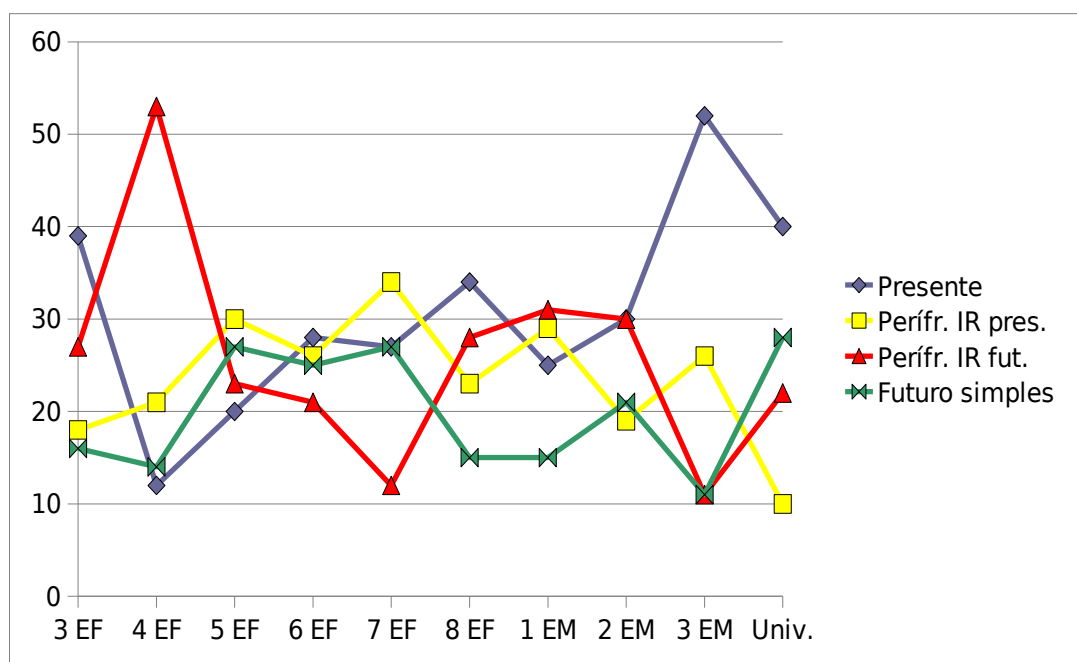
Para a frase “Depois eu ARRUMAR as minhas coisas”, as variantes de futuro verbal assinaladas foram presente do indicativo, futuro simples, futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo e futuro perifrástico com *ir* no futuro mais infinitivo, que foram escolhidas em todos os níveis de escolaridade, como se pode ver no Gráfico 3, a seguir:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Gráfico 3: DEPOIS por série (total dos dados em percentuais)



No total geral de dados, a forma mais escolhida foi o presente (31%).

Para esse futuro, aqui chamado de iminente, o presente do indicativo (ARRUMO) – variante mais esperada quando da formulação de hipóteses para esta pesquisa – foi o mais escolhido pelos alunos das 3^a, 6^a e 8^a séries do ensino fundamental, pelos alunos das 2^a e 3^a séries do ensino médio e pelos universitários. Já o futuro perifrástico, foi o mais votado nas demais séries, seja com *ir* no presente (5^a e 7^a séries do ensino fundamental), seja com *ir* no futuro (4^a série do ensino fundamental e 1^a série do ensino médio). O futuro do presente não foi preferência de escolha de nenhuma das séries consideradas. Parece, portanto, que a concorrência aqui se dá entre o presente do indicativo e o futuro perifrástico, ou seja, este

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

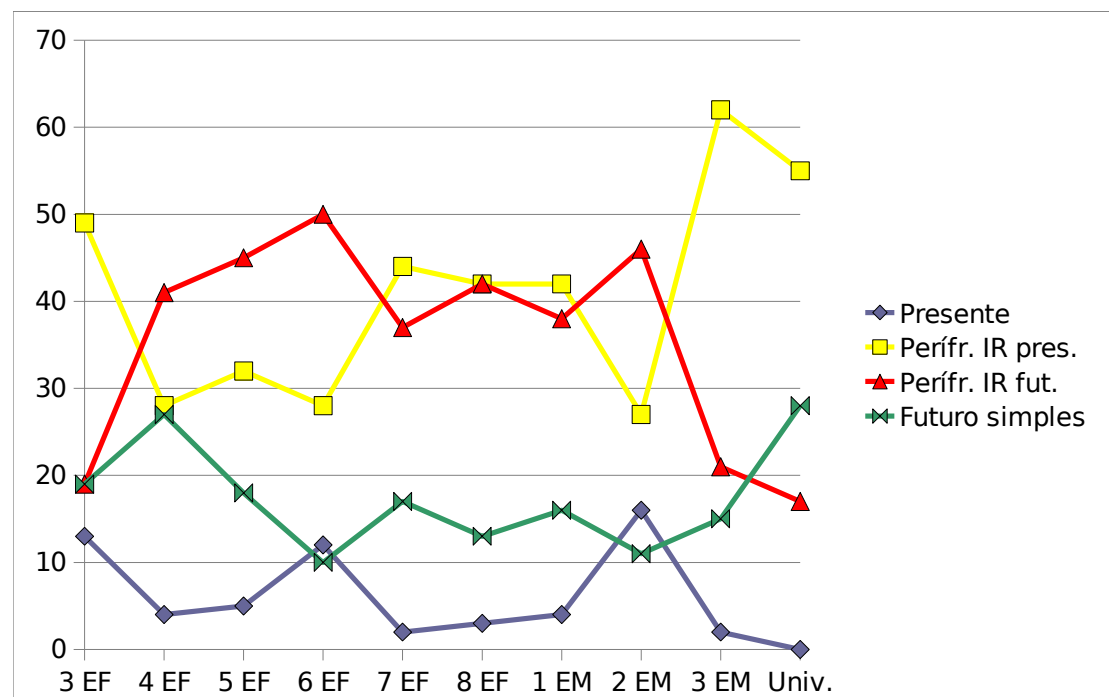
NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

contexto não favorece o uso do futuro simples. Cumpre notar a alta frequência do futuro perifrástico com *ir* no futuro (IREI ARRUMAR), que passa de 50%, na 4ª série do ensino fundamental, o que permite supor que a flexão do verbo auxiliar está no futuro simples por ser, provavelmente, este tempo verbal ensinado nessa série nas escolas⁸.

3.2.2 *Amanhã*

Para a frase “Amanhã eu TOMAR sorvete”, as variantes foram as mesmas da frase anterior, que ocorreram também em todas as séries. Os resultados encontrados estão no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: AMANHÃ por série (total dos dados em percentuais)



⁸ Como a pesquisa ainda está em andamento, ainda não foi verificado o conteúdo da disciplina Língua Portuguesa nos parâmetros curriculares nem nos livros didáticos por série.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No total geral de dados, a forma mais escolhida foi o futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo (41%).

Para esse futuro, aqui chamado de imediato, observa-se claramente o decréscimo da forma de presente do indicativo em todos os graus de escolaridade, não sendo a menos escolhida apenas na 6ª série do ensino fundamental e na 2ª série do ensino médio.

Também é nítido o alto índice do futuro perifrástico, tanto com o verbo *ir* no presente como no futuro. Já a forma canônica (o futuro simples) não chega a atingir nem 30% em nenhum nível. Note-se que se aproxima desse percentual apenas na 4ª série do ensino fundamental – momento em que parece ser ensinado – e na universidade, ambiente que exige um maior formalismo e, portanto, uma maior consciência e maior uso de formas linguísticas de prestígio. Cumpre lembrar que as gramáticas tradicionais/normativas preconizam apenas a forma de futuro simples.

3.2.3 *Na semana que vem*

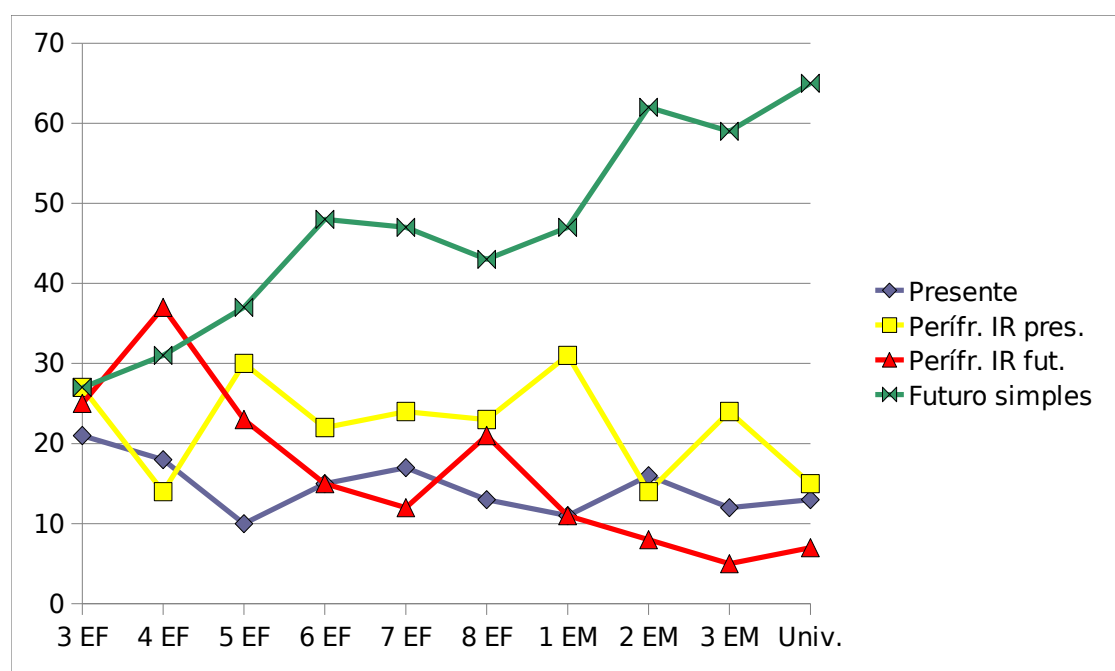
Para o aqui chamado futuro próximo, avaliado com a frase “Na semana que vem meus amigos já ESTAR de férias”, permanecem as mesmas quatro variantes e os resultados encontrados estão exibidos no Gráfico 5, a seguir:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Gráfico 5: NA SEMANA QUE VEM por série (total dos dados em percentuais)



No total geral de dados, a variante mais escolhida foi o futuro simples (46%).

Destaca-se aqui o sensível aumento da escolha do futuro simples, que só não foi o mais escolhido pelos alunos da 4ª série do ensino fundamental. Note-se que, a partir da 5ª série, sua escolha nesse contexto só tende a aumentar, sobretudo pelos alunos do ensino médio e pelos universitários. A segunda opção de escolha foi, em sua grande maioria, o futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo. Já as formas de futuro perifrástico com *ir* no futuro mais infinitivo e presente apresentam decréscimo em relação aos outros pontos da escala de projeção de futuridade.

3.2.4 No final do ano

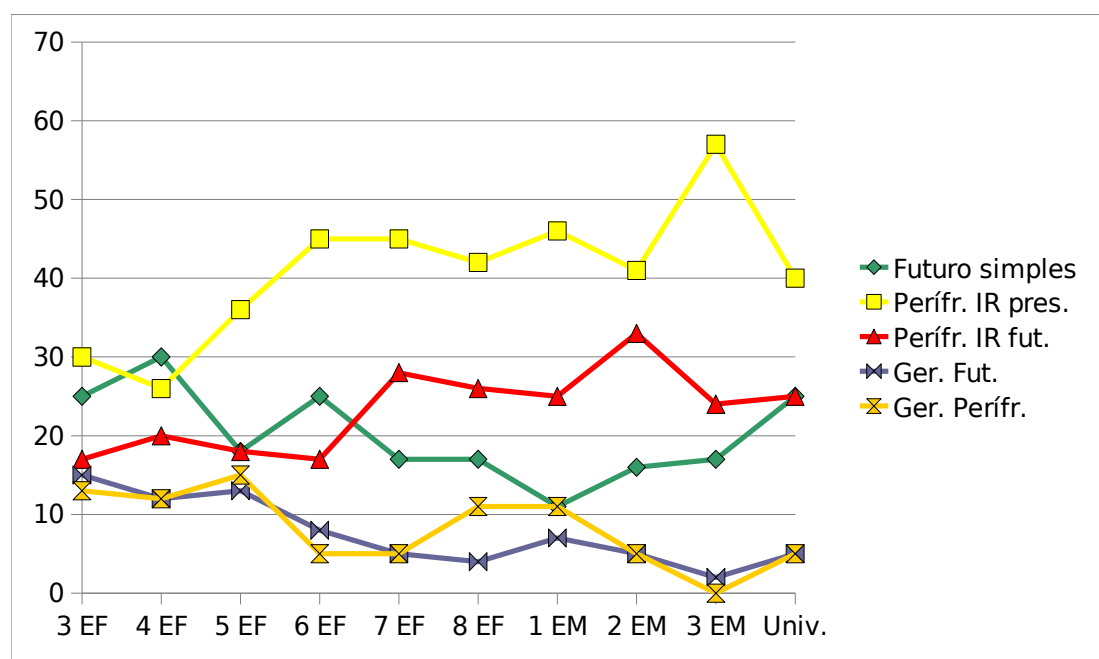
TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Para o futuro menos distante, representado pela frase “No final do ano eu e minha família VIAJAR”, não foi elencada a variante presente do indicativo e foram acrescentadas duas formas gerundivas, uma com futuro simples mais gerúndio (ESTAREI VIAJANDO) e outra com futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo mais gerúndio (VOU ESTAR VIAJANDO). Os resultados estão no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6: NO FINAL DO ANO por série (total dos dados em percentuais)



No total geral de dados, a variante mais escolhida foi o futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo (41%).

Este é o contexto que mais favoreceu a opção pelo futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo, que chega a quase 60% na 3ª série do ensino médio e só não foi a primeira escolha entre os alunos da 4ª série do ensino fundamental, o que corrobora a hipótese de que é nesse nível escolar que as crianças começam a ter um contato sistemático com essa

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

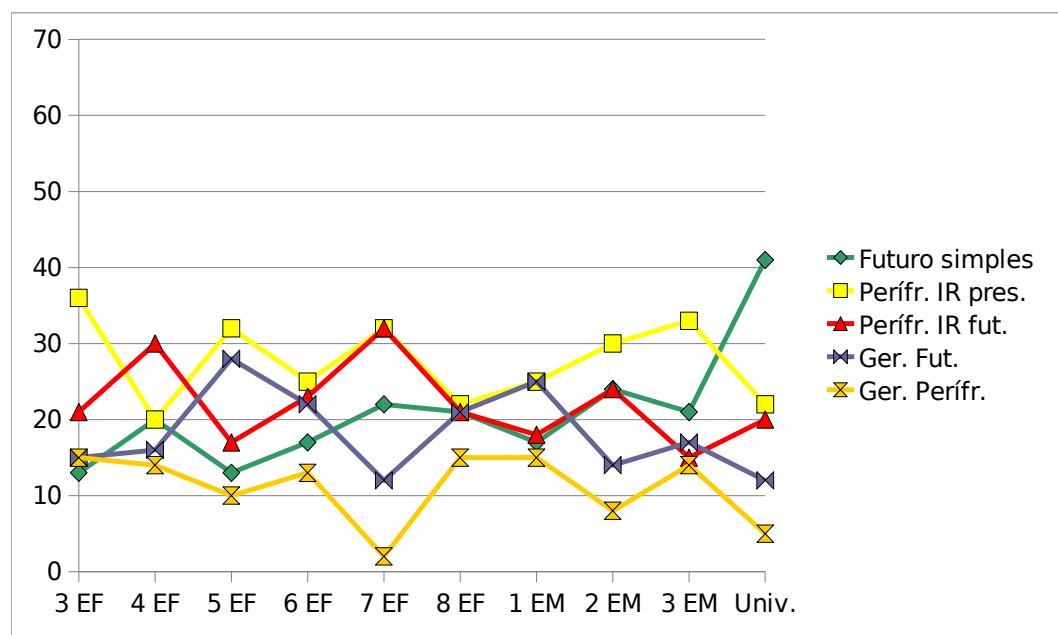
NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

variante. Cabe ressaltar que o futuro perifrástico com *ir* no futuro mais infinitivo foi a 2ª escolha dos alunos a partir da 7ª série do ensino fundamental. Quanto às formas gerundivas, ainda estigmatizadas socialmente, não chegaram nem aos 15% e foram mesmo nulas entre alunos da 3ª série do ensino médio, momento escolar em que a pressão pelas formas de prestígio é grande devido, muito provavelmente, ao iminente vestibular, também conhecido como processo seletivo de ingresso no ensino superior (universitário).

3.2.5 *Daqui a dois anos*

No caso do futuro mais distante, ilustrado pela frase “Acho que daqui a dois anos meu melhor amigo FAZER natação”, permanecem as mesmas variantes usadas para o futuro menos distante. E os resultados podem ser vistos no Gráfico 7, apresentado em seguida:

Gráfico 7: DAQUI A DOIS ANOS por série (total dos dados em percentuais)



TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No total geral de dados, a variante mais escolhida foi o futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo (28%).

Vê-se que esse é o contexto em que se verifica a concorrência mais acirrada entre as variantes apresentadas, que apresentam percentuais próximos. Embora tenha havido predomínio dos futuros perifrásticos (com *ir* no presente e *ir* no futuro mais infinitivo), chama a atenção o crescimento da escolha da forma gerundiva com “estar” no futuro mais gerúndio (ESTARÁ FAZENDO) em relação ao seu uso em outros pontos da escala de projeção de futuridade. Quanto à forma canônica de futuro (o futuro simples), só foi a primeira opção entre os universitários, mas fica em torno apenas dos 40%.

3.2.6 *Quando crescer/me formar*

Finalmente, para o futuro indefinido, representado pela frase “Quando crescer/me formar, eu SER muito feliz”, excluídas as variantes gerundivas, foram acrescentadas ao envelope da variação duas variantes deônticas⁹, a saber: a perífrase com *haver de* no presente mais infinitivo e a perífrase com *haver de* no futuro mais infinitivo. Os resultados estão no Gráfico 8, a seguir:

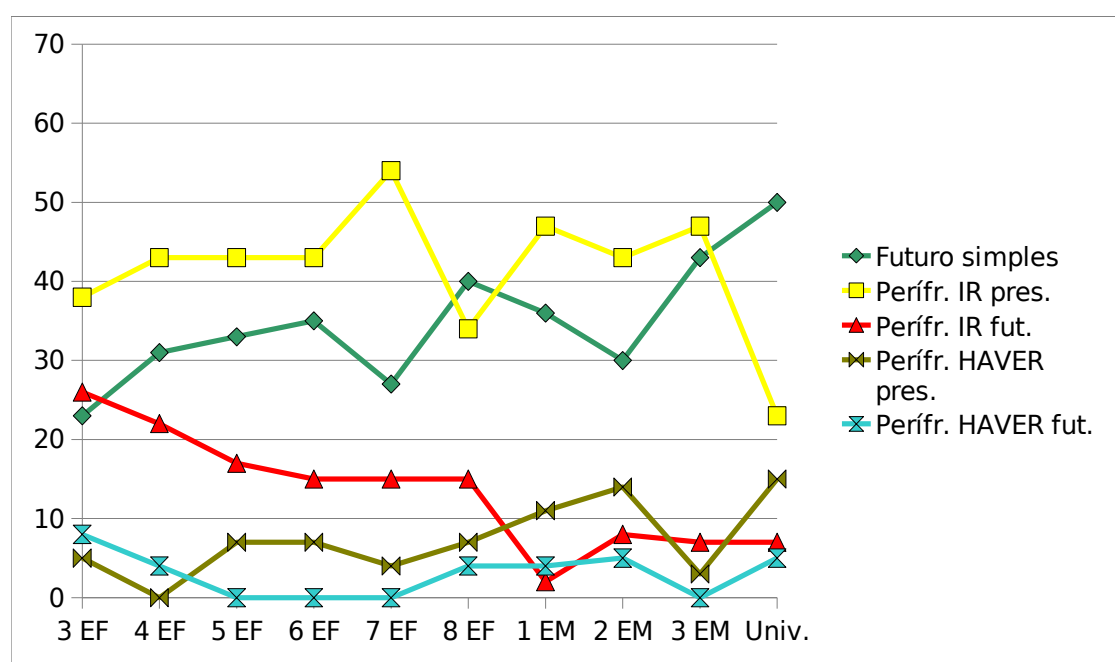
⁹ As variantes deônticas – que indicam atualmente ‘desejo’, ‘volição’ – foram consideradas na pesquisa (que, no seu projeto maior, também tem um viés diacrônico) porque foram, até o século XIX, as grandes concorrentes da variante ‘futuro simples’ na língua portuguesa, momento em que o futuro perifrástico com *ir* mais infinitivo estava no início do seu processo de gramaticalização (OLIVEIRA, 2006).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Gráfico 8: QUANDO CRESCER/ME FORMAR por série (total dos dados em percentuais)



No total geral dos dados, a variante mais escolhida foi a perífrase com *ir* no presente mais infinitivo (42%).

Neste contexto, embora predomine o uso do futuro perifrástico com *ir* no presente mais infinitivo, com exceção da 8ª série do ensino fundamental e dos universitários, observa-se que cresce a concorrência entre esta variante e o futuro simples, a segunda opção da maioria dos níveis escolares. O futuro perifrástico com *ir* no futuro mais infinitivo foi a terceira opção de todo o ensino fundamental. Quanto às formas com *haver de* mais infinitivo, só passaram dos 10% no ensino médio e no ensino superior, o que mostra ser o uso deôntico do verbo *haver* adquirido mais tardiamente.

TABULEIRO DE LETRAS

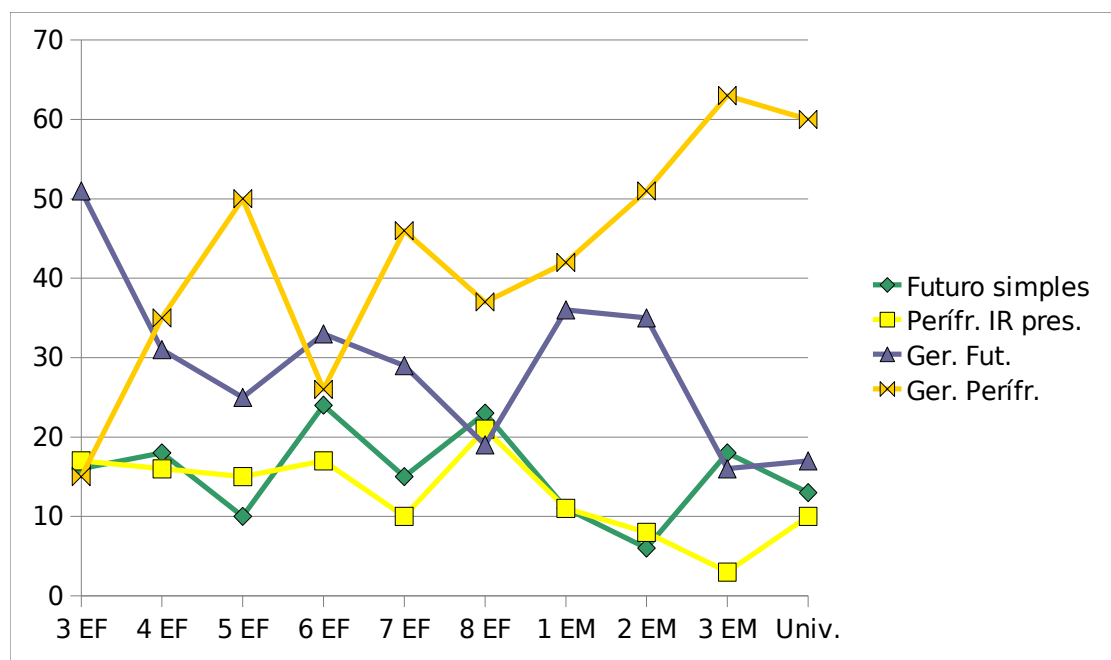
Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

3.2.7 Formas rejeitadas

Na última pergunta do questionário, em que se pediu a sinalização da variante que deve ser evitada, a frase foi “Nas minhas férias eu BRINCAR/SAIR muito”. Como se disse anteriormente, solicitou-se também uma justificativa dos alunos sobre por que não usariam a opção assinalada, o que ainda não foi analisado. Foram apresentadas aos alunos quatro variantes: futuro simples, perífrase com *ir* no presente mais infinitivo, gerundismo com *estar* no futuro simples e gerundismo com *estar* no futuro perifrástico. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9: Variantes rejeitadas por série (total dos dados em percentuais)



No total geral de dados, a forma mais rejeitada foi o gerundismo com a perífrase *ir* mais infinitivo (42%).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

É bastante perceptível a rejeição pelas formas gerundivas a partir da 4ª série do ensino fundamental. Chama a atenção a baixa rejeição do gerundismo com *estar* no futuro entre os universitários, o que corrobora a hipótese de ser o uso desta variante uma tentativa de recuperação da formalidade perdida com o desuso do futuro simples. Cumpre notar também que o futuro simples e o futuro perifrástico com *ir* no presente mais indicativo, que se mostraram as grandes concorrentes nas seções anteriores, continuam sendo concorrentes também na rejeição, embora se perceba, ainda que minimamente, que o futuro simples chega a ser mais rejeitado que o perifrástico, o que, mais uma vez, reforça a ideia de que este não é estigmatizado e a hipótese de que há uma mudança em curso na língua portuguesa no sentido de o futuro perifrástico com *ir* mais infinitivo substituir o futuro simples.

4. Conclusões

Com esses primeiros resultados, pode-se constatar que a expressão do futuro verbal em português é um fenômeno variável e é grande o envelope da variação. As inferências feitas a partir dos dados encontrados permitem assinalar que: a) parece que o futuro simples, quase não mais presente na modalidade falada da língua (OLIVEIRA, 2006), é adquirido na escola, entre a 4ª e a 5ª séries do ensino fundamental; b) a variante que mais concorre com o futuro simples é o futuro perifrástico formado com *ir* mais infinitivo (esteja o auxiliar no presente ou no futuro) – em processo de gramaticalização –, em todos os contextos de projeção de futuridade (desde um futuro mais iminente/imediato até um futuro mais distante ou indefinido); c) considerando os graus de escolaridade, os maiores índices de futuro simples aparecem em estudantes universitários; e d) as formas com gerundismo são rejeitadas em todos os níveis escolares e, dentre elas, o gerundismo com o futuro perifrástico (*vou estar brincando*) foi mais rejeitado do que o gerundismo com o futuro simples (*estarei brincando*).

Como a pesquisa ainda está em andamento, apresentam-se aqui os primeiros resultados gerais da análise, que ainda serão verticalizados. Por exemplo, não se procedeu à

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

análise qualitativa das respostas dos alunos à justificativa da última pergunta do questionário aplicado. Também ainda serão feitas comparações entre os resultados obtidos para as escolas particulares e públicas para verificar se há diferenças de percepção/atitude em relação às variantes de futuro verbal. Posteriormente, os resultados do teste de percepção/atitude serão confrontados com os resultados dos usos que os estudantes fizeram nos seus próprios textos (um com referência a um futuro próximo – *No próximo final de semana eu...* – e outro com referência a um futuro distante – *Quando crescer/me formar, eu...*).

Assim, as conclusões aqui expostas devem ser vistas como pistas ou hipóteses, a serem confirmadas ou refutadas com o prosseguir das análises.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, Joan et alii. The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CARVALHO, José Augusto. De olho no gerundismo. Revista Língua Portuguesa, São Paulo, ano 4, n.50, dez. 2009.
- CHAMBERS, J. K., TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (Ed.). The handbook of language variation and change. Cambridge: Blackwell, 2004.
- CINTRA, M. R. A perífrase ir(pres.)+(es)ta(r)+gerúndio como indício de inovação linguística. Estudos Linguísticos, São Paulo, n.37, v.1, p.233-241, jan.-abr. 2008.
- FASOLD, Ralph. The sociolinguistics of society, v.1. New York: Blackwell, 1987, p.147-179.
- HEINE, Bernd. Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization. New York: Oxford University Press, 1993.
- LABOV, William. Sociolinguistics patterns. Oxford: Blackwell, 1972.
- LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Trad. de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

LIMA, José Pinto de. Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: SILVA, Augusto Soares da (Org.). Linguagem e cognição. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 2001.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança. 2006. 254f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA, Patrícia Graciela da. A modalidade no gerundismo. Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, lingüística e literatura Letra Magna, ano 6, n.13, 2º semestre de 2010. Disponível em: http://www.letramagna.com/Artigo08_13.pdf. Acesso em: 22 ago. 2011.

SANTOS, Patrícia Tavares de Almeida. Gerundismo, preconceito e a expansão da mudança. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA, A. A expressão da futuridade no português falado. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas, 1968. p.97-195.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Escolarização e demografia na capitania de Porto Seguro

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA¹

Emília Helena Portella Monteiro de SOUZA²

RESUMO: Este artigo trata da escolarização e demografia em Porto Seguro e se insere no âmbito dos estudos do PHPB, relativos à investigação da história social linguística do Brasil. Tem-se, como objetivo geral, apresentar o levantamento do percurso histórico de Porto Seguro, quanto à demografia e à escolarização, do século XVI ao século XIX. Como objetivos específicos, identificar o contingente populacional existente nesses séculos, nesse local; identificar, do ponto de vista educacional, qual(uais) o(s) sistema(s) de ensino, quem eram os docentes, e a quantos esse ensino atingia. A pesquisa desenvolvida se deu em fontes primárias, como relatórios e falas de Presidentes da Província da Bahia, e em fontes secundárias, censos e livros de historiadores do século XVIII, em diante. A investigação histórica sobre o português brasileiro passa por seu território, pelas populações que viveram em cada região, administrativamente constituída, desde o século XVI, com a divisão em capitanias. O decreto pombalino, no século XVIII, instituindo o português como língua oficial de comunicação, e outras determinações, teve repercussões do ponto de vista, não só social, administrativo, mas educacional. Pretende-se responder como essas fases se constituíram em Porto Seguro, no que diz respeito às suas populações sucessivas, e ao seu sistema educacional, considerando os séculos sob observação.

Palavras-chave: Porto Seguro; Demografia; Escolarização; Século XVI ao XIX.

ABSTRACT: This paper refers to the educational process and demography in Porto Seguro and belongs to the PHPB researches about the investigations of the linguistics social history of Brazil. It's main objective is to present Porto Seguro's historical timeline concerning demography and educational process from the 16th to the 19th centuries. Its specific objectives are to identify the existing population groups in these centuries and in this region; identify, from the educational point of view, which was/were the teaching system(s), who the teachers were, and how many students that/those system(s) was/were able to enroll and educate. The research was based on primary sources, such as reports and speeches from Bahia's province presidents, and on secondary sources such as the census and historians' books from the 18th century and more recent centuries. The historical investigation about Brazilian Portuguese passes through its territory and the populations that lived in each region, administratively constituted, since the 16th century, when the Brazilian territory was divided into "capitanias". Pombal's act, in the 18th century which, among other things, made Portuguese Brazil's official language had several implications not only in the social and administrative fields, but also in the educational scenario. We intend to find answers that could explain how these political changes affected Porto Seguro, considering its population and educational system, focusing the above referred to centuries.

Keywords: Porto Seguro, demography, educational process, 16th to 19th century

¹ Rosa Virgínia MATTOS E SILVA é professora da UFBA/CNPq. E-mail: mattosesilva@hotmail.com

² Emília Helena Portella Monteiro de SOUZA é professora da UFBA/PROHPOR. E-mail: emiliahelena.pm@gmail.com

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

1. Introdução

Este artigo é resultado de pesquisas que temos desenvolvido, dentro da história social, no âmbito do PHPB, que reúne dados e reflexões sobre língua portuguesa, escolarização e demografia, na Bahia, num percurso histórico: do século XVI ao século XIX. Já foram apresentados trabalhos sobre a Capitania da Bahia e a de Ilhéus. Neste texto, nos debruçamos sobre a capitania de Porto Seguro, dando ênfase a sua sede, Porto Seguro.

Segundo o historiador Jaime Cortesão, no seu livro *A colonização do Brasil* (1969, p. 101) a donataria de Porto Seguro se estendia por cinquenta léguas entre a do Espírito Santo e a de Ilhéus. Segundo o mesmo Autor, de sua obra ficaram testemunhos mais duradouros e resultados mais brilhantes.

O capitão Pêro do Campo Tourinho pertencia à pequena nobreza e era natural de Viana do Castelo. Segundo o referido historiador, era o donatário homem com grandes qualidades de iniciativa, esforçado, prudente, virtuoso e, ao que parece, entendido em coisas do mar, mas lhe escasseavam dotes de mando que o seu difícil caso exigia. Vendeu todos os seus bens e com o seu produto apresentou a frota em que embarcou com toda sua família, parentes e amigos, num total de 600 homens e mulheres em direção à sua capitania. Fundeou um pouco ao sul da enseada onde, em 1500, aportara Pedro Álvares Cabral.

Na foz do rio Buranhem, erigiu Pêro Tourinho a vila e hoje cidade de Porto Seguro, cabeça de sua capitania. Os colonos, segundo o Autor (p. 102), puderam estabelecer boas e duradouras relações com os tupiniquins, e, provavelmente, acrescidos por novos colonos, foi possível estender-se para o Norte e o Sul, fundando a vila de Santa Cruz e Santo Amaro.

Contudo, apesar de dotes positivos, o donatário foi vítima de uma conjura em que: “Se deram as mãos os interesses feridos, os vários contrariados e um sentimento que mediava entre o falso zelo religioso e um fanatismo torvo.” (1969, p. 102).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Foi denunciado à Inquisição, preso pelos próprios colonos a 24 de novembro de 1546, enviado ao reino onde compareceu ao Santo Ofício. Conseguiu justificar-se, mas, provavelmente, desgostoso e cansado renunciou em 1554 a favor de seu filho a posse da capitania, cuja exploração continuou sob o governo de Duarte de Lemos.

Assim começou Porto Seguro!

Vale saber que, segundo o mesmo Autor, (p.88-89), as cartas de doação concediam ao donatário certo número de léguas de terra com a respectiva jurisdição jurídica e criminal. A capitania era inalienável, indivisível e taxativamente sujeita a regras de sucessão que a aproximavam dos morgados. O capitão era obrigado a repartir as terras de sesmaria, isentas de todo foro ou direito que não o dízimo de Deus à Ordem de Cristo, por pessoas que professassem a religião católica. Quanto aos engenhos, moendas de água ou marinhas podia o capitão exigir do sesmeiro um tributo pela licença respectiva. Para si o governador/capitão podia guardar certo número de léguas, em geral, 10 a 16, como terra sua livre e isenta, com um prazo de 20 anos e com condição de que a terra fosse repartida em quatro ou cinco lotes, distantes uns dos outros, duas léguas, pelo menos. Ao capitão cabia conceder a qualquer parente seu, maior porção de terra de sesmaria do que as distribuídas ou a distribuir aos estranhos. O capitão dispunha de regalias, como sejam: em suas terras não podia jamais entrar corregedor ou alçada estranha e sobre os seus delitos só poderia ser ouvido e julgado na corte, aonde o monarca, no caso D. João III, o chamaria. Foi o que aconteceu a Pêro do Campo Tourinho.

2. Porto Seguro: século XVI

No século XVI era uma região progressista, que devia muito à pesca do bacalhau. Era possível que Pêro do Campo Tourinho fosse descendente de uma dessas famílias de pescadores vianenses e que se dedicasse, ele próprio, à armação de barcos de pesca. Tourinho desembarcou em território bem conhecido pelos portugueses. Ao colocar os pés em terra o

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

donatário deparou-se com um antigo povoado instalado na terra. Era certo João Tiba que vivia às margens do rio, o qual ainda hoje mantém seu nome; estaria ele no Brasil por volta de 1515. (BUENO, p. 232-233).

Como acontecia em outras capitanias, eram os indígenas que forneciam os mantimentos que alimentavam os colonos. Os tupiniquins abasteciam cerca de 600, com farinha de mandioca, caça e pescado, além de frutas nativas – cajus, abacaxis, cupuaçus, sapotis, mamões, maracujás e pacovas. (BUENO, 233-234). Traziam também plantas medicinais (copaíba, jurubeba, jaborandi), e leguminosas (amendoim, feijões, gergelim), também resinas e fibras vegetais (tucum, caraguató, cipó-em-bé), para firmar ripas das casas de pau-a-pique. A principal fonte da capitania era a pesca da garoupa, que se torna uma indústria florescente. Aquela região também possuía matas de pau-brasil, no limite com a capitania de Ilhéus, ao norte de Porto Seguro. O problema devia-se aos afiados recifes de Abrolhos e as caravelas e naus passavam ao largo da capitania de Tourinho. Impossível, portanto, o comércio.

Além do confronto com os colonos, iniciou-se o assédio dos Aimoré a Porto Seguro. De humor ácido, Pêro Tourinho criticava padres, santos e até o papa. Documentos confirmam que a principal indignação de Tourinho era com a profusão de dias santos, quando não se trabalhava. Desentendeu-se com o vigário e com outros padres que viviam em Porto Seguro e foi então denunciado como herege ao Santo Ofício. O processo se arrastou por três anos. Da leitura dos autos, transparece que o motivo do conflito foi o fato de os colonos se recusarem a trabalhar seis dias por semana. Tourinho recebeu uma pena horrenda.

Embora a vila de Porto Seguro tenha se mantido habitada, os outros povoados fundados por Tourinho – Santa Cruz, Santo Amaro, Comagi – logo se despovoaram, atacados e destruídos pelos Aimoré. A maior parte de seus habitantes se transferiu para a capitania de Pernambuco.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

2.1 Configuração demográfica em Porto Seguro do século XVI para a metade do século XVIII

Segundo a historiógrafa Vera Telles (1987, p. 134), no final do século XVI, as colônias portuguesas no Brasil teriam apenas 57.000 habitantes, apoiando-se a Autora emANCHIETA. Calculando-se cinco pessoas por casa seriam:

POPULAÇÃO	TOTAL
Branços	25.000
Índios civilizados	18.500
Escravos	14.000
TOTAL	57.500

Dos 25.000 brancos, 700 eram de Porto Seguro. A referida Autora, seguindo JAIME CORTESÃO, diz: “Porto Seguro e Vera Cruz, em 1585, havia 50 moradores em cada uma, e mesmo assim continuaram a ir-se despovoando lentamente, a ponto de os próprios jesuítas abandonarem a capitania em 1602”. (p. 134).

Ao findar o século XVI, o Brasil estava dividido em dois governos gerais – um, com sede no Rio de Janeiro, chefiado por Antônio Salema, e Salvador continuava como capital do estado do Norte, que compreendia os territórios até Ilhéus.

Porto Seguro cercada pelos índios, quase soçobra.

Segundo VARNHAGEN (*apud* TELLES, 1987, p. 140-141), Porto Seguro era das capitanias mais pobres e mais mal governadas, possuindo apenas um engenho.

Em 1627, Porto Seguro foi elevada a marquesado em favor da donatária Ana de Sande, dama da Rainha. Quando D. José sobe ao trono, onde permaneceu por 26 anos, eram onze as capitanias que ainda tinham donatário. Porto Seguro era uma delas (TELLES, 1987, p. 149). O último donatário de Porto Seguro foi D. José de Mascarenhas Lencastre, executado

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

em Lisboa, em 1759, envolvido que estava na conspiração dos Távoras, por tentativa de regicídio contra D. José I.

Em 1777, começa o reinado de D. Maria I. Nessa altura o Marquês de Valença foi nomeado Governador e Capitão-Geral da Bahia, cuja população se avaliava em 270.356 almas, segundo Varnhagen (*apud* TELLES, 1987, p. 152). A comarca de Porto Seguro, 8.333 almas.

3. A propósito dos jesuítas

A Companhia de Jesus, como é sabido, chega ao Brasil com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549. As primeiras missões jesuíticas serão estabelecidas, tanto na baía de Todos os Santos como em Porto Seguro. Ficavam perto do mar, para os índios os poder manter pela pescaria e perto das matas, para fazerem seus mantimentos.

Encontraram os jesuítas em Porto Seguro religiosos seculares: na freguesia de Porto Seguro, o padre Diogo de Oliveira (cf. Capistrano de Abreu *apud* TELLES, 1987, p. 70).

Os jesuítas chegaram a Porto Seguro em 1549, sendo Manoel da Nóbrega o primeiro, tendo pouso momentâneo de onde escreve uma carta sobre a malandrice dos reinóis e a escravidão, que o revolta. (TELLES, p. 82).

Iniciada a catequese, em Porto Seguro, não teve bom êxito. Segundo Varnhagen (*apud* TELLES, 1987, p.83), o padre Azpilcueta Navarro foi logo mandado a Porto Seguro. Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus, diz: “No Porto Seguro tentaram organizar uma confraria para educação e instrução dos meninos. A confraria não prosperou, entretanto, porque as condições morais e econômicas da terra se revelaram precárias.”

Dentre os jesuítas foi o Padre Navarro o primeiro a aprender a língua indígena e dela se utilizou desde 1550, na pregação aos selvagens, o primeiro mestre e missionário do gentio. Azpilcueta teve, em Porto Seguro, a companhia do Padre Ambrósio Pires, que ficou, naquele

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

local, na companhia do irmão Blasques, e se ocuparam em ensinar cristãos e índios. (cf. Telles, p. 84).

Anchieta esteve em Porto Seguro, em cartas informa, entre outros assuntos que:

Na [vila] de Porto Seguro há 2 villas de Portuguezes, 4 leguas uma da outra, e 2 aldeias de Indios da doutrina a 5 leguas, de que os nossos tem particular cuidado, e outras 7 ou 8 aldeiasinhas a 4, 5 e 6 léguas por terra, e 2 ou 3 engenhos de assucar junto dellas, às quaes acodem de quando em quando; [...] (Ib. p. 86).

Informa ainda Anchieta sobre os colonos portugueses:

Os homens e mulheres portuguezas ... se tratam com fausto, máxime as mulheres que vestem muitas sedas e jóias e creio que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, às de Portugal e, todos, ... se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de assucar, por onde reina o ócio e lascívia e o vicio da murmuração geralmente [...]. (*apud* TELLES, p. 86).

Ainda segundo a referida Autora, ficaram famosos, em Porto Seguro, os jesuítas Francisco Pires e Vicente Rodrigues. O último construiu uma ermida, esta ainda lá se ergue, do outro lado do Buranhem, chamada Nossa Senhora da Ajuda. Hoje é o famoso Arraial da Ajuda, a sua festa é pouco antes da de Nossa Senhora da Penha, que fica na cidade Alta de Porto Seguro. Correu a notícia de que a Senhora da Ajuda era milagrosa, porque, quando os aimorés, uma vez, atacaram o povoado, os padres enterraram a imagem sob o altar e a terra ficou consagrada.

Em 1573, na “Informação jesuítica de Porto Seguro”, descreve-se a capitania em “duas vilas e duas povoações, afora os engenhos e trapiches”.

A vila de Porto Seguro possuía então:

78 vizinhos
500 escravos

A vila de Santo Amaro dista da outra, para o sul três quartos de léguas e possuía:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

36 vizinhos
220 escravos

Considerando-se as duas vilas antes referidas, ter-se-ia um total de:

POPULAÇÃO	TOTAL
Vizinhos	114
Escravos	720
TOTAL	834

Seria essa a população da Capitania que fora de Pêro do Campo Tourinho, ao findar o século XVI; note-se que os indígenas seriam os tupiniquins e os aimorés. Os primeiros do tronco linguístico tupi, os segundos, do tronco macro-gê.

Entre “vizinhos”, isto é, brancos/portugueses, escravos, isto é, africanos e indígenas tupi e gê se formava certamente uma situação de contacto linguístico que, provavelmente, propiciaria a formação de uma variedade da língua portuguesa com características próprias.

Esses dados, embora rarefeitos, dão alguma informação sobre Porto Seguro nos séculos iniciais do descobrimento.

4. Porto Seguro – séculos XVIII e XIX

Luis dos Santos Vilhena veio para o Brasil, entre os professores enviados para cá pela reforma pombalina, expulsos que foram, pelo referido marquês, os jesuítas. No fim de sua inglória vida na Bahia, como professor de grego, escreveu Cartas que deveria entregar ao rei D. José I, mas que nunca foram.

Na Carta VIII, informa sobre Porto Seguro:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Sobre a já Comarca de Porto Seguro, diz Vilhena que pertenceu a capitania à Casa de Aveiro e quanto ao Governo eclesiástico era comarca do rei D. João IV. Quanto ao governo secular e militar estava ligada à Capitania da Bahia, da qual distava 17 graus ao sul, e 72 léguas distante da Bahia, na margem austral estava o rio Grande.

Diz Vilhena, que a cabeça da comarca - a vila de Porto Seguro - está em plano elevado, deleitável à vista. Apresentava excelentes pastagens para gados; roças de mandioca, algodões e canas (que reduzem a aguardentes), mel e pouco açúcar. A pescaria era de garoupas e meros. Apresentava ótimas matas e o terreno era muito frequentado pelo gentio.

Quanto à vista de Porto Seguro, era uma povoação de “índios mansos” e sua localização obitava irrupções de “bárbaros” (os aimorés ou não de língua do tronco tupi).

Encontrou Vilhena uma fazenda de monges beneditinos, Traípe, com uma capela e um monge fazendeiro, com onze escravos que lavravam café, cacau, algodão, legume. Por terra havia uma estrada real, quatro léguas da vila de Porto Seguro, pelo rio oito léguas. Em Vila Verde havia três companhias de índios sujeitos ao capitão-mór.

Porto Seguro foi erigida em vila, quando da reorganização da capitania, no tempo de D. José I. Quanto à população apresenta Vilhena, a partir do mapa das freguesias:

COMARCAS E VILAS	ORAGOS	FOGOS	ALMAS	OBSERVAÇÕES:
Comarca de Porto Seguro e suas vilas	1. N.S. Penha	326	908	30 léguas de costa despovoada e infestada de gentios. Governo eclesiástico, ligado ao Rio de Janeiro e o civil à Bahia.
	2. Stº Antônio	370	850	
	Caravelas	125	380	

Assim, uma vez que Vilhena escreve suas famosas e informativas cartas, em 1789, haveria na Comarca de Porto Seguro: 1210 almas.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Tudo indica que Vilhena não considerou nem os gentios nem os escravos: de 114 vizinhos no final do século XVI para 1210 “almas” ao fim do XVIII.

Almeida Prado (1945, p. 326), ao se referir a Thomas Lindley,³ apresenta alguns de seus depoimentos sobre Porto Seguro, do início do século XIX: pobreza geral de Porto Seguro, “e repetia o que tres séculos antes dele escrevia o primeiro administrador luso do Brasil [...] quando asseverava a El-rei que as melhores minas do Brasil estavam na agricultura.” Isso por conta dos abundantes cursos de água para o transporte de seus produtos, uma referência ao Rio Grande, que marcava o limite da Capitania com a de Ilhéus, e que, segundo Lindley, estava inexplorado.

Também, “A sede da capitania segundo o viajante, apresentava aspecto pior que a cidadezinha de Caravelas, no extremo sul de Porto Seguro, na raia de Espírito Santo. Um dos melhores edifícios era a residência do governador civil por ter sido o antigo colégio dos jesuítas.” (p.327)

Almeida Prado (id. p. 328) faz uma referência ao trabalho do capitão-mor João da Silva Santos, sob o título *Mapa e Descrição da Costa*, o qual traz uma relação de Porto Seguro, em 1803, dando ideia do seu estado, no mesmo momento em que Lindley visitava a capitania. Eis o mapa de Porto Seguro:

Havia na rua do Colégio trinta casas, das quais três sobrados entre *chãos devolutos* de ambas as partes. Continuando, alargava-se e tomava o nome de Misericórdia, porque ia ter ao hospital, com 24 casas, das quais duas de sobrado, e alguns chãos batidos. Voltando pelo lado oeste, a forma meio quadro, estreitava-se e tomava nome de S. Sebastião, com 32 casas, e *nella tão bem há bastante chãos devolutos*. Ao lado da Misericórdia via-se na parte oeste um largo terreno onde fora a antiga matriz, e nas proximidades mais duas ruas, a Nova com 18 casas, e em outra muito curta, mais 15. Nisto consistia a povoação, com as mesmas igrejas e capelas dos séculos

³ Lindley, um inglês que, em viagem que tinha como destino o cabo da Boa Esperança, “foi forçado a arribar na Bahia, em 1802, para refazer-se dos temporais”, e depois de um mês de estadia, foi para Porto Seguro, para seguir viagem para o Rio de Janeiro. Este inglês passou por averiguações, ficou detido por comércio ilegal de pau-brasil, ouro e diamantes, conseguindo a liberdade, em 1803. De volta à Inglaterra, publicou o livro: “Narrative of a voyage to Brazil; termination in the seizure of a British vessel; and the imprisonment of the author and the ship’s crew by the Portuguese”. (TELLES, p.159)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

anteriores, sem mais novidades a não ser as ruínas que aos poucos as invadiam.

A maior produção dos habitantes, diz o Autor, consistia em sal, farinha de mandioca, madeiras de pesca de garoupa, para abastecimento da cidade do Salvador. Havia a construção de barcos rudimentares, ou reparos nos que já estavam feitos, assim como no “amanho de rêdes, tal como se fazia nos séculos 16 e 17”. Os principais habitantes tinham propriedades, geralmente situadas às margens do rio Buranhem. (p.329)

Francisco Vicente Vianna, em *Memória sobre o Estado da Bahia* (1893, p. 102), apresenta a população de Porto Seguro, nos anos de 1872 e 1892:

POPULAÇÃO DE PORTO SEGURO		
ANO	1872	1892
TOTAL	3168	4246

Houve, em 20 anos, apenas um acréscimo de 1078 pessoas.

5. Sobre populações indígenas da Bahia no final do século XIX

Em artigo de 1988, informa Hildete da Costa Dória, o que segue sobre os indígenas no sul da Bahia.

1. Santa Cruz – na foz do rio João de Tiba, município de Santa Cruz Cabralia, município de Porto Seguro (1861), habitavam índios botocudo, mansos, integrados.
2. Vila Verde, à margem direita do rio Buranhem (município de Porto Seguro), habitavam índios Mogoió e Botocudo, mansos, integrados, que viviam dispersos pelas matas da Vila, já que suas terras se encontravam em poder da Câmara.
3. Trancoso, na foz do ribeiro de Trancoso, município de Porto Seguro, índios de etnia não mencionada, “civilizados” (integrados), lavradores. As suas terras eram indevidamente administradas pela Câmara. (p. 86).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A Autora no item *contigente demográfico* informa que no Litoral meridional em 1850-1860 (p.88):

LITORAL MERIDIONAL

Nº de aldeias	Pop. média / área	%
20	2.234	39.790

O percentual se refere ao S. Francisco (2.5), Litoral Norte (42.5), Litoral Central (15.3). Assim os indígenas do Litoral Meridional só perdiam para os do Litoral Norte.

6. A escolarização

Com Tomé de Souza, em 1549, chegaram também à Bahia seis padres jesuítas, deles sendo o superior o padre Manoel da Nóbrega. Esse escreve várias cartas ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, dando notícias locais sobre as ações dos padres jesuítas e suas. Encontram-se em Accioli, em seu livro “Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia” (1919 [1835]), com comentários de Braz do Amaral, algumas dessas cartas.⁴ Seguem notícias de Nóbrega, da Bahia, em 1549:

O padre Leonardo Nunes mando aos Ilhéos e Porto Seguro, a confessar aquella gente que tem nome de Christão, porque me disseram de lá muitas misérias... elle escreverá a Vossa Reverendissima de lá largo. Leva por companheiro a Diogo Jacome, para ensinar a doutrina aos meninos, o que elle sabe bem fazer [...]. (p. 283)

Nóbrega, em 1550, em carta datada de 06 de janeiro desse ano, trata da viagem feita por ele, de Ilhéus para Porto Seguro. Em Ilhéus, encontra-se com o padre Leonardo Nunes e Diogo Jacome e seguem para Porto Seguro:

⁴ No livro de Accioli (p.262), há a informação de que as cartas dos jesuítas sobre o Brasil, existentes na Biblioteca Nacional, foram copiadas pelo Prof. Braz do Amaral, em agosto de 1918.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

[...] onde achamos toda a terra revirada pelas muitas inimizades que ahi havia e quis o Senhor que por taes voltas conhecêssemos todos [...] [O Padre Leonardo Nunes seguiu para São Vicente], Diogo Jacome e eu ficamos neste Porto Seguro. Eu prego aos domingos, elle ensina a doutrina christã e já os meninos estão bem adiantados nella [...]. (p. 324)

Há uma carta do Padre Antonio Gonçalves, da casa de São Pedro de Porto Seguro do Brazil, para o Padre Dioguo Mirão, provincial de Portugal, escrita em 15 de fevereiro de 1556, apresentada por Braz do Amaral, na parte de seus comentários, em que o Padre diz:

O irmão Domingos Borges se occupa na escola com os filhos dos branquos, ensinando-lhes a leer e a escrever os quaes por haverem pouco que começarão lem e escrevem ya bem mediocrementes; também se occupa em pregar na lingoa aos domingos e Santos a escravaria, ensinando-lhes a doutrina todos os dias, em outros officios de casa, juntamente, estudando latim e sendo interprete nas cõffissões.

Com a escravaria da terra se há feito e faz fruto, acode bem à doutrina que se lhes cada dia faz, aos domingos e Santos, ahi mais como cousa delles, porquanto polos outros dias andando occupados com seus senhores nas rossas não há tanto vaguar para isso, cõfissão-se muito a miúdo [...]. (ACCIOLI, p. 375-378).

Assim começou a aprendizagem da leitura e da escrita, juntamente com a catequese. Pelo que está exposto nas cartas dos jesuítas, verifica-se que os filhos dos brancos aprendiam a ler e a escrever, também os escravos passavam pela aprendizagem da doutrina, além dos nativos. Os jesuítas liderados por Nóbrega, especialmente os sempre referidos padre Leonardo Nunes e o irmão Diogo Jacome serviram em Ilhéus e Porto Seguro, duas capitâneas que posteriormente foram incorporadas à Bahia. No excerto da seguinte carta de Nóbrega, de 9 de agosto de 1549, endereçada ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, (ACCIOLI, p. 319-322), verifica-se que os jesuítas agiam nessas capitâneas de forma semelhante quanto ao ensino, dirigido também aos escravos. Nóbrega faz referência ao fato de ter mandado o padre Leonardo Nunes para Ilhéus e acrescenta: “[...] foi com elle Diogo Jacome, que faz muito fructo em ensinar aos moços e escravos”.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Também Primitivo Moacyr (1936), referindo-se ao início das atividades de ensino dos jesuítas, logo que chegaram com Tomé de Souza a Salvador, diz que: “Enquanto esta atividade se desenvolvia na sede do governo geral (Bahia), fato semelhante se nota em Porto Seguro, onde aprendiam a ler os filhos naturais da terra; e em São Vicente, logo após a chegada de Leonardo Nunes, em fins de 1549 [...]” (p. 10)

Moacyr faz referência à instrução nesse período: “O estado da instrução em 1575, segundo dados oficiais, era o seguinte: em Porto Seguro uma escola de ensino preliminar, em São Vicente outra [...]” (p.12).

Os jesuítas permaneceram no trabalho catequético, nessa região de Porto Seguro, por 210 anos, considerando-se a sua chegada em 1549, até a sua expulsão em 1759, por ato do Marquês de Pombal. Telles (1987, p. 88) faz referência à escola dos jesuítas, apresentando um trecho da carta do padre Serafim Leite: “Assegurada a escola com Simão Gonçalves e mais alguns novos irmãos” [...].

Como visto em partes deste texto, os moradores de Porto Seguro, no século XVI, viviam em plena pobreza, e sob o ataque constante dos aimorés. Segundo Telles (p. 128), “Gandavo e Gabriel Soares indicam 1564 como a data de início, em Porto Seguro e Ilhéus, das devastações e assalto dos aimorés, mas Jaime Cortesão opina que já na capitania de Porto Seguro os estragos causados pelos índios em 1560 eram causa de ruína tamanha e tão viva inquietação, que os moradores se viram em sério risco de ter que abandonar a terra.” Pelas informações prestadas por Almeida Prado (1945, p. 323) percebe-se que essa situação se estende aos séculos seguintes. Diz esse Autor “A ameaça dos Aimoré, as quisílias entre brancos e a modorra invadindo a capitania, culminaram na extinção dos jesuítas em 1760. Nessas condições ativa-se o êxodo de quantos nutriam alguma ambição e podiam se mudar para sítio de maior atividade econômica.”

Com a expulsão dos jesuítas, fica extinto, também, o ensino aliado à doutrina. Pombal imprime um novo sistema de ensino a Portugal e às suas colônias, através das aulas régias, com a nomeação de professores. Esses eram remunerados através do Subsídio Literário, que

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

era o imposto pago pela comercialização de alguns produtos, como dos açougues, aguardente, etc., na Capitania da Bahia, cobrado pela Junta da Real Mesa Censória, através da Câmara, exclusivamente para esse fim.

Vilhena (1969, p. 276; 286) refere-se à situação desses professores, que passavam meses e até anos sem receber os seus proventos. Esse Autor apresenta um Mapa, “Mapa do Rendimento do Subsídio Literário que na Tesouraria Geral da Bahia foi recebido das diferentes Câmaras da mesma Capitania em três anos, de 1795 a 1797.” Em uma parte deste mapa estão discriminadas as “Povoações” e o que foi arrecadado nos três anos, de 1795 a 1797, e a soma total. Na segunda parte do mapa estão discriminados os distritos, nome dos professores, cadeiras que exercitam; povoações onde residem; quanto vencem por ano; o que se lhes deve em dinheiro; quantos meses.

São informações sobre a, então, Comarca de Porto Seguro⁵. São três professores:

PROFESSORES	CADEIRA	LOCAL DE RESIDÊNCIA	MESES DEVIDOS
José Maurício Ribeiro	Ler e escrever	Vila dos Ilhéus	12 meses
Pe Manuel Roiz de Oliveira	Gramática Latina	Vila de Camamu	12 meses
João José Facio	Ler e Escrever	Vila de Porto Seguro	12 meses

Pelo que se pode observar, dos três professores da Comarca de Porto Seguro, apenas um residia lá, os demais residiam em vilas distantes. Além desse fato que concorria para a deficiência do ensino, viviam sem receber os seus proventos. As dificuldades existentes deviam comprometer a qualidade do ensino, além de outras de natureza social, como visto, em parte deste texto.

⁵ Segundo Telles (1987, p. 149), em 1762, quando a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, à Bahia foram incorporadas as antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, essas já pertencentes à Coroa.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

No século XIX, Almeida Prado (p. 332) refere-se a observações de Lindsay quanto à instrução: “Notava o inglês os males causados pela expulsão dos jesuítas quando alude à falta de instrução das melhores classes. Somente algumas mulheres sabiam ler; e escrever, era uma arte que apenas poucos homens conheciam na colônia.”

Segundo o censo de 1872, do total de 3044 habitantes em Porto Seguro, entre brasileiros e estrangeiros, apenas 229 sabiam ler e escrever. Seguem os dados discriminados:

Sabem ler e escrever						Não sabem ler nem escrever			População total
Brasileiros			Estrangeiros			Brasileiros e estrangeiros			
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
137	92	229	29	11	40	1439	1376	2815	3044

FONTE: IBGE, Censo 1872.

Segundo o censo de 1890, do total de 2410 habitantes em Porto Seguro, entre brasileiros e estrangeiros, apenas 515 sabiam ler e escrever. Seguem os dados discriminados:

Sabem ler e escrever						Não sabem ler nem escrever			População total
Brasileiros			Estrangeiros			Brasileiros e estrangeiros			
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
328	171	499	15	01	16	829	1066	1895	2410

FONTE: IBGE, Censo 1890.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

7. Palavras finais

As conclusões a que se chega é que a Capitania de Porto Seguro pouco prosperou, do século XVI ao XIX. Se no século XVI, com a ação dos jesuítas houve algum tipo de progresso, essa se deu com a formação da própria vila, com a edificação das moradias, das igrejas e com a ação educacional e doutrinária dos jesuítas. Os donatários pouco investiram na capitania, sendo essa caracterizada pela pobreza, em geral, e de seus habitantes. As desordens, as inimizades entre os colonos, além disso, a ação dos índios aimorés, que durante dois séculos devastaram as vilas, com suas investidas, obrigando muitos moradores a se mudarem para outras regiões. Na segunda metade do século XVIII, quando houve a expulsão dos jesuítas e mudança do regime educacional para o ensino laico, e que Porto Seguro foi incorporada à Bahia, pouca coisa mudou. Até o século XIX, pouco foi feito pela educação, haja vista o que apresentam os dois censos, o de 1872 e o de 1890, com um total numérico muito superior de habitantes que não sabiam ler e nem escrever, havendo, assim, a prevalência do analfabetismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA PRADO, J. F. (1945). A Bahia e as Capitânicas do Centro do Brasil (1530-1626): história da formação da sociedade brasileira. I Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BUENO, Eduardo. (1999). Capitães do Brasil: os (...) primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva
- CORTESÃO, Jaime (1965). A colonização do Brasil. Lisboa: Portugalíia. DÓRIA, Hildete da Costa (1988). Localização de aldeias e contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850 e 1882. *Cultura* 1 (1) 79-90. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

MOACYR, Primitivo. (1936) A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil. (1823-1853). V.I. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. (1919 [1835]). Memorias historicas e políticas da Provincia da Bahia. Bahia: Imprensa Official do Estado.

TELLES, Vera. (1987). Porto Seguro: história e estórias. Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial Ltda.

VIANNA, Francisco Vicente. (1893). Memória sobre o Estado da Bahia. Bahia: Typhographia e Encadernação do “Diario da Bahia”.

VILHENA, Luís dos Santos. (1969). A Bahia no século XVIII. v. II. ed. Itapuã.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A interculturalidade nos livros didáticos de inglês

Victor Ernesto Silveira Silva¹

RESUMO: Segundo estudos recentes, as abordagens de ensino de língua inglesa têm se modificado bastante, devido à situação da língua na atualidade (língua global e *world Englishes*) e às notórias revoluções nos meios de comunicação e tecnologias que têm facilitado o contato entre pessoas de línguas e culturas diversas; nesse contexto o ensino e aprendizado do inglês devem levar em conta essas situações interculturais para que os traços socioculturais que caracterizam os falantes se tornem, na verdade, aspectos relevantes para a compreensão mútua e a autovalorização. Essa perspectiva intercultural é componente da competência comunicativa intercultural (CCI) a qual tem sido divulgada por vários estudiosos da contemporaneidade, sobretudo Byram (2002). Oliveira (2010) é uma das difusoras da CCI no Brasil e defende a promoção do ensino de inglês que envolva o desenvolvimento da CCI e o respeito às variedades de inglês faladas no mundo. Fundamentada, principalmente, nas propostas de Byram (CCI) e de Kachru (*world Englishes*), a autora desenvolveu um *checklist* para identificar pontos de convergência entre livros didáticos de inglês e as propostas de ensino e aprendizado da língua na atualidade. O presente artigo apresenta uma análise de duas coleções de livros didáticos de inglês do ensino médio: *Upgrade* da editora Richmond e *Prime* da editora MacMillan. As obras fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático 2011 que sugere os livros a serem utilizados pelo ensino médio no ano de 2012. A análise, baseada na proposta de Oliveira (2010), concluiu que ambas as coleções parecem estar assimilando a ideia da interculturalidade, contudo ainda precisam assumir (e mostrar) o fato de que a língua inglesa, hoje, compreende inúmeras variedades.

Palavras-chave: Livro didático; Interculturalidade; Inglês; *World Englishes*

ABSTRACT: According to recent studies, English learning and teaching approaches have changed outstandingly due to the situation of English nowadays (global language and world Englishes) and the remarkable revolutions occurred in the medias and technology. Such revolutions had facilitated the contact among people from different languages and cultures. In this context English teaching and learning should take into account such intercultural situations in order to turn socio-cultural traits of the speakers into important aspects for the mutual comprehension and self-valorization. This perspective is component of intercultural communicative competence (ICC) which has been divulged by several scholars recently, namely Byram (2002). Oliveira (2010) is one of the advocates of ICC in Brazil and supports the English teaching based in the development of ICC and respect to the World Englishes. She developed a checklist to analyze an English text-book in order to identify intercultural approaches and the representation of varieties of Englishes in the backdrop of the text-book. This article presents an analysis of two text-book collections: *Upgrade* by Richmond editors and *Prime* by MacMillan. Both collections are suggested by 2011 Text-Book National Program in Brazil which recommends the text-books that will be adopted in the next year. The analysis is based in the checklist developed by Oliveira (2010) and as conclusion the data revealed that both collections seems to involve the interculturality into the activities of the book, yet the text-book needs to take into account the fact that English has now several varieties.

Keywords: Text-book; Interculturality; English; World Englishes

¹ Professor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu. E-mail: sscorp@yahoo.com.br

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

1. Introdução

Uma enorme gama de materiais didáticos tem incorporado o uso das mídias digitais e materiais multimídia na contemporaneidade. No entanto, o reinado do livro didático (LD) parece estar longe do fim, uma vez que este recurso é um dos mais utilizados e difundidos nos sistemas de ensino na atualidade. De fato, a história do livro didático acompanha a história da imprensa (PAIVA, 2011) e das publicações. Dada a importância da palavra impressa para a civilização moderna, o livro didático tem desempenhado um papel proeminente na história da humanidade, visto que a escola (onde o livro didático é utilizado quase que religiosamente) é, para muitos estudiosos, um espelho da sociedade (DAMIÃO, 2008).

É possível perceber a ideologia predominante em determinada sociedade e em determinada época estudando a estruturação (textos, imagens, atividades entre outros) dos LDs utilizados no período, como mostra Paiva (2011) ao percorrer a trajetória do LD de inglês no Brasil. A autora nota que os livros do final do século XIX, por exemplo, estavam recheados de exercícios de tradução nos quais muitas frases tratavam de escravos negros e das diferenças entre continentes como Europa e África. Vale ressaltar que os LDs tanto retratavam as ideologias como as reforçava, ajudando a manter o discurso dominante que se adequava aos valores defendidos e às concepções científicas predominantes na época.

No final do século XIX, o ensino das LE concentrava-se basicamente no estudo da gramática e da tradução – as LEs eram aprendidas como forma de aumentar e exercitar o intelecto (BROWN, 2000) – de modo que as classes mais favorecidas eram, possivelmente, as que poderiam se ocupar de tal tarefa. Logo, é previsível que os LDs tenham sido estruturados para atender aos prováveis aprendizes oriundos de famílias mais abastadas.

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que mudando-se os paradigmas sociais, mudam-se os LDs. A partir da década de 60, por exemplo, o conceito do “politicamente correto” passou a ser difundido para minimizar as desigualdades raciais e

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

sexuais em um período em que tanto o racismo quanto o preconceito sexual começaram a ser rechaçados de forma mais veemente e com o apoio de uma parcela da sociedade (HORTA, 2010). Nos LDs de inglês já aparecem imagens de pessoas negras e brancas em diálogos e as frases dos exercícios eram basicamente pautadas em situações cotidianas e do trabalho (PAIVA, 2011). Nessa época, a noção de competência comunicativa (CC) já confrontava perspectivas estruturalistas de ensino de LEs (SILVA 2011). Para Hadley (1993) o advento da CC surgiu em um momento em que as abordagens de ensino e aprendizagem de LEs existentes não se adequavam aos avanços das diversas ciências e das transformações no comportamento humano ocorridos a partir da década de 60. Paiva (2011) aponta que em meados de 1973, já existiam livros fundamentados na abordagem comunicativa, ou seja, os LDs já haviam se adequado às revoluções do ensino e aprendizado de LE. E quanto aos LDs da atualidade? Eles correspondem a abordagens recentes de ensino e aprendizagem de LE? Será que os livros do século XXI incorporaram os novos paradigmas de língua e comunicação? No presente artigo, será apresentada uma análise dos conteúdos de LDs de língua inglesa para ensino médio com base em perspectivas de ensino e aprendizado de LE que estão em voga recentemente: o conceito de competência comunicativa intercultural (CCI) difundido por Byram et al. (2002) e *World Englishes* que vem sendo tratado sob a ótica de Kachru (1991). Os LDs analisados fazem parte do rol de livros didáticos de inglês sugeridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011 (BRASIL, 2011). A metodologia que norteará a análise aqui empreendida está ancorada na proposta de Oliveira (2010) que consiste em uma lista de itens que devem ser levados em consideração na escolha de um LD que esteja em consonância com as concepções que interligam LE, interculturalidade e globalização.

2. Globalização, world Englishes e interculturalidade

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Segundo Oliveira (2007), os LDs são muito criticados por apresentarem conteúdo tendencioso ou por não se adequarem aos estudos contemporâneos a respeito de LE e seu ensino. Na verdade, após o advento da CC, a maioria dos LDs parece ter se firmado no ensino comunicativo de línguas; com efeito, a preponderância da CC, ancorada na visão primordial de Canale e Swain (1981), está explícita nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de língua estrangeira moderna (BRASIL, 2000), embora outros linguistas tenham criticado e reconstruído a concepção de CC nas décadas de 80 e 90 (BACHMAN, 2003; BYRAM, 2002; GENESEE 1984).

A década de 90 marca o fim de um século de avanços científicos e o início de uma época caracterizada pela “insubordinação das relações sociais aos limites geográficos” (LONGARAY, 2009, p. 56) que é fruto de inúmeras inovações tecnológicas no campo da comunicação. As mídias digitais (em especial a Internet), por exemplo, têm facilitado a dissolução das fronteiras geográficas entre pessoas de países e culturas diferentes, essas relações, no entanto, podem causar choques e conflitos, os quais foram previstos por Delors (1996). Segundo este autor, para enfrentar as tensões que se formarão no decorrer do século XXI, devido à globalização, ao sentimento de falta de consistência cultural e muitos outros problemas de ordem social que serão consequências diretas da crescente interdependência entre povos, a educação precisa ter como alicerces quatro pilares: saber ser, saber fazer, saber conhecer e saber viver junto. Acertadamente, Delors divulga princípios altamente pertinentes ao momento histórico atual. No campo de ensino de LE, estes princípios podem ser percebidos na CCI desenvolvida por Byram (2002) e no Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECRL), construído pelo Conselho da Europa em 2001.

A noção de CCI merece destaque, pois incorpora à CC uma consciência intercultural que é necessária para lidar com as tensões das quais trata Delors (1996). De fato, a interculturalidade na educação promove o desenvolvimento desejável da personalidade do aprendiz no seu todo, bem como o seu sentido de identidade, em resposta à experiência enriquecedora da diferença na língua e na cultura (CONSELHO DA EUROPA, 2001). A CC

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

tradicional não abarca tal perspectiva, ou seja, ela ainda está pautada em um modelo distante dos aprendizes de LE, uma vez que para o ensino comunicativo de línguas o falante dito nativo é o modelo fornecedor das regras corretas de apropriação e exequibilidade de discursos na língua inglesa (GENESEE, 1984). Em outras palavras, a concepção de CC manteve o falante nativo no *status* de paradigma linguístico de inglês, no entanto, um arcabouço teórico para ensino e aprendizado de línguas que negligencia a identidade sociocultural dos aprendizes e falantes, bem como as possibilidades de interação entre diversas culturas, não contribui para a preparação de cidadãos do mundo globalizado. Por outro lado, se o falante nativo não é o exemplo de uso linguístico do inglês, quem seria? Essa é uma discussão complexa e que nem sempre termina em consenso. Muitos estudiosos concordam que o falante nativo de inglês é cientificamente um ser idealizado com atribuições quase que mitológicas (DAVIES, 2004; MEDGYES, 1996), além disso, os estudos a respeito da dispersão do inglês pelo mundo têm mostrado que o paradigma linguístico do falante nativo tem se tornado cada vez menos adequado para o ensino de LE.

A expansão da LI pelo mundo prova que o inglês não pertence mais aos falantes nativos (KAPLAN, 1998). Na atualidade existem as referências ao inglês como língua global (devido à expansão em escala mundial), língua franca (ou seja, uma língua comum entre vários povos) ou língua internacional (por ser a segunda língua ou língua estrangeira mais comum na comunicação entre falantes de línguas diferentes). Richards e Schmidt (2002) comentam que a LI internacional é

[...] o tipo de inglês usado (que) não precisa necessariamente estar baseado em variedades do falante nativo de inglês, mas vai variar de acordo com a língua materna das pessoas que conversam na língua e os propósitos pelos quais ela está sendo usada. (RICHARDS; SCHMIDT, 2002, p. 180)

Dentro da discussão a respeito da dispersão da LI pelo mundo, um dos termos mais relevantes para a presente investigação é o de *world Englishes*. Esse conceito foi

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

desenvolvido a partir da observação de como os falantes não nativos utilizam a LI e, notadamente, para caracterizar sucintamente a situação da língua inglesa ao redor do mundo. Segundo Kachru, *world Englishes* “são o resultado de [...] diversos contextos socioculturais e diversos usos da língua em contextos internacionais culturalmente distintos.” (KACHRU, p.181, 1991). O autor aponta que a LI está tão difundida no mundo que o número de falantes não nativos ultrapassa o de falantes nativos. Para demonstrar o status dessa dispersão Kachru (1991) concebeu que a distribuição da LI no mundo pode ser representada em círculos concêntricos:

a) Círculo Interno: locais que são caracterizados como os modelos de uso da língua inglesa, por essa razão os falantes oriundos desses lugares são considerados falantes. Exemplo: Estados Unidos, Inglaterra e Austrália;

b) Círculo externo: os países onde o inglês foi institucionalizado como língua adicional. Exemplo: Índia, África do Sul e Nigéria;

c) Círculo em expansão: compreende os demais países onde o inglês é caracterizado como língua estrangeira. Exemplo: China, Israel, Japão e Filipinas (RAUSCH, 2000).

A noção de *world Englishes* é importante porque leva em consideração o uso da LI pelo falante não nativo, o qual, segundo Kachru (1991), tem como interlocutor outro falante não nativo. Essa perspectiva é impactante na área de formação de professores de LI e também na concepção de materiais de ensino de LI. Isso porque os estudos a respeito da diversidade linguística da LI falada nos países do círculo interno e das características culturais dos falantes de LI dos demais círculos trouxeram à tona a faceta multicultural da LI dentro de um momento histórico marcado pela globalização. Consequentemente, o padrão de uso de LI dos falantes oriundos do círculo interno (e que por muito tempo pautou o ensino de inglês como LE), passa a ser visto como mais uma variedade linguística que atende a uma determinada comunidade linguística. Logo, a perspectiva Kachrúviana causou a necessidade de novos paradigmas de ensino de LE adequados às comunidades linguísticas e aos contextos multiculturais nos quais essa língua será meio de comunicação.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Oliveira (2010) afirma que não só a noção de *world Englishes*, mas também o conceito de interculturalidade exigem mudanças na forma tal como a LI é ensinada na contemporaneidade e foi partindo dessa assertiva que a autora delineou o *checklist* (ANEXO A) para análise de LDs de inglês. A autora propõe que o professor de inglês precisa estar atento às propostas didáticas dos LDs para garantir um ensino de inglês que seja capaz de levar o estudante a assimilar uma postura intercultural, pois como está patente no QECRL (CONSELHO DA EUROPA, 2001), o ensino de língua sob a perspectiva intercultural promove a reestruturação da própria identidade do aprendiz. Ou seja, o aprendizado de uma LE não mais pode ser visto apenas como uma capacidade desejável aos profissionais das diversas áreas em um mundo globalizado, já que a capacidade de falar uma LE deve ser também uma forma de fortalecimento das raízes culturais e identitárias do aprendiz. Os LDs, como “espinha dorsal da maioria dos contextos de ensino” (OLIVEIRA, 2010, p. 6), são um dos recursos nos quais essa consciência intercultural pode e deve ser promovida.

3. Analisando os LDs de inglês do ensino médio

Interessantemente, o governo brasileiro fornece à escola pública material didático para implementar o ensino de LE e, de alguma forma, tornar mais efetivo o aprendizado das línguas (espanhol ou inglês). O PNLD de 2011 indica uma série de livros didáticos de LE a serem utilizados no ensino médio a partir do ano de 2012. Os LDs indicados para o ensino de língua inglesa são: *UpGrade* da editora Richmond, *On Stage* do autor Amadeu Marques, editora Ática; *Prime* das autoras Renildes Dias, Leina Jucá, Raquel Faria, Editora MacMillan; *English For All* das autoras Eliana Aun, Maria Clara P. de Moraes e Neuza B. Sansanovicz, editora Saraiva; *Take Over* de Denise Machado dos Santos, editora Lafonte, *Globetrekker* do autor Marcelo Baccarin Costa, editora MacMillan e *Freeway* da autora Verônica Teodorov, editora Richmond. No guia do PNLD há uma resenha para cada obra, contudo, a análise é essencialmente descritiva e não propõe um olhar crítico sobre as

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

coleções. O que se propõe neste item é uma análise dos LDs pautada em um *checklist* (ANEXO A) desenvolvido por Oliveira (2010) e levando-se em consideração as abordagens teóricas discutidas no item anterior. Devido à grande quantidade de livros indicados no PNLD de 2011, foram selecionadas duas coleções de LDs: *UpGrade* da editora Richmond e *Prime* da editora MacMillan.

A coleção *UpGrade* foi lançada em 2010 pela editora Richmond e é composta de três livros (um para cada série do ensino médio), divididos em oito unidades temáticas. Os temas das unidades são independentes e perpassam pelos assuntos mais comuns na atualidade tais como: aquecimento global, obesidade, células tronco, globalização entre outros. As unidades se dividem de forma a contemplar cada uma das habilidades linguísticas: *Reading*, *Vocabulary In Use*, *Grammar In Use* e *Language In Action* (a qual é desenvolvida juntamente com o áudio). Ao final de cada unidade, há a seção *In The Job Market*, na qual são apresentadas profissões, muitas das quais exigem um conhecimento de inglês.

Esse tipo de seção tem estado presente em vários LDs da atualidade, o que indica que o ensino de inglês procura estar em consonância com os objetivos do ensino médio que são a preparação para o trabalho. A coleção *UpGrade* demonstra que ao desenvolver LDs de inglês, os autores estão mais preocupados com o aprendiz e não com os falantes nativos da língua. Este fato está explícito no quadro 1 do APÊNDICE A, que apresenta a análise da obra com o *checklist* proposto por Oliveira (2010). Embora a obra não apresente mais modelos de uso de inglês, ou melhor, variedades de inglês, é notável a relevância dada à cultura geral brasileira e à participação de brasileiros falantes de inglês nos textos orais. O LD em questão consegue incentivar o aluno brasileiro a utilizar o inglês como ferramenta para discutir temas que ele conhece.

Essa proposta está bem próxima da perspectiva intercultural, pois proporciona ao aprendiz de língua estrangeira refletir sobre o meio sociocultural em que vive. No entanto, essa não deveria ser a única forma de construção de uma consciência intercultural. Os alunos deveriam entrar em contato com as variedades de inglês para perceber que os traços

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

socioculturais dos falantes não nativos não prejudicam a compreensão da LE. Pelo contrário, as variedades de inglês são a prova visível da globalização linguística. Como fenômeno global, a imagem de um falante de inglês é imprecisa, por esta razão o estereótipo do falante nativo também foi suplantado por tipos humanos que representam multiculturalidade. Isto é notável na obra *UpGrade*, pois os personagens, em sua grande maioria, são pessoas de diversas etnias, idades e sexo. Contudo, o status profissional é marcadamente estereotipado, ou seja, as pessoas representando profissões (tais como médicos, secretários entre outros) são sempre brancas. Além disso, alguns grupos étnicos são representados como exóticos (índios e indianos). De modo geral, o *UpGrade* está se libertando dos modelos tradicionais de LDs, nos quais a cultura predominante era a dos países do círculo interno. Os vestígios do tradicionalismo podem ser percebidos no uso do inglês americano como variedade padrão, tanto que os brasileiros que atuam nos textos orais gravados em áudio procuraram ser altamente fiéis à variedade geral americana.

A segunda coleção a ser analisada é *Prime*, também lançada em 2010 pela editora MacMillan. Similarmente à *Upgrade*, a coleção *Prime* é composta de três livros embora cada livro possua 12 unidades temáticas. Cada dupla de unidades abordam um tema em comum que, como nos LDs *UpGrade*, são assuntos bastante atuais como: Internet, alimentação, meio ambiente, entre outros. Cada unidade possui seções que estimulam as quatro habilidades separadamente em receptivas e produtivas: *Have Your Say*, *Reading Beyond The Words*, *In Other Words*, *Practice Makes Perfect*, *The Way It Sounds* e *Put It In Writing*. O livro também focaliza um gênero textual em cada unidade, bem como há um espaço para apresentar uma profissão no final de cada dupla de unidades. Em cada unidade há o incentivo à autoavaliação e sugestões de leituras (na Internet, cinema e música) a respeito do tema abordado na unidade.

A coleção *Prime* propõe ao estudante a reflexão da sua cultura utilizando a LE. Essa é uma das características que ambas as coleções compartilham, como pode ser observado no quadro 2 do APENDICE A. No entanto, a abordagem do *Prime* é bem distinta da coleção *UpGrade*. No *Prime* existe uma representação maior de grupos étnicos diferentes em

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

contextos socioculturais diversificados. Isso significa que a ocorrência de estereótipos é bastante reduzida. A obra traz duas unidades para tratar deste assunto e leva o estudante a refletir sobre a imagem que se tem dos brasileiros e dos típicos falantes de inglês (neste caso os estereótipos dos falantes de inglês foram o do norte americano e do britânico). A intenção de desconstruir tais estereótipos seria mais efetiva se a perspectiva do *world Englishes* fosse levada em consideração, pois induziria os alunos a perceberem a existência de outros ingleses falados e que são altamente marcados pelas características socioculturais dos falantes. Em outras palavras, o *Prime* poderia ter estendido a discussão dos estereótipos para os *ingleses* falados nos círculos externo e em expansão.

Por outro lado, a diversidade cultural e a reflexão sobre hábitos culturais dos diversos grupos humanos são um ponto forte na coleção *Prime*. As atividades que incentivam observações etnográficas exploram as diferenças socioculturais que existem entre etnias, gêneros, religiões e posições sociais distintas. Vale ressaltar que tais observações não são motivadas a título de comparação entre culturas, mas sim para assinalar a existência de maneiras diferentes de se comportar, falar e dirigir-se ao outro. Por fim a coleção *Prime*, traz uma proposta bem mais harmônica com a perspectiva da interculturalidade no ensino de inglês. A maior dificuldade, contudo, é trazer para os alunos brasileiros amostras das variedades de inglês, já que nos textos em áudio a LI falada é essencialmente norte-americana. Neste aspecto, ambas as coleções se assemelham.

4. Considerações finais

A posição Kachruviana não é nova, ela na verdade vem sendo discutida há bastante tempo e tem ganhado força com os esforços dos linguistas aplicados da contemporaneidade ao propor a CCI como meta para o aprendizado de LI. Possivelmente, o processo de assimilação de tais ideias se dê lentamente, até suplantar métodos tradicionais enraizados nos sistemas de ensino e que na maioria das vezes estão instituídos em textos oficiais.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Os LDs precisam se adequar às novas perspectivas, no entanto, é necessário que tais perspectivas sejam também respaldadas pelos textos oficiais que regem a educação brasileira. Ambas as coleções aqui analisadas estão próximas do que se espera de LDs de língua inglesa inseridos em um contexto histórico que exige a construção de uma consciência intercultural. Entretanto, elas precisam assumir a dimensão sociolinguística da língua inglesa dispersa no mundo e torná-la, pelo menos, comum a todos aqueles que querem/precisam aprender a LI.

REFERÊNCIAS

- BACHMAN, Lyle F. A habilidade comunicativa de linguagem (Communicative language ability). Trad.: Niura Maria Fontana. Revista linguagem & ensino, Caxias do Sul, vol. 6, n. 1, p.77-128, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: linguagens códigos e suas tecnologias. Parte 2. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: língua estrangeira moderna. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- BROWN, H. D. Principles of language teaching. 4.ed. New Jersey, United States of America: Prentice Hall Regents, 2000.
- BYRAM, M. et al. Developing the intercultural dimension in language teaching: a practical introduction for teachers. Strasbourg: Council of Europe, Language Policy Division, 2002.
- CANALE M.; SWAIN, M. A theoretical framework for communicative competence. In: PALMER, Adrian; GROOT Peter; TROSPER George (Ed). The construct validation of tests of communicative competence. Washington, DC, USA: Tesol, 1981, p. 31-37

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

CONSELHO DA EUROPA. Quadro europeu comum de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação. Coleção: Perspectivas Actuais/Educação Porto, Portugal: Edições Asa, 2001.

DAMIÃO, H. A escola como espelho da sociedade. De Rerum Natura. Disponível em <<http://dererummundi.blogspot.com/2008/08/escola-como-espelho-da-sociedade.html>> Acesso em Jul. 2011.

DAVIES, A. The native speaker in applied linguistics. In: DAVIES, A.; ELDER, C. (ed.). The handbook of applied linguistics. United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd., 2004, p. 431-450

DELORS, J. Learning: the treasure within. Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Paris: Unesco, 1996.

DIAS, R. et al. Prime: inglês para ensino médio. São Paulo: MacMillan. 2010

GENESEE, F. On Cummins' theoretical framework. In: RIVERA, Charlene (coord.). Language proficiency and academic achievement: Clevedon, England: Multilingual Matters, 1984, p. 20-28

HADLEY, A. O. Teaching language in context. 2.ed. Boston: Heinle & Heinle, 1993.

HORTA, Maurício. O que você pode falar, afinal? Revista Superinteressante. Ed. Abril. n. 293. p. 21-22. Julho 2011

KACHRU, B. B. World Englishes and applied linguistics. TICKOO, M.L. (ed.). Language and standards: issues, attitudes, case studies. Anthology Series. Singapore: SEAMEO, [s.d.]. p.178-205, 1991

KAPLAN, Robert. B. Why Teach The World English? ANNUAL MEETING OF THE CONFERENCE ON COLLEGE COMPOSITION AND COMMUNICATION, Chicago, IL, Discurso, 1998.

LONGARAY, E. A. Globalização, antiimperialismo e o ensino de inglês na era pós-moderna. 2009. 247f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

MEDGYES, P. The non-native teacher. London: Macmillan Publisher, 1996.

OLIVEIRA, A. P. O desenvolvimento da competência comunicativa intercultural no ensino de inglês como L2. 2007. 238f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007

OLIVEIRA, Adelaide Pereira. *World Englishes*, competência comunicativa intercultural e mudanças de paradigmas: uma proposta para uma nova *checklist* de análise de livro-texto para o ensino de língua inglesa. In: XI SEMINÁRIO DE LINGUÍSTICA APLICADA E VII SEMINÁRIO DE TRADUÇÃO, Salvador, BA. Comunicação Oral, 2010

PAIVA, V. L. M. de O. História do material didático. Disponível em <www.veramenezes.com/historia.pdf> Acesso em Ago. 2011

RAUSCH, Anthony S. Alternatives to “English as an international language” and the necessity for collaborative codification of englishes. Bulletin of the Faculty of Education, Japan, n 83, p. 107-119, Mar. 2000.

RICHARDS, J. C.; SCHMIDT, R. Longman dictionary of language teaching and applied linguistics. 3.ed. United Kingdom: Longman; Pearson Education, 2002.

RICHMOND. Upgrade. AGA, Gisele (Ed.) São Paulo: Editora Richmond. 2010

SILVA, V. E. S.. Futuro professor não nativo de língua inglesa e a proficiência lingüística: Que relação é essa? 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2011

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

APÊNDICE A

QUADRO 1

<i>Upgrade</i>
ASPECTOS INTERCULTURAIS
As atividades do livro refletem as características culturais de vários grupos sociais? Quais?
Do ponto de vista da divisão tradicional de classes o livro parece manter como referência a classe média e alta. Em termos culturais o livro é bastante diversificado. Há representações culturais muito diferentes. O livro explora tanto a cultura urbana em relação à música, artes visuais, cinema, e literatura, quanto a cultura característica de muitos países que não são exclusivamente os países do círculo interno
As perspectivas políticas, religiosas, e ideológicas de outros grupos sociais são levadas em consideração? Quais?
O livro não destaca posições políticas ou religiosas, mas está completamente de acordo com posições ideológicas bastante comuns nos dias de hoje: a ideia do politicamente correto, por exemplo; e divulga temas correntes: a globalização, a inclusão social, aquecimento global, <i>bullying</i> , obesidade entre outros. No livro 2, por exemplo, há uma unidade que trata da África.
As atividades do livro apresentam estereótipos culturais/raciais/ de gênero? Quais? (Caso a resposta seja SIM, e haja uma quantidade muito grande de estereótipos vale a pena ponderar a adoção do material.)
Parece que os autores tentaram minimizar a profusão de estereótipos. Mesmo assim ainda é possível encontrá-los. No livro 2, o capítulo 5 trata da África e relaciona o tema somente ao racismo e escravidão (embora traga posições interessantes como a de Gilberto Freyre). As pessoas que representam profissionais liberais são sempre brancas, enquanto negros e latinos representam o exotismo cultural. Estes estereótipos não estão em grande quantidade e são sutis, o que não invalida a adoção do livro.
Existem atividades que fazem menção à cultura do aluno? De que forma?
Sim, mas de forma bastante geral, o livro faz menção ao cinema brasileiro, ações sociais comuns no Brasil, a lei Maria da Penha e os avanços tecnológicos do país. Na verdade, o livro trata de assuntos do país do aluno, e procura ser bastante geral sem tratar de problemas específicos do país. O livro passa a tratar do inglês baseando-se em temas muito atuais.
As atividades levam o aluno a refletir sobre semelhanças e diferenças entre as culturas de forma não avaliativa? De que forma?

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

As atividades não levam o estudante a uma atitude comparativa. Pelo contrário, o livro começa pela temática brasileira para o estudo da língua. Mas, vale ressaltar que o livro se importa com temas em voga na atualidade como os citados na resposta da questão 3. Alguns temas como índios do Brasil, floresta amazônica, trabalho voluntário são temas considerados do ponto de vista especialmente brasileiro.
As atividades ajudam o aluno a desenvolver tolerância e empatia em relação ao outro? De que forma?
Como o livro possui temáticas especialmente brasileiras, a empatia com o outro é desenvolvida em nível “intracultural”, ou seja, é evidente a relevância dos aspectos nacionais, incentivando o aluno a olhar para o seu país por meio do inglês, em algumas poucas unidades há a representação de outros grupos como os cumbieros, da Argentina no livro 1.
Existem atividades que permitem ao aluno fazer observações etnográficas? De que forma?
Há sim, em algumas unidades há atividades pautadas em aspectos culturais de certos locais. Há textos e atividades sobre índios brasileiros, tribos urbanas, negros africanos, indus, adolescentes, deficientes físicos entre outros. Embora estes textos não busquem a percepção do outro por meio destes grupos, eles abrem espaço para observações etnográficas se o professor aproveitar as situações.
VARIEDADES DE LÍNGUA INGLESA
No componente de áudio/vídeo, falantes de países onde a língua inglesa não é a língua materna estão representados? Quantos?
A grande maioria dos personagens dos textos orais que compõem o áudio ou são brasileiros ou são norte-americanos.
É possível identificar os falantes pelo sotaque? Como?
Pelo sotaque não. Dá para perceber que há brasileiros falando inglês pela pronúncia bastante característica de palavras portuguesas.
Existem textos que discutem o uso da língua inglesa no mundo? Quantos?
Não
As atividades de pronúncia permitem ao aluno utilizar sua variedade de inglês? Como?
As atividades apenas sugerem a produção de diálogos partindo de um diálogo modelo. Não há nenhuma menção ao uso de variedade de inglês.
Existe um modelo de falante nativo subliminar? (eg., existe uma seção para a prática de pronúncia exibindo um modelo do falante americano/inglês).
Não há exercícios específicos de pronúncia. Mas, está evidente que o livro adota a variedade predominante nos Estados Unidos, o chamado <i>General American</i> .
As atividades de pronúncia e audição encorajam o aluno a valorizar a sua maneira de falar a língua de forma inteligível? Como?
As atividades apenas encorajam a tomada de iniciativa para o uso da língua oral. Parece ser função do professor levar em consideração a maneira de falar do aluno.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

APÊNDICE A

QUADRO 2

Prime
ASPECTOS INTERCULTURAIS
As atividades do livro refletem as características culturais de vários grupos sociais? Quais?
Sim, existe uma grande variedade de grupos sociais representados nas atividades dos livros. Há grupos de pessoas da Índia, da África, do Brasil, de países da América Central e do Sul entre outros. Em se tratando da representação de etnias, percebe-se que os diversos grupos étnicos são representados em diversas situações socioculturais. Ou seja, o negro não está ali apenas na temática escravidão e racismo ou o indiano não está ali apenas para representar exotismo. No entanto, os temas das unidades em sua maioria são comuns para pessoas de classes média e alta.
As perspectivas políticas, religiosas e ideológicas de outros grupos sociais são levadas em consideração? Quais?
Não há situações onde a perspectiva política ou religiosa de determinados grupos sociais deva sobressair. Mas, há uma unidade em que o tratamento da perspectiva religiosa e ideológica é levada em consideração: quando tratam da Formatura, há uma parte em que se trata da formatura tradicional nos EUA; e também como as garotas muçulmanas que estudam nos EUA fazem para comemorar suas graduações. A abordagem do tema é interessante pois incentiva um debate cultural, religioso e ideológico. Há também uma determinada unidade que traz pesquisas e gráficos sobre o tratamento dos adolescentes norte americanos em relação a negros, asiáticos e latinos dentro dos EUA, no livro essa discussão começa partindo da postura de Bush em relação às cotas para grupos minoritários e abrange também ideologias racistas ou afirmativas.
As atividades do livro apresentam estereótipos culturais/raciais/ de gênero? Quais? (Caso a resposta seja SIM, e haja uma quantidade muito grande de estereótipos vale a pena ponderar a adoção do material.)
A ocorrência de estereótipos é quase nula. Os autores delimitaram uma unidade (livro 1 unidade 3) para tratar dos estereótipos, principalmente em se tratando dos falantes de inglês oriundos de países do círculo interno. Mas a discussão não se estende a outros estereótipos (países dos demais círculos). No mesmo livro, a unidade 2 trata do estereótipo do brasileiro; talvez o aluno seja encorajado a discutir os estereótipos da cultura brasileira e de países como Inglaterra e EUA.
Existem atividades que fazem menção à cultura do aluno? De que forma?
Há textos que tratam de pontos turísticos do Brasil, mas a cultura brasileira é uma unidade à parte no livro 1. Em alguns casos o livro faz menção ao cinema e à música brasileira. Na maioria dos casos, não há predominância de determinada cultura nem mesmo a do aluno à qual o livro se destina. Por exemplo, no tema Nutrição, os hábitos alimentares que foram destaque foram os de países asiáticos, africanos e da América Central. Mas, muitos dos hábitos apresentados na obra são mais característicos de pessoas de classe média e alta: cinema, moda, ir a shoppings, usar cartão de crédito, ter mesada, participar de formatura com baile, fazer dieta, sofrer de anorexia ou bulimia entre outros.
As atividades levam o aluno a refletir sobre semelhanças e diferenças entre as culturas de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

forma não avaliativa? De que forma?
Como citado na resposta 2, a questão da formatura das muçulmanas nos EUA é um exemplo de consideração das diferenças culturais. É possível que os estudantes expressem julgamentos de certo ou errado sobre as restrições do islamismo em relação às mulheres, mas o texto não incentiva essa postura. A unidade que trata de Hip Hop, por exemplo, é bastante ilustrativa pois não considera os adeptos do Hip Hop como um grupo marginalizado ou restrito a negros. Outra coisa interessante é o texto sobre cortes de cabelos; nessa atividade vários tipos de corte de cabelo são apresentados não de forma comparativa ou avaliativa (ou característica de determinado grupo social), mas simplesmente como formas de estilizar o cabelo. Ou seja, o livro trata com normalidade as diferenças e semelhanças culturais.
As atividades ajudam o aluno a desenvolver tolerância e empatia em relação ao outro? De que forma?
Sim, ainda que precise de uma diversificação maior em termos de representações culturais, o livro mostra tipos humanos variados em diversas situações e utiliza alguns textos sobre costumes de grupos específicos. O livro procura não estereotipar o negro ou o indiano. Ou seja, o médico que aparece no texto pode ser negro, branco ou asiático, assim como o empregado doméstico, o adolescente apaixonado ou a criança da propaganda. Logo a tolerância é incentivada, principalmente, com uso de imagens nos quais os personagens não são estereótipos tradicionais.
Existem atividades que permitem ao aluno fazer observações etnográficas? De que forma?
Sim. Há textos com gráficos sobre a situação de negros, asiáticos e latinos nos EUA, há textos que tratam da cultura e estereótipo de pessoas do Brasil, EUA e Inglaterra entre outros. Há textos que tratam de muçulmanos americanos. Há diversas situações que podem ser exploradas para observações etnográficas. O livro não possui atividades específicas para tal.
VARIEDADES DE LÍNGUA INGLESA
No componente de áudio/vídeo, falantes de países onde a língua inglesa não é a língua materna estão representados? Quantos?
A grande maioria dos personagens dos textos orais que compõem o áudio ou são brasileiros ou são norte-americanos.
É possível identificar os falantes pelo sotaque? Como?
Pelo sotaque não. Dá para perceber que há brasileiros falando inglês pela pronúncia bastante característica de palavras portuguesas.
Existem textos que discutem o uso da língua inglesa no mundo? Quantos?
Não
As atividades de pronúncia permitem ao aluno utilizar sua variedade de inglês? Como?
Não há menção ao uso de variedades de inglês. As atividades de escuta geralmente exigem do estudante a atenção para completar textos com lacunas. Como não há atividades focadas em pronúncia, a questão da variação do inglês não é aventada na obra.
Existe um modelo de falante nativo subliminar? (eg., existe uma seção para a prática de pronúncia exibindo um modelo do falante americano/inglês).
Não há exercícios específicos de pronúncia. Mas, está evidente que o livro adota a variedade predominante nos Estados Unidos, o chamado <i>General American</i> .
As atividades de pronúncia e audição encorajam o aluno a valorizar a sua maneira de falar a língua de forma inteligível? Como?

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Nas atividades de escuta, como dito anteriormente, há a predominância do *General American*, e os próprios brasileiros que atuam nos textos orais possuem uma pronúncia idêntica à americana. Não há, pelo menos de forma evidente, o encorajamento ao uso inteligível do inglês independente de sotaque.

ANEXO A

Checklist para análise do livro-texto

ORIENTAÇÃO: Para que os aspectos interculturais presentes no livro-texto sejam considerados relevantes, é necessário que pelo menos um terço do material apresentado em formato de textos para leitura ou audição faça referência a outras culturas e a outras formas de ver. As atividades de discussão devem levar o aluno não somente a comparar culturas, mas também refletir sobre as semelhanças e diferenças. Para as variedades de língua inglesa é necessário que pelo menos a metade dos falantes apresentados seja membro de outros grupos culturais onde a língua inglesa é falada, mas não como língua nativa.

Para cada resposta SIM respondida abaixo, o professor deverá levar em consideração o número de vezes que o item aparece no livro-texto.

ASPECTOS INTERCULTURAIS

1. As atividades do livro refletem as características culturais de vários grupos sociais? Quais?
2. As perspectivas políticas, religiosas, e ideológicas de outros grupos sociais são levadas em consideração? Quais?
3. As atividades do livro apresentam estereótipos culturais/raciais/ de gênero? Quais? (Caso a resposta seja SIM, e haja uma quantidade muito grande de estereótipos vale a pena ponderar a adoção do material.)
4. Existem atividades que fazem menção à cultura do aluno? De que forma?
5. As atividades levam o aluno a refletir sobre semelhanças e diferenças entre as culturas de forma não avaliativa? De que forma?
6. As atividades ajudam o aluno a desenvolver tolerância e empatia em relação ao outro? De que forma?
7. Existem atividades que permitem ao aluno fazer observações etnográficas? De que forma?

VARIEDADES DE LÍNGUA INGLESA

1. No componente de áudio/vídeo, falantes de países onde a língua inglesa não é a língua materna estão representados? Quantos?
2. É possível identificar os falantes pelo sotaque? Como?
3. Existem textos que discutem o uso da língua inglesa no mundo? Quantos?

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

4. As atividades de pronúncia permitem ao aluno utilizar sua variedade de inglês? Como?
5. Existe um modelo de falante nativo subliminar? (eg., existe uma seção para a prática de pronúncia exibindo um modelo do falante americano/inglês).
6. As atividades de pronúncia e audição encorajam o aluno a valorizar a sua maneira de falar a língua de forma inteligível? Como?

Fonte: OLIVEIRA, Adelaide Pereira. *World Englishes*, competência comunicativa intercultural e mudanças de paradigmas: uma proposta para uma nova *checklist* de análise de livro-texto para o ensino de língua inglesa. In: XI Seminário de Linguística Aplicada e VII Seminário de Tradução, Salvador, BA. 2010.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Discurso de professores indígenas: uma análise semiótica

Maria Aparecida da Silva Ramos (UFGD)¹

Rita de Cássia A. Pacheco Limberti (UFGD)²

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar alguns aspectos relativos ao processo de construção de significado no discurso de professores indígenas a respeito da Educação Formal. Tomamos como *corpus* os depoimentos de dois professores da Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul. Os depoimentos estão publicados no livro intitulado *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*, de Carlos Sebe Bom Meihy, editado em 1991. Para a análise, nos valem da teoria semiótica de linha francesa, conforme postulada pelo teórico da linguagem Algirdas Julien Greimas e seus seguidores.

Palavras-chave: Educação formal; Discurso indígena; Semiótica.

ABSTRACT: This article presents some aspects of the process of how meaning about formal education is constructed in the discourse of Native Brazilian teachers. The corpus is the testimony of two professors from the Indian Reservation of Dourados, Mato Grosso do Sul. The statements are published in their book *Song of Death Kaiowá oral history of life*, Carlos Sebe Bom Meihy, published in 1991. For the analysis, the semiotic theory postulated by Algirdas Julien Greimas and his followers was used.

Keywords: Formal education; Indigenous discourse; Semiotics.

1. Introdução

A Reserva Indígena de Dourados está localizada próxima à área urbana da cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul. À época em que os depoentes narraram suas histórias de vida, a Reserva passava por um momento crítico: “o suicídio” que a fez nacionalmente conhecida, através da mídia, como “lugar estranho, ninho de índios que se suicidam de forma exótica para nós” (MEIHY, 1991, p. 10). O fato concreto (suicídio) foi o guia condutor das entrevistas, fato esse que não será analisado nesse trabalho.

¹ Mestre em Letras, área Linguística e Interculturalidade pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD - silvaramoss@hotmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD. ritalimberti@ufgd.edu.br

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A nossa proposta consiste em analisar fragmentos dos depoimentos do professor João Machado e da professora Edna de Souza. Ele, à época com 30 anos de idade, formado em Ciências Matemáticas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — Centro Universitário de Dourados — CEUD; ela contava com 40 anos de idade e cursava História nessa mesma Instituição. Ao narrar suas histórias de vida, os professores abrigam no discurso/texto outros temas, além do suicídio, entre eles, o da Educação Formal.

Porém, não podemos perder de vista que o “recorte”, na medida em que, como assevera Lara (2004, p. 35), não são dados *a priori*, mas feitos pelo próprio pesquisador, não são totalmente isentos de subjetividade. Como muito bem observa Greimas (1976, *apud* LARA, 2004, p. 51-52), “A relação do analista com o texto, que ele interroga e manipula, não é jamais inocente e a ingenuidade das perguntas que – o analista – faz ao texto não passa de dissimulação”. Desse modo, buscamos fazer uma “leitura” desses discursos/textos, entre muitas possíveis, o que significa que não temos, de maneira alguma, a pretensão de extrair “o sentido único e definitivo” dos discursos/textos em estudo, nem dar conta da sua totalidade. Como afirma Bertrand (2003):

O ‘texto’ é, com efeito, aquilo que a leitura atualiza e o que a análise constrói. Contra a ilusão de uma explicação que esgotaria as significações [...], consideraremos que a análise seleciona suas isotopias de leitura e apenas retém o que é suscetível de estabelecer-lhe a pertinência. Ela deixa de lado as dimensões que considera ‘como não pertinentes para a descrição visada’ (BERTRAND, 2003, p 55).

Consideramos, também, na análise, os procedimentos que norteiam o registro de história oral, entrevista *in loco* com gravador e transcrição, e as condições de fala dos indígenas, em português, para um não-índio, pois, conforme Limberti (2009, p. 21), esses dados devem ser considerados durante a análise, já que, são determinantes das condições de produção dos discursos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Ressaltamos que Meihy foi muito feliz ao registrar em livro as narrativas dos professores porque, além de documentar suas experiências de vida, a obra constitui um registro de um momento histórico daquela comunidade, tendo em vista que, ao narrar suas histórias, João Machado e Edna de Souza nos mostram como significam o mundo à sua volta, como percebem questões como a educação, a política interna e externa à Reserva, e tornam públicas suas identidades, suas crenças e suas ideologias. Ao contar suas histórias, constroem não só a visão de si mesmos como atores sociais, mas também como veem os outros atores que povoam suas narrativas, já que as histórias contadas sobre si mesmo são igualmente histórias sobre os outros. Ao narrar suas experiências, posicionam-se diante da vida e da realidade que os cerca.

Segundo Moita Lopes (2002, p. 64), contar histórias é uma maneira de dar sentido à vida, uma forma de agir no mundo social, pois, quando contam histórias, as pessoas estão atuando umas sobre as outras. As relações em jogo na narrativa envolvem relações não somente entre narrador/narratário, participantes na situação de fala, mas também relações reportadas nas narrativas que envolvem atores que ali se presentificam. As narrativas, na medida em que, necessariamente, envolvem esses atores, suas ações e ocorrem em espaços-tempos determinados, relatam a vida, tornando acessível ao analista o autorretrato tanto do sujeito narrador, quanto do narratário, bem como dos demais atores participantes dela. Segundo Limberti (2009, p. 99), o sujeito nunca fala sozinho porque ele fala pelos outros e com os outros.

A discursivização que os professores fazem de suas vidas, organizada cronologicamente e disposta passo a passo na enunciação, lhes dá a oportunidade de mostrarem-se a si mesmos. Além disso, conforme Limberti (2009, p. 36), enunciar-se é ainda uma alternativa de “des-repressão”, porque o “calar-se” é uma forma de ser oprimido. O índio, sujeito enunciador do discurso objeto de nossa análise, fora desse contexto enunciativo, permanece a maior parte do tempo calado, ouvindo mais do que falando, tendo suas ações e pensamentos modalizados pelo discurso autoritário do branco.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O ato do enunciador, de colocar-se no discurso, é uma autorreferencialização. Na discursivização, o “eu” é um produto de si mesmo e assume essa autoria. O ato de falar proporciona o distanciamento necessário que permite ao sujeito se avaliar e avaliar a realidade à sua volta (LIMBERTI, 2009, p. 37). Em se tratando do sujeito indígena, o ato de enunciar torna-se digno de considerações, pois se trata de um segmento da população brasileira que ainda tem sido visto pela documentação externa, produzida “sobre” eles. A professora Edna de Souza parece perceber isso, tanto que, quando fala sobre a repercussão do “suicídio” na mídia, considera que:

Há muitas pessoas que estão estudando o caso, mas quase sempre são de fora: jornalistas, pesquisadores de universidades, missionários... essas contudo não são pessoas de dentro das tribos, não são índios... sei que são pessoas preparadas e que têm muita sabedoria, mas a meu ver o assunto tem que ser visto também pelo ângulo do índio...([Edna de Souza], MEHY, 1991, p. 212).

Buscamos, então, com a nossa análise, à luz da teoria semiótica, perceber através do/no discurso esse “ângulo do índio” com relação à Educação Formal. Por que abordar essa temática no discurso dos professores indígenas e não outras que ali também se manifestam? Porque a educação, tanto em uma concepção ampla quanto em uma concepção restrita (educação formal), configura-se, por excelência, como um programa narrativo de manipulação em que o destinador-manipulador (educação) determina os valores que serão visados pelo sujeito-destinatário (índios).

2. Apresentando os interlocutores

Ensinar é uma coisa muito boa... na aldeia, então, não falta oportunidade... ([João Machado], MEIHY, 1991, p. 106).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O professor João Machado é identificado por Meihy (1991) como uma pessoa interessante que, sendo professor, adquiriu uma visão bem formulada da problemática geral da Reserva. A professora Edna de Souza é vista como tendo uma postura que indica “um posicionamento índio” que procura controlar o código do “branco” para propor equilíbrio entre as culturas.

João Machado é professor, moço interessado na combinação do moderno com o tradicional. Formado em matemática pela Universidade do Estado, ensina na Reserva onde é figura de sucesso político. Com experiência fora da aldeia, ele se mostra índio por opção e se reconhece com um papel a cumprir entre os terena, guarani e kaiowá (MEIHY, 1991, p. 93).

Meihy (1991), ao apresentar o professor João Machado, deixa entrever questões que se delineiam no decorrer da narrativa de João Machado tais como: o interesse na combinação *moderno vs. tradicional*, mostrar-se índio por *opção*, reconhecer-se com um *papel a cumprir* junto à comunidade e, principalmente, ser *uma figura de sucesso político*. Observa-se, pela maneira como o autor o descreve, tratar-se de um sujeito *realizado*. Na semiótica, as modalidades virtualizantes (*dever e querer*) instauram o sujeito e as atualizantes (*poder e saber*) o qualificam para a ação posterior. O sujeito definido pelo *dever* ou pelo *querer-fazer* é chamado *sujeito virtual*; se na organização modal de sua competência incluem-se também o *saber* e/ou o *poder-fazer*, tem-se um sujeito *atualizado* ou competente, qualificado para fazer. Só o *fazer* o torna *sujeito realizado*.

Edna, filha do índio Marçal, possui uma ácida posição crítica em relação aos equívocos provocados pelos governos em face da Reserva. Tendo opiniões convictas, ela se mostra uma lutadora por seus pontos de vista, particularmente da defesa da mulher, dos kaiowá e de seu próprio grupo, os guarani. É estudante de história e professora na aldeia. Labuta pela implantação do ensino na língua nativa para a alfabetização das crianças (MEIHY, 1991, p.204).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A professora Edna de Souza nos é apresentada como *filha do índio Marçal*, líder de reconhecimento internacional, que foi assassinado em novembro de 1983, na Aldeia Campestre, município de Antonio João-MS³, durante o processo de reocupação, pelos indígenas de Mato Grosso do Sul, dos seus territórios tradicionais.

Pode-se perceber, tendo por base os lexemas, *crítica, opiniões convictas, lutadora e labuta* que estamos diante de um sujeito modalizado pelo *querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer*, pois conforme Fiorin (2008, p. 115) só executa a ação (de criticar, defender, opinar, lutar, labutar) quem possui pré-requisitos para isso. Para realizar essas ações o sujeito deve ser dotado de competências modais. Para executar um fazer é necessário que o sujeito esteja de posse de no mínimo três desses elementos, os quais a semiótica chama de modalidades (querer/dever/saber/poder). Podemos até fazer aquilo que não devemos, mas só se quisermos, soubermos e pudermos fazê-lo. Vê-se que Meihy (1991) constrói uma imagem positiva dos professores, que se constituem discursivamente como sujeitos competentes e mais do que isso, realizadores.

3. Representações dos professores sobre educação formal

Quer se tome a palavra “educação” no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se tome no sentido restrito ao domínio escolar, educação formal, é necessário reconhecer que toda educação é educação de alguém por alguém, e ela supõe, sempre, uma manipulação (LIMBERTI, 2009, p. 27).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB está posto que a educação abrangerá os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. E que a educação escolar

³ Para essa temática ver SILVA, Lélío Loureiro da. As representações dos Kaiowá-Ñandeva no *O Progresso* na década de 1980. Dissertação de Mestrado, 2007: UFGD.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

(formal) se desenvolverá, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (escolas). (Art. 1º, § 1º). Esta última deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (§ 2º), tendo por finalidade, conforme a LDB, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nos dicionários de língua portuguesa⁴ algumas acepções que o termo designa são: Educação – 1. ato ou efeito de educar (-se); 2. processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; 3. civilidade, polidez; 4. ato ou processo de educar(-se); 4.1. qualquer estágio desse processo; 5. aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino; 6. o conjunto desses métodos; pedagogia, instrução, ensino; 7. conhecimento e desenvolvimento resultantes desse processo; preparo; 8. desenvolvimento metódico de uma faculdade, de um sentido, de um órgão; 9. conhecimento e observação dos costumes da vida social; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia.

Por sua vez, o adjetivo “formal” que qualifica o substantivo “educação” indica algo como: 1. relativo à forma; 2. evidente, manifesto; 3. genuíno; 4. convencional; 6. que não deixa dúvidas; claro, explícito, preciso; 7. que é real, irrefutável, categórico; 8. que diz respeito mais à aparência do que ao conteúdo; 9. solene, oficial, sério, protocolar; 10. adequado para ocasiões solenes; 11. que não é espontâneo; 12. que valoriza muito as regras, o ritual; cerimonioso, protocolar; 13. feito em estabelecimento de ensino, cumprindo a sequência e os programas escolares ou acadêmicos.

Pode-se assim, conforme Gadotti (2005, p. 2), definir a educação formal como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado, que tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. E a educação em

⁴ Dicionários de língua portuguesa Houaiss e Aurélio nas versões eletrônicas.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

sentido amplo, como o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social (ARANHA, 1996, p. 51).

A educação num sentido mais abrangente se dá, conforme Kruppa (1994, p. 21), na sociedade que é toda ela uma situação educativa, dado que a vivência entre os sujeitos é condição da educação, “a ação desenvolvida entre os homens os educa e, ao interagirem, educando-se entre si, os homens formam a sociedade”. Segundo Brandão “ninguém escapa da educação”. Ela se dá em casa, nas ruas, nas igrejas, nas escolas, de um modo ou de outro estamos envolvidos com ela. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 7). Embora, como vimos, a educação ocorra na interação social ela não se apresenta de forma única, isso porque as experiências de vida dos sujeitos, suas necessidades e condições de trabalho são diferentes. Para compreendermos o papel da Educação Formal no discurso em análise, ouçamos, então, a fala de João Machado e Edna de Souza, ressaltando que os fragmentos constam na obra *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*, de Carlos Sebe Bom Meihy (1991) e os textos se estendem da página 95 à página 113, com o depoimento de João Machado, e da página 207 à página 217 com o depoimento de Edna de Souza.

Meu nome é João Machado e tenho 30 anos de idade[...] nasci e me criei nesta aldeia[...] sou filho de pai e mãe daqui[...] Somos todos da Reserva de Dourados[...] Na Reserva, comecei meus primeiros estudos, até concluir a quarta série[...] nesta época, fui estudar na cidade de Dourados até tirar o diploma de segundo grau no colégio das freiras[...] depois, aproveitei o impulso e fiz o curso de ciências no CEUD, Centro Universitário[...] portanto, sou formado pela Universidade Federal ([João Machado] *ibid.*, p. 95).

O professor João Machado quando relata a sua trajetória de formação escolar, se instaura no início da narrativa em conjunção com o objeto-valor (estudo), “sou formado pela Universidade Federal”, tem-se aqui um *programa de aquisição*. Observa-se que o enunciado

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

de estado que estabelece a relação de junção (conjunção, disjunção) entre o sujeito e o objeto é “sou formado”, ou seja, a relação inicial é de *conjunção* do *sujeito* com o *objeto-valor* (estudo/conhecimento escolar). Para a semiótica um estado inicial de *conjunção* do sujeito com o *objeto-valor* pressupõe um esquema narrativo, isto é, uma sequência de programas narrativos, combinados em percursos e relacionados por pressuposição.

O programa narrativo constitui-se de *um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado*. O enunciado de estado “sou formado” é o enunciado resultante da transformação, a partir do qual se pode reconstituir o estado inicial. Pelo fato de transformar estados, o sujeito do fazer altera a junção do sujeito do estado com os valores e, portanto, o afeta. Tem-se assim o Programa Narrativo – PN em que:

$$PN_1 = F(\text{estudar}) [S1(\text{pai, sociedade}) \rightarrow S2(\text{João Machado}) \cap OV(\text{ser formado})].$$

A semiótica distingue vários tipos de programa narrativo, definidos com base na natureza da junção (conjunção ou disjunção). Assim, têm-se programas de aquisição (doação ou apropriação); privação (espoliação ou renúncia) de objetos-valor; programas definidos segundo o valor investidos no objeto (modal/descritivo), sendo que no primeiro tem-se um programa de transformação de competência e de alteração de estados passionais, e no segundo tem-se um programa de *performance*. Os programas podem ser ainda simples ou complexos. Em geral, os programas são complexos, constituídos por mais de um programa, hierarquizados: um *programa narrativo de base*, que exige a realização prévia de outros programas, pressupostos, denominados *programas narrativos de uso* e cujo número depende da maior ou menor complexidade da tarefa a ser executada. O programa de uso pode ser realizado pelo mesmo sujeito que cumpre o programa principal. No caso em análise, têm-se os seguintes programas de uso:

$$PN_2 = F(\text{começar os primeiros estudos}) [S1(\text{João Machado}) \rightarrow S1(\text{João Machado}) \cap OV(\text{concluir a quarta série, conhecimento escolar})].$$

$$PN_3 = F(\text{estudar na cidade}) [S1(\text{João Machado}) \rightarrow S1(\text{João Machado}) \cap OV(\text{tirar o diploma segundo grau, conhecimento escolar})].$$

$$PN_4 = F(\text{fazer o curso de ciências no CEUD}) [S1(\text{João Machado}) \rightarrow S1(\text{João Machado}) \cap OV(\text{curso superior, /diploma})].$$

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O *programa de base* é o de aquisição do valor (formação superior), apresentando-se os demais programas como *programas de uso* que levam à realização do programa de base. O valor investido no objeto caracteriza-se como valor modal, tendo em vista a transformação de competência do sujeito.

No interior dos percursos narrativos, os actantes sintáticos (sujeito do estado, sujeito do fazer, objeto) que participam da formulação do enunciado elementar e do programa narrativo são redefinidos como papéis actanciais. Os papéis actanciais dependem da posição que os actantes sintáticos ou o programa de que fazem parte ocupam no percurso, e da natureza dos objetos-valor com os quais estão em junção.

Os actantes são estruturas formais abstratas, hipóteses teóricas, que jamais podem aparecer como tais nos textos efetivos e que, em absoluto, devem ser confundidos com os personagens "verdadeiros", nos quais, por assim dizer, se encarnam (VOLLI, 2007, p. 119). Existem, então, sujeitos manipulados e manipuladores, sujeitos competentes e realizadores, distinguem-se sujeitos do *querer*, e sujeitos do *saber* etc. Os papéis actanciais variam segundo o progresso narrativo. Na última etapa da hierarquia das unidades sintáticas — esquema narrativo — o conjunto dos papéis actanciais de um percurso define o que a semiótica denomina *actante funcional* (sujeito, objeto, destinador, destinatário). O actante funcional não se caracteriza de uma vez por todas, mas tem apenas a determinação mínima dada pelo percurso, cujos papéis engloba. Conforme Barros (2001, p. 36) há três percursos distintos: o do *sujeito*, o do *destinador-manipulador* e o do *destinador julgador*.

O percurso do sujeito é constituído pelo encadeamento lógico do programa da competência, pressuposto, e do programa da *performance*, pressuponente, ou seja, o sujeito adquire competência modal e semântica, torna-se sujeito competente para um dado fazer ou *performance* e executa-o, passando a sujeito realizador. Os diversos tipos de competência e de *performance*, assim como o encadeamento dos dois programas, caracterizam diferentes percursos do sujeito.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Desse modo, se o sujeito encontra-se em um estado de conjunção, pressupõe-se o encadeamento lógico de um programa de *competência* com um programa de *performance* que constitui, para a semiótica, um percurso narrativo, denominado *percurso do sujeito*. O programa de *performance* pressupõe o programa de competência, no interior do percurso. Dessa forma, o programa de *competência*, graças ao qual S₁ (João Machado) passa de um /querer/ (da manipulação) /saber/ e /poder/ “estudar”, forma, com o programa de *performance* de “formar-se”, o percurso narrativo do sujeito S₁ (João Machado) tornando-o sujeito realizador e também realizado.

Os outros dois percursos, percurso do destinador-manipulador ou percurso da manipulação e percurso do destinador-julgador ou percurso da sanção, enquadram o percurso do sujeito. O destinador-manipulador é a fonte dos valores, é quem determina os valores visados pelo sujeito ou o valor dos valores — competência semântica do sujeito — e quem dota o sujeito dos valores modais necessários ao fazer — competência modal do sujeito.

Manipulação e competência são correlativos, ou seja, são pontos de vista diferentes sobre o programa de aquisição por doação. Na manipulação, adota-se a perspectiva do sujeito do fazer; na competência, a do sujeito do estado que “recebe” os valores modais. O percurso do destinador-manipulador é formado por um programa, em geral complexo, de doação de competência semântica e modal ao destinatário, que será sujeito do fazer. O destinador-manipulador na narrativa de S₁ (João Machado) ocorre sob a figura do pai que aconselha (“você precisa estudar”) e da sociedade (que valoriza o estudo).

O destinador é aquele que quer que uma ação seja realizada e no final certifica o seu sucesso com uma recompensa (diploma) ou o seu fracasso com uma punição (reprovação) e o destinatário é aquele que se obriga a desempenhar a ação.

Na narrativa, o destinador (pai) “O meu pai, por exemplo, quando eu era pequeno, me aconselhava bastante: “Quando você crescer, precisa estudar[...] tem que fazer isso, fazer aquilo[...]” ([João Machado] *ibid.*, p. 109) leva o sujeito a querer-fazer (adquirir estudo); formar-se (PN de uso) lhe dá o *poder-fazer* e *saber-fazer* ser professor (novo PN de base).

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A dotação de *competência semântica* ou manipulação cognitiva deve ser entendida como um contrato fiduciário, em que o destinador, graças a um fazer persuasivo, busca a adesão do destinatário. Pretende fazer com que o destinatário, ao exercer o fazer interpretativo que lhe cabe, *creia ser verdadeiro* o objeto apresentado, ou seja, se S₁(João Machado) não crê na educação formal como um valor, não há manipulação; assim o discurso do destinador-manipulador (pai, sociedade) não o afeta. Há estreita vinculação entre a confiança e a crença, o que permite falar em contrato fiduciário. A confiança entre os homens fundamenta a confiança nas palavras deles sobre as coisas e o mundo e, finalmente, a confiança ou a crença nas coisas e no mundo. A atribuição de *competência modal* ao sujeito, para levá-lo a fazer (estudar), constitui a manipulação propriamente dita e pressupõe o contrato fiduciário. Tal manipulação consiste na doação de valores modais, cuja organização determina a competência do sujeito (BARROS, 2001, p. 37).

A *manipulação* do destinador distingue-se da *ação* do sujeito: o sujeito, pela *performance*, altera estados, *faz ser*, e simula a ação do homem sobre as coisas do mundo; o manipulador transforma o sujeito, ao modificar suas determinações semânticas e modais, ou seja, *faz-fazer*, e representa a ação do homem sobre o homem (Ibid.)

A manipulação tem a estrutura contratual da comunicação, ou seja, alguém (o destinador) faz com que um outro (o destinatário) — que pode ser a mesma pessoa — faça alguma coisa, empreenda uma ação. O destinador-manipulador transforma a competência modal do destinatário ao colocá-lo, durante a comunicação, em posição de falta de liberdade ou de não poder não aceitar o contrato proposto (você precisa estudar). O destinatário é levado a efetuar uma escolha forçada. O destinador emprega, para tanto, a *persuasão*, articulada no *fazer persuasivo* que exerce e no *fazer interpretativo*, por conta do destinatário. O fazer persuasivo define-se como um *fazer-criar* e, secundariamente, como um fazer-saber, e o fazer interpretativo como o *crer*, ou melhor, como um ato epistêmico que leva a crer. Em resumo, o percurso do destinador-manipulador pode ser desmembrado em três etapas: o contrato fiduciário, em que é estabelecido um mínimo de confiança; o espaço cognitivo da

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

persuasão e da interpretação; a aceitação ou recusa do contrato. Aqui há aceitação por parte do sujeito S₁ (João Machado) e a recusa por parte dos S_(companheiros da Reserva) “Tinha muita gente que estudava naquele tempo, tinha sim[...] mas nenhum deles, além de mim, conseguiu continuar[...] só findaram a terceira série, quarta série[...]” ([João Machado] *ibid.*, p. 95).

Na sanção, o destinador julga a conduta do sujeito e os estados obtidos pelas operações por sua conformidade ou não com o sistema de valores que representa e, também, em relação aos valores implícitos ou explícitos no contrato inicial com o destinador-manipulador. Cabe-lhe verificar se o sujeito cumpriu o compromisso assumido quando da sua instauração como sujeito da *performance*. Conclui-se que toda interpretação e sanção se fazem em nome de uma ideologia da qual depende, em suma, o sentido do percurso narrativo realizado. O sujeito, reconhecido e considerado cumpridor do contrato que assumiu, é julgado positivamente (sanção cognitiva) e recebe uma retribuição (diploma), sob a forma de recompensa (sanção pragmática).

Por sua vez, quando enuncia que “Tinha muita gente que estudava naquele tempo, tinha sim[...] mas nenhum deles, além de mim, conseguiu continuar[...] só findaram a terceira série, quarta série...” ([João Machado] *ibid.*, p. 95) tem-se um programa de privação. As privações dos sujeitos com relação à educação formal se manifestam no texto de formas variadas. “Quando o aluno chega, a primeira coisa que me preocupa é ensiná-lo a escrever... o nome é a primeira coisa que ensino, porque sei que logo ele pode precisar sair...” ([João Machado] *ibid.*, p. 107). A saída do sujeito (aluno indígena) do sistema formal de educação parece ocorrer em função de outras necessidades, de outros valores que entram na narrativa, tais como “uma roupinha”, “um dinheirinho” (*Ibid.*). Para suprir essas necessidades, para estar em *conjunção* com esses valores, que para a semiótica se configuram como valores *descritivos*, ou seja, valores consumíveis e armazenáveis, o sujeito vê-se, ainda em idade precoce, diante de uma escolha forçada: “pode precisar sair”. O /poder/ é uma modalidade *atualizante* que qualifica o sujeito para uma ação posterior. A ação que vai colocar o sujeito em *conjunção* com os objetos-valor visados se manifesta, no texto, como “trabalho”. Vimos,

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

quando definimos o termo “Educação formal”, que esta deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social com a finalidade de preparar o sujeito para o “exercício da cidadania” e sua “qualificação para o trabalho”. No entanto, parece haver um paradoxo aí, uma contradição entre educação formal e trabalho, um não poderia excluir o outro, já que a educação formal deveria qualificar, dotar o sujeito das competências necessárias para a ação de trabalhar.

Todavia, para o sujeito indígena, e para uma parcela considerável da população brasileira, a necessidade de trabalho força-os a escolher entre educação e trabalho. No caso dos indígenas da Reserva de Dourados, quase sempre, o trabalho é fora da Reserva, em fazendas: “[...]quando eles crescem, logo saem da escola, porque sentem necessidade de uma roupinha, de um dinheirinho[...]então, resolvem ir trabalhar nas fazendas[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 107). O verbo “precisar” e o sentimento de “necessidade” remetem a essa interpretação de escolha forçada.

É interessante observar que a ação dos indígenas de “sair” da escola para trabalhar, embora pareça significar, a princípio, uma opção, uma escolha do próprio sujeito que desenvolverá a ação “resolvem ir trabalhar” é avaliada pelo enunciador como um “problema”. E “[...]é um problema, porque às vezes trabalham a troco de roupa e de comida[...] para eles, receber uma roupinha, ter onde dormir, ter o que comer, um arrozinho qualquer, já está bom[...] mesmo que para isso tenha que trabalhar quatro meses[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 107). Segundo Limberti (2009, p. 150) o emprego do diminutivo conota a insignificância da recompensa *roupinha, dinheirinho, arrozinho*. O trabalho deixa de ser um meio de subsistência para tornar-se “uma mercadoria a ser trocada”. O enunciado “*resolvem ir trabalhar*”, que em outro contexto denotaria uma liberdade de escolha de que cada um deveria gozar, aqui configura-se como uma escolha forçada, resultante de um processo de *manipulação*.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A manipulação se dá em duas fases: na primeira, fiduciária, dos valores semânticos, o destinador leva o índio a acreditar nele, mostrando poder cumprir o contrato de encaminhá-lo para uma vida melhor através do trabalho, do estudo, de uma nova religião, fazendo o destinatário acreditar nisso como valor; na segunda, o destinador coloca o índio numa situação de escolha forçada, de obediência e altera sua competência. Os tipos de manipulação (propostas de contratos) oscilam entre a abordagem de valores positivos, que levam o destinatário a *querer fazer*; e a abordagem de valores negativos, que levam o destinatário a *dever fazer*. Se o destinador propõe ao destinatário uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com a finalidade de levá-lo a fazer alguma coisa, ocorre uma *tentação*. Quando ele leva a fazer manifestando um juízo positivo sobre a competência do destinatário, dá-se uma *sedução*. Se ele faz fazer por meio de ameaças, há uma *intimidação*. Quando o destinador impele à ação, exprimindo um juízo negativo a respeito da competência do destinatário, acontece uma *provocação* (LIMBERTI, 2009, p. 27).

O processo de manipulação que leva o sujeito indígena a “precisar sair” da escola em busca de trabalho tem como destinador-manipulador a sociedade não-indígena “Acontece que tanto os índios aqui da Reserva de Dourados, como todos os outros do sul de Mato Grosso do Sul, viraram consumistas[...] a sociedade já nos condicionou a isso[...] Como é que vamos superar esse problema? Trabalhando e progredindo[...] ([João Machado] *ibid.*, p. 105).

No texto a *manipulação* ocorre de várias formas e atinge a comunidade como um todo “O negócio não está fácil, porque a gente já está acostumado a consumir muita coisa do branco, e aqui falta recurso para isso[...] a gente precisa de roupa, uma calça, e isso sempre é caro demais[...]” [João Machado] *ibid.* p. 110), principalmente os mais jovens, “[...]eles vão para a cidade, veem tanto desenvolvimento, coisas bonitas, sonoras, cheirosas e voltam para a aldeia onde não tem nada daquilo e nem a quem recorrer[...] então naturalmente o índio se sente inferior[...]” ([Edna de Souza] *ibid.* p. 211). Seduzidos pelas coisas bonitas, sonoras (eletro-eletrônicos), cheirosas, *valores descritivos*, buscam a *conjunção* com esses valores através do trabalho.

Porém, essa pretensa *conjunção* parece manter-se em estado virtual porque os sujeitos, ao deixarem o sistema formal de educação (escolha forçada), deixam de adquirir os valores

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

modais do *poder-fazer* e *saber-fazer*. Sem as competências para a ação de trabalhar em atividades nas quais a remuneração supra suas necessidades “[...]quando vai trabalhar, os homens só pagam seis mil cruzeiros por um tempo de dois, três meses de trabalho[...]” [João Machado] *ibid.* p. 110), surge ainda, a presença de um outro fator: a discriminação.

A discriminação para com o índio é muito cruel[...] Além de eles terem de deixar a aldeia, quase crianças ainda, para trabalhar na cidade, vão em condições injustas: ganhando menos, trabalhando mais, discriminados[...] ([Edna de Souza] *ibid.* p. 214).

A ausência de competências modais somadas à discriminação leva o indígena a se submeter à “*changa*”, denominação dada, conforme Limberti (2009, p. 66), ao “trabalho braçal em fazendas e destilarias da região”, em regime de empreitada, onde os indígenas permanecem por até quatro meses, ou “são obrigadas a trabalhar como bóia-fria, ou empregada doméstica” ([Edna de Souza] *ibid.* p. 212). Vê-se que a escolha forçada entre trabalho ou educação coloca o indígena em uma situação de *privação*.

Para o índio está faltando uma coisa: conhecimento⁵[...] cultura mesmo, sabe? Estudo para formá-lo[...] para que ele chegue no pico, e retorne aqui embaixo, para resgatar uma coisa que ele deixou para trás[...] Pouca gente aqui tem consciência disso[...] ([João Machado] *ibid.* p. 104).

Outro motivo presente nas narrativas dos professores para a saída dos indígenas da escola está relacionado ao casamento. “Alguns saem porque vão se casar[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 106); “[...] e logo vem o casamento[...] e aí vêm as consequências: ter que trabalhar, enfrentar a vida[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 110). “Ocorrem também casamentos precoces[...] Como os índios se casam cedo, as meninas com treze anos já são mães”. ([Edna de Souza] *ibid.* p. 213). Para Limberti (2009), a não alteração da idade em que os indígenas se casam, especialmente os Kaiowá da Área Indígena de Dourados, onde há “casamentos

⁵ Grifos nossos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

precoces”, no dizer da professora Edna, (e pela ótica do não-índio), pode ser explicada, talvez, pela falta de perspectiva em que os jovens indígenas se encontram. No dizer da autora:

Esse hábito só poderia ter sido alterado se eles tivessem os outros elementos-suporte dessa modificação: o acesso ao estudo e ao trabalho, a uma profissão. Contrariamente, o que acontece é a escolarização das crianças na própria aldeia e, quando atingem a fase da adolescência, impossibilitados de dar continuidade aos estudos na cidade e sem outra alternativa de trabalho e sustento, atiram-se na *changa* e no casamento (LIMBERTI, 2009, p. 95).

O professor João Machado mostra ter uma visão clara da situação dos índios não só da Reserva Indígena de Dourados, mas também dos outros índios do sul de Mato Grosso do Sul, “Acontece que tanto os índios aqui da Reserva de Dourados, como todos os outros do sul de Mato Grosso do Sul, viraram consumistas[...]a sociedade já nos condicionou a isso[...] Como é que vamos superar esse problema? Trabalhando e progredindo[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 105). Manter a tradição, para ele, não significa retornar a ser o que era antes “[...] eu acho que não dá mais para retornar, retroceder[...]”, porque é irremediável a irreversibilidade do tempo e porque o que “*era*” não é mais, é o passado; “retornar, retroceder” é tentar resgatar o presente que não permaneceu. É “o ser e o não ser do tempo e a medida do que não é” (FIORIN, 1996, p.129 *apud* LIMBERTI, 2009, p. 57).

Consciente disso, de que o que era não volta a ser, de que o tempo é irreversível, o sujeito enuncia que

[...] antes, aqui tinha muita fruta, tinha caça[...]mas as coisas foram mudando, e hoje vivemos de uma forma diferente, né? Na cidade, a vida do branco também mudou nesse tempo[...] os próprios brancos, que fundaram Dourados, iam para Campo Grande de carreta, há uns anos atrás, mas hoje eles vão de carro moderno[...] no passado eles eram de um jeito; hoje são de outro[...] O índio é assim também, ele evolui[...] ([João Machado] *ibid.* p. 104).

Ratifica em sequência essa condição de todo Ser de evoluir, se aperfeiçoar, adquirir novas capacidades, novas potencialidades, enfim, transformar-se “[...]tudo evolui, né [...] e a

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

gente?[...] um índio é um ser humano, e também não pode parar [...] se a gente parar, fica atrasado[...]”. ([João Machado] *ibid.* p. 104).

A falta de perspectiva para os jovens indígenas é também sentida pelo professor João Machado quando narra que “[...] a vida do índio já não tem uma previsão; a escola então[...]”. Note-se que o substantivo “previsão” remete para a dificuldade do índio em prever a própria vida; sem condições de prever a vida, como então prever a escola? Cabe, aqui, depreender uma figura de linguagem, as reticências, que suspendem o que poderia ser dito no enunciado, mas deixa claro na enunciação. O sujeito que enuncia sabe, conhece, avalia e busca alternativas “[...] por isso, me preocupo logo em ensinar a escrever o nome dele... a segunda coisa que faço é ensinar alguns números para eles efetuarem pelo menos uma operação: a adição[...] eu sei que muitos destes logo não vêm mais[...]” ([João Machado] *ibid.* p. 107)

A escola, espaço institucionalizado, no qual a educação formal deveria se desenvolver, tendo por finalidade, conforme a LDB, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, parece que não cumpre sua parte no *contrato*.

Assim, o destinador priva o destinatário da competência que deveria atribuir-lhe um *saber* e um *poder fazer*. Decorrente dessa privação, não se realiza a *performance* em que o sujeito que deveria ter sido qualificado na fase anterior, estaria apto a realizar a ação e teria a sanção, que lhe conferiria o reconhecimento e a retribuição (um emprego digno, dinheiro etc.).

Todavia, mesmo que a educação formal se configure como um *dever*, os professores depositam nela a esperança de uma vida melhor para os indígenas. Na narrativa da professora Edna de Souza, a educação formal se manifesta como uma saída para a sobrevivência do índio como índio. “Para o índio sobreviver como índio precisa dominar o código do branco”.

Sabe, para o índio sobreviver como índio precisa dominar o código do branco, saber a manhas deles para poder concorrer em todos os níveis, senão[...] por isso é que acredito que a saída esteja na educação formal[...] ao

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

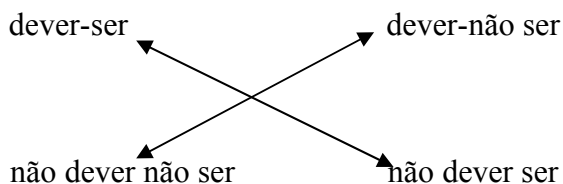
NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

mesmo tempo é preciso não se perder a essência indígena, continuar as rezas, as tradições[...] É preciso que o índio tenha certeza que pode dizer: serei branco quando estiver fora do meu mundo, mas voltando para casa serei índio[...] A aldeia é o lugar do índio, fora dela, no mundo do branco, só mesmo buscando maneiras de sobrevivência[...] ([Edna de Souza], *ibid.* p. 214).

O verbo “precisar”, na acepção de “ter necessidade de”, do ponto de vista semiótico, pode ser considerado como a estrutura modal do *dever*.

Considerando a complexidade da relação entre querer fazer e dever fazer, pode-se ter um mascaramento do dever sob forma de querer. Isso ocorre quando o dever, que é o querer imposto pelo destinador, é tomado como querer, que é o dever imposto pelo próprio destinatário [...]. Assim, ele partilha o querer do destinador sem assumi-lo, sugerindo uma combinatória intermediária de modalidades: querer querer e dever querer, cujo grau de manipulação é tão mais agressivo quanto seja sua sutileza. Explicando: querer querer é uma modalidade que resulta de uma manipulação violenta, intensa, porque é tão sutil a ponto de não parecer manipulação, parece partir do próprio destinatário; dever querer é uma manipulação menos violenta porque coloca o destinador em cena, revelado pela situação de dever (obrigação), o que o torna passível de enfrentamento (LIMBERTI, 2009, p. 27; 28).

Segundo Greimas & Courtés (2008, p. 136) “necessidade” é a denominação correspondente tanto ao *dever-ser* quanto ao *não poder não ser*, e “impossibilidade” cobre, ao mesmo tempo, as estruturas modais de *dever não ser* e de *não poder ser*.

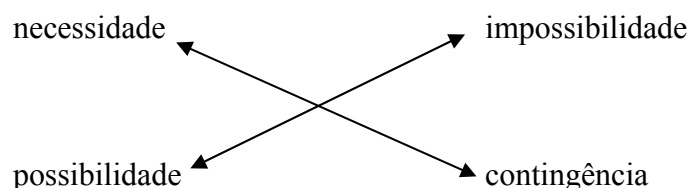


Cada um dos termos do quadrado pode receber uma denominação substantiva:

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782



Note-se que a sobrevivência do índio como índio depende do domínio de um código linguístico e cultural alheio, de outro (do branco). De um *saber* dominar o código, “saber as manhas deles” para “*poder* concorrer” em todos os níveis. Vê-se que o enunciador, consciente do papel abrangente da Educação Formal, na transmissão de padrões culturais, conhecimentos e de todo um universo ideológico da cultura a que pertence, vê-se obrigado a incorporar hábitos e costumes em sua vida, em detrimento de outros de sua tradição, quando ela diz “É preciso que o índio tenha certeza que pode dizer: serei branco quando estiver fora do meu mundo, mas voltando para casa serei índio[...]” dá a perfeita dimensão da necessidade de adaptação que a luta dos indígenas encerra. O reconhecimento de que essa luta persegue deverá recair, então, não sobre o índio genuíno, anterior ao contato com outra cultura, mas sobre o índio adaptado, de valores híbridos, com características próprias, de origem cultural diferenciada. “[...] ao mesmo tempo é preciso não se perder a essência indígena, continuar as rezas, as tradições[...]”

O confronto entre culturas que têm valores antagônicos permeia a educação escolar em comunidades indígenas e se apresentam de forma conflitante para os professores que têm em sua formação tanto a experiência na escola tradicional do sistema brasileiro de ensino quanto a experiência da educação vivida em sua comunidade.

Compreender as relações culturais e, nesse contexto, a educação formal indígena, entre uma determinada cultura indígena e a cultura dita “nacional” não se limita a estabelecer relações entre culturas distintas, mas a perceber as desigualdades e os conflitos existentes nas

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

manifestações simbólicas das classes que compõem a sociedade brasileira, cuja participação no mesmo sistema capitalista não permite uma existência autônoma “Acontece que tanto os índios aqui da Reserva de Dourados, como todos os outros do sul de Mato Grosso do Sul, viraram consumistas[...] a sociedade já nos condicionou a isso[...] ([João Machado] *ibid.* p. 105). As formas de subordinação econômica e política dos povos indígenas ao sistema capitalista têm suscitado mudanças significativas nessas sociedades.

Como eu vejo que nós não temos saída, sem saber se estou certa ou errada, procuro convencer os jovens que acima de qualquer coisa eles devem estudar [...] os índios têm de se preparar para o futuro, pois do jeito que a população está crescendo a Reserva vai, logo, logo, virar uma vila como a do branco[...] então, eles têm de estudar[...] ([Edna de Souza] *ibid.* p. 213).

Fica evidente que o estudo perpassa pela necessidade de terras que impossibilita a sobrevivência dentro da Reserva. Com a inviabilidade da produção agrícola, em razão da falta de terras e de insumos, entre outros, impõe-se um preparo melhor para o trabalho em outras atividades, o que passa necessariamente pela educação formal, e por isso veem na educação uma saída.

Acredito que a melhor alternativa para as meninas é o estudo, porque assim fica mais fácil conseguir emprego e então podem se sustentar sem a dependência masculina[...]A profissionalização pode ser uma saída[...]Agora na aldeia ainda há espaço para todos, mas o que acontecerá daqui a uns quinze anos?[...] Quando vejo as crianças eu fico pensando no que será o mundo delas[...] é preciso partir para estudo e profissionalização, senão não haverá mesmo saída para os índios, nem como brancos[...] O índio precisa se instruir para poder optar pelo seu mundo ou pelo do branco[...] sem isso é impossível qualquer alternativa consciente[...] ([Edna de Souza] *ibid.* p. 213/214)⁶.

Nesse contexto, as representações que os professores fazem da educação formal se apresentam como um forte atrativo, real ou imaginário, de acesso a um emprego. A

⁶ Grifos nossos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

qualificação profissional se manifesta não só como um valor, mas também como meio para a busca de equilíbrio entre as culturas.

O estudo das narrativas dos professores nos possibilita compreender não só a imagem, a representação criada sobre a Educação Formal, mas também nos dá uma oportunidade ímpar de compreender a história do contato desses grupos (Guarani, Kaiowá e Terena) com a sociedade que os envolve, e entre eles mesmos, no espaço físico e social da Reserva. Além disso, é possível verificar as perdas, as transformações e os ganhos ocorridos durante anos de convivência, nem sempre pacífica.

4. Considerações Finais

A análise dos depoimentos indicou que, em virtude das necessidades, configuradas como um *dever-fazer*, de luta pelos direitos a que os índios estão expostos, a Educação Formal tem funcionado como uma ferramenta para a sobrevivência no contato/embate com o não-índio. Há uma expectativa de que por intermédio da educação formal e, consequentemente, do domínio da língua portuguesa, diminua a assimetria existente entre indígenas e não-indígenas. A educação formal se apresenta também como uma possibilidade de ascensão social, ou seja, para “ter um emprego”.

Entretanto, ficou evidente também um jogo conflitante e contraditório, porque o trabalho fora da Reserva força-os a escolher entre educação e trabalho. A falta de terras impossibilita a sobrevivência dentro da Reserva e, sem estudo, submetem-se a trabalhos braçais nas fazendas, pois a ausência de competências modais do *poder-fazer* e do *saber fazer* somadas à discriminação coloca-os em uma situação de *privação*, ou seja, o trabalho priva-os do estudo. Todavia, percebe-se claramente nos discursos/textos a crença na escolarização como salvadora dos indígenas. Para finalizar, enfatizamos que a educação formal se configura, de certa forma, como a possibilidade de acesso a bens de consumo, via empregos

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

remunerados, anteriormente não existentes na Reserva, o que, em certa medida, associa-se ao discurso não-indígena de “estudar para ser alguém na vida”.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- _____. Teoria semiótica do texto. São Paulo: Ática, 2008.
- BERTRAND, Denis. Caminhos da semiótica literária. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. A busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.
- GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Educacao_formal_nao_formal_2005.pdf> Acesso em 15 out. de 2010
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Contexto, 2008
- HOUAISS, A. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRUPPA, Sonia. M. P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- LARA, Glaucia Muniz Proença. O que dizem da língua os que ensinam a língua: uma análise semiótica do discurso do professor de português. Campo Grande, MS: UFMS, 2004.
- LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. Discurso indígena: aculturação e polifonia. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.
- _____. Imagens do índio: discursos e representações. Tese de Doutorado defendida na FFLCH da Universidade de São Paulo em 2003.
- MATTE, Ana Cristina Fricke; LARA, Glaucia Muniz Proença. Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Canto de morte kaiowá: história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1971.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

VOLLI, Ugo. Manual de semiótica. [Trad. Silva Debetto C. Reis]. Loyola, São Paulo, 2007.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Interdiscursividade e intertextualidade no gênero “contrato das empresas de assistência à saúde”: algumas considerações sobre a leitura e o obscurecimento dos sentidos

Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu¹

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar os tipos de conhecimentos acionados no gênero “contrato jurídico de planos de assistência à saúde” a fim de determinar como tais conhecimentos configuram três domínios discursivos específicos, relacionados com a Saúde, o Direito e a Economia. A análise dos cinco textos utilizados como *corpora* da pesquisa – das empresas Amil, Assim, DixAmico, Real Doctor e Rio Med – faz-nos perceber que existe uma relevante presença interdiscursiva, entre elas. De acordo com Marcuschi (2008), os diferentes domínios discursivos originam os gêneros textuais que são usados pelos indivíduos nas trocas interlocutivas. Dessa forma, sem o acionamento, durante a leitura, de tais conhecimentos, os sentidos textuais ficarão implícitos, e a maior ou menor compreensão dependerá da acessibilidade dos indivíduos a determinado domínio discursivo. A exposição da presença dos interdiscursos no gênero corrobora a tese de que a presença dos interdiscursos irá afetar o entendimento dos textos. Nesse caso, a linguagem pode ser vista como uma forma de manipulação dos sentidos, que não serão atingidos pelos destinatários que não tiverem previamente adquirido os conhecimentos necessários à apreensão de tais sentidos. A fim de demonstrar como tais recursos discursivos são apresentados, nos textos, recorreremos à corrente teórica acerca da concepção dialógica da linguagem. Utilizamos, para tal abordagem, conceitos a partir de Bakhtin (1997), Marcuschi (2008), Barros (2003), Koch e Travaglia (1995), que se interrelacionam na análise dos dados referentes aos conceitos de “Gênero”, “Interdiscurso”, “Intertexto” e “Leitura”. Tal abordagem está coadunada com as perspectivas propostas a partir da Linguística Textual, cujas pressuposições visam a demonstrar a configuração de determinado texto, tipo ou gênero discursivo, a fim de compreender sua estruturação.

Palavras-chave: Gênero; Interdiscursividade; Intertextualidade; Informatividade; Sentidos

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate the types of knowledge driven in the genre "legal contract plans health care" in order to determine how such discursive knowledge fields set up three specific discursive fields related to the Health, Law and Economics. The analysis of five texts used as a corpora research – Amil, DixAmico, Real Doctor and Rio Med contracts - makes us realize that there is a significant presence in such interdiscursive statements. According Marcuschi (2008), different discursive fields originated textual genres Which are used by individuals in exchange interlocutive. Thus, without drive during the reading of such knowledge, textual meanings will be implied, and more or less understanding, will depend on the accessibility of individuals to given domain of these discourses. Exposing the presence of interdiscourse gender supports the thesis that the presence of interdiscourse will affect the understanding of texts. In this case, language can be seen

¹ Professora adjunta do programa de pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: teresatedesco2011@hotmail.com

² Doutoranda do programa de pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: hilmaribeirorj@yahoo.com.br

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

as a form of manipulation of senses, which will not be achieved by those receivers who have previously acquired the knowledge necessary to seizure of such directions. In order to demonstrate how such discursive resources are presented in the texts, we resorted to theoretical current dialogue about the design of language. We used for this approach, concepts from Bakhtin (1997), Marcuschi (2008), Barros (2003), Koch and Travaglia (1995), which are interrelated in the analysis of data related to the concepts of "Gender", "interdiscourse", "intertext" and "Reading." Such an approach is in line with the outlook proposals from the Textual Linguistics, whose assumptions intended to show the configuration of a specific text, type or gender discourse in order to understand its structure.

Keywords: Interdiscursivity; Intertextuality; Informativeness; Meaning.

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo demonstrar a estruturação dos textos dos contratos das empresas de assistência à saúde, procurando levantar os subsídios teóricos necessários para analisar algumas regularidades que marcam a estrutura textual, considerando a interdiscursiva do gênero.

Isso porque o gênero em estudo, embora devendo funcionar como um instrumento de mediação na negociação jurídica, possui uma leitura cujos níveis de apreensão estão atrelados a diferentes aspectos discursivos.

Nesse caso, a presença dos interdiscursos no gênero corrobora a tese de que tal fator interlocutivo irá afetar o entendimento dos textos. Dessa forma, a linguagem pode ser vista como uma forma de manipulação dos sentidos, que não serão atingidos pelos enunciatários que não tiverem previamente adquirido os conhecimentos necessários à apreensão de tais sentidos.

Analisando o que está sendo apresentado sobre os conhecimentos oriundos dos domínios discursivos pertinentes ao gênero em estudo com a questão da informatividade textual, percebe-se uma grande concentração de informações que pode gerar falhas na percepção dos possíveis sentidos textuais, uma vez que, sem atingir a compreensão por meio de tais conhecimentos, o entendimento das informações será prejudicado. Dessa forma, pode-se perceber que o maior ou menor nível de informatividade será um fator diretamente ligado à

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

presença interdiscursiva no gênero, de acordo com a utilização dos domínios discursivos aparentes na superfície textual.

2. Conceituando a interdiscursividade

Nesta seção, nos debruçaremos no conceito do “interdiscurso”, partindo do pressuposto de que na utilização da linguagem, os indivíduos irão estruturar sua fala sempre por meio da palavra do “outro”. A partir de tal concepção, partiremos da premissa de que a linguagem possui como característica de estruturação a utilização de diversos discursos que são gerados, historicamente, nos diferentes grupos sociais. Tal concepção acerca da natureza da linguagem só fora possível mediante o conceito de “dialogismo” a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997).

O autor, ao estudar o fenômeno da enunciação verbal, reforçou a ideia de que a linguagem é, antes de tudo, uma forma de interação com o mundo. Para ele, ignorar tal natureza discursiva é o mesmo que “ignorar a ligação que existe entre a linguagem e a vida” (BARROS, 2003, p. 2).

Analisando a perspectiva discursiva proposta por Bakhtin, devemos salientar que o conceito de dialogismo bakhtiniano se desenvolve em duas perspectivas distintas. A primeira evoca o texto como elemento de ligação entre o locutor (o produtor do texto) e o interlocutor (o destinatário). A partir dessa perspectiva, hoje se pode afirmar que a leitura é um fenômeno processual, não sendo mais concebida como apenas um “produto” que é gerado, automaticamente, quando um dado texto é acessado pelos leitores.

A segunda reside no fato de que, ao interagir por meio do texto, os indivíduos buscam diferentes discursos, historicamente situados, para elaborar seus enunciados. Por conta disso, pode-se afirmar que, ao elaborarmos um texto qualquer, não tomamos uma palavra que seja nossa, propriamente, mas evocamos, sempre, diferentes discursos, que foram utilizados por outros sujeitos históricos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

A partir dessa segunda concepção, observamos que, conforme postula Fiorin (2004, p. 37), “existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro”, não sendo possível produzirmos nossas falas, monologicamente, sem a presença da figura do outro. Nesse sentido, o interdiscurso pode ser definido como “o conjunto de unidades discursivas (...) com as quais o discurso particular entra em relação implícita ou explícita” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 286).

Qualquer discurso será, portanto, norteador pela presença de outras formas interdiscursivas, das quais ele irá eclodir. Assim, o conhecimento de tais interdiscursos é uma condição para que os sentidos sejam processados textualmente.

O processamento textual irá ocorrer, portanto, mediante o entendimento das informações que são utilizadas na composição dos enunciados. A interdiscursividade será, portanto, um importante componente discursivo, ao pensarmos na construção dos sentidos textuais.

Ao analisarmos o que está sendo exposto sobre a interdiscursividade com outro componente textual, que é a intertextualidade, podemos verificar algumas semelhanças enunciativas. Nesse caso, podemos mencionar que a intertextualidade é entendida, tanto como um fator da coerência, quanto como um aspecto da textualidade, conforme explicita Koch (1995).

É válido mostrar que a textualidade é apontada como fator de coerência porque, sem o conhecimento dos intertextos aos quais certo texto alude, é impossível o reconhecimento das informações que são colocadas na superfície textual. Conforme Koch (1995) em consonância com Beaugrande e Dressler,

[...] a intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e recepção de dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, isto é, diz respeito aos fatores que tornam a utilização de um texto dependente de um ou mais textos previamente existentes. (1995, p. 88)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Um texto apenas será coerente se as informações por ele transmitidas forem identificadas e processadas cognitivamente, com a ativação do conhecimento prévio dos leitores para o reconhecimento dos textos de onde surgem os intertextos.

Por outro lado, a intertextualidade é um dos fatores da textualidade porque, conforme se tem afirmado no presente artigo, todo discurso se estabelece sobre outros discursos, previamente adquiridos (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2007, p. 14). Dessa forma, quando ocorrem diálogos “entre os muitos textos de cultura” (BARROS, 2003, p. 4) tem-se, então, a intertextualidade, que será, portanto, um recurso de estruturação usado para mostrar de modo explícito uma determinada fonte discursiva, reconhecida culturalmente em dada sociedade.

Existem vários estudos acerca dos tipos de intertextualidade, especialmente em relação à linguagem poética e midiática, o que comprova a importância desse componente na produção discursiva hodierna.

A interdiscursividade, por outro lado, embora não sendo um conceito tão difundido como a intertextualidade, é, sem dúvida, um elemento de composição tão importante quanto esta.

Pode-se estabelecer, contudo, apesar das semelhanças discursivas levantadas no presente artigo, a diferença entre a intertextualidade e a interdiscursividade, embora ambas sejam elementos de composição bem próximos, no sentido conceitual.

Podemos verificar suas diferenças estruturais, se pensarmos na forma como tais elementos são expostos textualmente. Quando ocorrer a menção a textos culturalmente difundidos, há a intertextualidade, conforme explicita Barros (2003). Já quando a menção aos interdiscursos não for aparente nos textos, mas se houver, apenas, uma inserção de certos domínios discursivos no texto, ocorre a interdiscursividade.

Ambos os processos são, portanto, intrínsecos da produção verbal dos indivíduos e, assim como a intertextualidade, a interdiscursividade será um dos elementos de grande importância na apreensão dos sentidos textuais.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Dessa forma, se, por um lado, todo enunciado é estruturado a partir de diferentes fontes textuais e discursivas, então, é importante saber quais seriam as consequências de tal prerrogativa para a produção dos sentidos no processo de leitura e, consequentemente, da interação verbal.

Por conta do que está sendo apresentado, pretende-se mostrar como é estruturado o *corpus* da presente pesquisa, a saber, os textos dos contratos das empresas de assistência à saúde, a partir do conceito de interdiscurso, e, por fim, analisar as implicações da presença interdiscursiva na produção dos sentidos textuais.

3. Os três domínios discursivos presentes nos textos dos contratos

Os contratos das empresas de assistência à saúde são instrumentos de legalização jurídica na medida em que é necessário que sejam colocadas, nesses textos, todas as etapas da negociação que ocorre entre o indivíduo que adquire o plano e a empresa de saúde.

Por conta da complexidade dos aspectos envolvidos na negociação entre as partes, quando da aquisição dos serviços de determinada empresa, existem, nos textos dos contratos, diferentes cláusulas que irão compreender todos os níveis da negociação jurídica/comercial.

Essas partes são estabelecidas, predominantemente, de acordo com três domínios discursivos. Para compreendermos tal constituição textual, é válido esclarecer esse conceito. De acordo com Marcuschi (2008), o domínio discursivo pode ser compreendido como

[...] uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica, etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

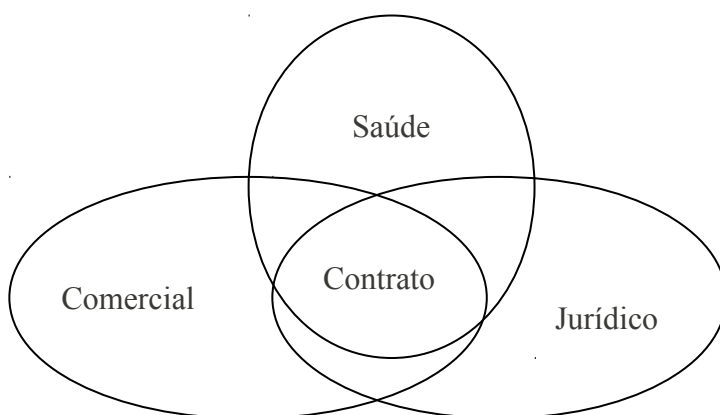
gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder.
(MARCUSCHI, 2008, p. 194)

Para o autor supracitado, os domínios discursivos ainda originam diferentes gêneros e podem ser divididos nas seguintes categorias: instrucional, jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional.

No gênero em tela, os interdiscursos advêm dos seguintes domínios: jurídico, saúde e comercial. Isso porque, nos contratos, ocorre a recorrente utilização de conhecimentos que são oriundos das seguintes profissões: Direito, Medicina e Economia.

Tal presença interdiscursiva se dá porque, nas cláusulas em que é necessária uma maior explicação das partes jurídicas do contrato, há o predomínio do domínio jurídico. Já quando ocorre a necessidade de mostrar nos textos os diferentes reajustes quanto às mensalidades e o pagamento, predomina o domínio comercial. Por fim, quando há uma exposição dos diferentes serviços e procedimentos clínicos, predomina o domínio da saúde.

Dessa forma, a interdiscursividade organiza a elaboração discursiva do gênero, que pode ser visualizado de acordo com o seguinte esquema:



TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Os contratos das empresas de assistência à saúde são, portanto, textos organizados interdiscursivamente, por meio da compreensão dos três domínios discursivos, mediante a intersecção de tais interdiscursos. A questão primordial acerca da presença interdiscursiva no gênero está no fato de que, sem o conhecimento prévio do leitor acerca desses domínios, o processo de interação por meio da leitura será afetado, pois os sentidos expostos na superfície textual serão ocultados por tal presença.

Dados esses esclarecimentos iniciais acerca da interdiscursividade e dos três domínios presentes no gênero em tela, passaremos a analisar alguns exemplos retirados do *corpus* usado na pesquisa, a fim de demonstrar como o recurso da interdiscursividade é importante para a aquisição dos sentidos textuais.

4. Analisando o *corpus*

Conforme tem sido apresentado no presente artigo, os contratos são textos que devem apresentar aos enunciatários/clientes que adquirem determinado plano de saúde as diferentes partes da negociação comercial que está sendo acordada por esses indivíduos.

Os cinco contratos em análise possuem como característica macrotextual a composição em cláusulas, com diferentes itens e subitens em cada uma dessas partes.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Algumas cláusulas são comuns³ a todos os textos como, por exemplo:

Cláusula	Discriminação
Objeto	Trata da validação jurídica do acordo e do estabelecimento das partes envolvidas na negociação jurídica;
Cobertura da assistência médico-hospitalar	Expõe os procedimentos médicos realmente cobertos por determinado plano de saúde;
Exclusões	Elenca os tipos de serviços que a empresa de saúde não oferece aos seus clientes;
Mensalidades e reajustes financeiros	Demonstra os critérios adotados pela empresa na realização de atualizações financeiras nas mensalidades.

O trabalho acerca do gênero tem se concentrado, sobretudo, nessas partes comuns para, a partir delas, traçar os aspectos relativos à linguagem e ao contexto discursivo em que se aplicam os textos, procurando analisar possíveis lacunas na percepção dos sentidos textuais.

Dados alguns subsídios básicos acerca da composição macrodiscursiva do gênero, passaremos a demonstrar como os três domínios discursivos são encontrados nos textos. É válido, por fim afirmar que a presença interdiscursiva é uma característica macrodiscursiva predominante no gênero em tela, uma vez que tal presença pode ser comprovada nas partes comuns dos textos de todos os contratos analisados.

4.1 Domínio da saúde

³ Existem cláusulas que fazem parte da composição textual de um ou outro contrato, estabelecendo as diferenças quanto aos produtos e serviços oferecidos por uma ou outra empresa de saúde. Entretanto, para fins da descrição do gênero no presente artigo, apenas foram utilizadas algumas das cláusulas encontradas nos cinco textos analisados.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O domínio da saúde é caracterizado, nos textos, pela utilização de diferentes vocábulos, referentes a serviços e procedimentos clínicos que determinado plano oferece aos seus clientes/pacientes.

Como exemplo dessa presença discursiva, podemos mencionar as cláusulas que tratam dos diferentes procedimentos clínicos. Nessas partes ocorre uma listagem de diferentes produtos e serviços médicos. Observe o exemplo a seguir que demonstra tal perspectiva:

Exemplo 1: [...] 3.1.5 – Procedimentos ambulatoriais considerados especiais tais como: hemodiálise e **diálise peritoneal** (CAPD), sessões de quimioterapia, radioterapia, incluindo **radiomoldagem**, radioimplantes e **braquiterapias**, hemoterapia, nutrição parenteral ou enteral, procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica, embolizações e radiologia intervencionista, exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos.[...] (Contrato da empresa Rio Med, p. 3)

O exemplo 1 foi retirado da cláusula contratual que se refere aos diferentes serviços da empresa de saúde “Rio Med”. O item acima mostrado (3.1.5) expõe aquilo que a assistência médica reconhece como “procedimentos especiais”.

Conforme pode ser visto, este segmento de texto é caracterizado pela presença de muitos vocábulos médicos, que ocorrem, em um pequeno espaço textual, como *diálise peritoneal*, *radiomoldagem*, *braquiterapias*, entre outros.

Haverá, como consequência da frequência de uso dos vocábulos médicos uma interferência direta na questão da informatividade textual. Isso porque, com a utilização de tantos elementos desse domínio discursivo em tão pequeno espaço textual, o volume informativo exposto na superfície textual torna-se bastante elevado.

Também verifica-se, nesse caso, que o maior ou menor nível informativo está ligado diretamente ao maior ou menor reconhecimento das expressões destacadas, por parte do destinatário. É válido, ainda dizer que, se os vocábulos forem completamente desconhecidos, tais termos, inesperados, aumentarão muito o nível da informatividade textual para os destinatários.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

4.2 Domínio comercial

Conforme mostrado no início da presente seção, os textos usados por cada empresa de assistência à saúde possuem cláusulas que tratam, especificamente, dos diferentes critérios de reajustes financeiros e dos pagamentos das mensalidades estabelecidos para os seus clientes/destinatários.

Nessas partes dos contratos, ocorre a utilização do domínio discursivo comercial, pois, para mencionar como os reajustes serão efetuados pela empresa de saúde, muitos jargões e equações matemáticas próprias dos profissionais ligados ao comércio e à Economia são acionadas na superfície textual, conforme pode ser visto no exemplo a seguir.

Exemplo 2: [...] 10.1 – A **contraprestação pecuniária** que o (a) CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, decorrente deste Contrato, denomina-se TAXA MENSAL DE MANUTENÇÃO, e será devida por si e pelos demais BENEFICIÁRIOS, individualmente, inscritos no presente Contrato, cujo valor, nesta data, corresponde ao indicado na Ficha de Inscrição, respectiva, de acordo com o tipo de plano contratado, respeitadas as faixas etárias dos beneficiários inscritos e sua proporção de **Taxa Global**. 10.2 – A Taxa Mensal de Manutenção, que é cobrada pelo **sistema de pré-pagamento**, vencendo-se nas datas indicadas na Ficha de Inscrição, será reajustada, independentemente da idade ou faixa etária em que se enquadrar o (a) CONTRATANTE e/ou seus dependentes inscritos no plano, nos termos da legislação vigente que regula a matéria, de acordo com a efetiva **variação dos custos médicos e hospitalares**, apurada conforme equação econômica, aplicável à estrutura de custos da CONTRATADA, consoante abaixo especificado:

$$IR = (Ref.Med. c \times 0,1199) + (Ref.Med. p \times 0,1788) + (Se \times 0,1906) + (Sm \times 0,1724) + DT \times 0,0777 + (MM \times 0,0554) + (DG \times 0,2052) \dots$$

(Contrato da empresa Real doctor, pgs. 10 e 11)

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

O exemplo 2 foi retirado da cláusula décima da empresa *Real doctor*. Nessa parte do texto, o contrato especifica os preços, reajustes e formas de pagamento da empresa.

Para demonstrar esse aspecto da contratação, são usados alguns jargões da Economia como *contraprestação pecuniária* e outros termos próprios do domínio discursivo do comércio. Entre eles, podemos citar *sistema de pré-pagamento*, *Taxa Global e variação dos custos médicos e hospitalares*. Além desses sintagmas, nesse exemplo verifica-se também a utilização de cálculos matemáticos, por conta do uso da equação que irá determinar o “índice de reajustes” (IR), conforme o final do exemplo.

Nessa equação, é necessária a habilidade discursiva de o destinatário reconhecer as diferentes siglas de reajustes financeiros e as suas respectivas fórmulas, que deverão ser efetuadas para compreender como a empresa de saúde faz, efetivamente, os reajustes nas mensalidades.

Outra habilidade, para além da questão linguística, necessária nesse caso, é a realização dos cálculos numéricos, pois não será possível chegar ao resultado final da equação sem tal proficiência.

A questão do maior ou menor nível de informatividade será, também, avaliada de acordo com a maior ou menor compreensão interdiscursiva desses elementos textuais, por parte dos destinatários.

4.3 Domínio jurídico

O terceiro domínio discursivo de onde surge a interdiscursividade nos contratos é o jurídico. Conforme temos salientado, a utilização de interdiscursos é uma peculiaridade do gênero em tela e representa, consequentemente, um elemento de elevação do nível de informatividade.

Esse terceiro domínio está presente ao longo de todos os textos, como consequência da natureza interlocutiva do gênero, que pressupõe o estabelecimento de certo acordo jurídico

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

entre as partes da negociação. Contudo, nas cláusulas em que existe a exposição da validação jurídica de determinada parte do acordo, tal componente discursivo aparece de modo mais evidente, conforme pode ser observado no exemplo 3. Veja:

Exemplo 3: 2.1 - **O presente Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à Saúde, reveste-se de característica bilateral**, gerando direitos e obrigações individuais para as partes, na forma do disposto nos artigos 1.092 e 1.093 do Código Civil Brasileiro, considerando-se, ainda, **esta avença**, como um Contrato Aleatório, regulado pelos artigos 1.118 e 1.121 do mesmo código, assumindo o (a) CONTRATANTE, o risco de não vir a existir a cobertura da **referida assistência**, pela incoerência do evento do qual será gerada a obrigação da CONTRATADA em garanti-la. Outrossim, este Contrato sujeita-se às normas estatuídas na Lei Federal nº 9.656/98 e legislação [...] (Contrato da empresa Real Doctor, p. 1)

Esse exemplo foi retirado da segunda cláusula do contrato da empresa Real Doctor, que tem como título “Da natureza jurídica deste contrato”. Nessa parte, existe uma “exposição da validação jurídica do acordo e estabelecimento das partes envolvidas na negociação/enunciação”.

Para isso, no fragmento, o destinador utiliza um sintagma nominal extenso para designar “o contrato de assistência médica” quando opta pela construção *O presente Contrato de Operação de Plano Privado de Assistência à Saúde*. Com este procedimento linguístico, o produtor do texto também faz com que o texto se insira diretamente no domínio discursivo Jurídico e, com essa opção, deixa de simplificar as informações no nível textual.

Essa opção de estruturação sintática terá uma influência direta na questão da maior ou menor percepção dos sentidos durante a leitura, acarretando aumento na informatividade textual, por conta da maior ou menor explicitude das informações.

O mesmo continua a acontecer quando opta pelas construções *reveste-se de característica bilateral, esta avença e referida assistência*. Tal fator poderá acarretar,

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

possivelmente, um estranhamento por parte do cliente/destinatário, uma vez que tais expressões são formas discursivas cristalizadas usadas, especificamente, em textos jurídicos, onde esse domínio discursivo é mais natural na realização de trocas interlocutivas.

5. Interdiscursividade e intertextualidade no gênero

Conforme visto na seção anterior, os três domínios discursivos utilizados na composição estrutural do gênero representam um fator fundamental na percepção dos sentidos textuais. A análise da presença interdiscursiva no corpus apresentado leva-nos a questionar se a interação será, de fato, estabelecida na situação interlocutiva. Isso porque, se os destinatários não tiverem adquirido, previamente, os conhecimentos necessários à compreensão do que é expresso textualmente, o entendimento de informações essenciais será comprometido.

Os contratos são textos que servem para expor os pontos de determinado acordo jurídico, devendo elucidar para as partes envolvidas, de modo claro, todos os aspectos relativos à determinada negociação.

Nesse sentido, também é válido ressaltar que, para além da presença da interdiscursividade, o gênero também possui como característica de composição do texto a recorrência à intertextualidade. Tal componente pode ser percebido quando o enunciador lança mão de diferentes intertextos para validar determinada questão, na esfera jurídica do poder público.

Essa recorrência intertextual pode ser percebida nos fragmentos a seguir:

Exemplo 4: [...] 11.1: De conformidade com a Lei **9656/98** e as Resoluções **ANS RDC nº 41 e 42 de 15.12.2000**, relacionamos abaixo o índice de procedimento de alta complexidade que compõe o **anexo 2 da RDC 41**, do qual consiste no agrupamento dos procedimentos do rol identificados por códigos assinalados na coluna **PAC** e deverá ser utilizado como referência

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

para adoção de cláusulas de cobertura parcial temporária, no caso de doenças ou lesões preexistentes. [...] (Contrato da empresa Assim, p. 13)

Exemplo 5: [...] Para fins de cobertura deste contrato considera-se como abrangência geográfica para os fins da **Lei 9.656/98**, o disposto no Anexo III, da Resolução **RDC nº 4 de 18.02.00 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através do código 4**, os grupos de municípios do Rio de Janeiro que se caracterizam de acordo com o credenciamento médico relacionado no **MANUAL DO USUÁRIO** de cada plano escolhido pelo CONTRATANTE. [...] (Contrato da empresa Assim, p. 9)

Exemplo 6: [...] 14.3.1 – As mensalidades serão corrigidas na menos periodicidade autorizada pela legislação vigente ou determinada pelo órgão governamental competente, sem prejuízo da **variação por faixa etária prevista no item 14.2** (Contrato da empresa Dix amico, p. 20)

Os fragmentos citam intertextos de naturezas discursivas diferenciadas. Ao mencionar a lei 9656/98, o locutor visita o domínio discursivo jurídico, já que a lei da Constituição Federal foi criada na esfera jurídica de atuação.

Já, ao mencionar as RDCs (resoluções de diretoria colegiada)⁴, o locutor evoca o domínio discursivo da saúde, pois tais conteúdos são comuns a bibliografias voltadas para profissionais ligados à saúde.

Por outro lado, também podemos encontrar a presença de intertextos advindos do domínio comercial, como *a variação por faixa etária prevista no item 14.2*, citada no exemplo 6, ainda que em um número menor.

Percebe-se, portanto, que tanto a interdiscursividade como a intertextualidade são fatores importantes no estabelecimento dos sentidos textuais. A utilização de ambos os

⁴ Essas resoluções agrupam os diferentes procedimentos médicos, de acordo com sua natureza clínica. Tais resoluções foram criadas para auxiliar os profissionais da saúde quanto aos diferentes tratamentos e procedimentos adequados a determinada situação.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

recursos representa, por outro lado, uma forma de o locutor, apenas, demonstrar os aspectos legais envolvidos nas etapas da negociação comercial/jurídica.

Podemos verificar o que está sendo exposto porque os interesses das empresas de assistência à saúde serão mantidos, ainda que os destinatários não consigam compreender o que está sendo exposto na superfície textual. Isso nos leva a concluir que, nesse caso, a linguagem funciona como um elemento de obscurecimento dos sentidos, pois não será possível um entendimento satisfatório, por parte dos destinatários, quando a leitura de determinado texto contratual for processada cognitivamente.

Também é válido ressaltar a utilização, tanto de interdiscursos quanto de intertextos, pois faz surgir na superfície dos enunciados sentidos “imprevistos”, sendo, nesse caso, a previsibilidade o fator considerado, quando pensamos na maior ou menor informatividade textual, conforme postula Koch (1995):

Se um texto contiver apenas informação esperada/previsível dentro do contexto, terá um grau de informatividade baixo (grau 1); se, a par da informação esperada/previsível em um dado contexto, o texto contiver informação imprevisível/ não-esperada, terá um grau médio de informatividade (grau2). Finalmente, se toda informação do texto for inesperada/imprevisível, o texto poderá, à primeira vista, parecer incoerente, exigindo um esforço maior para calcular-lhe o sentido (grau 3 de informatividade). (KOCH: 1995, p. 81)

A informatividade, que é um dos fatores da textualidade, conforme salientado por Costa Val (2001), deve estar calibrada com o tipo de gênero discursivo, de acordo com suas peculiaridades interlocutivas. Nos textos analisados, podemos verificar que a utilização de um conteúdo altamente informativo, pode obscurecer os sentidos textuais, o que seria uma estratégia de composição usada pelos produtores no texto, os quais não estariam interessados, *a priori*, em esclarecer aos seus interlocutores seus reais direitos no uso dos serviços médicos.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Para que os sentidos possam ser atingidos no texto, é necessária, portanto, a utilização de informações com um nível de informatividade adequado aos participantes da situação comunicativa.

6. Considerações finais

Conforme apresentado no presente artigo, os textos dos contratos das empresas de assistência à saúde, que deveriam informar as etapas da negociação/enunciação de modo claro, ao utilizarem conhecimentos oriundos do domínio discursivo comercial, obscurecem sentidos essenciais para o público alvo a quem se dirige. Isso porque, ao utilizar os domínios comercial, jurídico e da saúde, os locutores não deixam os sentidos claramente expostos na superfície textual.

Os produtores dos textos, ao optarem pela exploração de tais domínios, expõem os destinatários, que não são, necessariamente, pessoas que fazem uso de tais domínios; ficam então à mercê das empresas de assistência à saúde, uma vez que esses indivíduos não possuem habilidades linguísticas necessárias para compreender seus reais direitos na negociação. As empresas de saúde, por outro lado, ainda que não exponham as informações de modo adequado aos destinatários, conseguem se precaver perante o poder público que legisla sobre o funcionamento dessas instituições privadas.

Outra questão interlocutiva importante se dá porque, qualquer cidadão que esteja desejoso de adquirir os serviços oferecidos por determinado plano de assistência à saúde, pode assinar um contrato como os analisados, ainda que ele não compreenda, ou, até mesmo ignore o que está sendo exposto nos textos. Por outro lado, ao assinar um contrato, existem diferentes imposições jurídicas apresentadas, que devem ser obedecidas pelos destinatários. Caso isso não ocorra, a negociação poderá ser afetada.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

Os serviços médicos apenas serão oferecidos, satisfatoriamente, de acordo com as necessidades dos indivíduos, se houver preocupação, por parte das empresas, em elucidar os sentidos expostos textualmente. Cada cidadão, entretanto, ao contratar tais serviços, poderá não obter o que está, de fato, buscando para o suprimento de suas carências de atendimento médico.

Esses indivíduos poderão, até mesmo, contratar um plano de assistência à saúde, sem que este lhe ofereça a cobertura para suas necessidades reais de atendimento médico. Nesse caso, ocorrerão prejuízos financeiros a tais sujeitos, pois, ainda que não haja a utilização dos serviços oferecidos por determinada empresa, o pagamento das mensalidades deverá ser efetuado, ou poderão ocorrer problemas jurídicos mediante o poder público que legisla sobre o funcionamento de tais empresas.

Observa-se que o *corpus* analisado é uma importante fonte de pesquisa, na medida em que, nesse caso, o estudo do gênero poderá ser utilizado para beneficiar determinado grupo de indivíduos, ou melhor, todos aqueles que utilizarem este serviço, Contrato de saúde.

Nesse caso, a análise dos fenômenos da interdiscursividade, da intertextualidade e de seus desdobramentos na apreensão dos sentidos pode ser um instrumento de denúncia social, além de servir para demonstrar como os sentidos podem ser manipulados, de modo a não serem atingidos pelos destinatários em determinado gênero, para atingir seus reais objetivos de comunicação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Estética da criação verbal. São Paulo. Martins Fontes. 1997.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.). Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin. São Paulo. Edusp. 2003.

TABULEIRO DE LETRAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Ciências Humanas – DCH I

NÚMERO 03 – dezembro/2011
ISSN: 2176-5782

- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2006.
- COSTA VAL. Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: Azeredo. José Carlos de. Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino. Petrópolis. Vozes, 2001. p. 34-51.
- FIORIN. José Luiz. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. In: Abdala, Benjamin. Margens da cultura. São Paulo. Boitempo, 2004. p.39-66.
- KOCH, Ingedore V. e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 4. ed. São Paulo. Cortez. 1995.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo. Parábola editorial. 2008.
- VALENTE, André. Intertextualidade: aspecto da textualidade e fator de coerência. In: Henriques, Claudio Cezar e Pereira, Maria Teresa Gonçalves (orgs.). Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos. São Paulo. Contexto. 2002.